

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

Roberto Cesar Silva de Azevedo

A LOUCURA NOS IMPRESSOS DA CORTE DO RIO DE JANEIRO
NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Rio de Janeiro

2018

ROBERTO CESAR SILVA DE AZEVEDO

**A LOUCURA NOS IMPRESSOS DA CORTE DO RIO DE JANEIRO
NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX**

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Profa. Dra. Ana Teresa Acatuassú Venancio

Rios de Janeiro

2018

ROBERTO CESAR SILVA DE AZEVEDO

**A LOUCURA NOS IMPRESSOS DA CORTE DO RIO DE JANEIRO
NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX**

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Teresa Acatauassú Venancio (PPGHS/COC-Fiocruz) - Orientadora

Profa. Dra. Ana Maria Galdini Raimundo Oda (UNICAMP)

Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (Unioeste-PR)

Prof. Dr. Flávio Coelho Edler (PPGHCS/COC-Fiocruz)

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira (PPGHCS/COC-Fiocruz)

Suplentes:

Profa. Dra. Cristiana Facchinetti (PPGHCS/COC-Fiocruz)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Freire Estellita-Lins (PPCICS-Fiocruz)

Rio de Janeiro
2018

Ficha Catalográfica

A994I Azevedo, Roberto Cesar Silva de.

A loucura nos impressos da Corte do Rio de Janeiro na Primeira Metade do Século XIX / Roberto Cesar Silva de Azevedo. – Rio de Janeiro : s.n., 2019.
196 f.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação
Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2019.
Bibliografia: 180-196f.

1. Transtornos Mentais. 2. Imprensa. 3. História do Século
XIX. 4. Brasil.

CDD 362.2

Catálogo na fonte - Marise Terra Lachini – CRB6-351

Para Maria das Graças, minha mãe,
e João Baptista, meu pai.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares e amigos.

A Ana Venâncio, pela inteligência que harmoniza rigor, generosidade e delicadeza.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde.

Aos queridos funcionários da secretaria: Maria Cláudia, Paulo e Sandro.

Aos meus colegas de turma, companheiros com os quais aprendi muita coisa.

A FIOCRUZ pela bolsa de estudos que tornou possível essa pesquisa.

A Margarida de Souza Neves e Leonardo Affonso de Miranda Pereira, por acreditarem em mim quando nem mesmo eu acreditava.

Ao Departamento de História da PUC-Rio, por amparar meus primeiros passos.

A Rosângela Sena e Selma Reinehr Wanzeller, pela atenção com as minhas intermináveis demandas.

Aos meus queridos alunos, por serem a esperança de um mundo melhor.

Ao Gustavo, pela amizade inabalável.

A Roberta e ao João, que me ensinam coisas de amor.

RESUMO

Esta tese analisa o modo como representações da loucura circularam em impressos de diferentes tipos na Corte do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. É possível encontrar referências à loucura em revistas médicas, pasquins políticos, romances-folhetins, teses da Faculdade de Medicina, relatórios técnicos, periódicos variados. Cada um deles cumpria uma determinada finalidade já que se destinava a um tipo de leitor e definia um modo de informar, um estatuto narrativo próprio que resultava em distintas interpretações e representações sobre a loucura. Para compreender essas distintas representações divulgadas em impressos é preciso considerar algumas características do período quanto à circulação pública da palavra escrita, a saber: a independência literária e a consequente emergência de uma literatura nacional, as transformações na imprensa e o e suas influências na literatura, na política e na medicina e o processo de institucionalização da medicina e do alienismo por meio dos impressos médicos. Ainda que nossa proposta se concentre na primeira metade do século XIX, o conjunto documental selecionado oferece dois marcos temporais a serem destacados. O primeiro é o ano de 1827, quando vêm à luz o primeiro periódico médico no Brasil, *O Propagador das Ciências Médicas*. Esse periódico oferece um duplo pioneirismo, uma vez que também traz em suas páginas o primeiro artigo sobre moléstias mentais. O segundo marco temporal é 1843, ano de publicação do romance-folhetim *O Filho do Pescador*, de Antônio Teixeira e Sousa, obra que seria considerada o primeiro romance brasileiro. Nosso interesse ao reunir e analisar as referências à loucura em um conjunto tão heterogêneo de impressos é identificar os vieses que constituem a percepção social da loucura em um período em que o alienismo brasileiro ainda dava seus primeiros passos. A hipótese aqui defendida é da existência de um vocabulário sobre a experiência da loucura que ultrapassa a fronteira dos saberes sobre o mental expressa na imprensa médica. Nesse sentido, consideramos também como a política e a literatura, cada um à sua maneira, estendem a abrangência semântica da loucura, ao mesmo tempo em que conferem à ela sentidos e significados específicos.

PALAVRAS-CHAVE

Alienismo; Rio de Janeiro, imprensa, periódicos médicos

ABSTRACT

This thesis analyzes the way how representations of madness circulated on printed matter of different types in the Court of Rio de Janeiro of the first half of the nineteenth century. It is possible to find references to the madness in medical magazines, political *pasquins*, novels-serials, theses of the College of Medicine, technical reports, varied periodicals. Each of them fulfilled a certain purpose since it was aimed at a reader profile and defined a way of informing, an own narrative status that resulted in different interpretations and representations about madness. To understand these different representations printed published, it is necessary to consider some characteristics of the period regarding to the public circulation of the written word, namely: the literary independence and the consequent appearance of a national literature, the changes in the press and its influences in literature, politics and medicine and the process of institutionalization of medicine and alienism through medical forms. Although our proposal focuses on the first half of the nineteenth century, the selected documentary set offers two temporal landmarks to be highlighted. The first is the year 1827, when the first medical journal in Brazil, *O Propagador das Sciencias Medicas*, appears. This journal offers a double pioneering, since it also brings in its pages the first article on mental illnesses. The second time frame is 1843, year of publication of the novel-folk *O Filho do Pescador*, by Antônio Teixeira e Sousa, work that would be considered the first Brazilian novel. Our interest in collecting and analyzing the references to madness in such a heterogeneous set of prints is to identify the biases that constitute the social perception of madness at a time when Brazilian alienism was still taking its first steps. The hypothesis defended is the existence of a vocabulary about the experience of madness that goes beyond the frontier of knowledge about the mind expressed in the medical press. In this sense, we also consider how politics and literature, each in its own way, extend the semantic comprehension of madness, while giving it specific meanings and meanings.

KEY WORDS

Alienism; Rio de Janeiro, press, medical journals

RESUMEN

Esta tesis analiza el modo como las representaciones de la locura circularon en distintos tipos de escritos en la Corte de Río de Janeiro de la primera mitad del siglo XIX. Es posible encontrar referencias a la locura en revistas médicas, pasquines políticos, novelas en serie, tesis de la Facultad de Medicina, informes técnicos, periódicos variados. Cada uno de ellos tenía una finalidad específica, una vez que estaba direccionado a un tipo de lector y definía un modo de informar, un estatuto narrativo propio, lo que resultaba en distintas interpretaciones y representaciones acerca de la locura. Para comprender esas distintas representaciones divulgadas en los escritos es necesario considerar algunas características del período en cuanto a la circulación pública de la palabra escrita: la independencia literaria y la consecuente emergencia de una literatura nacional, las transformaciones en la prensa y o sus influencias en la literatura, en la política y en la medicina y el proceso de institucionalización de la medicina y del llamado alienismo a través de los escritos médicos. Aunque nuestra propuesta se concentre en la primera mitad del siglo XIX, el conjunto documental seleccionado ofrece dos marcos temporales de destaque. El primero es el año de 1827, cuando emerge el primer periódico médico en Brasil, *O Propagador das Ciências Medicas*. Dicho periódico ofrece un doble pionerismo, una vez que también trae en sus páginas el primer artículo sobre molestias mentales. El segundo marco temporal es 1843, año de la publicación de la novela en serie *O Filho do Pescador*, de Antônio Teixeira e Sousa, obra que sería considerada la primera novela brasileña. Nuestro interés al reunir y analizar las referencias a la locura en un conjunto tan heterogéneo de escritos es identificar los sesgos que constituyen la percepción social de la locura en un período en que el alienismo brasileño aún empezaba. La hipótesis que se defiende es la existencia de un vocabulario acerca de la experiencia de la locura que ultrapasa la frontera de los saberes sobre lo mental expreso en la prensa médica. En este sentido, consideramos también como la política y la literatura, cada una a su manera, amplían el alcance semántico de la locura, al mismo tiempo en le confieren sentidos y significados específicos.

PALABRAS-CLAVE

Alienismo, Río de Janeiro, prensa, periódicos médicos

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01 – “Vue du Théâtre des Variétés sur le Boulevard Montmartre” (1830), óleo sobre papelão do paisagista veronês Giuseppe Canella (1788-1847).

IMAGEM 02 – Manuel de Araújo Porto-Alegre. A campainha e o cujo. Dez. 1837. *Jornal do Comércio*.

IMAGEM 03 – Manuel de Araújo Porto-Alegre. Rocha Tarpeia. Dez. 1837. *Jornal do Comércio*.

SUMÁRIO	P.
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – IMPRENSA, LITERATURA E ROMANTISMO	22
1.1. A imprensa e o romantismo no início do século XIX	23
1.2. A imprensa e os impressos na corte do Rio de Janeiro pós-independência	30
1.3. O romance-folhetim no Brasil: o caso de Teixeira e Souza	45
CAPÍTULO 2 – ROMANCE, MORAL E LOUCURA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX	64
2.1. A dimensão moral do romance	64
2.2. A dimensão moral do romance no Brasil	73
2.3. Sobre moral e loucura no romance <i>O Filho do Pescador</i> (1843)	79
CAPÍTULO 3 – IMPRENSA E MEDICINA NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX	99
3.1. A emergência dos periódicos médicos no início do século XIX	99
3.2. O que escrever (e como escrever) nos periódicos médicos	114
3.3. A medicina nos pasquins	124
CAPÍTULO 4 – A LOUCURA NA IMPRENSA MÉDICA E NOS PASQUINS	130
4.1. Bayle e o <i>Propagador das Sciencias Medicas</i>	130
4.2. A criação do Hospício de Alienados	151
4.3. A loucura nos pasquins	159
CONCLUSÃO	173
DOCUMENTAÇÃO	176
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	180

INTRODUÇÃO

Esta tese analisa o modo como representações da loucura circularam em impressos de diferentes tipos na Corte do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. É possível encontrar referências à loucura em revistas médicas, pasquins políticos, romances-folhetins, teses da Faculdade de Medicina, relatórios técnicos, periódicos variados. Cada um deles cumpria uma determinada finalidade já que se destinava a um tipo de leitor e defina um modo de informar, um estatuto narrativo próprio que resultava em distintas interpretações e representações sobre a loucura.

Tomaremos aqui a noção de *representação*, proposta por Roger Chartier, na qual a análise do texto é realizada tomando em consideração seu suporte material. Para Chartier, “não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido”, bem como “não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor” (CHARTIER, 1991, p.182). Em suma, o texto não existe em si, separado da materialidade. Dessa forma, os textos publicados nos diferentes tipos de impressos, serão analisados a partir de sua materialidade e da subjetividade das representações que descrevem. Para compreender essas distintas representações divulgadas em impressos é preciso considerar algumas características do período quanto à circulação pública da palavra escrita, a saber: a independência literária e a consequente emergência de uma literatura nacional, as transformações na imprensa e o e suas influências na literatura, na política e na medicina e o processo de institucionalização da medicina e do alienismo por meio dos impressos médicos. A Corte do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX nos permite observar a trajetória desses impressos, bem como as estratégias que os permitem adquirir materialidade.

A centralidade exercida pela capital imperial coincide com o período em que se dá uma série de mudanças políticas, institucionais, sociais, técnicas, culturais, como, por exemplo, a vinda da Corte, o processo de independência, o primeiro reinado, a abdicação, as regências. Essas mudanças, repletas de disputas, acordos e conflitos, causarão impactos, ao mesmo tempo em que serão representadas nos impressos e pelos impressos. Ainda que nossa proposta se concentre na primeira metade do século XIX, o

conjunto documental selecionado oferece dois marcos temporais a serem destacados. O primeiro é o ano de 1827, quando vêm à luz o primeiro periódico médico no Brasil, *O Propagador das Sciencias Medicas*. Esse periódico oferece um duplo pioneirismo, uma vez que também traz em suas páginas o primeiro artigo sobre moléstias mentais. O segundo marco temporal é 1843, ano de publicação do romance-folhetim *O Filho do Pescador*, de Antônio Teixeira e Sousa, obra que seria considerada o primeiro romance brasileiro.

Os estudos históricos que investigam a loucura no início do século XIX no Brasil têm investido em abordagens que privilegiam a compreensão médica sobre as moléstias ou doenças mentais¹. Nesse sentido, toma como objeto de análise os especialistas, tratados, doutrinas e instituições médicas que, de alguma forma contribuíram para a construção do que viria a ser chamado de alienismo. Esse período histórico correspondia à emergência de uma nova perspectiva teórica e assistencial forjada na França na qual se destacariam nomes como o de Phillipe Pinel (1745-1826) e Jean Etienne Dominique Esquirol (1772-1840). Suas inovadoras propostas impactaram diretamente o sistema asilar francês e contribuíram para a especialização de instituições destinadas ao tratamento dos alienados, bem como na organização de um sistema de assistência clínica. Ainda que tenha alcançado a hegemonia no campo da medicina mental, o alienismo francês foi objeto de recorrentes controvérsias. Tais críticas não impediram que seus preceitos ultrapassassem as fronteiras francesas e fossem divulgadas por toda a Europa e várias partes do mundo como os Estados Unidos e América do Sul, chegando inclusive ao Brasil.

Os impressos cumprem um papel significativo no processo de institucionalização do alienismo do Brasil, ainda que o mito de origem da psiquiatria em nosso país, segundo a historiografia continua sendo 1841 com a criação do Hospício de Pedro II, em 1841, e seu funcionamento efetivo em 1852, conforme assinala a historiografia sobre o assunto (MACHADO, 1978; ENGEL, 2001). A importância dos impressos, contudo, pode ser notada logo nas primeiras interpretações registradas em torno das doenças nervosas. Alguns exemplos orientam-nos como marcos do pioneirismo. Um deles é o parecer publicado pela *Imprensa Régia* no ano de 1814,

¹ CF. Engel (2001), Facchinetti (2008), Machado (1978), Oda (2007), Oda e Dalgalarrodo (2007).

referente ao caso ocorrido em Minas Gerais no qual os *êxtases* de uma beata são tomados como caso clínico. O diagnóstico do médico Antonio Gonçalves Gomide seria parte de uma controvérsia que envolvia duas outras interpretações sobre o caso (SILVIA; FACCHINETTI; CURY, 2011). Em 1827 é publicado o primeiro artigo sobre moléstia mental no Brasil, em *O Propagador das Ciências Medicas*. Trata-se de um texto de autoria do médico francês Antoine Bayle (1796-1856), intitulado “Sobre as alucinações dos sentidos”, que indica o interesse dos médicos da corte do Rio de Janeiro pelo tema. Dez anos depois vem à luz a primeira tese brasileira sobre alienação mental, intitulada *Considerações gerais sobre a alienação mental*, publicada em 1837, por Antonio Luiz da Silva Peixoto (ODA, 2013).

Ao mesmo tempo em que surgem essas publicações observa-se no Rio de Janeiro da década de 1830 um crescente interesse na criação de instituições médicas especializadas para a internação, tratamento e cura dos loucos que perambulavam pelas ruas da Corte (Machado, 1978 e Engel, 2001). É também nessa década que o alienismo adentra o ensino médico através da medicina legal e da higiene (OLIVEIRA, 2016, p.14). Essas mudanças estavam inseridas no contexto das reformas que, no ano de 1832, transformaram em faculdades as antigas escolas médicas. O tratamento da loucura que se tornaria uma especialidade com a criação da cadeira de psiquiatria em 1881², já fazia parte da formação dos médicos desde o início do século. Professores e estudantes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro “lecionavam aulas nas dependências da Santa Casa de Misericórdia. Ali o contato com os loucos permitia que a melhor observação dos sintomas e sinais de alienação” (OLIVEIRA, *op. cit.*, p.15).

Além das faculdades, outra instituição que cumpriu papel fundamental na consolidação do alienismo no Brasil foi o periodismo médico. A primeira revista a ser regularmente impressa na Corte foi *O Propagador das Ciências Médicas ou Anais de Medicina e Farmácia para o Império do Brasil e Nações Estrangeiras* (1827-1828), editado pelo médico Francisco Xavier Sigaud e por Pierre Plancher. Na sequência viria o *Semanário de Saúde Pública* (1831-1833), folha publicada pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1835 seria a vez do *Diário da Saúde ou Efemérides das*

² Com o decreto 8024 de 12 de maio de 1881 “desdobraram-se as cadeiras de Clínica Médica e Clínica Cirúrgica. Destacou-se a Anatomia Patológica da Fisiologia Patológica e criaram-se as clínicas: obstétrica, psiquiátrica, oftalmológica e dermatosifiligráfica” (EDLER, 1992, 213).

Ciências Médicas e Naturais do Brasil (1835-1836), editado por Sigaud e pelos médicos Francisco Cipriano Valderato e Francisco do Paula Cândido, e da *Revista Médica Fluminense*, que trocava de nome em 1841 para *Revista Médica Brasileira* (1841-1843), também publicada pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Embora nenhuma dessas revistas fossem exclusivamente destinadas ao alienismo, nelas era possível encontrar inúmeros artigos e debates sobre o tema.

A importância do periodismo médico é analisada por Ferreira (1996), que considera que ele cumpria o papel de instituição devido ao seu empenho em assumir a “produção efetiva do conhecimento científico, no momento em que a ciência não era ainda uma atividade altamente profissionalizada” (FERREIRA, 1996, p.01). Dessa forma, a imprensa médica se converte em “veículo fundamental para a atualização e universalização do debate científico” (EDLER, 1992, p.174). Nessa perspectiva, pretendemos aqui identificar como se deu a definição de um padrão de escrita médica nesse período chamado por Madel Terezinha Luz de *primeira conjuntura institucional* (apud FERREIRA, *op. cit.*, p.12) e como, de certa forma, isso estava inserido em um conjunto de transformações nas letras e na imprensa no Brasil.

Como veremos, os primeiros passos de nossa escrita médica voltada para o alienismo e suas concepções científicas sobre a loucura foram acompanhados – bem como coincidiam – com o processo de independência literária levado a cabo pela primeira geração romântica brasileira. A *Nitheroy: revista brasiliense, sciencias, letras e artes* foi o grito de independência literária do romantismo no Brasil. Publicada em Paris no ano de 1836, a revista representava um movimento de afirmação da sociedade brasileira sob o prisma das artes, das letras e da economia ao mesmo tempo em que reivindicava o caráter autônomo para a literatura nacional (ANDRADE, 2009). Tal autonomia seria levada a cabo pelo romance, que em seu formato em folhetim se tornou “o responsável pela emancipação da literatura brasileira frente ao subjugo da literatura estrangeira” (NADAF, 2009, p.129).

É a partir desse contexto que é publicado, em 1843, nas páginas do jornal *O Brasil*, o romance-folhetim *O Filho do Pescador*, de Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa, considerado o primeiro romance brasileiro. Além do pioneirismo, sua recepção foi marcada pela boa aceitação por parte do público e da crítica. As análises mais

detidas sobre *O Filho do pescador* apontam que sua aceitação se deve ao fato de seu autor dominar as técnicas narrativas inerentes ao romance-folhetim. Nesse sentido, destaca-se a dimensão moral como mote fundamental desse estilo narrativo (OLIVEIRA, 2002; SILVA, 2009). Nosso interesse é analisar como as referências à loucura no romance de Teixeira e Sousa expressam a representação da moral que o autor queria apresentar aos seus leitores.

Ainda no que tange às transformações nas letras propostas pelo movimento romântico, a apresentação do primeiro tomo da revista *Nitheroy* anunciava a intenção de “refletir sobre os objetos do bem comum, e de glória da pátria”. Assim sendo, deveria “desviar-se das habituais discussões sobre cousas de pouca utilidade” (*apud* ANDRADE, *op.cit.*, p.420). Para os redatores da revista, *desviar-se das habituais discussões* representava um esforço em não imiscuir-se nos debates políticos que marcavam a imprensa brasileira na primeira metade do século XIX. A preocupação dos redatores expõe um contexto de efervescência política no qual a imprensa, representada principalmente pelos jornais e pasquins satíricos, emergia como arena privilegiada nas disputas e polêmicas. Aqui as referências à loucura adquirem significados que visam insultar e deslegitimar o rival político bem como as ideias por ele defendidas.

Nosso interesse ao reunir e analisar as referências à loucura em um conjunto tão heterogêneo de impressos é identificar os vieses que constituem a percepção social da loucura em um período em que o alienismo brasileiro ainda dava seus primeiros passos. A hipótese aqui defendida é da existência de um vocabulário sobre a experiência da loucura que ultrapassa a fronteira dos saberes sobre o mental expressa na imprensa médica. Nesse sentido, consideramos também como a política e a literatura, cada um à sua maneira, estendem a abrangência semântica da loucura, ao mesmo tempo em que conferem à ela sentidos e significados específicos. Em última instância, compreender as características dessas formas estilísticas a partir das referências à loucura nos impressos que circulavam na corte do Rio de Janeiro nos conduz à historicidade do repertório cultural da primeira metade do século XIX.

A documentação consultada se apoiou principalmente nos periódicos disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. As coleções das revistas médicas aqui analisadas foram lidas e fichadas integralmente e ofereceram

significativo subsídio para a pesquisa. Outros documentos, como os pasquins consultados e analisados no quarto capítulo da presente tese encontram-se na *Série Saúde* do Arquivo Nacional. Algumas leis e relatórios governamentais foram consultados a partir do fundo “Brazilian Government Documents”, do *site Center for Reserarch Libraries*.

Sob o título *A loucura nos impressos da Corte do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*, a tese ficou dividida da seguinte maneira. O primeiro capítulo, “Imprensa, literatura e romantismo”, analisa o processo de emergência do romantismo no Brasil. A partir da *Nitheroy: revista brasiliense, sciencias, lettras e artes*, o movimento romântico brasileiro apresentava seu manifesto em prol de nossa independência literária. A trajetória de seus três editores, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel Araújo Porto Alegre e Francisco Sales Torres Homem, ajuda-nos a compreender como foi constituída a via romântica adotada pela revista e porque ela representaria um marco inaugural, ou um *novo termo*. Nesse sentido, é necessário atentar para a importância do romance uma vez que foi através dele, sob a forma do romance-folhetim, que a literatura romântica alcançou sua emancipação no Brasil. Assim, tomaremos o pioneirismo de *O Filho do Pescador*, primeiro romance-folhetim brasileiro, como exemplar da constituição de uma nova atividade de escrita que, além de representar o marco inaugural do romantismo, era orientado por diversos agentes discursos e códigos de valor.

A emancipação da imprensa encontrava no Brasil um cenário em que a modernização da tipografia e a ideia de liberdade de imprensa demorou a se consolidar. Aos poucos, porém, a imprensa cresceu em número de publicações e passou a ocupar um lugar de destaque na arena pública. Na sucessão de eventos que culminaram com a abdicação de Dom Pedro I e o conseqüente início do período Regencial a imprensa funcionou como importante tribuna do cenário político. Nesse contexto de intensificação das disputas e rivalidades, os pasquins emergiam como novidade e representavam uma linguagem que combinava fúria, sátira e torpeza. Um veículo forjado sob medida para um conturbado cenário político.

No segundo capítulo, “Romance, moral e loucura no início do século XIX”, investiremos na anatomia do romance moderno a partir de sua dimensão moral. Nas duas primeiras sessões do capítulo, abordaremos a noção de moral no romance irá adquirir tanto na Europa quanto no Brasil. Analisar as avaliações de críticos, historiadores e leitores torna-se, assim, fundamental para compreender a boa ou má fortuna crítica de determinado romance. A terceira e última parte investiga o estilo, as estratégias narrativas, a crítica e a recepção de *O Filho do Pescador*, perseguindo também de que forma as referências à loucura estariam de acordo com o que se esperava de um romance-folhetim publicado no Brasil durante a primeira metade do século XIX.

O terceiro capítulo, “Imprensa e medicina no Rio de Janeiro do século XIX” busca compreender a emergência dos periódicos médicos na corte imperial e como a escrita médica foi se constituindo como demanda e forjando seu estilo. Com o crescimento no número de publicações, crescia também a demanda por artigos, memórias e traduções. Esperava-se dos médicos e estudantes fornecer textos para alimentar os periódicos. Observar essa produção permite-nos dispor os personagens e predicados que visaram garantir estilo e estatuto próprio da escrita médica. Dentro desses esforços, porém, é possível identificar impressos não médicos que tomavam o saber médico como metáfora para a construção de uma outra identidade narrativa. Mais uma vez os pasquins satíricos nos servirão como fontes expressivas das contradições e complexidades que se apresentavam na imprensa médica.

No quarto capítulo, “A loucura na imprensa médica e nos pasquins”, analisamos as referências à loucura nos impressos por três vieses. O primeiro trata dos artigos do médico francês Antoine Laurent Jessé Bayle publicados no jornal *O Propagador das Ciências Medicas*. Entre os fatores que garantem a relevância desses artigos podemos citar o fato de um deles, “Sobre as alucinações dos sentidos”, ter sido o primeiro publicado em um periódico médico. Analisaremos também a escrita de Bayle, uma vez que ela é representativa de como um médico deveria escrever nos periódicos médicos. Por fim, o fato de se tratar de traduções indica o quanto o alienismo no Brasil estava atento ao debate acerca das moléstias mentais, mesmo sem que houvesse uma produção científica própria sobre o tema até aquele momento.

Na segunda sessão do capítulo analisaremos o artigo “Importância e necessidade da criação de um manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados”, publicado na *Revista Médica Fluminense* em 1839. O título quase autoexplicativo coloca-nos diante da preocupação dos médicos com a loucura. O texto de De Simoni, repleto de referências a outros escritos médicos e analogias literárias, é representativo de como a loucura era abordada nas revistas e artigos especializados. A terceira e última parte do capítulo analisa as referências á loucura nos pasquins. Nossa análise busca compreender como o vocabulário sobre a loucura é tomado como retórica no debate político. Utilizadas para se contrapor ao rival, essas referências também trazem consigo uma noção mais ampla e rica de significados que indicam como a sociedade concebia o louco e a experiência da loucura na primeira metade início do século XIX.

A conclusão desse trabalho tenta responder a pergunta que norteou a pesquisa aqui empreendida: o que significava a loucura no início do século XIX? Ao ajustar a escala para as representações da loucura nos impressos, nos deparamos com uma pluralidade de significados. Tais impressos também abarcavam uma pluralidade de estilos de escrita e estatutos narrativos condizentes com o complexo contexto para o qual confluíam a institucionalização da medicina brasileira, o romantismo, a independência política e a emergência da imprensa, No caso específico dos periódicos destinados ao saber médico, identificamos uma variedade de recursos estilísticos como, por exemplo, metáforas, alusões à literatura e dramaturgia. Desta feita, ao falar sobre a loucura, os médicos apresentavam uma narrativa em estreita aproximação semântica com as belas letras. Seria esse um estilo que perduraria durante o século XIX e que, somente ao final deste, daria lugar a um padrão mais especializado.

Trata-se de um tema que já tem recebido análises no campo da história das ciências do Brasil. Sá (2006), por exemplo, estuda as mudanças na noção de conhecimento científico que se observa no Brasil entre os anos de 1895 e 1935. Segundo a autora, neste período ocorreu uma transição na qual o valor dado ao conhecimento enciclopédico deu lugar à especialização profissional. Encontrava-se ali um marco na distinção entre letrados e profissionais da ciência. Com efeito, todo um estilo de conceber o conhecimento científico estava em vias de desaparecimento. Era o ocaso de uma retórica que “só podia ser definida pelo efeito irresistível que causava

quando do seu emprego pelo letrado – a admiração pela grandeza do ornamento, por ideias apreciadas como se fossem sabores” (SÁ, *op. cit.*, p.53).

No período analisado na presente tese – a primeira metade do século XIX –, acompanhamos as facetas que envolviam o saber médico que se institucionalizava através dos periódicos médicos. Esses impressos disseminavam o saber científico produzido no Brasil, ao mesmo tempo em que reuniam a riqueza e a complexidade do estatuto narrativo da medicina marcado pela estreita aproximação semântica com as belas letras.

CAPÍTULO I

IMPrensa, LITERATURA E ROMANTISMO

Três pontos serão abordados nesse primeiro capítulo para compreender algumas características da imprensa, da literatura e do romantismo brasileiros no início do século XIX. O primeiro deles nos leva a Paris e apresenta a trajetória de três estudantes que resolveram editar uma revista literária cujo propósito era decretar nada menos que a *independência literária* do Brasil. Um olhar desavisado poderia ver nessa empresa a combinação de autoestimas excessivamente infladas com o ímpeto de realizar mirabolâncias que, não raro, acompanham a estudantada. Nada disso. Tratava-se de uma refinada proposta literária aonde o romantismo era o lastro principal. Nosso intento é analisar a noção de Romantismo expressa nas páginas dessa revista, bem como apresentar o contexto que permitiu sua impressão e publicação em Paris.

O segundo ponto nos situa no Rio de Janeiro, para compreender como se deu o processo de consolidação da imprensa brasileira. O grito de *independência literária*, dado de Paris, encontrava na corte um intenso vozerio. Depois de passar por momentos de maior e menor liberdade, a imprensa experimentava uma grande efervescência. O tempo em que havia somente uma imprensa oficial e áulica tinha sido superado. Cada vez mais, consolidava-se um ambiente polifônico no qual variadas latitudes partidárias e ideológicas criavam seus jornais e lançavam-se às disputas políticas. Em suma, a imprensa constituía-se como destacado agente político em momentos dramáticos como, por exemplo, o processo de independência (1822) e a abdicação de Dom Pedro I (1831). A emergência de impressos de variados tipos – jornais, revistas, pasquins – e periodicidades – alguns longevos, outros não foram além do primeiro número – modificaram em definitivo o ambiente gráfico no Brasil.

O terceiro e último ponto enfatiza a *indústria do folhetim*. Em meio às convulsões políticas, alguns redatores atentavam também para o fenômeno do crescimento do público leitor. Logo perceberam que o interesse pela política também era acompanhado pelo interesse nos romances que vinham em forma de folhetim. Originário na França, o romance-folhetim constituiu na forma mais dinâmica de circulação dos romances. O romantismo anunciado pelo grito da revista Niterói encontraria no romance-folhetim uma de suas expressões. Não por acaso, o primeiro romance brasileiro, *O Filho do Pescador* (1843), de Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa, teria esse formato. Nosso intuito nessa última sessão é identificar o que

contribuiu para que isso se tornasse possível, compreendendo a trajetória de alguns atores sociais do mundo da imprensa.

1.1. A imprensa e o romantismo no início do século XIX

Segundo Balzac, as ruas de Paris no início do XIX tinham “qualidades humanas”. Havia as de “má reputação”, as “nobres”, as “decentes”, e aquelas “cuja moralidade o público ainda não teve tempo de decidir”. A Rue de Montmartre, por exemplo, tinha na ambiguidade sua principal característica. Mesmo antes de se tornar o centro da boemia parisiense – o que se deu na segunda metade do século XIX –, já era famosa pela magnífica estranheza de seus contrastes. Era uma daquelas ruas, descrevia o romancista, “com uma bela cabeça, mas que terminavam em um rabo de peixe”. De um lado, a Igreja Sacré-Coeur (a bela cabeça) coroava a colina de Montmartre; de outro, os prostíbulos e bares de má fama (o rabo de peixe). A rua era uma espécie de síntese de Paris, “maravilha monstruosa” que encerra “contrastos tão grandes e tão estranhos!...” (BALZAC, 2009, p. 27- 29).



IMAGEM 01 - “Vue du Théâtre des Variétés sur le Boulevard Montmartre” (1830), óleo sobre papelão do paisagista veronês Giuseppe Canella (1788-1847). À direita do teatro, podemos ver as duas cúpulas da Passage des Panoramas.

No verão de 1836, quem, por algum motivo particular, explorasse a extremidade elegante da rue de Montmartre, teria diante de si a Paris respeitável e luxuosa. Entre as

fachadas, destacava-se a Passage des Panoramas, espécie de galeria construída em 1799 que reunia lojas, tabacarias, cafés e livrarias. Ali, homens e mulheres dedicados ao estudo e ao pensamento, à poesia e ao prazer intelectual encontrariam refúgio na livraria de Auguste Fontaine, “que se tornaria prestigiosa e forneceria livros para a Corte de Luís Felipe” (ANDRADE, 2009, p.429).

Nesse estabelecimento, um leitor atento às estantes repletas de “livros luxuosos e modernos” (*Idem*, p.429), poderia deparar-se com uma publicação de devotada e patriótica epígrafe: “Tudo pelo Brasil e para o Brasil”. Tratava-se do primeiro número da *Nitheroy, revista brasiliense sciencias, lettras e artes* (à qual nos referiremos, de agora em diante, como *Niterói*³), redigida por Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Manuel Araújo Porto Alegre (1806-1879) e Francisco Sales Torres Homem (1812-1876). Se além de atento, esse leitor fosse também curioso por assuntos relacionados ao Brasil, provavelmente perguntar-se-ia sobre o que tratava tal revista ou quem eram seus redatores. Torna-se imperioso ajudá-lo.

Na época em que *Niterói* vem à luz, Porto Alegre, Magalhães e Torres Homem contavam com 30, 25 e 24 anos, respectivamente. Eles não gozavam os privilégios da nobreza ou as vantagens da riqueza. Seus pais eram comerciantes e profissionais liberais, gente que apostava no estudo e nas graduadas relações para ascender socialmente. Paris representava uma espécie de escala obrigatória para qualquer um com pretensões a uma boa educação e a um futuro mais prestigioso. Ali, a vida de um homem de letras poderia ganhar novos ares e perspectivas. Vejamos o exemplo de Araújo Porto Alegre. Nascido na província do Rio Grande do Sul, foi o primeiro dos três futuros redatores da revista *Niterói* a chegar na capital francesa, o que se deu no ano de 1832. Aluno de Jean-Baptiste Debret (1768-1848) na Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, Porto Alegre acompanhou o mestre quando este foi para Paris, licenciado por motivo de saúde. Lá, ele pôde estudar pintura e arquitetura “com renomados professores e artistas” (ANDRADE, 2009, p.421).

Magalhães e Torres Homem eram amigos de infância e estudaram juntos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Para ambos os estudos em medicina não coincidiram com a real vocação. Ao primeiro encantava a filosofia e a economia

³ Adotamos aqui a grafia atualizada conforme proposta por Andrade (2009).

política, e o segundo tinha nos estudos jurídicos suas simpatias e interesses. Com efeito, partiram rumo ao destino mais conveniente às suas aspirações: Paris. Magalhães trabalhou como preceptor do filho de um rico comerciante brasileiro que vivia na capital francesa até se tornar adido diplomático em 1835, por nomeação do conselheiro José Joaquim da Rocha (1777-1848). A viagem e as primeiras estadias de Torres Homem foram pagas por seu amigo Evaristo da Veiga (1799-1837), com quem trabalhou na *Aurora Fluminense* – folha fundada em 1827 e que tinha Veiga como um de seus redatores⁴. Porto Alegre também recebeu ajuda de Evaristo da Veiga, o que lhe permitiu maior dedicação aos estudos (*Idem*, p.422-423). Em trecho de uma carta enviada ao amigo e protetor, Porto Alegre resume e traduz o estado de ânimo dos três estudantes: “pressentimento de um futuro brilhante” (*Apud* ANDRADE, *op. cit.*, p.422).

É necessário contextualizar tal *pressentimento* para melhor compreender sua historicidade. As premonitórias aspirações de Porto Alegre eram projetadas em uma tela que oferecia possibilidades consideráveis para um estudante ambicioso e bem relacionado. Em 1833, como parte da política de valorização e construção de uma história nacional francesa, proposta pelo governo de Luis Felipe, foi criado o Instituto Histórico de Paris. Tratava-se de uma associação que tinha como objetivo “criar um campo ilimitado de pesquisa, apatidário, tolerante quanto a escolas, sistemas ou opiniões diversas” (ANDRADE, *op. cit.*, p.423). Eugéne Garay de Monglave, um de seus mais destacados membros, “era amigo de D. Pedro I, conhecedor da língua portuguesa, grande entusiasta e estudioso dos assuntos brasileiros” (*Idem*).

Monglave não nutria apenas interesses intelectuais pelo Brasil, possuía mesmo uma grande simpatia, como se pode depreender de uma carta dirigida ao próprio imperador brasileiro, em 22 outubro de 1824, na qual ele solicitava “ser naturalizado brasileiro com toda a minha família”. Também revelava querer passar o final dos dias no Rio de Janeiro e, quando lhe expirasse a vida, ser sepultado “nos bosques do Catete” ou “nas margens de Niterói, onde os netos brincariam felizes” (*Apud* TEIXEIRENSE,

⁴ Segundo Otávio Tarquínio de Sousa, José Apolinário de Moraes (1801-1833), José Francisco Sigaud (1796-1856) e Francisco Cipriano Valdetaro (1805-1862) foram os fundadores da *Aurora Fluminense*, que teve seu primeiro número lançado dia 21 de dezembro de 1827. Sua estreia foi anunciada no *Diário do Rio de Janeiro*: “No dia sexta-feira, 21 do corrente, se há de publicar o primeiro número do novo jornal Político Literário, intitulado – A Aurora Fluminense - que deverá sair daí em diante todas as segundas e sextas-feiras”. Evaristo da Veiga logo aderiria ao projeto e, com o passar do tempo, seria seu redator principal e finalmente o único (SOUZA, 1988, p.55).

2006, p.36). Tamanho entusiasmo com o Brasil talvez justifique a presença de brasileiros no Instituto Histórico de Paris no momento em que Monglave se tornou secretário perpétuo.

“Assim, Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre, e Sales Torres Homem estavam entre os primeiros brasileiros a constar nas atas do Instituto, nas várias classes de história: Magalhães estaria na classe de História das línguas e das literaturas; Porto Alegre, na de História das belas artes, e Torres Homem, na classe de História das ciências sociais e políticas. Assíduos e entusiasmados no período entre 1834 e 1836, sentiam-se prestigiados por ingressar como sócios de um instituto que, conforme consideravam, lançariam seus nomes à posteridade” (ANDRADE, *op. cit.*, p.423-424)

Os brasileiros não somente participaram das aulas como também escreveram algumas *memórias* no *Journal de l'Institut Historique*. Estavam “contagiados pelos debates sobre questões éticas, nacionais, estéticas e culturais” (*Idem*, p.425). Imersos nesse ambiente de pesquisa e reflexão, não tardou para que manifestassem o desejo de compreender e identificar os “alicerces da Nação” brasileira através de uma publicação exclusivamente destinada a pensar sua terra natal. Assim nascia a revista *Niterói*.

O *futuro brilhante* pressentido por Araújo Porto Alegre encontrava termo nos dois tomos de 187 e 262 páginas impressos pela *Imprimerie de Beaulé et Jubin*. A escolha da tipografia localizada no número 8 da rua Monceau St. Germain, seguia uma tendência. Publicações em língua portuguesa tornaram-se comuns na Paris da primeira metade do século XIX. Ente 1800 e 1850 mais de 500 livros em português – de autores lusos e brasileiros – foram ali impressos e publicados. A Imprimerie de Beaulé et Jubin, por exemplo, publicou doze títulos nesse idioma entre 1836 e 1839, ao passo que outra tipografia parisiense, a Pillet Aîné, publicou 48 títulos portugueses entre 1830 e 1848 (MAIA, 2012, p.169). No caso específico da relação Brasil-França, Hallewell afirma que a isenção de tarifas de importação por parte do Brasil favoreceu a produção e o comércio de impressos em língua portuguesa. Essa crescente atividade gráfica e editorial foi protagonizada pelas casas Didot, J. B. Aillaud e Beaulé et Jubin, e contou com a ajuda da instalação no Rio de Janeiro, a partir da metade dos anos 1820, de filiais de livrarias francesas (HALLEWELL, p.65,80,130). Interessante destacar que o próprio Gonçalves de Magalhães imprimiu, também em 1836, uma sátira de sua autoria intitulada *Episodio da Infernal Comedia ou minha Viagem ao Inferno* (BLAKE, 1883, Vol.2, p.217).

Pormenores sobre a circulação de impressos poderiam escapar ao nosso atento e curioso leitor da *Passage des Panoramas*. Isso, contudo, não o impedira de folhear o primeiro tomo da revista e tomar ciência de seu propósito: “desviar-se das habituais discussões sobre cousas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, que os acostumassem a refletir sobre objetos do bem comum, e de gloria da pátria” (Apresentação do Tomo I, 1836). No segundo tomo, ele encontraria os *Suspiros poéticos e saudades*, texto em verso de autoria de Gonçalves de Magalhães. O prólogo dos *Suspiros* defendia a necessidade de uma “linguagem própria” para a literatura brasileira (GONÇALVES DE MAGALHÃES, s.d., p.01). A trajetória para identificar e construir os *alicerces da Nação* deveria passar pelo caminho das letras.

O contato intenso com setores da intelectualidade francesa e com as novas ideias filosóficas que triunfaram no período fez de Gonçalves de Magalhães um “teórico brasileiro da estética romântica e, com efeito, o *Suspiros Poéticos e Saudades* [...] [servisse] como obra defensora do romantismo” (LUNA, 2002, p.14). Ainda que a fortuna crítica de seus versos não seja das melhores – “versejador bocejante”⁵ –, cabe à obra de Magalhães e à revista *Niterói* o mérito inaugural do romantismo brasileiro.

Convém lembrar que, mesmo que de forma fugaz, revistas literárias e científicas existiram no Brasil desde o período Joanino⁶. Estas, porém, estavam ligadas às tradições classicistas da literatura portuguesa (HOLANDA, 1986). Nesse sentido, o caráter precursor da revista *Niterói* deve-se ao fato de, a partir da adoção da orientação francesa, “apresentar um quadro de desenvolvimento da sociedade brasileira sob o prisma das artes, das letras e da economia, além de esforçar-se em afirmar a existência de uma literatura nacional” (ANDRADE, *op. cit.*, p.420). O que isso significava?

Uma das características marcantes do Romantismo advém da noção de tempo em mudança. Os românticos vivenciaram a queda do Antigo Regime e a ascensão da burguesia como agente histórico. Isso implicou na emergência de uma compreensão acerca da experiência social cada vez mais pautada por suposições históricas, ao mesmo

⁵ É de Moisés (1984, p.31) a descortês referência.

⁶ Segundo Andrade (*op. cit.*, p.441), traziam seções literárias os jornais *Variedade ou ensaios de literatura da Bahia* (1812) e o *Patriota* (1813 e 1814). No Primeiro Reinado também é possível considerar os *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura*, de 1822, o *Jornal Científico, Econômico e Literário*, de 1826, a *Revue Brésilienne* e o *Beija-Flor*, de 1830. Na Regência, a *Revista da Sociedade Filomática*, em 1833.

tempo em que os valores absolutos, herdados da tradição clássica, perdiam força⁷. Não seria mais possível “acreditar em valor algum sem pensar em relatividade e delimitações históricas” (HAUSER, 1998, p.671). Gonçalves de Magalhães compreendeu e apropriou-se desses princípios ao considerar o romantismo proposto pela revista *Niterói* “uma nova ideia” que demandava um “novo termo” (GONÇALVES DE MAGALHÃES, *Op. cit.*).

Na primeira metade do século XIX, publicações de vários países, assim como a *Niterói*, “assumiram importante papel no debate estético e literário que conduziu à afirmação do romantismo” (ANDRADE, 2009, p.418). Esse movimento tinha na França o seu epicentro, e multiplicava-se nas regiões sob sua influência. Em maior ou menor intensidade, por todo o Ocidente defendia-se que as letras deveriam assumir a responsabilidade pela “história espiritual de uma nação” (*Idem*, 2009, p.437). No Brasil, essa novidade, anunciada por Magalhães, Torres Homem, Porto Alegre e demais colaboradores⁸, tornou-se também responsável pelo nosso grito de independência literária.

Magalhães resume em três pontos a via romântica proposta pelo grupo da *Niterói*. Primeiro, a recusa da autoridade estética classicista: “nenhuma regra seguimos”. Segundo, a definição de um novo vocabulário: “algumas palavras acharão neste livro que nos dicionários se não deparam”. Terceiro, a promoção da literatura romântica como aperfeiçoamento moral a evocar “aquele estado de sentimento e imaginação necessários à conduta correta e à felicidade humana” (NASCIMENTO, *op. cit.*, p.20). A partir desses pilares

“o romantismo possibilitou uma mudança de foco na mentalidade tornando-se a expressão da juventude burguesa [...]. O *novo* abre espaço na sociedade [...]. Para dar conta de tanta modificação nada mais natural que uma nova forma estrutural se configure. Assim, o romantismo e sua ausência de padrão e regulamentação possibilitam a afirmação de um gênero novo: o romance” (*Idem*, p.20).

As mudanças na linguagem literária propostas pelo romance moderno representavam, em certa medida, um diálogo com gêneros já consagrados, como o teatro popular e, mais precisamente, com o melodrama. O novo gênero seria uma

⁷ Cf. Nascimento (2010), principalmente o primeiro capítulo, intitulado “O Romantismo”.

⁸ Além dos editores, assinaram artigos na revista *Niterói*, Cândido de Azeredo Coutinho, Eugéne de Monglave, A. de S. Lima de Itaparica, Silvestre Pinheiro Ferreira, C. A. Taunay, J. M. Pereira da Silva.

espécie de “tragédia popularizada, ou corrompida” (WATT, 1990, p.121). Por tratar-se o melodrama de um gênero popular, de fácil acesso, nada mais plausível que utilizasse uma linguagem mais próxima do cotidiano. E foi justamente essa característica que proporcionou a popularidade do romance (NASCIMENTO, 2010, p.68; HAUSER, 1998, p.677). A novidade também era representada pelo público leitor, cada vez maior e diversificado.

O início do século XIX não testemunhou somente o aumento no número de leitores mundo afora. Os editores também cresciam quantitativamente e passaram a perceber o romance como veio comercial a ser explorado em escala não antes imaginada. Mais uma vez a experiência francesa é exemplar para compreender esse fenômeno. Durante a década de 1830, ocorreu na França um grande crescimento do público leitor. Ao mesmo tempo, eram lançadas as bases para profundas mudanças jornalísticas que seriam responsáveis pelo aumento exponencial no número e na variedade impressos. Não foram poucos os que se lançaram em busca de um lugar ao sol no alvorecer dessa imprensa em extraordinária expansão. Um deles teria muito êxito e se tornaria célebre: o jornalista Émile de Girardin (1804-1855).

Na segunda metade da década de 1830, Girardin, “na intenção de aumentar as vendas de sua folha”, destinou o espaço no rodapé da primeira página ao entretenimento (OLIVEIRA, 2002, p.13). Essa forma de diagramar as páginas de um periódico remontava ao início do século XIX e tinha como marco de origem “os artigos do abade Geoffroy, encarregado da crítica teatral no *Journal des Débats* [...]. [Publicados] [...] com regularidade a cada dois ou três dias, entre 1800 e 1814, [tais artigos] ocupava[m] o espaço do rodapé com críticas da produção teatral e operística francesa” (GÍSLASON, 1992, p.30). Os artigos de Geoffroy gozavam de bom apreço entre os letrados devido ao seu estilo que combinava erudição acadêmica com a leveza da escrita jornalística⁹.

Originalmente destinado a um círculo de leitores eruditos, o rodapé passou – a partir de Girardin – a ser explorado em seu potencial comercial e popular. Assim, no dia 5 de agosto de 1836, saía no rodapé de *La Presse* o primeiro capítulo de *Lazarillo de Tormes*, “adaptação de uma novela espanhola do século XVI” (NASCIMENTO, 2010,

⁹ Entre as credenciais acadêmicas de Geoffroy destaca-se a formação na Faculdade de Artes da Academia Francesa e professor de retórica do Collège de Navarre e Collège Mazarin em Paris. Foi também editor do jornal literário *L'Année littéraire* (1776-1790) e do periódico governista *L'Ami du roi* (1790-1792). (GÍSLASON, 1992, p.30).

p.41). Estava criado o *romance-folhetim*. A novidade tinha o intuito ao mesmo tempo prosaico e poderoso: “gerar prazer e bem-estar aos leitores ou ouvintes de jornais cansados de verem os enfadonhos reclames oficiais ocuparem as páginas dos periódicos” (NADAF, 2009, p.120).

O ano de 1836 testemunhou tanto o nascimento dos romances seriados em folhetim quanto a publicação da revista *Niterói*. A coincidência de datas inscreve-se em um contexto marcado pela revolução na imprensa, na qual a França era um “verdadeiro epicentro” que promovia uma crescente revoada de impressos (COOPER-RICHET, 2009, p.121). Na literatura de ficção, o romance moderno tornava-se “cada vez mais generalizado”, e encontrava na imprensa periódica uma base jamais antes alcançada, sob a forma do romance-folhetim (MORETTI, 2003, p.181). O mesmo processo de generalização se observa em outros tipos de publicações, como as revistas literárias. Com suas páginas impressas em Paris, o caso da *Niterói* nos é particularmente significativo por também representar um projeto de construção de uma nova identidade para o Brasil.

Nas seções a seguir, os romances-folhetins, a imprensa e o manifesto da *Niterói* nos servirão como fios condutores para compreender os caminhos que as letras impressas seguiriam no Brasil no início do século XIX.

1.2. A imprensa e os impressos na corte do Rio de Janeiro pós-independência

Segundo seus editores, a revista *Niterói*, ao “desviar-se das habituais discussões sobre cousas de pouca utilidade”, denunciava indiretamente um ambiente considerado pouco propício para o pensamento e promoção da “glória da nação”. Entretanto, eles estavam cientes “das comoções da nossa pátria”. Vejamos mais de perto como eram estas comoções.

O Brasil vivia os anos pós-Independência e buscava sua autonomia literária por meio de um movimento que demandava “autoconsciência técnica e crítica” (COUTINHO, 1997, p.14). Empreendimento relevante, tratando-se de terras há pouco saídas da condição de colônia. Vale lembrar que, no início do século XIX, “não tínhamos aqui tipografia nem livraria e qualquer espécie de papel impresso só podia vir

de Portugal [ou de qualquer outro país] depois de passar pelo crivo da censura” (BROCA, 1979, p.42). A vinda da família real e a consequente criação da Imprensa Régia representou um avanço, ainda que tardio. Hipólito da Costa (1744-1823) avaliaria assim a chegada da tipografia: “tarde, desgraçadamente tarde: mas, enfim, aparecem tipos no Brasil; e eu de todo o meu coração dou os parabéns aos meus compatriotas” (**Correio Braziliense**, outubro de 1808, *apud* BAHIA, 2009, p.25).

O início das atividades de imprensa no Brasil, porém, seguiu um viés estritamente oficial. O governo mantinha o controle sobre a imprensa¹⁰ ao mesmo tempo em que proporcionava o incremento técnico para a atividade. Dom Pedro I contratou o francês Pierre Plancher (1779-1844) e lhe conferiu a responsabilidade de promover um salto qualitativo com a introdução do processo de impressão conhecido como litografia (HALLEWELL, 1985, p.73). Criada em 1798, a novidade tipográfica se generalizou na Europa a partir de 1815, provocando impactos inclusive no vocabulário cotidiano.

Em um de seus romances, Honoré de Balzac (1799-1850) nos informa que, com a invenção da prensa mecânica, a antiga expressão “fazer gemer a prensa”, utilizada para se referir ao movimento das impressoras em madeira, aos poucos perdia sentido. Ambientada na pequena comuna francesa de Angoulême, a primeira parte das *Ilusões perdidas* (1836) traz o conflito entre um velho tipógrafo e seu filho. A trama tem como pano de fundo os impactos causados pela transição técnica da imprensa e, através das angústias e interesses de seus personagens, Balzac sugere que aos “velhos instrumentos” restaria gemer sua agonia nas áreas mais provincianas. Refúgio derradeiro onde a “atrasada” técnica tipográfica contava com “uma supersticiosa afeição” que não resistiria por muito tempo ao avanço das “devoradoras prensas mecânicas” (BALZAC, 2007, p.37).

Plancher testemunhou e vivenciou essa transição tipográfica e o modo de produzir e fazer circular os impressos. Aos vinte anos, tornou-se oficial compositor em

¹⁰ “A atividade editorial, embora insipiente, estava sob o controle do Poder real que se instalara na Colônia, cujo primeiro ato significativo ocorreu mais tarde, quando D. João VI deixou o Brasil em 1821 e decretou, no dia 2 de março, a abolição da censura prévia e regulou a liberdade de imprensa até que fosse elaborada uma nova regulamentação. Sabe-se que o decreto não terminou com a censura, mas alterou a maneira de exercê-la, sendo aplicada nas provas impressas, e não sobre os originais manuscritos” (CARVALHO, 1996, p.01)

uma grande oficina parisiense e logo foi promovido a gerente. Em 1815, com a herança deixada por um rico membro da família, obteve capital necessário para abrir sua própria oficina. O negócio prosperou e seu êxito comercial e prestígio pareciam insuflar sua verve política. Bonapartista convicto, publicou panfletos contra a família real, que havia restabelecido a monarquia em 1815. No início da década de 1820 foi processado duas vezes e teve importantes projetos gráficos suspensos pelos órgãos censores de Luis XVIII. A situação ficou insustentável e o exílio surgiu como única via para se manter em atividade.

Em 1824, encontramos Plancher em uma loja no nº95 da Rua do Ouvidor, na Corte do Rio de Janeiro. Destino longínquo, mas não surpreendente, segundo nos explica Laurence Hallewell.

“O Brasil, destacadamente presente nas notícias em virtude de sua então recente declaração de independência, já possuía fortes laços culturais com a França; livros franceses já eram importados em volume razoável e uma boa parte do comércio de livros existente estava nas mãos de franceses. [...] Politicamente, a situação era tudo o que ele poderia desejar. [...] O país era, então, uma monarquia liberal, chefiada por um jovem tão imbuído das ideias napoleônicas quanto o próprio Plancher” (HALLEWELL, 1984, p.141).

A licença concedida por D. Pedro I a Plancher – somada ao pomposo título de Impressor Imperial – teve como contrapartida publicações favoráveis ao monarca: “sua editora contribuiu, ao lado do governo, para o panfletarismo político da época” (*Idem*, p.142). O Impressor Imperial, entretanto, não podia descuidar-se da concorrência comercial que vivia um estágio ainda incipiente, mas não o suficiente para que se pudesse negligenciá-la. Na mesma Rua do Ouvidor instalaria-se, por exemplo, a livraria do também francês Louis Mongie que, segundo lembraria anos mais tarde Joaquim Manuel de Macedo, oferecia “boas obras vendidas a preço que não o prejudicava, mas não aturdiava o comprador”¹¹. Foi nesse contexto de concorrência que Plancher publicou, em 1826, “a primeira novela brasileira, *Statira e Zoroastes*”, de Lucas José Alvarenga. Além do pioneirismo, a publicação trazia a marca da “ficção didática que buscava divulgar as ideias políticas do liberalismo” (HALLEWELL, *op. cit.*, p.142). A

¹¹ Segundo Macedo, a livraria de Mongie abriu suas portas em 1836, doze anos após Plancher iniciar suas atividades. A diferença dos anos, porém, não nos impede de notar o dinamismo econômico que adquiriu a rua, principalmente após a chegada dos comerciantes franceses: “mas estava escrito que a *Rua do Ouvidor*; que aliás já contava boas casas comerciais portuguesas e inglesas, somente iria florescer e primar na cidade do Rio de Janeiro depois de tornar-se rua francesa” (MACEDO, s/d, p.136).

publicação da novela buscava ao mesmo tempo agradar o público leitor e solidarizar-se com o governo.

Na virada do século XVIII para o XIX, a França consolidava sua transição do Antigo Regime ao Estado liberal e constitucional, o que trazia a necessidade da publicidade dos atos do governo. Antes, cabia ao monarca quase todo o papel público, mas agora que, em teoria, a governança estava nas mãos do povo, as questões de Estado deveriam estar à vista de todos. Um dos frutos dessas mudanças, a declaração dos *Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789, em seu artigo XI, afirmava: “a livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos a essa liberdade previstos na lei” (*Apud*, HUNT: 2009, p.225). Vivia-se uma nova era para a imprensa. Cabe lembrar que os revolucionários “carregavam prelos em seus desfiles cívicos [...] [e] reservaram um dia no calendário revolucionário para comemorar a opinião pública” (DARNTON, 1990, p.16).

Como vimos acima, o ano em que Plancher instalou sua primeira tipografia em Paris, 1815, coincide com a Restauração Bourbon. O monarca restaurado Luis XVIII depararia-se com uma imprensa forjada pela noção de que os cidadãos poderiam participar do debate público e fiscalizar o governo. O rei sabia que reverter esse quadro aos moldes absolutistas do Antigo Regime seria algo impossível. A solução adotada foi aparelhar os órgãos de fiscalização e censura. O exílio de Plancher no Brasil é um exemplo a evidenciar a eficiência dessa solução. Vejamos o que o editor francês encontrou por aqui.

No Brasil, a ideia de liberdade para a imprensa demorou a se consolidar. Os primeiros impressos brasileiros, publicados no Rio de Janeiro e datados de 13 de maio de 1808, eram decretos da Coroa, documentos oficiais para viabilizar o funcionamento de um Estado que ainda se adaptava à sua nova sede. No dia 10 de setembro daquele mesmo ano, a prensa que viera de Lisboa no porão da nau *Medusa*, trouxe à tona o primeiro periódico brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que seria o único jornal publicado no Brasil até 1821 (LUSTOSA, 2004, p. 56). Esse periódico nada mais era do que uma adaptação da antiga *Gazeta de Lisboa*, criada em 1715. Como órgão oficial do governo, a *Gazeta do Rio de Janeiro* era altamente controlada. Antes de serem enviados

para a prensa, nada menos que o próprio D. João e seu ministro, o Conde de Linhares, faziam a leitura dos originais. Censuravam, aqui e ali, o conteúdo que lhes soasse inadequado. Ainda que sob forte controle, é inegável a relevância desse jornal para o desenvolvimento da imprensa no Brasil (*Idem*, p. 58).

Entre 1813 e 1822 a *Gazeta do Rio de Janeiro* passou a ser redigida por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838). Um dos responsáveis por incrementar a vida editorial da Corte, foi “personagem central na constituição da imprensa e das instituições científicas no Brasil das primeiras décadas do século XIX” (KURY, 2011, p.115). Também no ano de 1813, ele criou a primeira revista brasileira, *O Patriota*, periódico que oferecia “aos leitores do Brasil o léxico internacional referente às ciências e às artes” (*Idem*, p.120). Destaca-se também a atuação de Hipólito da Costa, criador do *Correio Brasiliense*, jornal editado e impresso em Londres, mas que teve grande recepção no Brasil. No período joanino, eram proibidas quaisquer outras publicações que não as oficiais. Entretanto, era possível encontrar o *Correio Brasiliense* sendo lido, vendido e anunciado na corte sem maiores dificuldades.

A década seguinte à chegada e instalação de D. João foi marcada pela simpatia manifestada pela elite local com o regime. Em 1815, o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. A antiga capital da colônia passou a gozar os privilégios da sua conversão em centro do império português. Antônio Cândido nomeia essa época de “ciclo literário de preito ao Rei”, que representou um “caudal de adulação” promovido por aqueles literatos “deslumbrados por tanta novidade” (CÂNDIDO: 2000, p.209). Entre as aclamadas novidades estavam o Teatro Real de São João, o Horto Real, a Biblioteca Real, a Academia Real de Belas Artes, a Academia Real Militar, a Escola Cirúrgica, Anatômica e Médica, o Banco do Brasil, a imprensa e órgãos administrativos. Em 1816 desembarcaria na Corte a Missão Artística Francesa, “contratada para atualizar o gosto e a técnica no novo império” (COSTA, 2002, p.63)¹².

A gratidão pelo rei era manifestada em livros, dedicatórias e artigos de jornal. À revelia dos ventos ameaçadores que sopravam da Revolução Constitucionalista do Porto, ocorrida em agosto de 1820, a imprensa do Rio de Janeiro mantinha um tom

¹² A vinda da Missão Francesa é um debate ainda não pacificado na historiografia. Entre as análises, encontram-se as que destacam a importância de D. João VI no desenvolvimento e viabilização do projeto, e outras que o desvinculam de qualquer convite realizado pela corte (cf. DIAS, 2016). Entretanto, há certo consenso em considerar a simpatia da Corte com a vinda da Missão Francesa.

amistoso para com o monarca. O ano de 1821 marcaria o fim da trajetória da *Gazeta do Rio de Janeiro* como o único jornal impresso no Brasil. Os novos títulos que surgiram, porém, reafirmavam a retórica solidária à D. João. Nesse aspecto os títulos são significativos, *O Conciliador do Reino Unido*, *O Bem da Ordem*, *O Amigo do Rei e da Nação* (LUSTOSA, 2004, p.39).

Se no início de 1821 a imprensa do Brasil, submetida ao esforço de controle e censura promovido pelo governo, adotava o tom da conciliação, este não refletia o cenário político de Portugal. Em Lisboa, uma junta revolucionária havia tomado o poder em meados de 1820. Esse movimento ficaria conhecido como Revolução do Porto, e tinha como principal bandeira exigir do monarca seu retorno a Portugal e obediência à Constituição. A emergência das agitações revolucionárias deu-se durante a ausência do general William C. Beresford, que viajara à Corte brasileira para reunir-se com o monarca¹³. A reunião visava definir estratégias para lidar com o crescimento das agitações. Em seu retorno a Portugal, Beresford encontrou o movimento espalhado pelas demais cidades portuguesas e os insurgentes preparados para o confronto. A situação delicada não permitiu ao general desembarcar em Lisboa, levando-o a bater em retirada para a Inglaterra (MORAES FILHO: 1972, p.71-72).

Tais notícias chegaram ao Brasil dois meses depois¹⁴, provocando a adesão de tropas portuguesas baseadas no Pará, na Bahia e no Rio de Janeiro. Diante do iminente motim, em fevereiro de 1821, o rei concordou jurar fidelidade à Constituição que estava ainda para ser elaborada. D. João ia além, ao afirmar que “em seu nome e da sua família, já havia dado expressa, absoluta e decisiva aprovação àquela Constituição, ao mesmo tempo que anuncia a sua volta para Lisboa, para acompanhar de perto os trabalhos constituintes” (*Idem*, p.73). Na imprensa, essa súbita e forçada adesão ao constitucionalismo refletiu-se no abrandamento da censura régia. Tal mudança favoreceu a proliferação e circulação de panfletos e periódicos de oposição ao monarca. Ora, “no lugar da univocidade da linguagem [...], a polifonia proporcionada pelos

¹³ Em 1820, a intervenção Britânica em Portugal, iniciada no ano de 1807, era chefiada pelo militar inglês. Beresford havia comandado as tropas inglesas na campanha que resultou na expulsão das tropas napoleônicas de Portugal (LIMA: 1996).

¹⁴ “No princípio de outubro nem o rei nem ninguém no Rio de Janeiro sabia que tinha havido uma revolução liberal no Porto a 24 de agosto [...]. No dia 17 de outubro chegaram as primeiras informações ao Paço Real [...]. As reações foram de grande perplexidade e de inquietação” (ALÇADA *et. al.*, 2011, p.238).

diversos jornais [de oposição] que se propuseram a entrar no debate e conquistar o público para suas ideias” (LUSTOSA: 2003, p.94).

A imprensa passou a ter uma função de grande relevância política como agente de “gestação de um espaço de debate público e novas formas de sociabilidades políticas” (SLEMIAN: 2007, p. 36). Grupos políticos redigiam novos jornais para defender suas ideias, dar publicidade aos seus atos e atacar adversários. Mesmo quando seus editores não eram políticos de ofício, os jornais estariam sempre sob a esfera de influência de algum grupo que se utiliza dele como instrumento de pressão (LUSTOSA, 2004, p.27).

Atenuada a censura, a imprensa participou ativamente dos desdobramentos políticos que culminariam na independência, em setembro de 1822. Inúmeros periódicos que circulavam na Corte traziam em suas páginas o ideário liberal. Jornais como o *Revérbero Constitucional Fluminense* e *A Malagueta* exigiam a imediata emancipação. Já o *Correio do Rio de Janeiro* eram mais moderado e sugeria uma assembleia constituinte para realizar a transição. Mesmo as folhas mais conservadoras e próximas ao monarca, como *O Despertador Brasiliense*, *O Espelho* e *O Conciliador do Reino Unido* de alguma forma, defendiam a autonomia. Entretanto, o que dava o tom na imprensa eram as acaloradas divergências entre os grupos políticos: “foi uma época de grandes disputas verbais, e pode-se dizer que a Independência foi sendo conquistada *pari passu* através das campanhas jornalísticas” (LUSTOSA: 2003, p.93).

No vozerio dos impressos, o insulto tornou-se moeda vulgar. Nenhuma reputação, por mais ilibada, era inatingível, nenhuma glória, por mais pura, era intocável, nenhuma autoridade, por mais sedimentada, era indiscutível. Revoavam os libelos com suas páginas repletas de insinuações maledicentes, piadas, mofas, troças, acusações veladas e frontais. Era o tempo dos insultos impressos, no qual, “protegidos pelo direito ao anonimato, redatores e correspondentes se valiam de tudo para atacar: da mais sofisticada retórica aos aforismos; dos remques aos longos e elaborados manifestos políticos; de insultos a palavrões” (*Idem*, p.94).

A atmosfera política ficou ainda mais inflamável no final de 1822. Ao ser aclamado imperador, em dezembro daquele ano, Dom Pedro I, ao contrário do que anunciara seu pai em 1821, não se comprometeu com a Constituição futura. Isso criou

“um clima insuportável para a imprensa” (SODRÉ, 1983, p.61). A ascensão do absolutismo fez cair por terra os tímidos avanços até então observados. Para o novo monarca, governar significava tomar medidas duras, não raro violentas, como “suprimir todas as manifestações de liberdade, inclusive e principalmente a da imprensa” (*Idem*, p.82). A censura recrudesciu e “só foi interrompida cinco anos depois, abolida pelo decreto de agosto de 1827; [até então,] para encontrar jornais livres era preciso viver nas áreas rebeladas, como em Pernambuco de 1824” (*Idem*, p.84).

Durante todo o Primeiro Reinado (1822-1831), a imprensa funcionou como tribuna e termômetro do cenário político. Para os editores dos jornais de oposição, o iminente veto às palavras significou riscos além da censura. Alguns exemplos são contundentes desse ambiente de insegurança vivido pela imprensa não áulica. Luis Augusto May (1782-1850), editor de *O Malagueta* (1821), “usava uma linguagem apaixonada e radical que incomodava o governo. Sofreu vários atentados. Devido a um deles, ficou aleijado da mão esquerda” (RIBEIRO: 2007, p.05). Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, do *Revérbero Constitucional Fluminense* (1821), exigiam nas páginas de seu jornal um imperador constitucional. Foram forçados a abandonar o país semanas após proclamada a Independência. Também por reclamarem a submissão do imperador à constituição, *O Tamoio* (1823) foi fechado e seus redatores, os ilustres irmãos Andrada, presos. O mais velho deles, José Bonifácio (1763-1838), chegou a ser exilado, retornando ao Brasil somente em 1829. Em Pernambuco, Frei Caneca (1779-1825) também ficaria preso por quatro anos devido à sua atuação como editor do *Tífis Pernambucano* (1823) (*Idem*, p.05-06).

Abolida a censura em 1827, a imprensa oposicionista retomava seu posto da arena política. As críticas partiam principalmente do grupo político conhecido como *farroupilhas* e não se dirigiam somente ao monarca; atingiam também deputados, ministros e altos funcionários do governo. Desde 1829 os *farroupilhas*, “portadores de ‘ideias liberais muito avançadas’”, se reuniam em sociedades secretas e “preparavam uma revolução contra o regime monárquico” (CARDOSO, 1997, p.09). Em 1831 os *farroupilhas* seriam determinantes na criação de um ambiente favorável ao afastamento do imperador.

Atento a essa conjuntura, o ministro da justiça, Diogo Antonio Feijó, em relatório apresentado numa sessão ordinária da Assembleia Geral Legislativa,

considerava que a “licença de escrever” seria uma “imoralidade” em um ambiente de “liberdade ainda mal firmada e pouco esclarecida”. Situação temerária na qual

“Qualquer homem sem letras e sem costumes espalha impunemente princípios falsos, ataca a vida particular e pública do cidadão honesto, inflama as paixões e revolve a sociedade. Temos lei, é verdade, que castiga estes abusos, mas é ainda insuficiente para reprimi-los. O escritor descobre muitos meios de escapar à responsabilidade, e sendo tão graves as consequências do abuso de escrever, é contudo o crime mais favorecido pela lei existente” (FEIJÓ: 1831, p.09-10)¹⁵

Na pressa de manifestar seu mal estar com as folhas de oposição, o indignado ministro esqueceu-se de citar o fato de o próprio monarca ter recorrido a semelhantes estratégias retóricas. Ainda em 1822, o imperador, escrevendo anonimamente¹⁶ no jornal *O Espelho*, referiu-se assim ao redator e fundador do *Correio do Rio de Janeiro*: “V.M. não é escritor. Não é coisa alguma na república literária. É um triste rocinante”¹⁷. Inflamada de paixões e partidarismos, a pena real não hesitava em lançar mão “de uma linguagem grosseira, com palavrões e termos de baixo calão” (RIBEIRO: 2007, p.05).

Redigido em 1831 e publicado em 1832, o relatório do ministro Feijó acenava com saudade aos tempos de uma imprensa controlada com rédeas mais curtas e que garantia ao governo relativo conforto para agir em um “ambiente de manobras de bastidores” (PRADO JR.: 1972, p.48). Ainda na época da emancipação, em 1822, a hostilidade da imprensa dirigia-se às Cortes portuguesas e não afetava a imagem de D. Pedro, tido como indispensável para a unidade e integridade do país (LUSTOSA, 2000, p.60). O Príncipe Regente tinha ao seu redor a simpatia e o apoio da elite dominante, assim, “fez-se a independência praticamente à revelia do povo; e se isso lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política” (PRADO JR.: 1972, p.48).

No ano de 1831, entretanto, “a *persona* de Pedro I passa[va] a ser cada vez mais depreciada na imprensa pela corrente reconhecida como liberal, que o definia como

¹⁵ FEIJÓ, Diogo Antonio. “Relatório do ex-ministro da justiça”. 1831. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1822/000011.html>.

¹⁶ Cf. Ribeiro (2007), p.05.

¹⁷ **O Globo**, 07 de março de 2015, “Jornais do início do século XIX traziam retratos da sociedade e polemizavam sobre monarquia”, disponível em <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/jornais-do-inicio-do-seculo-xix-traziam-retratos-da-sociedade-polemizavam-sobre-monarquia-15526877>

tirano e absolutista” (PANDOLFI: 2006, grifos no original)¹⁸. É nesse contexto que situam-se as denúncias de Feijó contra o “abuso de escrever”. Abuso que galvanizava a “opinião pública”¹⁹ em torno da causa *farroupilha*. Além dos setores da elite e da classe média preteridos das altas posições do governo, a insatisfação com o monarca reunia também as camadas populares. A complicada situação aproximava-se de seus momentos mais dramáticos. A Noite das Garrafadas representou o desencadear irresistível dessa crise. Exemplar fecundo para entendermos como a imprensa ganhava destaque e força como agente político.

A Noite das Garrafadas foi uma sucessão de conflitos ocorridos no Rio de Janeiro entre os dias 11 e 16 de março de 1831. A região central da Corte era ocupada principalmente por portugueses e suas casas de comércio. Dali surgiu a ideia de promover grandes festejos em torno de D. Pedro I, que regressava de longa viagem a Minas. Estavam previstas bandas de música, fogos de artifício, bandeiras, fogueiras e luminárias. Mas uma multidão de *farroupilhas*, liderada pelos jornais de oposição, como *O Tribuno do Povo* e *O Repúblico*, reuniu-se no Rocio para organizar uma reação. Não permitiriam festejos para um imperador que recusava a Constituição (RIBEIRO, 2002, p.76). Às acusações e insultos em letra de forma somaram-se as refregas físicas.

Durante os embates, os portugueses atiravam garrafas, vidros quebrados, litros de aguarrás e gritavam, “Morra *O Repúblico*, à fogueira com *O Repúblico*”²⁰. Por sua vez, *O Repúblico* conclamava em 16 de março: “Ou Liberdade, ou Morte, eis o que toca a todos os corações brasileiros”. No mesmo sentido, *O Tribuno do Povo* chamava o imperador de “traidor” e criticava por seu “péssimo governo”²¹. Setores militares, principalmente os de menor posto na hierarquia, também foram para as ruas manifestar suas insatisfações. O editor d’*O Repúblico*, Borges da Fonseca, “possuía um elo com os setores médios e com os segmentos populares da sociedade” (PANDOLFI, 2012, p.286). Dispondo de influência na caserna, o redator empenhou-se ativamente para

¹⁸ O artigo não é paginado. No arquivo disponível na internet, a citação está na folha 6. Disponível em <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/ORDEM%20ALFAB%C9TICA/Fernanda%20Cl%20E1udia%20Pandolfi.pdf>

¹⁹ No processo de formação de uma “opinião pública”, diversos meios de comunicação relacionam-se, palavra impressa e linguagem oral se interagem, moldam e expressam uma “opinião pública” (DARNTON, 1998).

²⁰ Relato de Antonio Borges da Fonseca, editor d’*O Repúblico*, *Apud* Fonseca (2012).

²¹ Carta assinada por “Um Brasileiro Livre”, publicado no número 26, em 31/03/1831.

acirrar os ânimos insatisfeitos²². Além dos militares, era possível encontrar nas ruas centrais da Corte, grupos que chegavam a contar com até 50 homens – entre os quais negros e mulatos – armados de cacetes, facas e pistolas. Esses grupos interpelavam “transeuntes – preferencialmente portugueses – com a pergunta: ‘quem viva?’; a resposta esperada era a ‘Constituição’, o ‘federalismo’ ou mesmo a ‘república’, e, logo, Ai de quem respondesse ‘D. Pedro I’. O infeliz seria incontinentemente morto”²³ (SEIDLER, 1980: 296).

Em meio ao crescente sentimento antilusitano, festejar um imperador que não atendia às expectativas dos brasileiros – e sim de “homens de pouca representação” – seria algo ridiculamente inaceitável:

“As festas, as músicas, os foguetes, as fogueiras, os arcos, os versos, os elogios, os vivas, e todas as mais ridicularias semelhantes de nada valem, principalmente quando seus autores são homens de pouca representação nos países, onde vem mendigar o sustento, que a mão pátria lhes negara, quem deve há de pagar” (Tribuno do Povo, 17 de março de 1831, p.98, *apud* PANDOLFI, 2007, p.100).

Ao condenar os *versos* e outras *ridicularias* em louvor ao monarca, o redator do *Tribuno* reagia com... versos:

“Trema, trema a vil traição,
Seu plano será frustrado;
Que o Brasil já tem jurado
Manter a Constituição,
Se homens vis, sem criação
Se porcos, vis estrangeiros
Se julgam bravos guerreiros,
Eia, ao campo e lá verão
Que ser livre, escravo não,
É dever dos Brasileiros”
(Tribuno do Povo, 24 de março de 1831, p. 106. *apud* PANDOLFI, 2007, p.107)

A *Noite das Garrafadas* era o prenúncio da grave crise institucional que culminaria na abdicação de D. Pedro I. Vendo minguaem sua aceitação e apreço, o monarca tentou uma medida conciliatória ao nomear um ministério mais liberal e composto por brasileiros. A solução mostrou-se inócua e tardia e durou apenas 15 dias. No dia 05 de abril, sob a alegação de terem se recusado a reprimir as manifestações populares, D. Pedro demitiu todos os ministros brasileiros. Formou-se então o

²² Voltaremos a falar dos militares no capítulo 4.

²³ Trata-se da memória de Carl Seidler, oficial alemão que estivera no Rio de Janeiro a serviço do exército brasileiro.

Ministério dos Marqueses, constituído tão somente por fidalgos da aristocracia portuguesa. Os *farroupilhas*, enfurecidos, vociferavam: “Abaixo o Ministério!”, “Abaixo o Imperador!”, “Pro inferno esses diabos!” (SEIDLER: 1980, p.293). O descontentamento parecia ter chegado ao seu ápice, conforme expresso no desejo de um *corpulento mulato*: “Que prazer seria dar uma facada nesta canalha portuguesa” (*Idem*, p.299).

Diante do clima politicamente insustentável, D. Pedro abdicou em 07 de abril de 1831, e partiu imediatamente para Portugal, deixando o primogênito herdeiro ao trono sob a tutela de José Bonifácio e o controle do governo com a Regência. Bonifácio, que após retornar do exílio adotara uma posição de neutralidade, manteve-se afastado da efervescência política da corte. Assentou moradia na ilha de Paquetá até o imperador redigir o seguinte decreto: “nomeio tutor do meu amado e prezado filho ao muito probo, honrado e patriótico cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, meu verdadeiro amigo” (REZENDE, 1963, p.210)²⁴. Nas ruas da Corte, o clima era de comemoração: “Vivam os valentes e heroicos Brasileiros, vivam os habitantes desta leal e heroica cidade do Rio de Janeiro”. Embalados pelo ardor patriótico, grupos mais excitados extravasaram a emoção em violência: “arrombaram e saquearam lojas e vendas dos portugueses” (PANDOLFI, 2012, p.190).

Passadas as agitações, enquanto já cruzava o Atlântico a bordo da nau inglesa *Warspite*, o rei abdicante escreveu a seguinte carta, datada de 12 de abril:

“Não sendo possível dirigir-me a cada um dos meus verdadeiros amigos em particular para me despedir e de lhes agradecer ao mesmo tempo os obséquios que me fizeram e outrossim para lhes pedir perdão de alguma ofensa que de mim possa ter, ficando certos que se em alguma coisa os agravei foi sem a menor intenção de ofendê-los; faço esta carta para que, impressa, eu possa deste modo alcançar o fim a que me proponho. [...] Adeus pátria, adeus amigos e adeus para sempre” (**Jornal do Commercio**, 16 de abril de 1831, *apud* FUTATA, 2008, p.94).

Conforme a solicitação real, a carta foi impressa. Pierre Plancher, que em 1827 fundara o *Jornal do Commercio*, anunciou na edição do dia 15 de abril: “Amanhã vender-se-á em casa de Seignot-Plancher a carta de despedida do ex-Imperador litografiada segundo o original do próprio punho de D. Pedro” (**Jornal do Commercio**,

²⁴ “Não se encontram explicações sobre a escolha de D. Pedro, o qual retirou José Bonifácio do exílio político que o próprio imperador decretara. [...] A atuação de Bonifácio como tutor seria, porém, breve. Já em 1834 a tutoria passou para as mãos de Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, marquês de Itanhaém, pertencente a rica família da corte e de Minas Gerais” (SCHWARCZ, 1998, p.650)

15 de abril de 1831, p. 03, *apud* FUTATA, *op. cit.*, p.96). A confiança devotada por D. Pedro I à imprensa para garantir publicidade e alcance à sua carta denota a importância e abrangência alcançada pelos periódicos no cenário político. O Primeiro Reinado chegava ao seu fim. Os jornais teriam agora na Regência o seu mote privilegiado.

Consumada a abdicação e o conseqüente triunfo liberal, a imprensa brasileira experimentou um momento de modernização e crescimento. Em 1831, o periódico *Beija Flor*²⁵ avaliava da seguinte maneira a situação:

“Se os progressos da imprensa fossem os degraus certos dum termômetro para o adiantamento da civilização, podíamos nos felicitar do nosso avançamento, pois que de quatro anos para cá o número das publicações periódicas tem quadruplicado no Brasil” (*Apud* SODRÉ, 1983, p.116).

O período regencial, que duraria da abdicação até 1840, seria marcado pela presença de grupos que disputavam o controle político do país a partir de tendências e interesses que ora conflitavam, ora concordavam. Evitavam, contudo, que as rivalidades desencadeassem dissensos irreconciliáveis a ponto de inviabilizar a governabilidade. Desde o 7 de abril, “tornava-se imprescindível uma acomodação, pelo menos provisória, de todas as rivalidades, para evitar-se que chegasse aos quartéis”, que haviam sido desmobilizados – e proscritos – após a vitória na campanha abolicionista (CARDOSO, 1997, p.12). Em outras palavras, às elites políticas que disputavam o poder durante período regencial interessava frear o ímpeto insurgente de viés popular que foi instigado durante a campanha abolicionista. Esse novo cenário político foi acompanhado pela imprensa, que também apresentava a sua novidade: os pasquins.

Segundo Nelson Werneck Sodré, durante o período regencial “as paixões políticas estão retratadas nos pasquins, mais do que nos jornais dotados de certa continuidade e estabilidade” (SODRÉ, 1983, p.124). Com poucas páginas, tiragem pequena, periodicidade irregular e, muitas vezes, anônimos, os pasquins emergiam como veículo forjado sob medida para o debate público.

“Operavam com igual fúria, com a torpeza elevada ao nível de norma, com a falsidade utilizada como instrumento de luta, com o insulto estabelecido como meio de ação. [...] O pasquim trazia para a rua uma política habitualmente preparada em gabinetes, introduzia o elemento popular naquilo de que ele havia propositalmente excluído” (*Idem*, p.156-157).

²⁵ O *Beija-Flor: Annaes Brasileiros de Sciencia, Politica, Litteratura* foi uma publicação que teve vida curta – apenas oito números – e circulou na Corte entre os anos de 1830 e 1831. Não se sabe maiores informações sobre os editores, apenas que ficou a cargo de uma “Associação de Literatos” (SIMÕES JUNIOR, 2006, p.134).

A combinação de fúria, torpeza e impressos, não raro ocasionou episódios dramáticos, como a morte do editor do *Brasil Aflito*, José Clemente de Oliveira, ocorrida em 1833. Já em seu primeiro número, o pasquim atacou o regente Francisco de Lima e Silva, atribuindo-lhe a responsabilidade pela morte de Frei Caneca. Lima e Silva comandara as forças legalistas enviadas para Pernambuco para reprimir a Confederação do Equador (1824). Os ataques ao regente e à sua família figuraram em quase todos os seus números com acusações que iam da corrupção ao incesto. Insultos também foram direcionados a outros regentes, como Bernardo Pereira de Vasconcelos – enriquecimento suspeito –, Nicolau de Campos Vergueiro – teria sido preso como ladrão em Lisboa – e o regente José da Costa Carvalho – assassino de Líbero Badaró e contrabandista de escravos. Ao regente Feijó, o *Brasil Aflito* dedicou a seguinte quadrinha: “Sou monstro de crueldade/ Instrumento da traição/ Assassinei, pus por terra/ Pátria e Constituição” (LUSTOSA, 2000, p. 79).

O alferes Carlos Miguel de Lima, filho do regente Lima e Silva sentiu-se pessoalmente ofendido pelas críticas. No dia 09 de setembro de 1833, ao caminhar pelas ruas centrais da Corte, viu entrar em uma botica o redator do *Brasil Aflito*. Após abordá-lo e confirmar a identidade, desembainhou sua espada e desferiu golpes mortais contra o redator do pasquim. O trágico episódio ocorreu à luz do dia, sob o olhar aterrorizado dos que estavam presentes. Em seguida, Carlos Miguel entregou-se à justiça. No julgamento, porém, não houve testemunha de acusação. O alferes foi absolvido e no final do mesmo ano embarcou para a Bélgica onde trabalharia como adido diplomático (*Idem*, p. 79).

Ao identificar um denominador comum pelo insulto, a análise de Sodré sugere uma linguagem comum entre as camadas populares e a elite. Sobre as características dos pasquins, acrescenta o historiador:

“Num meio em que a educação, em seu estágio mais rudimentar, o ensino, estava pouquíssimamente difundida, em que a massa de analfabetos era esmagadora, em que os que sabiam ler não tinham atingido o nível necessário ao entendimento das questões públicas, e em que os que haviam frequentado escolas superiores se deliciavam em estéril formalismo e no abuso da eloquência vazia, a única linguagem que todos compreendiam era mesmo a da injúria. A paixão dos interesses em antagonismo fornecia o impulso que deflagrava as sucessivas tempestades” (*Idem*, p.157).

Ainda que seja possível atribuir aos pasquins parte da responsabilidade pelo agitado – e ocasionalmente sangrento – ambiente político do período regencial, é

necessário destacar também o “conteúdo democrático” como sendo o “traço mais admirável” dessas publicações (SODRÉ, 1983, p.180). Os pasquins corresponderiam ao “período artesanal, em que era possível alguém fazer um jornal sozinho. Encerrada essa fase, o jornal passará a ser empresa – pequena empresa, de início, para chegar às proporções da grande empresa, como se apresenta nos nossos dias” (*Idem*, p. 190). A era dos pasquins perderia sua força somente a partir de 1840: “com a monarquia restabelecida e os conservadores consolidados pela repressão das rebeliões regenciais, ali encontrou a imprensa o cenário que lhe permitiria ainda expandir-se” (*Idem*, p.136). O momento em que os ânimos se arrefecem na arena política coincide com a emergência de uma imprensa mais distanciada dos insultos e dos partidarismos. O viés comercial empreendido por alguns jornais encontra nos romances-folhetim um novo produto a ser oferecido ao pequeno, mas crescente, público leitor.

Como vimos na primeira seção desse capítulo, os romances seriados, “só aos bocaditos, em forma de folhetim”, nasceram na França em 1836 (MARTINS, 2008, p.70). Editores como Émile Girardin, criador dessa estratégia editorial, incrementaram as vendas dos seus periódicos: “instigando a leitura seguinte, garantia o consumo da publicação enquanto lá se encontrasse, de suspense em suspense, o enredo instigante com os lances rocambolescos pertinentes” (*Idem*). Esticar as tramas tornava-se, assim, um interesse comum tanto para os jornais quanto para os literatos; o primeiro garantiria a assinatura dos exemplares; o segundo, a manutenção do seu próprio sustento. Assim, a fórmula *continua amanhã* era uma espécie de epíteto da “conexão autor-editor de jornal via [a emergente] indústria folhetinesca” (NADAF, 2009, p.122).

Tal *indústria folhetinesca* arrastava atrás de si uma quantidade cada vez maior de penas interessadas em ter suas obras impressas nos periódicos. Nesse ambiente literário, havia os autores de dedicação efêmera, bem como aqueles que se converteriam em mestres do gênero. Entre os últimos, destacam-se vultos da literatura, como Balzac, Alexandre Dumas, Eugéne Sue, Féval, Montépin. O romance-folhetim ganhava força como estilo literário “reproduzido e traduzido mundo afora, [que] impactou as literaturas nacionais, o modo de trabalho e o prestígio social dos escritores” (ANDRADE, 2009, p.418). Esse fenômeno seria posteriormente denominado “império do folhetim” (MEYER, 1996, p.61). Vejamos como esse *império* cruzou o Atlântico alcançou a corte do Rio de Janeiro.

1.3. O romance-folhetim no Brasil: o caso de Teixeira e Souza

O Segundo Reinado ofereceu um ambiente mais propício para as letras. O monarca precocemente retirado da infância para assumir o poder garantiu maior liberdade e diversidade para as letras e para a atividade da imprensa. Era o alvorecer do “império da palavra impressa” (MARTINS, 2008, p.46). Nas páginas a seguir, analisaremos a trajetória da imprensa no Brasil a partir de suas especificidades na área da literatura, especificamente no que se refere ao romance-folhetim.

O novo ambiente gráfico/literário tornava favorável a atuação dos prelos e promovia o surgimento de novos atores como, por exemplo, Francisco de Paula Brito (1809-1861). Filho do carpinteiro Antunes Duarte e de Maria Joaquina da Conceição Brito, Paula Brito nasceu no Rio de Janeiro, no dia 02 de dezembro de 1809. Aos seis anos mudou-se com a família para Suruí, onde, sem frequentar a escola, aprendeu a ler e escrever com a irmã. Após a morte do pai, em 1824, o jovem retornou ao Rio de Janeiro para viver com o avô. Na corte, Paula Brito trabalhou durante um curto período como ajudante na loja do farmacêutico Domingos Gonçalves Valle. Aos 16 anos ingressou na Tipografia Nacional como aprendiz. Em seguida, foi contratado para a oficina do impressor René Ogier. Os saberes adquiridos na oficina lhe garantiram o emprego de compositor no *Jornal do Comércio*, que nesse período pertencia a Pierre Plancher. Seu progresso no periódico levou ao cargo de chefe do departamento de impressão e, finalmente, diretor responsável, atividade que exerceu até 1831. No ano de 1832 pôde comprar sua própria loja, a Tipografia Dois de Dezembro, localizada na Praça da Constituição (HALLEWELL, 1985, p.82-85). Logo nos primeiros anos publicou *A mulher do Simplício ou a fluminense exaltada*, novela voltada para o público feminino. Editou também dois periódicos, a *Marmota Fluminense* e *Guanabara* (MARTINS, 2008, P.56).

Paula Brito prosperou e conquistou seu lugar no mercado editorial da Corte. Em 1848 sua tipografia possuía seis impressoras manuais e uma mecânica (descrita como *a maior do Brasil*). Além disso, tinha agências em várias províncias²⁶. Em 1838 abriu as

²⁶ Paula Brito criou agências “em todas as partes do Império” com o intuito de “distribuir suas publicações” com maior eficiência (HALLEWELL, 1982, P.85).

portas da Petalógica, loja localizada no prédio anexo ao da Tipografia Dois de Dezembro. Com grande vocação para clube literário informal, a loja

“reunia todo o movimento romântico de 1840 a 1860: poetas, de Antônio Gonçalves Dias a Laurindo Rabelo, romancistas como o próprio Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida ou Teixeira Souza, compositores como Francisco Manuel da Silva, artistas como Manuel de Araújo Porto Alegre e atores como João Caetano dos Santos” (HALLEWELL, 1985, p.81)

Paula Brito se tornou uma espécie de protetor dos literatos, ao mesmo tempo em que observava as demandas de um público leitor que crescia continuamente. Ao que parece, os interesses do protetor e do editor confluíram de forma conveniente. Proteger um escritor era, também, uma forma de investir. Mas, cabe perguntar, o que significava ser um escritor no início do século XIX? Que cenário se apresentava diante de alguém que quisesse fazer das letras seu ofício? Quais estratégias um escritor deveria adotar para tornar economicamente viável sua atividade? Vejamos o caso dos escritores de romance-folhetim.

No Brasil, o romance moderno chegou “via traduções e imitações, sem alterações significativas na sua base estrutural e temática” (OLIVEIRA, 2002, P.15). Conforme lembra Cândido, o romantismo brasileiro encontrou nas traduções um “incentivo de primeira ordem” no qual “as traduções mais frequentes não eram de cânones da literatura, mas sim desse ‘subproduto’, chamado folhetim” (CANDIDO, 2007, p.47). Um contemporâneo desse momento inaugural, porém, oferece uma avaliação menos sisuda que a do crítico literário ao dirigir-se ao público que visava cativar²⁷. Para Justiniano José da Rocha (1812-1862), redator de um dos primeiros jornais a introduzir a novidade no Brasil, o folhetim era uma “abençoada invenção da literatura francesa” que encontraria espaço privilegiado na imprensa brasileira. Assim ele anuncia a novidade:

“Se por ventura, amigo leitor, entendeis a língua francesa, quando vos vêm às mãos algum periódico francês, quando ansioso desdobrais suas extensas páginas, sede ingênuo, confessai, para onde primeiro se dirigem vossos olhos? Por nós vos julgamos (e este é o melhor meio de quase sempre acertar nos juízos, que dos outros fazemos), haveis de necessariamente com um rápido lança d’olhos abranger todas as colunas de alto a baixo... se nada interrompeu vosso raio visual; como que esperáveis acham cousa que não achastes, mostrai-vos meio triste, ledes à pressa essas monstruosas colunas para poderdes, abrindo outro número, ver se sereis mais feliz. Pois bem nesse outro número, quase em fim da página, um grande traço negro mais carregado interrompe vossa vista

²⁷ Veremos mais adiante a distinção de análises críticas entre os contemporâneos e que a produção crítica-literária do século XX.

indagadora, por baixo desse traço, letras maiúsculas que dizem FEUILLETON aparecem radiantes, fascinadoras, feiticeiras. Então mais um suspiro de contentamento, - vosso predileto FEUILLETON é posto de parte, é mimosamente reservado para ser lido com vagar, para ser saboreado a contento, para servir de *sobremesa* a vosso banquete de leitura”. (*O Chronista*, 5 out., 1836, *Apud* CANO, 2005, p.23. grifos no original).

Justiniano refere-se ao folhetim como seção em separado da mancha gráfica ao rodapé dos jornais franceses que chegavam à Corte do Rio de Janeiro. Ainda que não tratasse especificamente do romance-folhetim, está clara a destinação daquele espaço “mimosamente reservado” e anunciado em letras “radiantes, fascinadoras e feiticeiras”. Ali, após devorar às pressas “monstruosas colunas”, o leitor encontraria sua “sobremesa”. Doce complemento do “banquete de leitura” para ser lido “com vagar, para ser saboreado a contento”. Iguaria que provocava suspiros de satisfação, mas que ainda não tinha nome em português:

“Nada nos seria mais fácil, se quiséssemos seguir certo método que está muito em moda, aportunaríamos a palavra francesa, diríamos folhetão [...]. mas folhetão parece tão feio, soa tão mal!! Acresce que na índole da nossa língua, é aumentativa a desinência – ão – e por folhetão entender-se-ia folha grande, volumoso folheto; e na índole da língua francesa a desinência – on – é diminutiva, e assim feuilleton em vez de corresponder a folhetão corresponde a folhazinha, pequena e delicada. Chamemos-lhes pois folhazinha: – mas não, ia escrever essa palavra quando dos bicos da pena caiu-nos borrão de mau agouro, e nós que muito nos arreceamos de agouros literários, proscrevemos a mimosa folhazinha, e singelos chamaremos nossos artigos com o nome genérico de folha; um epíteto designará o gênero dessa folha: assim uma vez será folha literária, outra vez folha crítica; ora folha artística etc”. (*Idem*, p.24).

A busca pelo nome persistiu aproximadamente por mais dois anos, até que, no *Jornal do Comércio*, aparecesse a designação definitiva, justamente na publicação de um romance. Até lá, caberia ao rodapé: “oferecer leitura que distraia nas lidas da existência, das amofinações dos trabalhos, dos tédios da inocupação” (*Idem*, p.25). Essa espécie de carta de intenções proposta por Justiniano ofereceu as bases para a aclimatação da “abençoada invenção da literatura francesa”. Com efeito, não tardou para que por aqui se formasse uma “indústria do folhetim-romance tal como se deu na França originária do gênero: contratação pela imprensa de autores exclusivos para a tradução de folhetins ou para a confecção de originais brasileiros” (NADAF, 2009, p.131). O êxito do romance-folhetim se deu a, pelo menos, dois fatores.

“De um lado, a reestruturação da própria imprensa nacional que após a maioria de D. Pedro II se expandia, buscando mais qualidade e diversidade dos temas [...]. De outro lado, a excepcional receptividade no Brasil, e na Corte em especial, da Cultura Francesa” (NADAF, 2009, p.124).

Espremidas entre as inúmeras traduções surgiam, aqui e ali, títulos que contavam histórias originais. Esses romances-folhetins – geralmente subtitulados *romance brasileiro* ou *romance original brasileiro* – tinham como estímulo o viés nacionalista e emancipatório anunciado e proposto pelo grito de independência literária da revista *Niterói*. A sociedade brasileira vivia significativas transformações “que culminariam em mudanças fundamentais para a propagação de uma literatura brasileira, nacional” (NASCIMENTO, 2010, p.33). Cada vez mais ganhava força um processo de incorporação do sentimento de nacionalidade à sensibilidade dos brasileiros.

“Com a independência, o sentimento nacionalista, a necessidade de se falar sobre o Brasil era premente. Narrar a paisagem, as coisas locais era dar forma à independência, ratificá-la, concretizá-la. Era essencial mostrar o Brasil aos brasileiros, mas era essencial, também, aprender a ver o Brasil” (NASCIMENTO, 2010, p.34).

Mas que Brasil o romantismo queria e podia mostrar aos brasileiros? Um importante repertório temático resultava dos escritos dos naturalistas, entre os quais se destacavam nomes como Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852), Maximilian Alexander Philipp zu Wied-Neuwied (1782-1867), Johann Baptist von Spix (1781-1826), Carl von Martius (1794-1868), Auguste Saint-Hilaire (1779-1853), Jean-Baptiste Debret (1768-1848). No início do século XIX, a construção do saber científico estava muito próximo das belas letras, os naturalistas “acreditavam utilizar os recursos das artes e da retórica para retratarem fielmente a realidade que observavam. [...] Daí o uso de representações pictóricas e a preocupação com os recursos literários das narrativas de viagem” (KURY, 2001, p.870-878)²⁸.

Com a vinda da corte portuguesa e a abertura dos portos às nações estrangeiras, em 1808, muitos artistas, biólogos, botânicos e aventureiros tiveram sua entrada autorizada²⁹. Várias expedições científicas passaram a ser organizadas para o interior do

²⁸ Essa relação entre produção científica e literatura não é uma característica exclusiva do romantismo. Rafael Huertas analisa as influências científicas do método naturalista na literatura produzida no realismo (HUERTAS GARCIA-ALEJO, 1984, p.32). Na mesma perspectiva analítica, Fernández identifica nas novelas naturalistas do século XIX os princípios da medicina experimental (FERNÁNDEZ, 1997, p.227).

²⁹ O caso de Humboldt exemplifica as dificuldades encontradas por um cientista na América portuguesa durante o período colonial. Em 1799 ele foi autorizado pelo rei espanhol a realizar uma expedição – que duraria até 1804 – por várias regiões da América hispânica, como Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Cuba e México. Sua reputação científica lhe garantiu um “crédito de confiança” e apoio que incluía o “uso de embarcações espanholas” (KOHLHEPP, 2006, p.263). Em sua passagem pela Venezuela, Humboldt se deu conta de “que a continuação de sua viagem do Rio Orinoco até os sistemas fluviais do Rio Amazonas no Brasil, reivindicado por Portugal, seria impossível. Este país guardava sua colônia – o Brasil – contra os domínios espanhóis. Como os portugueses temiam que Humboldt fosse um espião, as

país e contavam com a chancela da Coroa. Ilustrativa dessa nova realidade é “a missão austríaca, que acompanha a arquiduquesa Dona Leopoldina”, recém chegada ao Brasil para casar com o príncipe herdeiro D. Pedro (REINALDO, 2014, p.117). Segundo Antonio Candido, “a nova geração de intelectuais brasileiros certamente conheceu a obra desses estrangeiros sobre o Brasil”, trabalhos que não só forneceram inspiração para a exploração literária dos temas locais, como também, “uma espécie de chancela europeia, sempre necessária às nossas iniciativas intelectuais e artísticas” (CANDIDO, 2007, p.294).

A influência europeia, porém, não eliminava a especificidade da literatura romântica brasileira. Ela não se manifestaria, “como era frequente na literatura romântica europeia, sob a forma de viagens espirituais, [...] de aprendizado, de autoconhecimento”, antes, recorreria às “expedições de demarcação de origens, de fundação da nacionalidade, bem adequadas a um país com independência política recente” (SUSSEKIND, 1994, p.475). Essa seria a regra que definiria no início do século XIX “o interesse pelos relatos de viagem, tanto os naturalistas do presente quanto os cronistas do passado” (SILVEIRA, 2009, p.44). Assim, o romantismo brasileiro encontrava no seu caráter nacional, “o espírito diretor que narrava a atividade geral da literatura” (CANDIDO, *op. cit.*, p.332).

Mas como o romance-folhetim inseriu-se nesse contexto de emergência da imprensa e também do romantismo brasileiro? Para responder a esta questão, vamos acompanhar a trajetória de Antônio Gonçalves Teixeira e Souza (1812-1861), com o intuito de melhor compreender como era o ambiente literário da época, bem como identificar o que era permitido a quem se decidisse por tomar a pena como ofício. A escolha de Antonio Gonçalves Teixeira e Souza torna-se pertinente por ser ele o autor do primeiro romance brasileiro: *O Filho do Pescador* (1843).

Enquanto a imprensa vivia uma revolução, os editores da *Niterói* gritavam a nossa independência literária e o romantismo brasileiro dava seus primeiros passos, o

autoridades do Rio de Janeiro, sob as ordens do rei de Portugal, colocaram uma ordem de aprisionamento de Humboldt, caso ele entrasse no Brasil. Alguns anos mais tarde, quando o príncipe regente, devido à ocupação de Portugal por tropas napoleônicas em 1808, refugiou-se no Rio de Janeiro, poderiam ter surgido conseqüentemente oportunidades de pesquisa no Brasil para Humboldt. As expedições de Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied (1815-1817) bem como as expedições organizadas por von Spix e von Martius (1817-1820) e muitos outros em diferentes regiões do Brasil, após um curto período de tempo, assinalaram esse desenvolvimento científico” (*Idem*, p.263)

jovem Teixeira e Sousa recuperava-se de uma moléstia no pulmão. Seu físico “débil e doentio” parecia não combinar com os esforços exigidos pela carpintaria, ofício que a “extrema indigência” o obrigara a “abraçar”. O “modesto e obscuro artífice”³⁰, contudo, sonhava com as letras e tocava seus estudos com a “regular assiduidade” que lhe permitia “tão grosseira profissão”. Era querido pela vizinhança que, reconhecendo sua “perspicácia e inteligência”, ofereceu “um subsídio” para que “ele pudesse se doutorar em medicina”. Para surpresa geral, o jovem recusou a oferta. O que teria concorrido para que o jovem Teixeira e Sousa renunciasse “tão generoso apoio”? Vejamos um pouco mais de sua trajetória biográfica.

Filho do português Manoel Gonçalves e da descendente de escravos Anna Teixeira de Jesus³¹, Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa nasceu em 28 de março de 1812, na cidade de Cabo Frio, onde teve uma infância materialmente confortável, “viviam contentes no remanso da paz doméstica, dispondo de fortuna mediana” (AZEVEDO, 1861, p.09). Além de Antônio, seus pais tiveram outros cinco filhos. Nesses anos, os negócios prosperavam e a vida seguia tranquila. Mudanças trazidas pela Independência, porém, foram devastadoras e causaram “graves transtornos ao comércio onde se enriquecera Manoel Gonçalves”. Com efeito, “por ocasião da Independência do Brasil, muitos negociantes lusos não quiseram reconhecer a independência brasileira e retiraram-se para Portugal, circunstância que obrigou seu pai a liquidar as contas com alguns deles, comprometendo suas finanças” (SILVA, 2009, p.75).

Os impactos atingiram o pequeno Antônio que, com apenas dez anos, teve que abandonar os estudos e trabalhar como carpinteiro. Em 1825 foi enviado pelo pai à Corte para aprimorar-se no ofício. Ali ficaria por cinco anos até que uma doença nos pulmões o impedisse de prosseguir sua formação. Ao regressar para Cabo Frio, Antônio encontrou “luto e desolação”. Seus cinco irmãos haviam morrido em um intervalo de quatro anos! Por certo soubera de tudo antes, através de cartas, mas não é difícil imaginar a sombra gélida da morte sobre os aposentos da casa vazia e triste. Foi nesse ambiente que se deu a convalescência de Teixeira e Sousa.

³⁰ Dados biográficos a partir de Ferreira (1868).

³¹ A origem da origem de Anna é descrita como “brasileira afrodescendente” (SILVA, 2009, p.75) e “descendant d’esclaves” (ROZEAUX, 2012, p.52).

Para entreter-se, o jovem “lia com ardor todos os bons e maus autores que lhe vinham às mãos”. Temporariamente desobrigado da “grosseira profissão”, lançava-se às letras. Escrevia versos, prosas e peças para o teatro. Em 1830, Antônio contava com dezoito anos e talvez temesse que “a musa suave e meiga” da literatura sucumbisse aos “pesados golpes do martelo”. Foi um período no qual suas mãos alternavam entre a brutalidade das ferramentas de carpintaria e a maciez do toque das penas nas folhas de papel. Preferia a literatura e seguia escrevendo. No pulmão ainda enfermo, a moléstia recuava a cada suspiro de inspiração.

Não sabemos maiores detalhes da vida de Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa durante o decorrer da década de 1830. Em 1840, porém, o encontramos novamente na Corte do Rio de Janeiro, com o pulmão recuperado e trabalhando como tipógrafo. Já havia publicado “poemas de ocasião, traduções e artigos em periódicos renomados” (SILVA, 2013, p.01). Definitivamente sua vocação não estava nem na carpintaria, nem na medicina. Eram as letras que serviam de pasto para os seus sonhos. Com os olhos radiantes de esperança, o aspirante a literato entregava a face ao “hálito perfumoso” e suave da musa, ofegante e orgulhosa do duplo triunfo que dissipou, de uma só vez, a rudeza do pesado martelo e as insossas promessas da carreira médica. Na Corte, Teixeira e Sousa foi acolhido pelo protetor dos literatos, Paula Brito, “parceria e amizade que permaneceram ao longo de suas vidas” (SILVA, 2009, p.76).

Tudo sugere que entre Paula Brito e Teixeira e Sousa tenha surgido uma empatia de primeira hora. Como vimos, Paula Brito, protetor dos literatos, também tivera uma infância e adolescência marcadas por restrições e obstáculos resultantes da origem pobre e mestiça. A luta pela formação escolar talvez tenha sido o ponto de maior identificação entre eles. Lilian Schwarcz afirma que, na primeira metade do século XIX, “a educação era um ganho insofismável para o acesso à cidadania”. Além disso, somente em

“1824, o regime estabeleceu a gratuidade na instrução primária aos cidadãos. [...] o Ato Adicional de 1834 atribuiu às províncias o dever de legislar, organizar e fiscalizar o ensino primário e secundário. Nessa época foi criada uma série de escolas públicas, particulares, domésticas, cujos orçamentos ficavam muitas vezes aquém das reais necessidades” (SCHWARCZ, 2017, p.38).

É provável que Cabo Frio, cidade natal de Teixeira e Sousa, ou Suruí, cidade natal de Paula Brito, não oferecessem as melhores garantias para a formação escolar de

uma criança antes do ano de 1834. Cabe ainda destacar que somente em 1854, por meio do Regulamento para a Reforma do Ensino Primário e Secundário no Município da Corte, o ensino, além de *garantido*, tornou-se obrigatório às pessoas livres entre sete e catorze anos, “sob pena de multa de cem réis aos pais ou responsáveis” (*Idem*, p.38). Tal semelhança de origem, acrescido do fato de que, tanto Paula Brito quanto Teixeira e Sousa eram mestiços, permite-nos dimensionar a intensidade da empatia convertida em tão longa amizade.

Trabalhando com Paula Brito, Teixeira e Sousa fez suas primeiras publicações, incluindo a primeira obra de maior fôlego, *Cânticos Líricos* (1841-1842), que reunia versos escritos na juventude. Em 1843 deu-se a estreia de Teixeira e Sousa como prosador, com o romance *O Filho do Pescador*, publicado em folhetins entre julho e agosto em *O Brasil*, folha dirigida por Justiniano José da Rocha (1812-1862). *O Brasil* era “um periódico conservador que circulou no Rio de Janeiro entre 1840 e 1852. O jornal tratava basicamente de questões políticas, mas reservava o espaço do ‘Folhetim’ para a divulgação dos textos ficcionais ou a abordagem de questões literárias” (Silva, s/d., p.02). Justiniano José da Rocha já se interessava em editar folhetins desde sua participação no periódico *O Cronista*, em 1836. Silva (2009, p.95) também sugere que Justiniano José da Rocha manteve relações com Teixeira e Sousa que favoreceram a publicação do romance, uma vez que *O Brasil* era impresso da Tipografia Imparcial, de Paula Brito, como sabemos, lugar onde Teixeira e Sousa trabalhava como tipógrafo. Vejamos a importância de Justiniano José da Rocha na história do romancista e de seu romance *O Filho do Pescador*.

Em carta datada de 4 de junho de 1840, Justiniano José da Rocha manifestava assim sua insatisfação: “Não queremos ser laranjas, de que se aproveita o caldo, e deita-se fora a casca” (*Apud* CARDIM, 1964, p.17). A correspondência era endereçada ao ministro Paulino José Soares de Sousa (1807-1866) e apresentava-se como resposta ao convite deste para a criação de uma nova folha para o Partido Conservador. Àquela época, Justiniano era um nome notório no jornalismo³² e Paulino, um dos grandes do Partido Conservador. Conheceram-se no final da década de 1820, quando cursavam a

³² Conforme avaliaria Joaquim Manuel de Macedo, “o cetro do jornalismo político do Brasil passou das mãos de Evaristo da Veiga para as de Justiniano da Rocha” (*Idem*, p.6).

faculdade de Direito: “as relações de Justiniano com Paulino foram de amigos íntimos” (OLIVEIRA, 2013, p.27). Na carta de 1840, porém, o jornalista expunha seu ceticismo com o convite, e tinha lá seus motivos para tal. O ministro, por seu turno, sabia disso.

Quatro anos antes, em 1836, Justiniano, ao lado de Josino do Nascimento Silva (1811-1886) e Firmino Rodrigues da Silva (1816-1879)³³, fundara o jornal *O Cronista*, que “trazia um significativo conteúdo político, entretanto seria um dos primeiros periódicos brasileiros a publicar o ‘folhetim’[...]. Como se pode perceber, a iniciativa de Justiniano era plural, abarcava as esferas política e literária” (*Idem*, p.48-49). Alinhado ao Partido Conservador, o periódico fez “violenta oposição” ao liberal Diogo Antonio Feijó (*Idem*, p.16). A campanha sagrou-se vitoriosa, culminando com a queda do padre regente em setembro de 1837. Essa mudança permitiu a tomada do poder pelos conservadores, representados por Pedro de Araújo Lima (1793-1870). Formava-se o Ministério de 19 de setembro. Com efeito, Justiniano foi nomeado redator do *Correio Oficial*, jornal do novo governo. “Havendo eu anuído ao honroso convite que pelo Governo acaba de me ser feito, para tomar conta da redação do *Correio Oficial*, vejo-me na obrigação de despedir-me da colaboração d’*O Cronista*”³⁴, escreveu Justiniano em carta aos seus colegas redatores (CARDIM, *op cit*, p.97).

Mais adiante, na mesma carta aos companheiros d’*O Cronista*, acrescentava Justiniano que a principal motivação que o fez aceitar o convite foi a possibilidade de implementar transformações no jornal governamental para que não fosse mais “uma sinecura, mas sim uma laboriosíssima e necessária publicação” (*Idem*, p.98). O jornalista não apontou quais mudanças seriam realizadas, mas anteviu as reações: “os que me conhecem far-me-ão justiça; os que me não conhecem voltarão de quaisquer preconceitos que tenham, quando virem a direção que pretendo dar àquela folha” (*Idem*, p.98). Conhecedor e participante das disputas e articulações políticas do período regencial, Justiniano era capaz de imaginar como a imprensa iria repercutir a sua nomeação. Ao experiente jornalista era clara a noção de que nenhuma reputação, por mais ilibada, era inatingível, nenhuma glória, por mais pura, era intocável.

³³ Justiniano e Firmino se conheceram na Faculdade de Direito de São Paulo, “pelos idos de 1833”. A amizade “teve como mola propulsora a amizade de ambos pela política e pelas letras” (Oliveira: 2013, p.25).

³⁴ O afastamento da redação não significou o fim de sua influência na gestão d’*O Cronista*. Anos mais tarde Justiniano seria responsável pelo encerramento da circulação da folha. (CARDIM, *op. cit.*, p. 98).

De fato, a oposição não se fez de rogada, conforme se pode depreender de duas caricaturas que sintetizam bem as críticas mordazes sofridas por Justiniano. A primeira delas, intitulada “A campanha e o cujo” (FIGURA 2), foi distribuída para venda em separado pelo *Jornal do Comércio* em 14 de dezembro de 1837. De autoria de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), o desenho apresenta Justiniano de joelhos com a mão direita estendida para receber um saco de moedas. O dinheiro é oferecido por outro personagem (talvez o próprio regente Araújo Lima) que está de pé e também toca uma campanha. Várias partes do desenho contêm citações extraídas de textos do próprio Justiniano escritos quando ele era oposição e criticava o mesmo *Correio Oficial*, do qual agora era redator: “cemitério dos desmazelos”, “gimbo”, “sinecura”. No lado direito do desenho, a parte inferior de uma parede traz escrito “crônica das parvoíces”, em alusão ao seu tempo como redator de *O Cronista*. Na legenda encontram-se os seguintes versos:

A campanha
Quem quer, quer redigir
O Correio Oficial!

Paga-se bem.
Todos fogem?
Nunca se viu coisa igual
O cujo

Com três contos e seiscentos.
Eu aqui estou, meu Senhor;
Honra tenho e probidade.
Que mais quer de um redator?

IMAGEM 02 – Manuel de Araújo Porto-Alegre. A campanha e o cujo. Dez. 1837. *Jornal do Comércio*. (venda avulsa)



A segunda caricatura, também de autoria de Araújo Porto-Alegre e também publicada no *Jornal do Comércio*, foi “Rocha Tarpeia”, título que fazia alusão à traição e punição³⁵. Publicada em 16 de dezembro de 1837, a caricatura reproduz três vezes o rosto de Justiniano: como penhasco (em destaque), como cachorro e como burro. A figura principal e o burro têm escrito na testa o valor de três contos e seiscentos réis. A legenda trazia a seguinte trova:

“Coitado desse burrinho
Chegou com muito estudar
É crônica esta cegueira
Não se pode mais curar
Traz o seu preço na testa,
Valor por que foi comprado
Tem espírito de gente,
Escreve como um letrado
Esta é a Rocha Tarpeia,
Prodígio de nossa terra;

³⁵ Segundo a mitologia romana, durante a guerra contra os Sabinos, o comandante Espúrio Tarpeio foi encarregado de proteger o Capitólio. Sua filha Tarpeia, seduzida pela riqueza de Sabino Tácio, rei dos sabinos, traiu Roma e abriu os portões da cidade às tropas inimigas. Condenada à morte, Tarpeia foi lançada do alto de um desfiladeiro. A partir daí, o local da punição passou a ser chamado Rocha Tapeia, onde se despenhavam os traidores (GODOI, 2013).

Ao 'metal' nunca resiste,
Cede à lima, ao malho e à serra”

Entre as camadas de referências, podemos destacar a alusão ao regente Araújo Lima na segunda estrofe – onde a Rocha “cede à lima”. Outro ponto destacado pela pena de Porto Alegre é a referência racial:

“Em uma sociedade extremamente hierárquica e escravista, a figura de um homem bom, um letrado, abdicando de sua autonomia e virtude para vender-se a quem pudesse comprar, parecia escandalosa. Esse aspecto é reforçado por um evidente elemento racial, os traços mulatos de Justiniano são destacados, e [...] [associados] a uma mula ou burro de carga” (ARAÚJO, 2015, p391).

IMAGEM 03 - Manuel de Araújo Porto-Alegre. Rocha Tarpeia. Dez. 1837. *Jornal do Comércio*. (venda avulsa)



Os ataques dos opositores talvez não tenham incomodado tanto Justiniano quanto o abandono por parte dos próprios correligionários. De volta à carta de 1840, encontramos um acento de desabafo: “não temos, exmo. Sr. [ministro], ninguém que nos apadrinhe para com o poder, e daí se segue que temos sido constantemente abandonados” (CARDIM, *op. cit.*, p.17). A queixa de desamparo por parte de Justiniano, ainda que pertinente, era, àquele instante, tardia e impotente, uma vez que

uma vasta trama de costuras políticas havia colocado os liberais novamente no poder. A queda do ministério conservador teve grande impacto na vida de Justiniano: “que ficamos sendo? O Firmino coisa nenhuma, eu professor de Geografia e História do Colégio Pedro II” (*Ibid.*, p.17). Entre o trágico e o acusador, o relato de Justiniano sugere que ele estava afastado da redação do *Correio Oficial*³⁶, e que também não contava mais com *O Cronista*, encerrado desde 1839.

Os reverses de Justiniano, porém, não podem ser avaliados como excepcionais. Durante o período das Regências, “imprensa, Ministério e parlamento formavam uma teia de reciprocidade e de mútua sustentação. A crise de um gabinete poderia significar a bancarrota de um periódico” (Oliveira, 2013, p.75). Ele por certo sabia o quanto as complexas tessituras políticas poderiam interferir na sua situação. Em um trecho da carta de 1837, no qual se despede da redação d’*O Cronista*, o jornalista exibe um requintado conhecimento acerca do conturbado contexto político: “Se por ventura inesperada, imprevista borrasca acontecer-me no mar tempestuoso em que tenho de navegar, espero que em vossas colunas acharei porto hospitaleiro que abrigue o naufrago” (CARDIM, *op. cit.*, p.98).

A metáfora náutica se converteu em quase profecia, conforme lembraria o próprio Justiniano anos depois: “Em dias de fins de março ou de princípio de abril de 1839 cessou a publicação d’*O Cronista*. Antes de eu saber que esse ministério estava para dissolver-se tomei essa resolução porque andava meio desconfiado”³⁷. Além de favorecer evocações marinhas, a instabilidade política fazia da desconfiança matéria suficiente para encerrar a circulação de um jornal. No momento em que a oposição esfregava as mãos em crescente expectativa de uma reviravolta política, Justiniano, percebendo a iminência das mudanças, antecipou-se aos fatos e pôs fim à folha.

Cabe destacar, contudo, outras questões que determinaram a morte d’*O Cronista*. Na correspondência de 1840, Justiniano referia-se à insuficiência da verba concedida pelo Ministério de 19 de setembro e ao desprezo deste com seus esforços: “nem cobriu as despesas de impressão das folhas nesse período, e para maior desgosto, aqueles mesmos por quem nos sacrificamos, nem sequer nos pagavam com sua estima,

³⁶ Hélio Vianna nos informa que “Pouco tempo permaneceu Justiniano no *Correio Oficial*” e que “em 1839 e 1840 foi redator do *Jornal do Comércio*”. (VIANNA, 1959, p.22).

³⁷ Justiniano em discurso à câmara dos deputados em 1855. *Apud* Cardim (*Op. Cit.*, p. 106).

nem mesmo com um simples cortejo, quando na rua nos encontravam” (*Ibidem*, p.17). O governo parecia não reconhecer os sacrifícios empregados pelo jornalista, cada vez mais tomado pela molesta sensação de proscricão. Dessa forma,

“queixava-se Justiniano da mesquinha paga obtida em promessa que não fora cumprida: pedira dois africanos, na distribuição feita pelo Ministério de 19 de setembro de 1837, e não os recebera. No entanto, o relator de um periódico da oposição pedira quatro negros e os ganhara. Mas não deixou esse jornalista, depois de servido, de aproveitar-se do fato para um ataque ao Governo, que ele acusara de vender os africanos a cem mil réis”. (*Ibidem*, p.18).

Embora criticasse publicamente o trabalho escravo³⁸, Justiniano não se opunha em receber homens e mulheres cativos em troca de seu apoio ao Governo³⁹. O que pode aparentar um resplandecente paradoxo dissipa-se quando atentamos ao período em questão. Assim, ainda que os princípios abolicionistas e as diretrizes do mercado jornalístico orientassem-se por luzes distintas, os mesmos não eram assim tão inconciliáveis. Nesse sentido, a informação sobre redatores de periódicos contemplados pela “distribuição de escravos apreendidos por autoridades da Corte ligadas ao governo de Araújo Lima e ao Ministério de Vasconcelos” (OLIVEIRA, 2013, p.141-142) não destoava muito do contexto no qual estava inscrito. O próprio Justiniano ofereceria sugestivas minudências em discurso cheio de lembrança e autocrítica:

“Distribuíam-se africanos, e estava eu conversando com o ministro que os distribuía, e S. Ex. me disse: ‘– Então, Sr. Rocha, não quer algum africano? – Um africano me fazia conta, respondi-lhe. – Então porque o não pede? – Se V. Ex. quer, dê-me um para mim e um para cada um dos meus colegas’. O ministro chamou imediatamente o oficial de gabinete e disse-lhe: ‘Lance na lista um africano para o Dr. Rocha, um para o Dr. Fulano e outro para o Dr. Fulano’”. (**Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão em 26 de maio de 1855. Brasília: Câmara dos Deputados. (*Apud* OLIVEIRA, 2013, p.142).

A leitura da carta de 4 de junho de 1840 nos coloca diante de um Justiniano a ruminar rancores e indignações. Espírito leal, “sua pena esteve sempre a serviço do partido conservador, que defendeu e amparou com calor e inteligência, jamais desterrando” (QUEIROZ, 2013, p.05-06). Porém, fora proscrito. Sua escrita era a mais perfeita tradução da virtude ofendida, da confiança enganada, da amizade traída. Entretanto, são reconhecidas as mudanças que o tempo introduz nas opiniões. Sendo

³⁸ “A razão social vai fazendo progressos: a iniquidade do domínio do homem pelo homem é atualmente reconhecida e apregoada”, escrevia Justiniano em seu jornal *O Atlante*, em 7 de junho de 1836. Para uma análise de como Justiniano lidava com o tema escravidão em seus jornais, ver Oliveira (2013), especialmente o capítulo 3.

³⁹ Segundo Oliveira (2013, p19), “existe documento que mostra haver Justiniano trocado uma africana que dera em ‘viciosa’ por outra pertencente à nação e um molecão, que se encontrava na Casa de Correção, por duas negrinhas”.

assim, apenas 12 dias foram necessários para que a situação se modificasse por completo. Não sabemos que fatores extraordinários contribuíram para tal mudança, se foi algum contra-argumento do ministro Paulino José Soares de Sousa, a inquietude do jornalista, a soma de ambos, ou qualquer outra variável. O fato é que, em 16 de junho de 1840, o jornal *O Brasil* ganhava as ruas da Corte, tendo como redatores os antigos companheiros Justiniano José da Rocha e Firmino Rodrigues da Silva. As feridas do passado pareciam cicatrizadas e a esperança, renovada, conforme podemos depreender do editorial de estreia: “O ‘Brasil’, contando com o apoio dos seus correligionários políticos, sustentará com energia e gravidade todos os princípios que logicamente dimanarem desta maneira [alinhada ao partido conservador] de encarar os públicos negócios” (*O Brasil*, n.1, 16 de jun., 1840). O tempo dos rancores e das indignações estava superado.

Publicado três vezes por semana, terças, quintas e sábados, *O Brasil* era impresso pela Tipografia Americana e vendido no valor de 80rs por cada exemplar. Aqueles interessados em assinar a publicação deveriam ir até à sede da tipografia, na rua da Alfândega, nº43: “2:000rs. por trimestre pagos adiantados”. Era um jornal de formato pequeno com quatro páginas de texto, cada uma delas dividida em três colunas. As primeiras páginas de cada número traziam matérias que serviam de introdução das questões políticas a serem discutidas. Os textos eram de teor altamente crítico e irônico com a oposição. As resenhas dos debates parlamentares, por exemplo, deixavam claras as simpatias ao Partido Conservador. Havia também os artigos que tratavam de assuntos mais específicos, como a situação provincial, o Senado, orçamento imperial etc. (QUEIROZ, *op. cit.*, p.16).

O Brasil “tratava basicamente de questões políticas, mas reservava o espaço do ‘Folhetim’ para a divulgação dos textos ficcionais ou a abordagem de questões literárias” (SILVA, *s./d.*, p.02). Justiniano contava com a experiência de ser um dos introdutores do folhetim brasileiro e destinaria a ele um espaço no novo periódico, conforme era anunciado no primeiro editorial:

“Mas a imprensa sendo não só um meio de governo como de civilização, não preencherá todas as condições de sua existência se por acaso se restringir unicamente ao domínio das questões políticas. E pois a redação do “Brasil” não será estranha a discussão de assuntos puramente literários. As obras que se publicarem, e as representações teatrais serão sujeitas a um crítica conscienciosa e animadora”. (*O Brasil*, n.1, p.1, 16 de jul. 1840).

Com efeito, a primeira página do segundo número d'*O Brasil* trazia um traço que dividia seu terço inferior e definia o espaço reservado à “discussão de assuntos puramente literários”. Em letras maiúsculas, o título: “FOLHETIM”. Definido o continente, qual seria o conteúdo dessa seção d'*O Brasil*?

Provavelmente era Justiniano o responsável pelos folhetins e, assim como em outras publicações as quais redigiu, a maioria dos textos era constituída de traduções a partir do francês. Eram histórias pequenas que raramente se desenvolviam por mais de dois números⁴⁰. Havia também, em menor número, os textos satíricos, onde Justiniano manifestava o seu pensamento crítico. Esse é o caso do folhetim inaugural, “Carta de Aristophanos ao seu amigo Z”, que criticava o deputado Antonio Carlos de Andrada Machado e Silva (1773-1845) por seu posicionamento em favor da maioria de D. Pedro II. Diferente do que foi anunciado, o rodapé d'*O Brasil* não seria reservado aos “assuntos puramente literários”. Dessa forma, ainda que apresentada em estilo próximo ao literário, a orientação política do jornal estaria presente também no folhetim. Em outras palavras, “os princípios políticos e estéticos se mostravam indissociavelmente ligados” (CANO, *op. cit.*, p.45). Esse trecho do referido folhetim é exemplar:

“Não é meu intento, meu querido Z, dirigir-te uma carta toda rabiscada de notícias e questões políticas. [...] Quero dar-te um prazer enviando-te uma análise sucinta e conscienciosa do discurso o mais original e gaiato que há sido pronunciado em nossas câmaras [...]. O discurso a que me refiro foi pronunciado [...] por aquele nobre deputado por S. Paulo, o ilustre Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva”. (**O Brasil**, n.2, p.1, 20 de junho de 1840).

Esses primeiros folhetins d'*O Brasil* traziam uma marca comum do período, a relação entre princípios políticos e opções estéticas. Característica que anos mais tarde seria abordada no dicionário Larousse:

“a liberdade que não existia mais no primeiro andar do jornal, podia encontrar ainda um abrigo ao rés-do-chão. Lá ela disse quase tudo que queria dizer. As mais prementes questões da política de então agitavam-se aí, mal disfarçadas, [...] sob a forma de efemérides políticas e literárias, ou a propósito de uma tragédia mais ou menos entediante”. (PIERRE LAROUSSE, **Grand Dictionnaire Universel**, tomo 8, 1872, p.311, *apud* CANO, 2005, p.26).

Nos anos seguintes, a frequência dos folhetins nas páginas de *O Brasil* diminuiu. Como vimos, o número de estreia não contou com o folhetim. Somente a partir do

⁴⁰ As exceções ficam por conta de “O Desertor”, de Eugène Foa, publicado nos números 3, 4 e 5; “O menino da cidade de Ruão”, de J. Janin, publicado nos números 18, 19 e 20; e “Cruz de prata”, de E. V., publicado nos números 28, 32 e 34.

segundo exemplar, publicado em 20 de junho de 1840, o rodapé da primeira página passa a trazer o folhetim. Observa-se então, uma sequência que vai, ininterruptamente até o número 14, de 21 de julho de 1840. A partir daí a aparição do folhetim torna-se intermitente. Do número 15 até o número 418, que antecede a estreia de *O Filho do Pescador*, são publicados apenas trinta e nove folhetins. Além disso, o número máximo de folhetins publicados seguidamente sem intervalo não ultrapassa três. Convém destacar, que a coleção consultada na *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional* contém um hiato de vinte exemplares – vai do número 257 ao 276⁴¹. Entretanto, esses números que faltam correspondem aos meses de maio e junho de 1842, exatamente o meio do período em que menos folhetins são publicados n’*O Brasil*, o que indica que provavelmente não houve ali uma quebra de tendência.

Diante dessa dramática intermitência na publicação dos folhetins, Justiniano justificava:

“os interesses da política, ocupando todas as 12 colunas do nosso periódico, a necessidade de acompanhá-los em toda a importância da atualidade, tem-nos feito dar de mão a outros assuntos com que estamos acostumados a entreter a atenção pública”. (**O Brasil**, n.191, 2 nov. 1841, p.4)

Cabe destacar que a explicação de Justiniano aos leitores data de novembro de 1841, momento em que algumas importantes mudanças aconteciam no jornal. Desde o dia 14 de agosto do mesmo ano, *O Brasil* não era mais publicado pela Tipografia Americana e sim pela Tipografia Imparcial⁴², de Paula Brito, e onde Antonio Teixeira e Sousa trabalhava como compositor e tipógrafo. Um mês antes dessa mudança, ainda quando impresso na antiga tipografia, o romancista já havia publicado nas páginas d’*O Brasil* uma “Ode à Coroação e Sagração do Imperador” (**O Brasil**, n.152, 22 jul. 1841, p.2).

A partir de dezembro de 1841, quando o jornal começou a ser impresso na tipografia de Paula Brito, o nome de Teixeira e Sousa passou a surgir com mais frequência nas páginas d’*O Brasil*. Vários números do periódico traziam o anúncio do seu recém-publicado livro de poemas: “*Cantos Líricos*, de Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa, dedicados ao Ilmo. e Ex. Sr. Desembargador Paulino José Soares de Sousa,

⁴¹ Excetuados os referidos números ausentes, a coleção d’*O Brasil* disponível e consultada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional vai do o número 1 ao número 448.

⁴² Não era a primeira vez que Justiniano imprimia com a Imparcial. Segundo Oliveira (2013, p.29), em 1836, *O Atlante*, primeiro jornal de Justiniano, de pouca duração, — foi publicado pela tipografia de Paula Brito.

publicou-se o 2º volume. Vendem-se a 1\$000 rs. na loja Paula Brito, onde os Srs. Subscritores podem ir receber seus exemplares”⁴³. A notoriedade alcançada por Teixeira e Sousa alçava-o para além do que se esperava das funções de compositor⁴⁴. O jovem tipógrafo tornava-se, cada vez mais, um literato.

De forma indireta, uma oportunidade surgiu para Teixeira e Sousa em maio de 1842, quando Firmino Silva foi nomeado, no dia 10 daquele mês, para Juiz de Direito em Minas Gerais. A partir daí, apenas Justiniano ficaria na direção d’*O Brasil*. Segundo Cardim (*op. cit.*, p.22), as condições de vida do jornal eram difíceis, a ponto de provocar crises de desânimo em seu redator. Em carta ao seu amigo Firmino, Justiniano escrevia: “Sei que se valho alguma coisa é por amor desse periódico, mas também sei que no estado do meu espírito é melhor cessar de escrever do que matar-me, ganhar inimigos, sem, ao menos em compensação, ganhar amigos” (*Ibidem*). O desânimo de Justiniano talvez fosse fruto da sobrecarga de trabalho que não se convertia em dividendos. Em “junho de 1843, tinha cinco filhos; passava por aperturas financeiras, com a despesa de 400\$000 por mês, e pensava até em deixar a política para fazer-se negociante. Cogitava de interromper a publicação d’*O Brasil* [...]” (*Ibidem*, p.22).

Reflexo dessa situação explica-se pelo fato de que, passados pouco mais de onze meses após a saída de Firmino Silva foram publicados tão somente dois folhetins a pedido⁴⁵ nas páginas d’*O Brasil*, em 10 de janeiro de 1843 e em 22 de abril do mesmo ano. O primeiro, assinado por “L.G.”, tinha o título “Folhetim Político”, trazia uma narrativa repleta de ironia na qual o protagonista é raptado pela “deusa” *Impostura*, que governava “grande parte do Brasil”. O segundo folhetim era uma espécie de prospecto/anúncio do drama “A nódoa de sangue”, montado pela Companhia Dramática Espanhola e apresentado no Teatro de São Francisco.

⁴³ Especificamente os números 347, de 20 de dezembro de 1842; 351, de 31 de dezembro de 1842; 354, de 7 de janeiro de 1843; 358, de 17 de janeiro de 1843; 362, de 26 de janeiro de 1843; 372, de 21 de fevereiro de 1843; 357, de 28 de fevereiro de 1843; 381, de 14 de março de 1843.

⁴⁴ Em discurso que denunciava as perseguições do governo aos jornais de oposição, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (1809-1878), dizia: “o governo fez guerra à imprensa, muitos periódicos desapareceram pelas perseguições do ministério, até compositores, que nenhuma responsabilidade têm pelos jornais, foram presos”, BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Sessão em 13 de maio de 1836. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acessado em 01/11/2017.

⁴⁵ Publicações a pedido eram muito comuns nos jornais do período. Elas traziam a participação dos leitores, que podiam fazer publicar artigos ou comunicados de seu interesse. Durante o século XIX, muitas publicações contavam com seções chamadas “Publicações a Pedido” ou “Seção Particular” (SOUTO; SILVA: 2012, p.04).

O mês de maio de 1843 marcou, enfim, a estreia de Teixeira e Sousa nos folhetins d'*O Brasil*. Na terça-feira, dia 2, foi publicado o folhetim “Macias”, um “drama espanhol, traduzido em versos pelos Srs. Paula Brito e Teixeira e Sousa”⁴⁶. Dois meses depois, numa quinta-feira, 6 de julho de 1843, veio à luz o primeiro capítulo de *O Filho do Pescador/ Romance Brasileiro Original*. Era o primeiro romance-folhetim publicado naquele periódico. O romance de Teixeira e Sousa chegou aos vinte capítulos publicados quase que ininterruptamente, dos números 419 ao 437. A única exceção foi o número 431, do dia 5 de agosto, que veio sem o folhetim. O último capítulo foi publicado numa terça-feira, dia 22 de agosto de 1843. Foi o folhetim mais longo das páginas de *O Brasil*.

O sucesso de *O Filho do Pescador* revela-se no fato de ter sido impresso, anunciado e vendido em volume logo após o término dos folhetins. O *Jornal do Comércio* anunciava no dia 24 de setembro (somente um mês e dois dias depois da publicação do último capítulo n'*O Brasil*) que era possível comprar a edição em volume na loja de Paula Brito, por 1\$rs. Os limites da investigação aqui proposta não permitem propor uma relação de causa e efeito, mas é provável que o ânimo de Justiniano tenha recebido novo impulso após a exitosa publicação do romance-folhetim. Pelo sim, pelo não, registra-se que de 23 de agosto à 23 de dezembro de 1843, foram publicados trinta e quatro folhetins em um total de 45 números. Além disso, a circulação d'*O Brasil* foi mantida até o ano de 1852.

No próximo capítulo vamos tentar compreender o que garantiu o sucesso de *O Filho do Pescador*. Continuaremos a observar o que significava escrever um romance-folhetim no Brasil do início do século XIX e quais os procedimentos narrativos adotados por Teixeira e Sousa nesse seu primeiro romance. Como foi a recepção destes escritos e como o tema da loucura aparece nesse primeiro romance brasileiro?

⁴⁶ Curioso que, no mesmo número d'*O Brasil*, encontramos o seguinte anúncio: “Acha-se no prelo, e brevemente sahirá á luz o interessante drama MACIAS ou O DONZEL DE VILLENA. Subscreve-se na Loja do Sr. P. Brito”. Ao que parece, a tradução do folhetim espanhol, que teve publicado apenas um único capítulo, era uma estratégia de vendas de Paula Brito.

CAPÍTULO II

ROMANCE, MORAL E LOUCURA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

O presente capítulo está dividido em três partes. A primeira delas apresenta a dimensão moral do romance como parte constitutiva de seu atributo literário. Nesse sentido, a popularização do romance, não raro, será acompanhada por críticas pautadas por valores como sua utilidade, sua virtude e seu ideal de justiça. Surge, assim, uma espécie de pedagogia moral que intervém na fortuna crítica tanto de romances obscuros, como de clássicos como *Pâmela* (1740), de Richardson e *Júlia ou a nova Heloísa*, de Rousseau. Destaca-se também que, ao mesmo tempo em que se consolidava a popularização dos romances, crescia a noção de identificação entre leitor e personagem através de um ideal de empatia.

A segunda parte do capítulo apresenta a dimensão moral do romance no Brasil. Semelhante ao que ocorre na Europa, aqui terá destaque o viés pedagógico dos enredos e personagens. As preocupações terão como principal alvo as leitoras, para as quais deve-se oferecer um bom conteúdo moral. O par instruir e deleitar será o padrão definido pela crítica e perseguido pelos autores durante a primeira metade do século XIX. Por fim, a terceira e última parte analisa o romance *O Filho do Pescador*, de Teixeira e Sousa. Analisaremos como a noção de moralidade aparece na narrativa, bem como as referências sobre a loucura. A hipótese levantada é que as referências á loucura estão de acordo com o estatuto narrativo do romance-folhetim, pois cumprem, na condição de metáforas, uma função pedagógica moralizante.

2.1. A dimensão moral do romance

Desde seus primórdios, ainda na Europa, os atributos literários do romance causavam reações díspares entre os críticos. Em 1731, o intelectual francês Bruzen de la Martinière (1662-1746) em seu *Introduction generale à l'étude des sciences et des belles lettres*, manifestava um misto de simpatia e ressalva pelo novo gênero que surgia. Apresentava assim suas considerações sobre os romances:

“eu os vejo como divertimento inocente, desde que se lhes dedique apenas algumas horas quando se deseja relaxar. Mas serão horas verdadeiramente perdidas aquelas que lhes forem dedicadas em detrimento dos estudos mais sólidos. A perda de tempo nem sempre é o maior perigo oriundo dos maus Romances. Neles, estragamos o gosto, criamos falsas ideias de virtude,

encontramos imagens obscenas, sujeitamo-nos sem perceber; e nos deixamos amolecer pela linguagem sedutora das paixões, sobretudo quando o autor souber emprestar-lhes as cores mais graciosas” (*apud* ABREU, 2008, p.197).

No ano em que publica seu *Introduction*, La Martinière era um homem de letras experiente e conceituado. Durante o reinado de Luis XIV (1643-1715) esteve na corte do duque Friedrich Wilhelm de Mecklembourg na condição do que chamaríamos hoje de adido cultural. Mas foi sob o reinado de Luís XV (1715-1774) que sua carreira teve vertiginosa ascensão. Após um breve período em Parma, é transferido para o Reino das Duas Sicílias onde permaneceu por muitos anos. No período siciliano, La Martinière escreveu tratados filosóficos, dicionários e uma ambiciosa introdução à história da Ásia, da África e da América⁴⁷. Um intelectual respeitado e autorizado, que considerava a leitura de romances uma *perda de tempo* que estragava o gosto e criava *falsas ideias de virtude*. Em suma, tratava-se de um *perigo*.

Três anos após o livro de Martinière, em 1734, Nicolas Lenglet-Dufresnoy (1674-1755), tomava parte na polêmica sobre as qualidades do romance que mobilizou os homens de letras na França do início do XVIII. Padre e professor da Sorbonne, Lenglet-Dufresnoy via com simpatia os romances e argumentava que neles havia muitas coisas boas a serem exploradas. Ele refutava assim os argumentos dos que pediam a censura e propunham que se encontrasse um encaminhamento pedagógico para “torná-los bons” (HUNT, 2009, p.51). Quando lemos um romance, avaliava Lenglet-Dufresnoy, “entramos em um ‘país dos devaneios e das fábulas’, entretemos nosso espírito, alegamos nossa imaginação; mas ao mesmo tempo, porém, adquirimos moral e polidez” (**De l’Usage des Romans**, *apud* VOYER, 2011, p.34).

Charles Porée (1675-1741), por seu turno, pensava diferente. No dia 25 de fevereiro de 1736, o reputado orador e professor de retórica do Collège Louis Le Grand subiu ao púlpito da célebre escola do *Ancien Régime* para denunciar o caráter nocivo dos romances. O eloquente discurso findava com um apelo às autoridades pela proibição, apreensão e queima dos romances licenciosos, que tornavam os homens “atrevidos, afeminados e sedutores” e fazia as mulheres abandonarem “a simplicidade, a modéstia e o pudor” (**De Libris qui vulgò dicuntur Romanenses**, 1736, *apud* VOYER,

⁴⁷ Cf. “Antoine Bruzen de La Martinière (1662-1749)”. Verbete do *Dictionnaire des Journalistes*. Disponível em <http://dictionnaire-journalistes.gazettes18e.fr/journaliste/127-antoine-bruzen-de-la-martiniere>.

op. cit., p.60). As queixas do jesuíta fizeram efeito. No ano seguinte, em 20 de fevereiro de 1737, o chanceler Henri-François d'Aguesseau (1668-1751) estabeleceu uma medida para “conter a proliferação dos romances” (VOYER, 2011, p.03): a proibição⁴⁸.

Passados vinte anos, o discurso de Porée ainda ecoava. Em 1755, o abade Armand-Pierre Jacquin (1721-1780) publicava *Entretiens sur les romans*, no qual atacava o gênero romance em sua integralidade. Em seu prefácio, anunciava que a proposta da obra era “prevenir, sobretudo os jovens, contra a devassidão do coração e do espírito”⁴⁹ (JACQUIN, 1755, p.IX). *Entretiens* é estruturado em forma de diálogo, no qual o tema principal é o romance e suas características. A narrativa é conduzida por três personagens, a Condessa, o Abade e o Cavaleiro – nenhum dos três tem nome próprio –, e divide-se em quatro partes. A primeira trata da história dos romances, as origens, as características que apresentam em cada país, etc. A segunda parte destaca a inutilidade dos romances e conclui que eles não trazem nenhuma contribuição para a moral, religião, filosofia, história e mesmo para a literatura. A terceira, aponta os perigos dos romances para o espírito e para as letras como um todo. Na quarta e última parte, o tema é a corrupção moral dos jovens causada pelos romances.

Na construção narrativa de Jacquin, o Abade corresponde ao bom posicionamento moral e cristão, ou seja, representa a posição a ser adotada pelos outros personagens, bem como pelo leitor (VOYER, *op. cit.*, p.66). Com efeito, cabe ao Abade admoestar seus interlocutores (e por extensão o leitor): “abram essas obras [os romances] e vocês verão em quase todos os direitos da justiça divina e humana violados, o desdém à autoridade dos pais sobre os filhos, o rompimento dos laços sagrados do casamento e da amizade” (JACQUIN, *op. cit.*, p.225). Em seguida, o Abade analisa e julga o caráter dos romances: “são sempre inúteis às belas letras, perigosos ao espírito, mais perigosos ainda ao coração, à Religião, à moral”. Lembra também o dever dos pais de “velar com máxima atenção para impedir” que as crianças tenham contato com esse tipo de leitura. Por fim, afirma que “convém às ciências rejeitá-los”, e que o governo e “a vigilância dos Magistrados os proibissem” (*Idem*, p.363-364).

⁴⁸ D'Aguesseau ocupou cargos importantes na magistratura francesa na primeira metade do século XVIII. Sua avaliação sobre a poesia e a literatura nos permite inferir que a proibição aos romances não lhe tenha constrangido. Provavelmente estaria convicto de que adotara a medida correta. Para o magistrado, as obras literárias deveriam ser “árbitros do bom gosto e da crítica saudável” (MONNIER, 1860, p.33).

⁴⁹ Utilizamos aqui uma edição fac-similar digitalizada disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k82659/f23.image>.

Para alguns críticos, os romances deveriam estar sob constante vigilância e suspeição. Caso em suas páginas fossem encontradas evidências de corrupção moral, estariam passíveis de rejeição, censura, proibição e até queima. Essa não era uma ideia estranha na França do século XVIII. Em 1763⁵⁰, o compêndio escolar *Os verdadeiros princípios da leitura, da ortografia e da pronúncia francesa*⁵¹, de Nicolas-Antoine Viard, trazia o seguinte exercício de leitura:

Bons livros são publicados cuidadosamente
Maus livros são suprimidos prontamente⁵²

Trata-se de um exercício no qual os alunos têm que lidar com as contradições entre sons e combinações de letras e fonemas do idioma francês. O método proposto por Viard relacionava “as letras, sílabas e palavras, progredindo do simples para o complexo e evitando todas as irregularidades” (DARNTON, 2010, p.289). Embora o sentido pedagógico perca-se na tradução, o exercício ilustra bem o ambiente literário pouco receptivo às obras classificadas como *maus livros*.

Em 1779, na Inglaterra, Vicesimus Knox (1752-1821) manifestava as suas impressões acerca de *Pamela*, romance de Samuel Richardson (1689-1761). Segundo o reverendo anglicano, a obra tinha sido escrita com “as intenções mais puras”, mas algumas cenas despertavam nos leitores sentimentos incompatíveis com a virtude (HUNT, *op. cit.*, p.51). A análise de Knox era uma mistura de moralismo e chauvinismo e estava de acordo com outros críticos insulares, para os quais “a excitação nos romances britânicos só servia para disseminar os hábitos libertinos franceses e explicava a corrupção da presente era” (*Idem*, p.51).

Queixas semelhantes às de Vicesimus Knox podiam ser encontradas também nas revistas literárias inglesas. Uma quadrinha publicada em 1771, na *Lady's Magazine*, avaliava dessa forma o romance de Richardson: “Pamela, só de nome, / Mais não conheço; / Como romances odeio / Minha mente é sem defeito” (*Apud HUNT, op. cit.*,

⁵⁰ Segundo Robert Darnton, a cópia mais antiga que resta data de 1763. A Bibliothèque Nationale da França contém cinco edições dele, publicadas nos séculos XVIII e XIX, no período de 1800 e 1830 (DARNTON, 2010, p.228).

⁵¹ O título completo da publicação é *Os verdadeiros princípios da leitura, da ortografia e da pronúncia francesa, seguidos por um pequeno tratado de pontuação, primeiros elementos da gramática e da prosódia francesa e por diferentes seletas de leituras, adequadas para proporcionar noções simples e fáceis de todos os ramos de nosso conhecimento*.

⁵² Eis o original em francês: Les bons livres s'impriment soigneusement *** Les mauvais livres se suppriment promptement (*apud DARNTON, op. cit.*, p.290).

p.52). Em 1773, foi a vez da *London Magazine*, periódico dedicado às artes, literatura e interesses diversos, advertir que

“Deve-se tanto cuidar dos livros que uma senhora lê quanto das suas companhias; pois, se se concede que a escuta frequente de conversas licenciosas prepara naturalmente a mente para a aceitação de ideias corrompidas, não se pode negar que os livros nos quais o amor é o único tema e as intrigas amorosas a única ocupação dos atores sejam mais perigosos até mesmo que as más companhias, já que a narração de cenas lascivas poderia chocar ouvidos ainda não endurecidos pelo vício, quando a representação ardente pintada num romance, e lida na privacidade do retiro, não pode deixar de excitar desejos e deixar vestígios impuros na memória. Os romances não apenas poluem as imaginações das jovens, mas igualmente lhes dão falsas ideias sobre a vida, o que muito frequentemente as faz agir de modo inadequado, devido à mudança no modo de pensar que elas assimilam de seus estudos favoritos”. (*apud* VASCONCELOS, 2005, p.92-93).

Os romances representavam um risco particular às mulheres. Feitas em silêncio, na privacidade do retiro e, principalmente, sem a devida supervisão, essas leituras teriam inevitáveis efeitos nocivos. A questão moral era o substrato das objeções aos romances. As preocupações manifestadas pela *Lady's Magazine* e pela *London Magazine* pareciam pertinentes, uma vez que, no avançar do século XVIII, os hábitos de leitura sofriam profundas modificações.

Segundo Robert Darnton, durante o século XVIII a Europa passou por um processo de crescente “dessacralização da palavra impressa”. A austera dieta de leitura, até então limitada a poucos títulos, em especial a Bíblia, foi cedendo espaço para outros textos. Com efeito, os leitores “passaram a se lançar a materiais de qualquer gênero, atrás de entretenimento, e não tanto de edificação” (DARNTON, 1990, p.128). Entre os estilos preferidos destacavam-se os “romances, livros de viajantes e obras de história natural [que] tendiam a desalojar os clássicos nas bibliotecas de nobres e burgueses abastados” (*Idem*, p.151).

Criadas em 1732 e 1770, respectivamente, a *London Magazine* e a *Lady's Magazine* acompanhavam de perto as discussões acerca do romance moderno, bem com manifestavam suas impressões e juízos. Dessa forma, além das críticas a Richardson e a outros romancistas como Daniel Defoe (1660-1731), e Henry Fielding (1707-1754), referências à produção francesa também eram frequentes em suas páginas. Preocupação que se justifica pelo crescimento vertiginoso dos romances, que:

“decolaram como gênero no século XVIII, especialmente depois de 1740, a data de publicação de *Pamela*, de Richardson. Na França, oito novos romances

foram publicados em 1701, 52 em 1750 e 112 em 1789. Na Grã-Bratânia, o número de novos romances aumentou seis vezes entre a primeira década do século XVIII e a década de 1760: cerca de trinta novos romances apareceram todo ano na década de 1770, quarenta por ano na de 1780 e setenta por ano na de 1790” (HUNT, *op. cit.*, p.40).

A historiadora Lynn Hunt cruza os dados acima com os indicadores de alfabetização e percebe que “a capacidade de ler e escrever tinha aumentado a ponto de até criados, homens e mulheres, lerem romances nas grandes cidades, embora a leitura de romances não fosse então [...] comum entre as classes baixas” (*idem*). Isso nos permite concluir que o aumento do número de leitores tem estreita relação com o aumento do número de romances publicados. Nesse sentido, manter distância dos romances – tal como recomendavam alguns preocupados críticos – tornava-se algo cada vez mais difícil. Podia-se até odiá-los, conforme a já citada quadrinha publicada em 1777 na *Lady’s Magazine*, mas contê-los já seria impossível. Esforços visando a proibição dos romances, porém, não deixaram de ser empregados.

Vejam os exemplos na obra do conceituado médico suíço Samuel-Alguste Tissot (1728-1797). Segundo ele, haveria uma ligação de causa e efeito entre a leitura de romances e a masturbação. O resultado seria a degeneração física, mental e moral nos homens e mulheres. Tissot denunciava os “inconvenientes dos livros frívolos” que “usam o espírito e esgotam o corpo” e que, quanto mais são lidos, “mais as consequências serão funestas” (TISSOT, **De la santé des gens de lettres**, 1769, p.15-16. *Apud* ABREU, s./d., artigo não paginado). O médico sabia onde morava o perigo:

“Só o que posso dizer é que o ócio, a inatividade, ficar tempo demais na cama, uma cama que seja demasiada macia, uma dieta rica, picante, salgada e cheia de vinhos, amigos suspeitos e livros licenciosos são as causas mais propensas a gerar esses excessos” (TISSOT, **L’onanisme**, 1761, p.166-7, *apud* HUNT, 2009, p.52).

Identificadas as causas, o médico propunha a solução: “proibi-los severamente”. Referia-se, contudo, somente aos *livros frívolos*: “pode-se permitir as leituras que, sem requerer muita concentração, e sem suscitar imagens perigosas, os distraiam agradavelmente e previnam os terríveis perigos de um tédio desocupado” (TISSOT, **L’onanisme**, p.145, *apud* ABREU, s./d., artigo não paginado).

A proibição proposta por Tissot não ambicionava uma escala ampla, era tão somente restrita à terapêutica. Ela organizava os livros de forma a opor úteis, previdentes e virtuosos aos não úteis, frívolos e licenciosos. Os primeiros deveriam ser

lidos e apreciados, os segundos, censurados, ou, conforme as palavras do médico, “proibi-los severamente”. A correspondência com o exercício de leitura de *Os verdadeiros princípios da leitura, da ortografia e da pronúncia francesa*, de Nicolas-Antoine Viard, é inevitável: “Bons livros são publicados cuidadosamente // Maus livros são suprimidos prontamente” (VIARD, *op cit*).

Muita gente saiu em defesa dos romances em contraponto às advertências, censuras, detrações e mordacidade de algumas críticas. Em seu *Elogio a Richardson*, panegírico escrito em 1761, por ocasião da morte do romancista inglês, Denis Diderot (1713-1784) defendia os romances por entender que muitos deles permitiam aos leitores extrair máximas moralistas. Para o enciclopedista, alguns personagens teriam a virtude da exemplaridade: “nós identificamos pelo seu papel se ele é virtuoso e nos afastamos dele indignados se ele é injusto ou cruel” (DIDEROT, **Éloge de Richardson**, 1761, *apud SILVA*, 2009, p.40). O romance exerceria um efeito positivo através de um discurso moralizante que subjaz à narrativa: “nós nos sentimos atraídos para o bem com uma impetuosidade que não conhecemos. Quando confrontados com a injustiça, experimentamos uma aversão que não sabemos como explicar para nós mesmos” (DIDEROT, **Éloge de Richardson**, 1761, *apud HUNT*, *op. cit.*, p.56).

Em 1762, o jurista e filósofo Lord Kames (1696-1782) propôs um tratamento filosófico para a leitura de romances com seu *Elements of Criticism*. Para Kames, “a ficção em geral cria uma espécie de ‘presença ideal’ [...] em que o leitor se imagina transportado para a cena” (HUNT, *op. cit.*, p.56-57). Essa transmigração provocada pelo ato de leitura seria capaz de promover a moralidade. Dessa forma, “a ‘presença ideal’ abre o leitor para sentimentos que reforçam os laços com a sociedade. Os indivíduos são arrancados de seus interesses privados e motivados a desempenhar ‘atos de generosidade e benevolência’” (*Idem*, p.57).

Quando lemos uma obra de ficção, somos tomados por um “forte desejo de praticar atos caridosos e gratos”. Essa é a avaliação de Thomas Jefferson (1743-1826) em uma carta de 1771, em resposta a Robert Skipwith, um parente que lhe pedia recomendações de livros. Convicto de que a ficção produzia o “desejo da imitação moral”, Jefferson encaminhou uma lista de títulos e autores de “poesia, peças teatrais e

romances, incluídos os de Laurence Sterne, Henry Fielding, Jean-François Marmotel, Oliver Goldsmith, Richardson e Rousseau” (*Idem*, p.57).

Para Jefferson, virtude e estética afiguravam-se como importantes vetores para o aprimoramento do caráter humano. Nas obras de ficção, por exemplo, a imaginação permitiria ao leitor apreender os sentimentos do herói ou da heroína e “tomar para si toda a moral, observando as ideias de um romance bem escrito, uma tragédia, uma comédia ou um poema épico” (QUINBY, 1982, p.346-347). O ato de ler nunca seria meramente recreativo, sempre haveria um substrato moral ou político “para fortalecer e informar suas atitudes nas causas públicas e privadas” (WILSON, 1993, p.671). Jefferson avaliaria da seguinte forma a obra de seu “romancista favorito” (HUNT, 2009, p.111), Laurence Sterne: “o melhor curso de moralidade” (*Idem*, p.66).

Os romances ajudaram a forjar a personalidade moral e a ação política de Jefferson, conforme sugere Douglas L. Wilson, ao analisar a influência exercida por dois romances franceses, *As Aventuras de Telêmaco* (1699) e *Belisarius* (1767), nos escritos revolucionários de Jefferson. As respectivas narrativas de François Fénelon (1651-1715) e Jean-François Marmontel (1723-1799) serviram-lhe como fonte para o compromisso com a razão, com o ideal de justiça e com as prerrogativas da virtude. Assim, as peripécias do jovem Telêmaco contribuíram para fortalecer pontos de vista que Jefferson manifestou em obras como *Summary View of the Rights of British North America* (1774) e mesmo na Declaração de Independência dos EUA, dois anos depois (WILSON, *op. cit.*, p.674-5).

Algo semelhante deu-se com *Belisarius*. Wilson compara dois trechos que indicam o quanto o romance inspirou os escritos do político norte-americano. No primeiro, Marmontel põe na boca de um interlocutor do general Belisarius a seguinte conclusão: “A arte de governar consiste em seguir as sugestões do bom senso e da virtude”. O segundo, muito similar ao primeiro, é extraído de um texto de Jefferson, escrito poucos anos depois⁵³: “a arte de governar consiste na arte de ser honesto” (WILSON, 1993, p.676). Para Jefferson, a honestidade aparece, então, como síntese da *virtude* e do *bom senso*. Como se pode notar, romances como *As Aventuras de*

⁵³ Trata-se de *A Summary View of the Rights of British North America*, publicado em 1774. *Belisarius* é de 1769.

Telêmaco e *Belisarius* contribuíram para despertar, no leitor Thomas Jefferson, o Pai Fundador dos Estados Unidos da América.

Roberto Darnton analisa a recepção por parte dos leitores do romance que “foi, talvez, o maior *best-seller* do século [XVIII]”, *Júlia ou a nova Heloísa*. Publicado no ano de 1761, o romance de Rousseau continha, segundo escrevia um leitor contemporâneo, “personagens cujas virtudes me fizeram chorar lágrimas tão doces” (DARNTON, 2010, p.313). Um pequeno funcionário do fisco comentava que “a cada página, minha alma se derretia: Ah! Como é bela a virtude!” (*Idem*, p.315). Um jovem livreiro manifestava gratidão: “desde que li seu abençoado livro, ardo de amor à virtude e meu coração, que eu pensava morto, bate mais forte que nunca” (*Idem*, p.316).

Alguns duvidavam que as personagens fossem criações literárias: “são apenas imaginárias, como algumas pessoas tentam convencer-me? Se este é o caso, em que tipo de mundo habitamos, no qual a virtude não passa de uma ideia?” (*Idem*, p.314). Outros consideravam-se íntimos dos personagens: “Júlia não era mais uma pessoa desconhecida. Eu acreditava que era sua irmã, sua amiga [...] teria ficado tão doente quanto todos aqueles que atenderam aquela mulher virtuosa em seus últimos momentos” (*Idem*, p.311). Havia também os que lamentavam ao reconhecer suas próprias imperfeições: “não consegui viver tão virtuosamente quanto Júlia” (*Idem*, p.313), escrevia um leitor chamado Louis François. Esse último relato denota uma identificação que “cruzava claramente as fronteiras de gênero. [...] Como as leitoras, os homens se identificavam com a própria Júlia. A luta de Júlia para dominar as suas paixões e levar uma vida virtuosa tornava-se a sua luta” (HUNT, *op. cit.*, p.48).

A busca pela *virtude* parecia ser o principal impacto provocado por *Julia, ou a nova Heloísa*. O romance era uma espécie de pedagogia moral. Jean Ranson, um rico comerciante de La Rochelle, considerava Rousseau um “amigo da virtude” e *devorava* seus escritos “não para gozar a literatura, mas para lidar com a vida e [...] para desenvolver sua virtude” (DARNTON, *op. cit.*, p.307-8). Em carta ao seu livreiro, Ranson afirmava que, “tudo o que *l’Ami* Jean-Jacques escreveu [...] teve um profundo efeito sobre mim; e confesso-lhe que me servirá como norma” (*Idem*, p.303).

Até aqui vimos que o valor moral era pensado tanto por argumentos contrários quanto favoráveis ao romance, durante todo o período em que este se afirmava. Dessa

forma, a virtude se convertia em denominador comum entre defesa e acusação. A citação de Márcia Abreu resume essa situação:

“Como resposta aos críticos que acreditavam que a leitura dos romances conduzia ao pecado, os defensores do gênero tomaram o problema tal como formulado por eles – as narrativas promovem a identificação do leitor com a vida dos personagens – mas inverteram o modo de avaliar tal situação. Enquanto os detratores atinham-se ao pecado que consistia em imaginar-se no lugar de alguém que saía dos trilhos da virtude, os entusiastas dos romances viram aí um fato positivo, pois, em vez de conduzir ao erro, essa experiência ensinaria como evitá-lo, fazendo com que os leitores não tivessem que se equivocar em suas próprias vidas” (ABREU, 2008, p.309).

A atitude de *imaginar-se no lugar de alguém* estimulada pelos romances é considerada por Lynn Hunt como um pressuposto necessário para a invenção de direitos humanos. Para a historiadora, os romances ajudaram a construir uma identificação entre os homens a partir da empatia que eles, enquanto leitores, desenvolviam pelos personagens:

“Os romances apresentavam a ideia de que todas as pessoas são fundamentalmente semelhantes por causa de seus sentimentos íntimos [...]. Dessa forma, a leitura dos romances criava um senso de igualdade e empatia por meio do envolvimento apaixonado com a narrativa” (HUNT, *op. cit.*, p.39).

Muitos dos romances que fizeram sucesso e provocavam temores, lágrimas, debates, desconfianças e toda uma “torrente de emoções” na Europa e na América do Norte aportaram no Brasil. Com efeito, também mobilizaram posicionamentos contrários e a favor. Enquanto alguns propunham limites entre esse tipo de produção literária e os leitores, outros defendiam a leitura dos romances ao identificar nestes uma *filantropia literária*. Também aqui, o viés principal desses posicionamentos era o aspecto moral dos romances. Vejamos a seguir como a concepção de romance moderno, enquanto instrumento pedagógico-moral, esteve presente no Brasil a partir do final do século XVIII.

2.2. A dimensão moral do romance no Brasil

Em 1797, o censor régio Francisco Xavier de Oliveira balançava a cabeça em reprovação à tradução para o português do romance, *Lances da ventura, acasos da desgraça e heroísmos da virtude*, de D. Felix Moreno de Monroy y Ros⁵⁴. Por dever de

⁵⁴ Segundo Abreu, “é difícil encontrar informações sobre D. Felix Moreno Monroy y Ros. Sobre ele, Innocencio Francisco da Silva não diz nada além de informar que era ‘hespanhol de nação, mas domiciliado por muitos anos em Lisboa’” (ABREU, 2006, p.116).

ofício, ele tinha que ler obras em prosa e verso observando seu conteúdo político, religioso e moral (ABREU, 2007, p.04). Em seguida, deveria emitir parecer que, em última instância, poderia ou não autorizar a circulação dessas obras tanto em Portugal quanto em seus domínios ultramarinos. No que se refere ao último dos itens a ser avaliado pelo censor, a moralidade, a *Regulamentação da Censura Tripartida* (1795) definia como imorais os textos “que afrontam o pejo e a modéstia, desbaratam os costumes e pervertem a educação religiosa da mocidade” (*Apud* ABREU, 1996, p.114). Era esse exatamente o ponto de desaprovação de Francisco Xavier ao romance de Monroy.

Para o censor, *Lances da Ventura* era uma obra “detestável”, que “feria a plausibilidade mais rasteira”, escrita em estilo “impróprio” e repleta de personagens “patéticos” (*Idem*, p.118). A ressalva elogiosa ficava por conta da heroína: “sua moral é pura e santa”. A situação não era das mais alvissareiras ao livro de Monroy, uma vez que “as obras ficcionais eram vistas com desconfiança pelos censores e consideradas, em sua maioria, perniciosas à imaginação, imorais, licenciosas, voluptuosas” (MORAIS, 2006, p.199). Entretanto, talvez tomado de simpatia pela correção moral da heroína, o parecer de Francisco Xavier foi favorável à publicação. Dessa forma, o sensor clamou ao rei que “se digne por sua Real Bondade, conceder ao suplicante a licença que pede para fazer imprimir” (*Apud* Abreu, *op. cit.*, p.119).

Lances da Ventura se converteria em grande sucesso editorial, tendo sido publicado em Portugal e no Brasil. Na colônia estava “entre as 10 obras para as quais se registra maior quantidade de remessas” (ABREU, *op. cit.*, p.128). Em 1811, constava na lista de títulos do *Catálogo dos livros à venda na casa do livreiro Manuel Antônio da Silva Serva*⁵⁵, o que sugere sua boa aceitação. Em 1813, *Lances da Ventura* chegava à sua terceira edição, sempre com grande demanda entre os brasileiros. Ainda em 1821, o

⁵⁵ O português Manoel Antônio da Silva serva (? - 1819) foi uma referência da imprensa brasileira no início do século XIX. Em 1811 criou na cidade de Salvador a Tipografia da Bahia, que imprimiu livros e jornais, “funcionando ininterruptamente por 35 anos”. Sua atividade permitiu criar “uma rede de distribuição de livros impressos na Bahia e nas principais cidades portuguesas”. No Rio de Janeiro, seu escritório funcionava na rua do Rocio, nº83 (MAGALHÃES, 2016, p.224-227). Durante o período em que funcionou, a tipografia de Serva publicou aproximadamente 176 títulos, “os assuntos abordados pelas obras publicadas por Serva são semelhantes aos de outras editoras de língua portuguesa da época: muita religião, uma boa quantidade de direito e medicina (a Bahia foi, no século XIX, a única província brasileira a possuir uma escola de medicina), algo de história e política, e um pouco de literatura, principalmente traduções” (HALLEWELL, *op. cit.*, p.60).

romance de Moroy y Ros aparecia em periódicos do Rio de Janeiro, como o *Jornal de Annuncios*, no valor de 6000r réis (ABREU, 2007, p.5).

Em outro parecer sobre a mesma obra (chamado por ele de *novela*), Francisco Xavier de Oliveira escreve: “porquanto posto que a novela seja uma história fabulosa, composta por diversos acontecimentos da vida humana, contudo seu fim é o mesmo que o da poesia: instruir e deleitar” (*apud* ABREU, op. cit., p.127). No Brasil, o esforço em separar o joio do trigo nessa *imensidade de novelas*, também encontrava no viés pedagógico-moral seu principal ponto de análise, conforme podemos ver nesse trecho de um artigo publicado em 1812, no *Correio Brasiliense*:

“A imensidade de novelas que se têm publicado durante o século passado, e neste, a insipidez inutilidade, e muitas vezes depravações destas publicações, tem feito caracterizar esta sorte de composições, como uma leitura somente própria de espíritos frívolos, e como um emprego inútil, quando não seja de consequências funestas à moral do leitor. Não entram porém nesta classe as novelas fundadas em princípio da verdadeira moral, e tendentes a inspirar no leitor as máximas da prudência, e as regras de conduta, que se incluem nas paridades, e emblemas, que divertindo o espírito, forma o entendimento, e regem o coração”. (*Correio Brasiliense*, 1812, *apud*, SILVA; PINHEIRO et. al., 2018, p.74).

A queixa do *Correio Brasiliense* dava-se em um momento no qual ainda não havia uma *literatura nacional*, conforme os termos propostos pela revista *Niterói*. Como vimos no capítulo anterior, nossa *independência literária* só se daria em meados da década de 1830, quando justamente a *Niterói* cumpriria uma espécie de marco inaugural de nossa literatura. Entretanto, a atenção às obras que aportavam no Brasil independia do fato de termos ou não alcançado a independência literária. O que importava era que as publicações, principalmente os romances, deveriam cumprir a missão de “inspirar no leitor as máximas de prudência”. A atenção dada a essas “composições” contribuiu para que se constituísse uma espécie de perfil ideal para que um romance tivesse êxito entre os censores. Hebe Cristina Silva nos indica que

“grande parte dos romances estrangeiros que circularam no Brasil no momento em que foram produzidas as primeiras narrativas nacionais possuíam um teor edificante. Lendo várias obras escritas sob esse molde, os escritores brasileiros, mesmo não tendo acesso aos textos que compuseram o debate europeu sobre o ‘novo gênero’, eram levados a crer que um bom romance deveria ‘deleitar e instruir’ o leitor”. (SILVA, *op. cit.*, p.43).

Conter o afluxo de romances tidos como *impróprios* se tornava praticamente impossível ao avançar do século XIX. Na corte do Rio de Janeiro, por exemplo, desde o final do século XVIII, multiplicavam-se os livreiros e as casas especializadas na venda

de livros e periódicos estrangeiros que chegavam em número cada vez mais expressivo (NEVES, 2002, p.02). O mesmo efeito começava a ser sentido nos periódicos brasileiros. Um número crescente de romances traduzidos aparecia nas folhas em um ritmo irresistível. Nesse contexto, alguns periódicos tomavam para si a tarefa de advertir os leitores sobre os predicados literários e morais das histórias impressas em suas páginas.

Um dos primeiros periódicos nacionais a veicular prosa de ficção traduzida para o português, o jornal literário *O Beija Flor*, fez questão de dedicar um espaço em suas páginas para apresentar um comentário introdutório ao romance-folhetim *O colar de Pérolas ou Clorinda*:

“Walter-Scott cuja reputação não se limita à Escócia, sua pátria, nem mesmo à Europa, e passou o Atlântico, não tem ainda sido traduzido em nosso idioma, no qual trasladaram-se tantos enjoativos romances: parecendo-nos portanto que faríamos um serviço à nossa literatura nascente, oferecendo ao público um *specimen* do estilo, e o método de Walter-Scott que, com justa razão, foi chamado o historiador das novelas, e o novelista da história. [...] Um dos característicos de Walter-Scott, é a pureza e decência do seu modo de tratar o amor. Jamais houve romance mais casto. Ordinariamente os seus heróis, ou heroínas, se bem que por dever imperioso do romanceiro, eles estejam namorados, não aparecem senão no segundo plano. É verdade na novela que traduzimos tanto por ser breve, e caber nos limites de dois folhetos, como porque o mesmo Walter-Scott, dando-se a si mesmo o segundo papel, delinea sua configuração física e moral, os amantes representam as primeiras figuras; porém o autor, vela com tal delicadeza o criminoso da sua paixão, e os mostra na catástrofe tão cruelmente castigados, que a lição de moral que quis dar não pode deixar de se gravar profundamente no coração” (Litteratura. O Collar de Perolas, ou Clorinda. Traduzido do Inglez de Walter-Scott. Prologo do Traductor.” In: **Beija-Flor – Annaes Brasileiros de Sciencia, Politica, Litteratura, etc.** 1830., p. 30-32. *Apud* SILVIA, 2009, p.46).

O prólogo defende que um romance deveria representar tão somente o caráter “casto” do amor, tratando-o com “pureza e decência”. Os deslizes morais dos personagens deveriam ser “cruelmente castigados”. O romance seria, acima de tudo, uma “lição de moral”. Entretanto, um olhar mais atento logo perceberia um equívoco na referência ao autor. *O colar de pérolas ou Clorinda* não era de autoria de Walter Scott, mas de Lord Normanby⁵⁶. A intrigante mudança de autoria sugere que, para os

⁵⁶ Constantine Henry Phillipps (1797-1863), ou Lord Normanby, foi um alto funcionário do império britânico, tendo ocupado cargos como governador da Jamaica (1831-1834) e embaixador na França (1846-1852). Escritor *diletante*, publicou romances e panfletos políticos sem, contudo, alcançar grande sucesso. “Clorinda, or the Necklace of Pearl. A Tale of a Bystander”, seu maior êxito literário, foi originalmente escrito para acompanhar “uma das gravuras impressas no *Annual The Keepsake*, de 1829” (RAMICELLI, 2004, p.136).

periódicos da época, averiguar a autoria de um romance era menos importante do que referendar seu conteúdo moral para os leitores. *O Beija Flor* não adotava uma postura isolada ao enfatizar os atributos morais dos romances em suas páginas.

Em 1837, o *Jornal dos Debates*⁵⁷ publicou o artigo “Os romances modernos e sua influência”, de João Manuel Pereira da Silva (1817-1898). O autor defendia que a leitura dos romances seria uma forma de conhecer mais profundamente a vida e a alma humanas⁵⁸. Nesse aspecto, as mulheres – ou o *belo sexo* –, dispunham de maior capacidade para absorver, pela leitura, as vantagens oferecidas pelos romances.

“o belo sexo, que desde o começo das sociedades, rigorosamente falando, tem dominado o mundo, e dirigido o gosto, uniram-se mais a esta especialidade da literatura, por representar em mais vasto quadro, que nenhuma composição, os desvarios da vida humana, os sentimentos de nossa alma, os queixumes e gemidos de nossos corações; e na verdade o belo sexo, tão digno de governar os homens por sua própria fraqueza, e pelos dotes da formosura, com que o mimoseou a natureza, tem toda a razão de sentir-se atraído por essa espécie ou gênero de literatura, com que nasce a humanidade, e com que morre” (SILVA, 1837, *apud* SILVA, 2009, p.46)

Não seria consenso, porém, esse olhar condescendente para com a relação entre o novo *gênero de literatura* e o *belo sexo*. Também em 1837, o padre Manuel do Sacramento Lopes Gama (1771-1852) queixava-se em artigo no jornal *O Carapuceiro*⁵⁹, no qual era editor.

“Em que há de se entreter esta santinha a noite inteira? Oh, essa é boa! E para que se compuseram as *Mil e uma noites*, os *Mil e um quartos de hora*, as *Adelaides*, o *Menino da selva*, as *Joaninhas*, e tantas novelas, cuja nomenclatura talvez exceda às bibliotecas do Vaticano e do Escorial? Em ler esses bons mestres da moral, na aquisição dessas ideias eróticas entretém-se a menina (muito proveitosamente) até meia-noite, hora da ceia, e daí para a cama. Em que ocupa esta senhora toda a sua vida? Em nada. Pois não sabe coser, nem bordar, nem remendar? Nada disso: nunca tais grosserias lhe ensinaram. [...] E sendo tão versada em novelas sentimentais, terá adquirido a habilidade de fazer charadas? Talvez alguma *mademoiselle* Brumont lha tenha ensinado”. (GAMA LOPES, 1840, *apud* SILVA, 2009. p.48)

⁵⁷ O *Jornal dos debates Políticos e Litterários* foi editado por Torres Homem e circulou entre 1837 e 1838.

⁵⁸ Pereira da Silva foi um dos colaboradores da revista *Niterói*. Ele escreveu o artigo “Estudos sobre a literatura”, no segundo tomo.

⁵⁹ O *Carapuceiro* era editado em Recife e circulou entre 1832 e 1847. A identificação do periódico com seu editor, Lopes Gama, era de tal monta que este era chamado de “Padre Carapuceiro”. Obteve grande popularidade, sendo “reeditado, aparentemente, algumas vezes ‘in totum’ em Recife e no Rio, além de ter artigos específicos reproduzidos em diferentes periódicos, tanto na época quanto mais tarde, ‘O Carapuceiro’ oferece bom exemplo da atividade dinâmica e estimulante da incipiente imprensa brasileira” (PALLARES-BURKE, 1996, p.134).

A ironia e o sarcasmo de Lopes Gama oferecem sua visão acerca do lugar que a mulher deveria ocupar na sociedade. Logo, em vez de se entreter até altas horas com as “ideias eróticas” concebidas pelos “bons mestres de moral”, a “menina” deveria coser, bordar e remendar. Outra significativa informação nos oferece o padre quando sugere que a quantidade de “novelas” excedia “às bibliotecas do Vaticano e do Estoril”. O exagero, por certo, compõe a ironia, mas oferece também uma percepção sobre o vertiginoso aumento no número de romances que aportavam no Brasil no início do século XIX.

“Considerando apenas obras hoje denominadas literárias - textos poéticos, ficcionais e teatrais - enviados ao Rio de Janeiro, os números são eloqüentes. No período anterior à vinda da Família Real (1769 - 1807), há 201 requisições solicitando autorização para envio de livros daquela natureza, perfazendo um conjunto de 1 333 demandas de obras literárias. Naturalmente, há títulos que são objeto de vários pedidos; assim, agrupando-se as solicitações relativas a uma mesma obra, tem-se um total de 518 títulos de ficção enviados para o Rio de Janeiro. Para o período posterior (1808 - 1822), há 356 requisições que solicitam autorização para o envio de 3 154 obras literárias. Isolando-se as repetições, chega-se a 914 títulos”. (ABREU, 1998, p.02)

Em 1843, o padre Lopes Gama retornaria ao tema da educação feminina e dos romances.

“Se alguma ingerência tivesse nos colégios estabelecidos em Pernambuco, eu recomendaria às Sras. Diretoras, não consentissem às suas educandas a prenciosíssima leitura de novelas, porque para dizer de uma vez tudo a quem bem me entende, nenhuma necessidade há de ensinar ao gato o caminho da despensa. Não faltará quem já me estranhe muito que embirro com as tais novelas; mas não sou eu só, todos os moralistas as reprovam e entendem que são prejudiciais, mormente ao belo sexo no verdor dos anos. [...] Estas obras têm o perigo de abalar o coração e o espírito por sentimentos nascidos do poder do amor, por inclinações contrariadas e por sucessos imaginários que o talento do autor envolve de uma verossimilhança enganosa. [...] Dirá alguém que novelas há, cuja moral é tão pura que podem ser lidas sem perigo, pois que nelas o vício é sempre punido, a virtude recompensada, e vêm-se belos e nobres caracteres; mas são sofisticados todos os argumentos que se produzem em favor de tais leituras, porque nesses livros nunca é banido o amor, neles os amantes correspondidos são belos, são cavalheiros sinceros e fiéis. Tão sedutora pintura fere a imaginação de uma menina, e desde logo ela entra a procurar no mundo a quimérica imagem dos heróis cujas aventuras tem lido e se (o que muitas vezes acontece) o marido que lhes fora destinado não lhe oferece semelhanças com essa imagem querida, também muitas vezes acontece que a moça casada tem a desgraça de a procurar ainda”. (Gama Lopes, 1843, *apud*, SILVA, 2009, p.49).

A ironia dessa vez é acompanhada por considerações as quais sugerem que o *embirro* com as novelas encontrava interlocutores que avaliavam a questão de forma distinta, menos casmurra. O padre lembrava, porém, que não estava sozinho em sua

opinião sobre as novelas: “todos os moralistas as reprovam”. “Tais leituras” deveriam ser evitadas, pois, mesmo aquelas em que “o vício é sempre punido, a virtude recompensada” e os personagens são “belos e nobres” traziam consigo uma visão de mundo irreal. Perigosa e “sedutora pintura [que] fere a imaginação” e frustra expectativas quando comparada com a realidade. Às moças no “verdor dos anos” o prejuízo seria ainda maior. Ao captar as eventuais diferenças entre os “belos”, “fiéis” e “cavalheiros” heróis e o “marido que lhes fora destinado”, a “moça casada” poderia queixar-se de sua desgraçada sorte. O mal, então, estaria consumado devido a “uma verossimilhança enganosa”.

A abordagem da moral manteve-se como critério de análise relevante em várias críticas de romances publicadas pela imprensa brasileira na primeira metade do século XIX. Queixas como as de Lopes Gama eram comuns no ambiente crítico-literário brasileiro quando, em 6 de julho de 1843, vêm à luz *O Filho do Pescador*. Vejamos que tipo de moral esse romance-folhetim trazia consigo e como ele foi recebido pela crítica literária de sua época.

2.3. Moral e loucura no romance *O Filho do Pescador* (1843)

Os críticos literários e historiadores da literatura do século XX conferem à Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa um lugar menor entre os prosadores brasileiros do século XIX. Escrevia romances “ilegíveis, tal é a insuficiência de sua invenção e composição, e também da sua linguagem”, Veríssimo [1916](1954, p.187); “Deixou mais intenções que realizações”, afirma Ronald de Carvalho [1919] (1984, p.211); obra literária de “terceira plana”, Candido (2000, p.112); comparada aos considerados grandes nomes, Macedo, Alencar, Bernardo Guimarães, há “inegável distância, e, termo de valor, que o separa de todos”, Bosi (1981, p.111); “lembra-nos apenas como pioneiro do caminho do romance brasileiro”, Stegagno-Picco (1997, P.168).

Especificamente sobre o romance *O Filho do Pescador*, esses autores divergem aqui e ali sobre o fato dele ter sido, ou não, o pioneiro. Mas não há discordância quando se trata da qualidade literária: em geral, negam virtudes estéticas e formais e indicam inúmeras imperfeições. Um recuo no tempo porém, nos coloca diante de uma situação diferente. Os críticos oitocentistas receberam muito bem a prosa de Teixeira e Sousa. O que justifica essa diferença?

Um dos primeiros críticos afirmou, em 1843, que o “novo gênero” deveria “fazer a educação do povo” porque penetrava “na cabana do humilde, na recâmara suntuosa, no leiro da indigência, no aposento do fausto”⁶⁰. Conforme vimos na seção anterior, “moralidade das narrativas foi um dos critérios mais importantes na análise de romances estrangeiros e nacionais da época” (SILVA, 2006, p.885). É nesse aspecto que se constrói a fortuna crítica de *O Filho do Pescador*.

No início de 1844, eis a avaliação de Santiago Nunes Ribeiro (?- 1847)⁶¹ sobre *O Filho do Pescador*, publicada na *Minerva Brasiliense*:

“Nesta obra quis o Snr. Teixeira e Sousa mostrar que a novela pode ser um gênero muito moral, e que por conseguinte da leitura dos livros desta ordem, composto segundo iguais princípios, não pode resultar o mal que vem desses mil romances imorais e corruptores que pululam na América e na Europa”. (*Minerva Brasiliense*, 1º de janeiro de 1844, vol. 1, n.5, *apud* SILVA, 2009, p.138).

A *Minerva Brasiliense* era um periódico de prestígio que trazia em suas páginas assuntos literários⁶². No mesmo número, o artigo “Da Arte Dramática no Brasil”, de Emile Adêt⁶³, referia-se à Teixeira e Sousa como “já conhecido por várias produções de mérito”. Durante o ano de 1844, alguns poemas escritos ou traduzidos por Teixeira e Sousa estariam nas páginas da *Minerva Brasiliense*, denotando o reconhecimento acerca da qualidade de sua pena (SILVA, 2009, p.95-96).

⁶⁰ DUTRA MELLO, Antonio Francisco. “A Moreninha”. In: *Minerva Brasiliense*, 1º de outubro de 1844.

⁶¹ “Santiago Nunes Ribeiro veio para o Brasil, ainda criança, trazido por um tio padre, exilado por questões políticas e falecido logo depois. Sabe-se muito pouco a seu respeito. Passou a infância e se formou na cidade de Paraíba do Sul, na Província do Rio. Mais tarde mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou no comércio, lecionou em colégios particulares, foi professor de retórica no Colégio Pedro II e escreveu no *Minerva Brasiliense*, tendo sido seu redator-chefe a partir do segundo ano de sua existência. Presume-se que tenha morrido ainda jovem, pois não se tem notícia de nenhuma publicação por ele assinada após 1845. No entanto, [...] Antonio Cândido registra sua morte em Ouro Preto, província de Minas, no ano de 1847, acrescentando a informação de que tinha saúde frágil” (CAIRO, 1996, p.41).

⁶² A revista tinha Torres Homem como redator chefe e foi publicada entre 1843 a 1845. Colaboravam nesse periódico “literatos, advogados, médicos, e jornalistas que não realizavam um jornalismo noticioso-informativo como conhecemos hoje, e sim redigiam ensaios que versavam sobre os assuntos mais diversos: desde economia política, passando por astronomia, literatura, ciências, teatro e traduções de textos clássicos” (MARTINS, 2011, p.04).

⁶³ Não dispomos de maiores dados biográficos de Adet. Sobre sua trajetória profissional, sabemos que “participou da *Minerva Brasiliense*, onde escrevia sobre literatura e teatro. Redigiu uma série de artigos em que destacava a contribuição francesa em vários campos de conhecimento produzidos no Brasil, especialmente na literatura” (LIMA, 2008, p.111).

Qualidade que seria lembrada em maio de 1861, no artigo de F. T. Leitão, publicado na revista *A Marmota*⁶⁴. Intitulado “Literatura Pátria – Romances Brasileiros”, o artigo afirmava que:

“Podemos dizer que não possuímos romances nacionais! À exceção das limitadas produções que nesse gênero devemos aos senhores Dr. Macedo, Teixeira e Sousa e Alencar, não é desarrazoado declarar-se, que nada mais nada menos, e conquanto a *Moreninha*, o *Moço Loiro*, a *Vicentina*, as *Fatalidades*, *O filho do Pescador*, a *Providência*, o *Guarany* e a *Visinha*, sejam as provas indestrutíveis de que nesse terreno muito lucro poder-se-ia colher em honra das letras pátrias: não se deve contudo deixar de lamentar o atraso em que elas se acham?!”. (*A Marmota*, 7 de maio de 1861, *apud* SILVA, 209, p.149).

Podemos notar que, passados 25 anos da publicação da revista *Niterói*, a constituição de uma literatura nacional era um tema ainda presente. Nesse sentido, Teixeira e Sousa teria uma contribuição significativa, conforme avalia Ferdinand Wolf.

“A força de Teixeira e Sousa reside principalmente na invenção de intrigas complicadas, de imbróglios interessantes, de soluções surpreendentes, assim como na verdade de suas descrições, suas tendências morais e suas vistas sérias. Ultrapassa ainda Macedo por seu amor do misterioso, e cremos que ele seja mais original e nacional do que ele” (WOLF, F. *O Brasil Literário*, 1862, p.384, *Apud* SILVA, *op. cit.*, p.150).

No que tange às *tendências morais* em *O Filho do Pescador*, Wolf se mostrava insatisfeito:

“O autor diz no prefácio querer escrever não apenas um livro interessante, mas também ‘escrevo para agradar-vos; junto aos meus escritos o quanto posso de moral’. Mas a personagem principal, a esposa do Pescador, é uma criminosa tão ignóbil, que inspira mais nojo que interesse. Seu arrependimento tardio, e nada menos que espontâneo, a pena relativamente branda (reclusão num convento que lhe é infringida por crimes como adultério, incêndio, tentativas de assassinato da pessoa do esposo, não são de natureza a satisfazer o sentimento moral). [...] O caminho seguido por Teixeira e Sousa, parece ser o que convém melhor ao gosto nacional, porque os outros romances brasileiros, que nos chegaram, trazem todos mais ou menos o mesmo sinal. [...] Nenhum deles tem o valor literário dos romances de Macedo e mesmo de Teixeira e Sousa”. (*Idem, ibidem*).

Wolf aponta dois aspectos importantes. Primeiro, a inadequada construção do caráter da personagem principal, que não estaria de acordo com o pretendido ideal de moralidade. Em segundo lugar, indica que *O Filho do Pescador* estaria de acordo um “gosto nacional” que abarcaria “outros romances brasileiros”. Entretanto, ainda que com ressalvas, a prosa de Teixeira e Sousa teria alcançado um “valor literário” equiparado a Joaquim Manoel de Macedo e superior aos demais literatos de sua geração.

⁶⁴ *A Marmota* foi “um jornal de variedades de Paula Brito, que circulou em diferentes fases do Rio de Janeiro, 1849 e 1864” (SIMIONATO, 2009, 03).

Um exemplo de como esse *gosto nacional* manifestava-se pode ser encontrado no pedido de um leitor desejoso de ver o romance nos palcos, encenado por João Caetano, à época considerado o mais importante ator do Brasil:

“No dia 19 do corrente, o Sr. João Caetano dos Santos tem de levar à cena o drama – Os Mistérios de Paris – como vi anunciado hoje no Jornal do Commercio; apesar de alguns empenhos que hajam para bilhetes, para mim não é preciso, visto ser assinante, e espero que o Sr. João Caetano, depois dessa peça, satisfaça o meu pedido, que é levar à cena um dos dois dramas: - *O Moço louro ou o triunfo da Inocência*, e *O filho do Pescador ou a traição punida* – tirados de dois romances brasileiros, composições de dois patrícios nossos” **Jornal do Commercio**, 17 de maio de 1850, *apud* SILVA, 2009, p.155).

Em 1855, outra manifestação espontânea indica o destaque e a popularidade alcançados pelo romancista. Um jovem de 16 anos, que tempos depois viria a ser considerado o ponto culminante da literatura brasileira, dedica um poema ao ilustríssimo senhor Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa.

“O Gênio adormecido
Do Grego Vate expande-se a harmonia
Em teus sonoros carmes! Na harpa d’ouro
Do sacro Apollo, Trovador, dedilhas
Doces cantos que o espírito arrebatava
Ao recinto celeste!
Em cytr’ra de marfim, com fios d’ouro
Cantaste infante, para que mais tarde
A fama activa das tubas embocando
Com voz imensa proclamaste aos mundos
Um Gênio Americano!
E tu dormes, Poeta? Da palmeira
No verde tronco penduraste a Lyra
Após nela entoar linda epopeia,
Que mal condão funesto à nossa pátria
Faz soporoso o Vate!
Toma a Lyra de novo, e um canto vibra
E depois ouvirás a nossa terra
Orgulhosa dizer: - Grécia emudece
Dos Vates berço, abrilhantado surge
O Gênio adormecido.”

(**Marmota Fluminense**, 28 de outubro de 1855, *apud* SILVA, 2009, p.157)

Os versos de Machado de Assis louvam o poeta mais que o romancista. O “Gênio adormecido” deveria tomar novamente a lira e resurgir “abrilhantado” com sua poesia, clamava Machado. Ainda que não se referisse à prosa de Teixeira e Sousa, os elogiosos versos dão a ideia do prestígio alcançado pelo autor de *O Filho do Pescador*. Uma notoriedade que transitava entre as leituras dos experientes e renomados críticos literários aos jovens e anônimos leitores.

Teixeira e Sousa também chegou aos compêndios escolares. Em seu *Curso de Literatura Nacional*, de 1862, o cômico Fernandes Pinheiro (1825-1876) escreve:

“Nas ficções em prosa tem o nosso amigo adquirido bem merecida reputação, como fiel e desapaixonado pintor dos nossos usos e costumes. Desde o *Filho do Pescador*, até *Providência*, o mais bem elaborado dos seus romances, descobre-se uma escala cromática de aperfeiçoamento, tanto da substancia, como ainda da forma”. (PINHEIRO, 1978, p.510).

O *Curso de Literatura Nacional* era utilizado pelos secundaristas da época⁶⁵ e contribuiu para a formação das letras no Brasil. Com o tempo, o compêndio de Fernandes Pinheiro tornou-se um livro importante e notório, conforme sugere o seguinte exemplo: por ocasião da morte precoce do poeta Fagundes Varela, em 1875, fez-se necessária a penhora de sua biblioteca; entre as obras arroladas era possível encontrar “a *Bíblia*, *A Dama das Camélias*, a *Divina Comédia*, *Gil Blas*, *Fausto*, *Nossa Senhora de Paris*, *O Gênio da Língua Portuguesa* [...] e o *Curso de Literatura Nacional*” (BROCA, 1979, p.99-100).

Em 1870, o *Dezesseis de Julho*, jornal de José de Alencar, declarava que “os nomes de Macedo, Teixeira e Sousa, Alencar e outros já estavam proclamados entre nós como romancistas de *primeira plana!*” (**Dezesseis de julho – órgão conservador**. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1870. Seção Revista Bibliográfica, grifo nosso). Alguns anos depois, em 1876, a *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publicava na seção Biografia dos Brasileiros Ilustres por Armas, Letras, Virtudes uma “Notícia sobre Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa”, de autoria de Joaquim Norberto de Sousa e Silva. O autor tece elogiosas considerações acerca da obra do romancista.

“A publicação de um artigo em homenagem a Teixeira e Sousa em uma revista como a do IHGB, um órgão governamental na época frequentado e apoiado pelo imperador D. Pedro II e que consistia num dos maiores focos de produção intelectual oficial do país, pode ser tomado como indício da simpatia por ele e por sua produção” (SILVA, 2004, p.03)

Como vimos até aqui, há uma significativa diferença entre a fortuna crítica que a obra de Teixeira e Sousa obteve no século XX e no século XIX. Para os críticos literários e historiadores da literatura do século XX, seu destaque deve-se tão somente por ter sido pioneiro na produção romanesca no Brasil. No mais, seria uma obra sem qualidade, ou, como define Antonio Candido, de *terceira plana*. Entre os contemporâneos, porém, o panorama é diferente. Há um quadro de simpatia geral pela

⁶⁵ Souza (2007, p.23-25) nos oferece uma Relação dos “Livros Adotados” no Colégio Pedro II, entre 1850 e 1890.

obra de Teixeira e Sousa. Seu nome figuraria entre os autores de *primeira plana* da literatura nacional.

Mas, cabe a pergunta: como se deu esse êxito e quais caminhos o literato percorreu para construir uma trajetória de tamanho sucesso? Por certo, Teixeira e Sousa sabia o quanto a *moral* era uma dimensão importante a ser considerada na literatura produzida no início do século XIX. Pretendemos aqui compreender como ele se apropriou desses valores em sua prosa. O sucesso de *O Filho do Pescador* sugere a habilidade do seu autor para lidar com o estatuto narrativo folhetinesco. Aceitar a destreza de Teixeira e Sousa e o êxito de seu primeiro romance nos exige compreender as características do romance folhetim. Quais eram essas características?

Segundo Nascimento (2010, p.74), a primeira delas é ser uma história possível de resumir facilmente. Os romances-folhetins devem contar histórias de fácil entendimento, de preferência repletas de reviravoltas, casamentos, traições, assassinatos, falsos bastardos, mascarados etc. A estrutura do texto deve apresentar preâmbulos, epígrafes, *flashbacks* e epílogos que ajudem a dar a ideia de que a história é verdadeira e contribuam para esclarecer mistérios e pontos obscuros. Também costuma ser recorrente o uso da técnica chamada *in media res* (no meio das coisas), que consiste começar a narrativa já de um ponto avançado da história. Dessa forma, personagens, explicações, diálogos são introduzidos através de *flashbacks*. Ao recorrer à técnica *in media res*, o autor adia uma informação sobre a trama e cria uma aura de mistério esperando, com isso, prender a atenção do leitor (*Idem*, p.66). Também voltadas para despertar o interesse do leitor, as digressões, reminiscências e retomadas possibilitam reviravoltas no enredo, permitindo, inclusive, alterações segundo a reação do público (*Idem*, p.80).

As histórias contadas em folhetim costumam ter poucos personagens que não se destacam por sua densidade psicológica, mas por estarem de acordo com uma narrativa onde os comportamentos são tipificados, estereotipados e voltados para a exemplaridade. Nesse ponto, a figura do narrador merece destaque, uma vez que ele ensina “a ler a obra, conduzindo não só o fio narrativo, mas direcionando as emoções do leitor – seja sensível na medida certa, seja justo no momento certo”. O narrador de *O Filho do Pescador*, consciente de sua função didática, “esvazia a carga dramática para

logo em seguida passar a uma reflexão moral”, informando o leitor o que deve esperar do texto (*Idem*, p.84).

Analisar o romance de Teixeira e Sousa exige, antes de tudo, considerá-lo uma obra conectada e compromissada com as linguagens literárias da época, com as circunstâncias de publicação e com o público leitor. “Entendei-me e serei feliz”⁶⁶, conclui o autor no *Proêmio* mesclando convite e enigma. Ao historiador constrangido por “suas necessárias austeridades”⁶⁷, o desafio lançado por Teixeira e Sousa despe-se de seu caráter pedagógico e/ou recreativo. Metido na armadura do desencanto, o historiador deve se precaver e lançar mão de cuidados específicos para lidar com a literatura. Vamos a alguns deles.

Sobre o trabalho do historiador diante da obra literária, Jean Starobinski afirma, que “quanto mais nós procuramos atingir as obras na configuração que têm ‘em si’, mais nós desenvolvemos os laços que as fazem existir ‘para nós’” (STAROBINSKI, 1995, p.138). O historiador suíço também afirma que “ninguém poderá contentar-se em buscar a lei que reina no interior de um texto explorando o mundo interior, necessário será perceber todas as contribuições, todos os ecos externos” (*Idem.*, p.139-40).

Ainda que provocante e sedutora, a proposta de análise de Starobinski ultrapassa as nossas pretensões (e capacidades). Desta feita, não pretendemos auscultar e decodificar *todos os ecos* que reverberam em *O Filho do Pescador*. Pretendemos aqui analisar as referências à loucura no texto de Teixeira e Sousa para compreender como ele aborda questões como moral, virtude, autoridade patriarcal entre outras, que se propõem a estabelecer uma conexão entre o texto e o leitor. Como é de praxe em romances-folhetins, a história conta com poucos personagens. Nossa análise tomará como base os principais: Augusto, o velho pescador (pai de Augusto), Laura, Florindo, Mauro, o jovem caçador (Emiliano) e o Dr. Synval. Além destes, destacaremos também o papel do narrador.

Claro está que na trama desenvolvida por Teixeira e Sousa em *O Filho do Pescador*, a loucura não é um tema central. As referências que lhe fazem alusão, ao contrário, são sutis e expressam as especificidades do romance-folhetim. Assim, ainda

⁶⁶ Proêmio.

⁶⁷ Cf. Bloch (2001, p.43)

que os historiadores sejam “profanadores”⁶⁸ e manifestem interesse em “historicizar a literatura”, é sempre arriscado colocá-la a serviço da história ao condicioná-la como reflexo exato da sociedade (CHALHOUB; PEREIRA, 2008, 07). O próprio Teixeira e Sousa prescreve atenção: “onde me julgardes muito conciso, estudai-me, e então compreendereis mais do que digo e até o que não digo; mas onde me virdes muito difuso, crede que há muito mais do que digo” (*Proêmio*, IV). Com efeito, buscaremos em *O Filho do Pescador* o dito e o não dito no que tange às referências à loucura.

Ora, cabe ressaltar que também não pretendemos quantificar as vezes em que aparece a palavra *loucura* e termos correlatos com o intuito de confirmar uma hipótese qualquer sobre o vocabulário e a percepção social do tema da loucura. Essa sondagem levaria ao erro da pura e simples repetição ao qual nos adverte Jean Starobinski, quando compara tal procedimento à cena na qual o comediante Grouch Marx é um atendente de loja que recorre ao caricato estratagema de se pôr embaixo do balcão e recortar “na própria saia da cliente, a peça de fazenda que ela pedia” (STAROBINSKI, *op. cit.*, p.137). Tão caricato quanto a esquete humorística seria o esforço do historiador que, ao crer “ter confirmado a sua hipótese, não faz mais do que repeti-la em outros termos” (*Idem*: 137). Voltamos, então, para a produção literária não somente para vasculhá-la em busca dos loucos, mas para entender como a loucura aparece e como é representada.

Dessa forma, examinar a figuração da loucura em *O Filho do Pescador* exige notar as nuances do texto e o estatuto narrativo próprio do romance-folhetim. Desenvolvida em vinte capítulos, a trama se passa na corte do Rio de Janeiro, especificamente na praia de Nossa Senhora de Copacabana, onde vivem Augusto e seu pai – conhecido como “o Pescador de Copacabana” (TEIXEIRA E SOUSA, s./d., p.14). Antes que possamos passar à interpretação das referências à loucura, faremos um resumo descritivo da história. Optamos por essa disposição para que as referências possam ser melhor localizadas tanto na história, quanto nos personagens. Isto posto, vamos ao resumo.

Antes do início da história propriamente dita, há um proêmio intitulado “Carta a Emilia”, na qual o narrador-autor responde ao pedido da “verdadeira amiga e próxima parenta” para que escreva um romance: “um romance para vós, vosso marido, vosso

⁶⁸ A imagem é de Pereira e Chalhoub (1998, p.07): “Por obrigação de ofício, historiadores sociais são profanadores.”

filho e vossa filha! Que tarefa!” (“Carta a Emilia”, p.III). Em seguida, anuncia: “contovos, pois uma história que me hão contado. [...] junto aos meus escritos o quanto posso de moral, para que sejam úteis; junto-lhes as belezas da literatura para que vos deleitem”. E conclui:

“Se me compreenderdes, tenho chegado ao fim a que me propus. Onde me julgardes muito conciso, estudai-me, e então compreendereis mais do que digo e até o que não digo; mas onde me virdes muito difuso, crede que há muito mais do que vos digo! Entendei-me e serei feliz. Tenho saudade de vós!” (“Carta a Emilia”, p.IV).

Capítulos de <i>O filho do Pescador</i> (1843)	
Carta a Emilia – que serve como de proêmio	Capt 11 – Tão tarde, tão tarde, meu lindo caçador!
Capt 1 – Mas eu sou tão pobre!	Capt 12 – Eu...
Capt 2 – Mas, meu pai, eu amo!	Capt 13 – Um fantasma!
Capt 3 – Vivam os noivos!	Capt 14 – Eu te hei de agradecer!
Capt 4 – Deus é grande	Capt 15 – Conto convosco
Capt 5 – É um homem que vinha falar comigo	Capt 16 – Amanhã!
Capt 6 – Talvez que ele tivesse tanto que fazer sobre a terra...	Capt 17 – Que vejo!
Capt 7 – E neste lugar? E nesta hora?	Capt 18 – A ele devo meus males!
Capt 8 – E tu me argues?... Tu?	Capt 19 – Olha meu filho!
Capt 9 – Deus me perdoe	Capt 20 – Um epílogo e reflexões
Capt 10 – A minha pontaria foi mortal	

No início do capítulo 1 há um diálogo “entre um mancebo e um venerando ancião” (*Idem*, p.14). A cena traz Augusto em busca do consentimento para casar. O pai é contra: “conheces tu essa mulher a quem te queres ligar para sempre?” (*Idem*, p.14). O amor o estaria iludindo. “O que é o amor?” Nos jovens, causaria “desvarios”, “instantes de delírio” e sacrifica “os foros da razão” (*Idem*, p.16-17). Referindo-se à própria juventude, o ancião acrescenta: “Onde, pois, estão os delírios desse primeiro momento de um louco amor ou dessa paixão invencível? Tudo desapareceu!” (*Idem*, p.17).

“Mas, meu pai, eu amo” (*Idem*, p.22). Augusto traduz o ideário de amor no romance romântico brasileiro, a luta por “autonomia individual frente ao arbítrio” (CERQUEIRA, 2011, p.138). O pai representava a autoridade a ser superada. Augusto era a “juventude irrequieta e independente, querendo amar a quem quiser, liberada das forças da tradição e do arbítrio que podam sua autonomia” (*Idem*, p.139). O pai

reconhece nada poder fazer: “eu só aconselho meu filho” (TEIXEIRA E SOUSA, s./d., p.22). Entretanto – pela lógica moralizante do romance-folhetim –, onde falta autoridade, grassa a insegurança. O mundo sai dos eixos e se torna perigoso. Como veremos, o casamento fará o *mancebo* cair em desgraça.

O personagem Florindo – amigo de Augusto – aparece no capítulo 3, na festa de casamento. Ele é apresentado em meio a uma galhofa feita por André, um dos convidados: “mal arranha uma viola, a cujo som canta algumas velhas modinhas, e tem a glória de agradar todas as damas” (*Idem*, p.36-37). Quando Florindo é chamado para cantar, é a vez do narrador-autor emitir suas impressões: “O nosso presumido gamenho esquivou-se com estudada cortesia, até que rogado fosse por alguma senhora; ele o foi, e o namorador profissional, juntando uma débil voz, bem que entoada, ao som de uma viola, cantou” (*Idem*, p.40).

Após os *bravos* e *vivas*, foi-lhe perguntado sobre a autoria dos versos. “Eu mesmo”, responde Florindo, ao que logo é desmentido pelo narrador-autor: “nada, porém, mais falso, pois que o impostor apenas tinha feito nos versos algumas alterações com seus fins” (*Idem*, p.41). O personagem André (que aparece somente neste capítulo) e o narrador-autor atribuem a Florindo um caráter desfavorável: *namorador profissional*, *impostor*, cativante de *todas as damas*. No final do capítulo um fato parece reforçar esse aspecto de Florindo. Ao retirar-se da festa, ele coloca “nas mãos de Laura um papel escrito: e o que era ele?”, pergunta-se o narrador-autor (*Idem*, p.42).

O capítulo 4 dá um salto no tempo, “trezentos e setenta dias” haviam se passado desde o casamento (*Idem*, p.43). A primeira cena apresentada é a de um incêndio na casa de Augusto. Os vizinhos ajudam, Florindo está entre eles. Laura – a esposa – havia escapado, ao passo que seu marido ficara preso, encurralado pelo fogo e pela fumaça (*Idem*, p.48). João, um escravo da casa, enfrenta as chamas e salva o senhor. O capítulo 5 traz um *flashback* que apresenta os instantes antes do incêndio. Augusto, Laura e Florindo conversavam na sala até que Augusto vai para seu quarto. É quando o fogo surge. A mulher e o amigo escapam, mas Augusto só acorda em meio às chamas (*Idem*, p.56). No final do *flashback*, Augusto e sua família já estão morando na *cidade* – como é referida no romance a área central da corte (*Idem*, p.57). Na sequência do capítulo, o narrador-autor faz um balanço do casamento de Augusto e Laura: “sabemos que ele ama

extremosamente a sua mulher; mas o que não sabemos é se ele é porventura do mesmo modo amado” (*Idem*, p.57). A esposa é mal: “caprichosa, mal educada, além de atrevida” (*Idem*, p.59). Nessa situação, “quantas vezes Augusto não teria dito: ‘Oh, meu pai!’” (*Idem*, p.60).

Os capítulos 6 e 7 tratam do funeral de Augusto. A causa da morte não é contada. Aqui temos uma “inconsolável” Laura (*Idem*, p.79). Dias após o velório, um misterioso fato acontece. O narrador-autor conta que certa noite, alguém salta os muros da casa de Copacabana – que já tinha sido reformada após o incêndio – e é recebido por “braços amorosos” (*Idem*, p.81). O capítulo 8 revela serem de Laura os “braços amorosos” que recebem Florindo. Eles são amantes. O narrador-autor dirige-se ao leitor: “Bem sei que achareis horrível ouvir que uma mulher, há pouco viúva, receba as visitas de um amante; também eu não acho isso muito bonito: mas como negá-lo? Sabei vós a terrível tarefa de um historiador?” (*Idem*, p.84). Em uma das visitas, Florindo pede que Laura lhe conte a sua história. Ela diz então ter nascido em uma vila próxima ao Rio de Janeiro e que, após a morte do pai, passou a viver com a mãe. Na adolescência, conheceu um rapaz e decidiram se casar. Diante da recusa da mãe, embarcaram para a corte. Próximo ao destino, o barco naufragou e o noivo morreu. Laura então é resgatada por Augusto.

Florindo reage “possuído de horror” e, fala: “Laura, tu acabaste com a vida do homem que se arriscou à morte para salvar tua vida de um naufrágio!” (*Idem*, p.89). A partir desse momento, inicia-se uma troca de acusações onde os amantes revelam terem detalhes sobre o assassinato de Augusto: “Eu conspirarei contra a vida de meu marido e benfeitor: e tu? Tu não conspiraste contra a vida de teu amigo?” (*Idem*, p.89). Laura prossegue, lembrando o dia do incêndio por eles provocado, “quem foi que do telhado atirou-lhe um pedaço de caibro para o matar, e errando feriu o preto, não foste tu?”. E conclui: “quem resolveu envenená-lo, não foste tu? Quem me deu o veneno, com que dei fim à vida de Augusto, não foste tu?” (*Idem*, p.90). “Quem é que me desencaminhou com um amor criminoso e louco, não foste tu?”, para a mulher, a raiz da hedionda conspiração seria um amor *criminoso e louco*. Florindo culpa a mulher: “vai encerrar-te no fundo de um convento, e ali ante dos altares, chorar de contínuo teus horrendos crimes”. Laura reage, “bem, irei ser freira. E tu vais ser frade, não é assim?”. Florindo deixa a casa e “encaminha-se para a cidade” (*Idem*, p.91-92).

No capítulo 9 o narrador-autor dirige-se à Emília, a amiga do Proêmio: “eu, pois, vos prometi, bela Emília, dar-vos uma história moral; é bem: sendo assim é justo que faça algumas reflexões sobre desastroso passado que acabaste de ouvir” (*Idem*, p.93) . Sobre Laura e Florindo, avalia: “em ambos estes dois funestos amantes havia, além do crime de incêndio, o de adultério e da morte de Augusto, o detestável crime da ingratidão!” (*Idem*, p.94). O capítulo retorna à história e termina com a morte de Florindo, atingido por um tiro quando seguia para a cidade.

No capítulo 10, um novo *flashback* explica o assassinato de Florindo. Laura havia encontrado-se com Marcos, um pretendente que, desde a morte de Augusto, enviava-lhe *amantes cartas* não correspondidas. O motivo da recusa era Florindo: “havia me prometido desposar-me, pouco depois eu enfiuevi; e então tendo-me comprometido, abandonou-me infamemente” (*Idem*, p.105). A mulher reclama a morte do ex-amante. Marcos, então, executa o serviço e retorna para os braços de Laura. O narrador-autor posiciona-se sobre os “dois nojentos amantes”: “é um amor cujo juramento, escrito com sangue, foi pronunciado sobre as aras da morte” (*Idem*, p.106). Na mesma madrugada, batem à porta da casa de Laura. Marcos abre a janela e vê Florindo. Laura sugere que o tiro não teria sido letal e que ferido, Florindo retornara em busca de socorro. Marcos toma a espingarda, sai na escuridão e encontra Florindo caído sem vida. O casal então enterra o corpo no fundo do quintal.

No capítulo 11 surge “um jovem e lindo caçador” que, durante uma manhã de caça, vai até à casa de Laura em busca de água para beber. O rapaz morava na cidade com o seu padrinho e ia com regularidade caçar em Copacabana. Eles logo apaixonam-se e dão início a uma intensa troca de cartas (*Idem*, p.123). Decidem encontrar-se novamente em um dia que Marcos não estivesse pelas bandas de Copacabana e combinam no jardim da casa de Laura. Ela estava lá no dia e hora marcados. O jovem caçador, porém, não apareceu, mas alguém apareceu: “Laura solta um grito de surpresa, de susto e de horror” (*Idem*, p.126). O capítulo 12 esclarece que foi Marcos quem surgiu no lugar do caçador. Há dias ele espionava tudo, leu as cartas – após abordar e ameaçar o escravo que as levava – e, ao saber do encontro marcado, fingiu ir para a *cidade*. Ciente da traição, Marcos tem sede de sangue. Saca uma espada para Laura, que grita por ajuda: “quem me socorre?”. “Eu!”, responde um terceiro personagem que surge “nesta terrível cena de horror” (*Idem*, p.134).

Na primeira parte do capítulo 12, o narrador-autor afirma que o apuro vivido por Laura provocaria nos leitores sentimentos de piedade: “e por que simpatizastes vós por ela? [...] Pois, por uma criminosa? [...] vossa simpatia é bem justificável! É tal porção de bondade que existe em nossa alma, que nos leva a simpatizarmos com o fraco, seja quem for” (*Idem*, p.136-137). Em seguida, informa sobre o caçador: “bem a meu pesar devo dizer-vos que ele, ferido de um tiro, geme no leito de dores, na cidade, em casa do dr. Synval, seu padrinho e pai adotivo” (*Idem*, p.137). O narrador-autor então ficcionaliza o que seriam as impressões e reações dos leitores: ““foi Marcos, foi Marcos o seu assassino...’/ ‘Ah! Malvado!’ / ‘Maldição sobre ele!’/ ‘Ah! Coitadinho! Tão moço, tão belo, tão cheio de bondade! / ‘Marcos, malvado Marcos, assim acabes, monstro, assim acabes!’/ Ainda me parece ouvir estas palavras de alguns de meus leitores” (*Idem*, p.137-138).

A revelação sobre a situação do jovem caçador, conseqüentemente, mantém incógnita a identidade do salvador de Laura. Se não era o jovem caçador, quem seria? Laura consegue fugir para dentro de casa, deixando para trás o embate e “o retinir das espadas” (*Idem*, p.140). Marcos sucumbe ao rival e por ele é rendido. O incógnito oponente curva-se e mostra o seu rosto. Marcos grita horrorizado: “Um fantasma!”. Para os leitores, porém, é mantida em segredo a identidade. O misterioso *fantasma* poupa a vida de Marcos e impõe-lhe três condições: que não revele a ninguém o ocorrido, que se vá para sempre do Rio de Janeiro e que escreva uma carta cujo conteúdo seja por ele ditado.

No capítulo 14 toma-se conhecimento que Marcos “fora capitão de uma quadrilha de ladrões” (*Idem*, p.155). O conteúdo da carta ditada pelo *fantasma*, também é revelado. Enviada à Laura, a mensagem assinada por Marcos anunciava a sua partida do Rio de Janeiro e dizia ter sido o escravo João o rival do jardim. Laura obteve de João a confirmação e pediu a ele que fosse conferir se Marcos efetivamente embarcaria. Na hora e local do embarque, porém, ocorre uma confusão: “um homem banhado no seu sangue acaba de expirar” (*Idem*, p.159).

No capítulo 15 Laura e o caçador se reencontram. Ele explica que sua ausência devia-se ao fato de um acidente ocorrido enquanto caçava (os *leitores* estavam equivocados em suas suspeitas de que Marcos seria o responsável pelo ferimento).

“Uma distração”, explicava o jovem, um disparo contra si próprio: “um cipó, talvez, embarçou-se no gatilho, a arma disparou” (*Idem*, p.166). Ferido, foi levado às pressas para a casa de Synval e não teve tempo de escrever uma carta à Laura. A mulher exclama, “vosso tiro foi uma benefício do céu” (*Idem*, p.167), e explicou que o acidente o protegeu da emboscada que o esperava no jardim.

O início do capítulo 16 esclarece em *flashback* os fatos do dia e local de embarque. O *homem banhado no seu sangue* era Marcos, que se envolveu em uma peleja com um *capoeira*. O embate resultava de um involuntário esbarrão em Marcos que “irrita-se e desanda uma forte bofetada no crioulo” (*Idem*, p.172). Este, então, reage com uma facada mortal. Todo o ocorrido é testemunhado por João e reportado à Laura. Concomitantemente, enquanto se recuperava do acidente, o jovem caçador revelava ao dr. Synval o seu amor por Laura – queria casar com ela. O padrinho do rapaz manifesta o desejo de conhecê-la: “amanhã a iremos ver”. O jovem então recolhe-se ao seu quarto. Em seguida, surge uma estranha figura com “o rosto envolto em um lenço atado por debaixo da barba, o chapéu assaz enterrado na cabeça, embrulhado n’um grande capote”. Ele se dirige ao médico e diz: “Amanhã!”. Depois desaparece.

O capítulo 17 passa-se na casa de Laura. Nela estão, além da mulher, o *mancebo* e seu padrinho. De pé na porta que dá para a sua, o estranho homem do capítulo anterior. Perguntada por Laura sobre quem era, dr. Synval responde: “É um doente, que me veio consultar; eu o despacharei” (*Idem*, p.184). Em seguida, o médico manifesta se opor “absolutamente” ao casamento. Questionado pelos pretendentes sobre o porquê de sua recusa, Synval inicia uma história aparentemente desconexa. Conta que certo dia estava na botica de um amigo quando um rapaz surge querendo um veneno proibido para matar ratos. De “natural desconfiado”, Synval, que de onde estava não podia ser visto pelo cliente, chama o *caixeiro* e determina que no lugar do veneno, vendesse “um estupefaciente, cujo nome lhe indiquei” (*Idem*, p.187-188). Dias depois, o doutor Synval soube na notícia da morte de um homem que teria sido envenenado. Ele vai até à igreja onde ocorria o velório, examina o corpo e o descobre vivo, num estado de “profundíssimo letargo”.

Com a ajuda do sacristão – “meu conhecido” – retirou o homem do caixão e o substitui por “pedaços de pano velho, uma pouca de cal e vinagre”. Assim, o “fingido

defunto” foi enterrado e o homem foi levado para onde pudesse receber os socorros necessários. Restabelecida a saúde, o homem inteirou-se das suspeitas de Synval de que teriam tentado envenená-lo e decidiu que continuaria incógnito para “espreitar os passos de sua mulher” (*Idem*, p.190). Synval fez uma pausa em sua fala para mirar Laura, que “fazia-se de mil cores ouvindo esta narração tão análoga à sua história” (*Idem*, p.191). Para o leitor, alguns mistérios eram esclarecidos: o homem em busca do veneno era Florindo; o episódio da aparição deste na janela se deu pelo fato de Augusto e o escravo João terem carregado o corpo com o intuito de aterrorizar Laura e Marcos; o encapuzado do jardim era Augusto e João assumira a responsabilidade mediante ordem do senhor. Diante da situação, Laura não resiste e confessa de uma vez ser ela a vilã da história contada por Synval. O jovem caçador, que até então nada tinha entendido de toda aquela história, estava perplexo. Nesse momento adentra a sala o homem que se mantinha de pé na porta durante toda a cena. Ele retira os adereços que ocultavam seu rosto: era Augusto!

O capítulo 18 começa com um balanço do narrador-autor sobre a situação de Laura: “merece a punição de seus crimes; e se quereis odiai-a ma seu vos rogo que antes vos compadeças dela!” (*Idem*, p.196). Depois é a própria Laura que reconhece seus erros e faz um clamor desesperado a Augusto: “tenho direito de pedir-te uma graça, e tu deves conceder-ma; é a morte!”. “Ainda não”, intervém Synval, e acrescenta que precisa “alembrar-te de tua vida de solteira” (*Idem*, p.199). Nesse momento, o médico retoma, tal como um *flashback*, um fato da adolescência de Laura que ela própria tinha omitido quando, no capítulo 8, contou sua história para Florindo. Antes de conhecer o homem com o qual embarcara para o Rio, Laura teve um amante que a engravidou. Após o nascimento do filho, esse amante a abandonou, levando a criança consigo. O pai chegou com o bebê “roubado” na corte, mas, devido ao fato de estar jurado de morte por outras vilanias, teve que abandoná-lo aos cuidados de um conhecido. Fugiu para Minas Gerais e nunca mais voltou. O menino foi criado com todo o amor e estava ali, diante dela. Era Emiliano, o jovem caçador.

O início do capítulo 19 traz reflexões do narrador-autor sobre empatia: “Por que razão simpatizamos nós com as almas sensíveis [...]?” (*Idem*, p.206). Essas “sensações de compaixão e piedade” aproximariam os leitores dos sentimentos experimentados pelo próprio Augusto diante da “criminosa Laura e seu inocente filho” (*Idem*, p.209). O

narrador-autor contribuía com sua aflição: “Que cena de dor! Que luta de sentimentos! Que quadro!” (*Idem*, p.211). A angústia afetava todos: “Synval pranteava [...] arrependido de sua revelação, tapava o rosto com as mãos”; Laura “caída de joelhos”; Emiliano “sempre entre soluços”. “Ninguém mais podia suportar essa cena”, afirmava o narrador-autor. A palavra final caberia à Augusto: “Laura, queres um convento?” (*Idem*, p.216). A mulher aceita. Encerrada em um convento, encontraria a remissão de seus pecados e teria “uma morte cristã” (*Idem*, p.217).

No último capítulo, intitulado *Um epílogo e reflexões*, o narrador-autor faz um balanço sobre a lacrimosa cena do capítulo anterior: “nossa imaginação vagou incerta, declinando equivocada entre a piedade e a vingança” (*Idem*, p.219). Em seguida convida os leitores para que descansem de “tantas fadigas morais”. Por fim oferece algumas explicações que faltavam na história, como, por exemplo, o encontro de Synval e Emílio ou como Augusto agia enquanto era tido como morto. Mais adiante – já passados meses do episódio das revelações na casa de Laura – há uma cena em que estão reunidos Augusto, Synval e Emiliano. O último toma a palavra e inicia a mais longa fala de um personagem em todo o romance. O jovem relativiza a culpa, não somente de Laura, mas de todas as mulheres: “essa corrupção não pertencia exclusivamente às mulheres, pois para que elas fossem corrompidas deveriam os homens ser corruptores” (*Idem*, p.229). Perguntava-se: “como é que exigimos uma constância inabalável, uma virtude de ferro, se nós somos os mesmos que as corrompemos e as arrastamos a toda sorte de crimes?” (*Idem*, p.231).

O romance termina com a cena do encontro entre mãe e filho no convento:

“no locutório, recostada à grade, da parte de dentro, uma mulher pálida, descarnada, mas ainda formosa, algumas vezes derramando lágrimas de dor e arrependimento; enquanto um formoso mancebo, em pé, na parte de fora, a contemplava com um certo sentimento de dor, e talvez, de prazer. Este mancebo era Emiliano, e a mulher Maria Laura, a esposa do FILHO DO PESCADOR”. (*Idem*, p.235).

Esse resumo estendido deixa claro que um dos aspectos mais relevantes de *O Filho do Pescador* é o seu caráter moralizante. Como vimos, o próprio narrador-autor informa no Proêmio que se trata de uma obra que reúne a “moral” e as “belezas da literatura” (*Idem*, s/d, *Proêmio*). Intitulado *Carta a Emília* – “verdadeira amiga” –, esse Proêmio dá a entender o perfil do público leitor que se aspirava – além de Emília, o marido e casal de filhos (*Idem*, *ibidem*). A leitura do romance, entretanto, deixa claro

que, entre os presumíveis leitores, caberia especialmente às mulheres o foco da mensagem que se propunha, ao mesmo tempo, moral e educativa (NASCIMENTO, 2010).

Divertindo, educando ou moralizando, o fato é que *O Filho do Pescador* dirigia-se a um público leitor primordialmente feminino, que desenvolvia o hábito de leitura a partir dos folhetins. Para compreender o desenvolvimento do romance de ficção (e conseqüentemente do público leitor), “devemos considerar que seu processo de formação passa pelo advento do jornal, como veículo de divulgação dos textos produzidos na época”. Nessa perspectiva, a “defesa do universo feminino aproxima os autores de seu público leitor e se tornou uma estratégia recorrente nos romances românticos” (NASCIMENTO, 2010, p.95). O caso de Teixeira Sousa é exemplar, uma vez que concentra a sua narrativa em Laura (apesar do título sugerir protagonismo ao personagem Augusto). Além disso, ele desculpa as atitudes da mulher e responsabiliza a sociedade patriarcal, como afirma Emiliano: “como é que exigimos nós delas [mulheres] uma constância inabalável, uma virtude de ferro, se nós somos os mesmos que as corrompemos e as arrastamos a toda sorte de crimes?” (TEIXEIRA E SOUSA, s.d., p.231).

Nossa descrição e análise das referências à loucura voltam-se para uma melhor compreensão sobre o uso do vocabulário e percepção social desse tema à época. Com efeito, ao tomarmos *O Filho do Pescador* como obra de um autor consciente dos mecanismos de construção literária disponíveis, ao mesmo tempo em que comprometido com os interesses do público leitor e de uma imprensa em formação, podemos observar o estatuto moral da loucura na trama. As referências à loucura, assim como à questão feminina, aparecem então como parte constitutiva da estratégia narrativa adotada por Teixeira e Sousa. Vamos a elas.

A primeira referência aparece no diálogo inicial do romance entre o velho pescador e seu filho Augusto. Ao manifestar seu desagrado com o casamento do filho, ele mobiliza a sua experiência de vida para demonstrar exemplaridade. Conta, então, que “os desvarios” dos “primeiros anos” o impediram de ter seu nome figurando entre “os filhos das ciências”. Ao contrário, “se viu reduzido a um simples pescador”. A vida estaria repleta de “instantes de delírio” que teriam o poder de sacrificar “os mais sólidos

princípios de eterna justiça, os foros da razão, as mais antigas afeições” (*Idem*, p.16-17). O *ancião* continua sua advertência ao rapaz, afirmando ser o amor “uma fera faminta de gozos” e insaciável na juventude. Passada essa fase da vida, “os delírios desse primeiro momento de um louco” deixa para trás as suas “ruínas” (*Idem*, p.17-18).

Convém, então, “sermos virtuosos amantes” e reconhecer que muito da violência da paixão resulta da juventude e de seu “santuário de beleza”. Porém, com a idade se “apagarão bem depressa os seus sedutores encantos” (*Idem*, p.21). O pescador percebe os riscos que envolvem o já inevitável casamento do filho e como pai, assume seu papel: “eu só aconselho, meu filho, a natureza deu-me este direito” (*Idem*, p.22). Nessa primeira referência, a loucura tem relação com um duplo desvio. O primeiro seria o excesso e a fome de gozos que se confundem com um amor descontrolado da juventude. O segundo desvio é a insurgência contra a autoridade patriarcal. O pai está impotente diante do que considera uma cegueira provocada pela paixão. Parece intuir os problemas futuros, mas se recolhe resignado e deseja que Deus abençoe os *destinos* do filho.

A segunda referência ocorre na cena do incêndio. Nela, “a gente corria como louca e como sem destino”. O cenário era “uma verdadeira imagem do inferno”, onde “tudo era uma confusão”. Laura, “como em delírio, dizia tremendo, e cheia de horrível agitação: - Meu marido!”. A isso se seguia um silêncio que era quebrado com novo grito, “como em loucura”. Temos aqui duas utilizações para o mesmo conjunto de termos. A primeira relaciona a loucura ao incêndio, à confusão, ao inferno, à falta de orientação e destino provocados pela tragédia. A segunda é falseada por Laura. Sabemos ser ela, junto com Florentino, a responsável pelo incêndio. Logo, ao se comportar como louca, busca reunir de uma só vez, compaixão, cuidado e inocência. Ao definir tal comportamento para a mulher, o autor revela um juízo do louco que, diferente das paixões e das forças da natureza, torna-o passível de empatia.

A terceira referência retorna ao tema do amor. Na troca de acusações e injúrias entre Laura e Florindo, fala-se de um “amor criminoso e louco” (*Idem*, p.90). Não se trata aqui mais da simples desobediência à autoridade, com a que ocorre entre Augusto e seu pai. Aqui é toda uma ordem social que é violada. O amor fora das regras resultaria em loucura e “horrendos crimes” (*Idem*, p.92), como a ingratidão, o adultério e a morte.

Como punição, a justiça divina, representada pelo convento e pela morte. Ao falar especificamente sobre o crime de adultério, o narrador-autor lembra que certas sociedades o tratam como “como galanteria de moços afetos e de senhoras (a quem hoje chamamos do *grande tom*)” (*Idem*, p.96-97, grifo no original). A alusão ao *grande tom* aparece como uma crítica aos comportamentos afetados e permissivos da parcela elegante da sociedade da corte do Rio de Janeiro⁶⁹.

A quarta referência se dá no episódio da botica. As palavras são do dr. Synval: “eu sou de um natural desconfiado e a minha idade me tem feito aprender o quanto pode um moço louco, perdido de amor” (*Idem*, p.187). Aqui ocorre o retorno da noção de autoridade. Entretanto, desta vez, exista a confluência de duas autoridades: a patriarcal e a médica. A primeira camada de autoridade fica evidente na alusão à *idade* que forneceu ao médico a sabedoria necessária para identificar as alterações no comportamento de alguém enlouquecido de amor. A segunda camada é a autoridade médica, que permite Synval não somente intuir o plano de envenenamento, como agir com destreza trocando a substância por uma que provocasse uma reação de torpor análoga à da morte. Nesse ponto encontramos, ainda que indiretamente, um destaque à autoridade de Synval, que se sobrepõe a do boticário.

Cabe ressaltar que, desde o período colonial, era possível observar que “entre os agentes envolvidos com as práticas de cura, os boticários e cirurgiões ocupavam uma posição subalterna na hierarquia profissional. [...] aos boticários cabia pensar e misturar

⁶⁹ A edição de 19 de maio de 1840 de *O Carapuço*, afirma que “o grande tom exige que a senhora só avulte em ancas, que seja magra como um gafanhoto e que tenha cintura de macaquinho. Além disso deve ser um pouco desbotada de cor [...] pois uma senhora nédia de boas cores, é rústica, é peã, é da roça e não pertence, de certo ao grande tom” (*apud* FERREIRA, 2010, p.202). Em 1844, no comércio elegante da província do Amazonas, era possível encontrar “objetos tentadores às algibeiras dos tafuis do grande tom” (*Treze de maio*, 15 de setembro de 1849, n. 21, p. 4). Na década seguinte, João Francisco Lisboa (1812-1863) escreveria da província do Maranhão: “Entremos na igreja. É pequenina, e está principalmente atulhada de pretas e mulatas; as brancas, as senhoras, a gente do grande tom, essa ocupa as tribunas, as janelas e até os púlpitos” (LISBOA, 1992, P.29). Em *O Moço Loiro* (1845), Macedo realça o coquetismo esnobe não raro presente no *grande tom*: “é o que ainda agora mesmo poderiam muito bem explicar os habitantes desta bela corte, se não fossem, honrosas exceções para um lado, tão esquecidos dos acontecimentos que se passam em nossa terra, como às vezes finge sê-lo das contradanças, que prometeu a cavalheiros, que lhe não são do peito, uma mocinha do grande tom” (MACEDO, s./d. p.04). Luiz Gama oferece um corte racial à crítica. Em seu poema “Sortimento de gorras para a gente do grande tom”, de 1861, Gama critica “os ‘mulatos falsários’ que renegam, desprezam e recalcam sua ascendência africana” (*apud* FERREIRA, 2012, artigo não paginado). O *grande tom*, também denominado de *bom tom*, foi sistematizado no *Código do Bom-Tom*, manual de regras de civilidade publicado em 1845, pelo cônego português J. I. Roquette. O *Código de Bom Tom* foi um grande sucesso editorial da primeira metade do XIX. Era possível adquiri-lo facilmente nas principais cidades do império. Na Corte ele “se tornou leitura obrigatória de uma aristocracia brasileira” (CUNHA, 2004, p.01).

as drogas previamente selecionadas e pesadas pelos doutores” (EDLER, 1992, p.42). Para a medicina, tal hierarquia representava a ampliação de suas prerrogativas sócio-profissionais (ABBOTT, 1988). A construção dessa hegemonia resultava da disputa entre profissões que ocorre “sob as bases objetivas (técnicas) e subjetivas (cultura) que, por sua vez, interagem entre si. Neste âmbito, as reivindicações jurisdicionais se desenvolveriam com vistas a obtenção do monopólio profissional” (GONÇALVES, 2011, p.74). Em *O Filho do Pescador*, a argúcia do doutor Synval sugere uma autoridade médica – diríamos mesmo uma prerrogativa – ante o boticário, que se antecipa à vilania e corrige o mal feito.

A última referência à loucura aparece no último capítulo do livro. O narrador-autor descreve Laura, após reconhecer seus crimes e por eles pedir perdão: “Era, pois, uma nova Madalena, que meditando no amor de Cristo, chorava os erros e os crimes de sua passada vida de pecados! Seu rosto se mudava de cores, e quando pareceu mais calma, ela disse, como em suave alucinação: - É meu filho! É meu filho” (*Idem*, p.214). Interessante destacar que, quanto tomada pelo sentimento de culpa e maternidade, Laura não representa mais o amor *louco e criminoso*. Ela agora estava tocada por uma *suave alucinação*.

Como foi dito, *O Filho do Pescador* tem na moralidade um dos principais substratos de sua narrativa. Nesse sentido, as referências à loucura relacionam-se com elementos morais próprios do campo da religião, do patriarcado e, por que não, do saber médico. É sob a vigilância desses três domínios - a religião, o patriarcado e a medicina – que as expressões da loucura são observadas e contidas em *O Filho do Pescador*. Nesse sentido, destaca-se a importância da Providência, da culpa, do celibato e do sacrifício. O destino imputado à Laura oferece uma composição moral afinada à ética católica. Nesta cruzada moral, junta-se a ética do patriarcado expresso nas figuras do pai Pescador e do Dr. Synval. Este último se faz presente como aquele que educa o filho de Laura, mas se expressa também como detentor do saber médico. Uma ciência observadora e precisa no que diz respeito tanto à intervenção quanto à manipulação de substâncias, mas também central para o desvendar da trama e para a efetivação das soluções morais. Vejamos então nos próximos capítulos como esta ciência médica da época organizava a circulação periódica de suas letras e como, nesta imprensa médica, o tema da loucura aparecia.

CAPÍTULO III

IMPrensa E Medicina NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX

O presente capítulo busca compreender a emergência dos periódicos médicos na corte imperial e como a escrita médica constituiu-se como demanda e forjou seu estilo. Além dos impressos médicos, pretendemos apresentar personagens e predicados que visaram garantir estilo e estatuto próprio da escrita médica. Nesse contexto, porém, destacam-se os impressos não médicos, que tomavam o saber médico como metáfora para a construção de outra identidade narrativa. Mais uma vez os pasquins satíricos nos servem como fontes expressivas das contradições e complexidades que se apresentavam na imprensa médica.

3.1. A emergência dos periódicos médicos no início do século XIX

O início do século XIX representou um importante marco para a ciência no Brasil. A instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro promoveu a “cidadania” para muitas instituições como, por exemplo, a Academia Real Militar (1810)⁷⁰, a Academia de Guardas Marinhas (1808)⁷¹, o Museu Real (1818)⁷², o Jardim Botânico (1808)⁷³ e as Academias Médico-Cirúrgicas da Bahia e do Rio de Janeiro (1808 e 1809, respectivamente). Essas instituições tiveram grande influência “para despertar na sociedade a importância e o gosto pela ciência” (OLIVEIRA, 1997, p.29-30). Vale lembrar que efêmeras experiências mais ou menos coordenadas de atividade intelectual

⁷⁰ Segundo Carolino (2012, p.253), “tal como acontecera com suas congêneres europeias fundadas, seguindo o modelo francês, a partir da segunda metade do século XVIII e durante as primeiras décadas do século XIX, a instituição da Academia Real Militar no Rio de Janeiro pretendeu formar a elite técnico-científica que serviria de base ao desenvolvimento do Estado joanino no Brasil”.

⁷¹ Kantor (2010) analisa a importância do traslado da biblioteca dos Guardas Marinhas para o Rio de Janeiro. Segundo a historiadora, após a chegada ao Rio de Janeiro, a Coroa “solicitou todos os governadores que os mapas e cartas geográficas e topográficas existentes nas respectivas capitâneas fossem enviados para o Arquivo Militar. Também nessa época a Imprensa Régia iniciava a publicação dos mapas depositados no arquivo” (*Idem*, p.120). Tal empreendimento gráfico e cartográfico “foi um dos principais instrumentos de legitimação da novíssima monarquia diante as demais potências” (*Idem*, p.123).

⁷² Localizado no Campo de Santana, o Museu Real se destinava à “propagação do conhecimento e incentivo ao estudo no campo das ciências naturais. O objetivo de identificar, classificar e contribuir para o desenvolvimento das ciências, das artes e da indústria deixa claro que, num primeiro momento o público-alvo da instituição era formado por pesquisadores, viajantes e estudiosos. [...] As visitas ao Museu Real, entre 1818 e 1821, eram privilégio de ‘curiosos’, estudiosos e autoridades. A primeira exposição pública do museu foi aberta no decorrer de 1821” (PEREIRA; KÖPTCKE, 2008, p.10-11).

⁷³ Segundo Begonha Bediaga, “a história da instituição está em boa parte representada nas suas muitas coleções organizadas por antigos cientistas, que introduziram no Jardim espécies coletadas sobretudo em excursões pelo território nacional. Essas coleções, ou mesmo indivíduos solitários de alguma espécie representam muitas vezes projetos de pesquisa que resultaram em importantes colaborações para a ciência” (BEDIAGA, 2007, p.1133).

havia ocorrido já no século XVIII⁷⁴, “essas tentativas, no entanto, eram ainda prematuras, e seria necessário esperar alguns anos para ver a fundação das primeiras instituições científicas no país. Embora muitas vezes precárias, elas começaram a surgir a partir de 1808” (FILGUEIRAS, 1998, p.353). Dessa forma, na virada do século XVIII para o XIX,

“percebe-se que a conversão do império português ao modelo hegemônico franco-inglês, no qual as práticas científicas passaram a fazer parte integrante da rotina administrativa dos impérios, começou a ser executada por indivíduos que participavam de algum modo de projetos políticos mais amplos de conversão à ciência hegemônica”. (KURY, 2004, p.115)

Um dos caminhos seguidos nesse realinhamento se deu através do periodismo. Tal como ocorrido na maioria dos países europeus, “a divulgação e a comunicação da ciência no Brasil é iniciada no século XIX em jornais cotidianos, não especializados e voltados ao grande público” (FREITAS, 2006, p.55). É o caso, por exemplo, do primeiro título originário de terras brasileiras, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que circulou de 1808 a 1821. O jornal era produzido pela Impressão Régia, que também imprimia todos os papéis ministeriais e diplomáticos, além de algumas obras de particulares (MEIRELLES, 2006, p.56). No conteúdo das páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro* encontrava-se a fala do redator, artigos traduzidos de diversos jornais europeus, cartas de militares e políticos, balancetes financeiros do governo, notícias sobre o cotidiano da realeza, anúncios variados, etc (*Idem*, p.57). Havia também notas e artigos referentes aos saberes de diversas *ciências*. Dessa forma, “embora fosse restrita a contribuição da *Gazeta*, tomando como baliza a Europa, ela teve função expressiva para a sociedade científica brasileira, comparado com o que se havia antes da chegada da Corte. [...] Algo havia mudado, e sobre isto não podia haver dúvida” (OLIVEIRA, *op. cit.*, p.37).

Como vimos no segundo capítulo, durante a primeira metade do século XIX, a imprensa na corte seria conduzida com rédeas curtas. Escrever, imprimir e publicar não estavam entre as atividades de fácil realização. Um melancólico verso escrito no século

⁷⁴ Tais associações costumavam possuir estatutos, fórmula de juramento, divisas, selos, padroeiro(a)s, protetores, mecenas, etc. Não possuíam, porém, regularidade e longevidade nas suas atividades. A Academia Brasílica dos Esquecidos durou menos de um ano, fundada em Salvador, ela teve sua primeira sessão em 7 de abril de 1724 e a última em 04 de fevereiro de 1725. A Academia dos Felizes, do Rio de Janeiro, iniciou suas atividades em 06 de maio de 1736 e realizou sessões esporádicas até 1740. A Academia Brasílica dos Renascidos, da Bahia, teve sua sessão inaugural em 06 de junho de 1759 e a última em 10 de novembro do mesmo ano. A Academia Científica foi fundada no Rio de Janeiro em 18 de fevereiro de 1772 e encerrou suas atividades em 1779. A Sociedade Literária durou de 1786 à 1790 (SANTOS FILHO, 1991, p.357-371).

XX talvez traduza em parte o ambiente literário do século anterior: “encilhado, só o amargo me espera”⁷⁵. As regras do encilhamento, porém, definem que o tamanho da rédea não garante ao arreio o controle absoluto. O jugo imposto à montaria implica em uma relação dialógica, ainda que assimétrica e um tanto amarga. Em outras palavras, desenhava-se um cenário no qual “não era, pois, a liberdade irrestrita, mas também não era uma censura ostensiva. Contudo, era ainda um ato prejudicial ao desenvolvimento cultural” (*Idem*, p.32). Com efeito, a *Gazeta do Rio* cumpriu um importante papel na “constituição da cultura científica brasileira”, pois “contribuiu para formar as opiniões, mais públicas sobre a importância das atividades científicas para o país” (*Idem*, p.47).

Outros tipos de periódicos, como as revistas literárias, dedicavam-se a publicar textos de ciência, história e literatura (FREITAS, 2006, p.56). Pioneira no Brasil, a revista *O Patriota* (1813-1814), por exemplo, “teve como característica peculiar dedicar muito espaço às chamadas ciências e artes. [...] Durante dois anos, [...] publicou artigos que iam de notícias políticas europeias a listas de plantas medicinais brasileiras, cobrindo igualmente assuntos filosóficos e poesia” (KURY, 2011, p.115). Um leitor que se interessasse pelo cultivo das letras e pelo estudo e conhecimento das ciências naturais percebia o aumento no número de páginas destinadas à essas questões

“Alguns outros periódicos breves chegaram a publicar notas e fatos científicos, mas não se pode chamá-los de jornais voltados às ciências e às letras. Pretendiam-se políticos e críticos sociais, mas, às vezes, de forma erudita, faziam comentários sobre obras publicadas nas áreas de história, geografia e economia política” (FREITAS, 2006, 57).

No que se refere ao conhecimento médico, encontramos no ano de 1827 a primeira publicação inteiramente voltada para essa área. Sob a direção de Pierre Plancher e do médico francês José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856), veio à luz o *Propagador das Ciências Médicas* (1827-1828). Como vimos no primeiro capítulo, Plancher ocupava um papel de relevância no desenvolvimento da imprensa no Brasil do início do século XIX. O tipógrafo francês investia em diferentes frentes, como a imprensa oficial, os periódicos não especializados e, como veremos aqui, a imprensa médica.

Alguns dados biográficos de Sigaud coincidem com os de Plancher e nos permitem considerar que a relação entre ambos ultrapassava os limites da imprensa

⁷⁵ Trata-se de um dos versos do poeta Rafael Chiobatto.

médica. Assim como o tipógrafo, o médico francês aportou no Rio de Janeiro na condição de exilado político. Ora, recém convertido em império “o Brasil se apresentava como uma das poucas alternativas para o médico que sofria perseguição política, devido, sobretudo, à crescente influência da medicina francesa vinha obtendo nesse território” (FERREIRA, 1998). Ao chegar ao Brasil fundou, junto com Plancher, o *Propagador das Ciências Médicas* e o *Jornal do Commercio*.

Na esteira de *O Propagador das Ciências Médicas*, vieram o *Semanário de Saúde Pública* (1831-1833), o *Diário de Saúde* (1835-1836), a *Revista Médica Fluminense* (1835 - 1841) e a *Revista Médica Brasileira* (1841-1843). O periodismo médico emergia como “espaço social dedicado ao trabalho de tradução e de circulação dos princípios teóricos e das soluções práticas oferecidas pela higiene oitocentista” (FERREIRA, 2012: p.76). A análise aqui proposta tomou como universo documental as mesmas coleções de revistas médicas criadas na primeira metade do século XIX⁷⁶. A partir da leitura de seus respectivos conteúdos, utilizávamos três filtros analíticos. O primeiro buscava informações sobre os mecanismos de financiamento para a impressão e publicação. O segundo filtro buscava compreender como a escrita médica foi desenvolvendo seu estilo, que tipo de referenciais eram mobilizados e privilegiados quando se redigia um artigo a ser publicado nessas revistas. O terceiro filtro, de certa forma, é semelhante ao segundo e visa analisar as referências à loucura. Esse último filtro será explorado no quarto capítulo.

PERIÓDICOS MÉDICOS – primeira metade do século XIX				
Nome	Periodicidade	Editores	Local de impressão	Números consultados
<i>O Propagador das Ciências Médicas</i> (1827-1828)	Mensal	José Francisco Xavier Sigaud	Tipografia de Plancher-Seignot	12 números divididos em quatro tomos
<i>Semanário de Saúde Pública</i> (1831-1833)	Semanal	José Francisco Xavier Sigaud	Tipografia Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher	125 edições (há uma descontinuidade no acervo digital da BN, da edição n.60 a série salta para o n.91)
<i>Diário de Saúde</i> (1835-1836)	Semanal	José Francisco Xavier Sigaud, Francisco de Paula	Tipografia Imperial de Seignot	53 edições

⁷⁶ Nossa consulta utilizou-se da *Hemeroteca Digital* da Biblioteca Nacional onde encontram-se os periódicos digitalizados. Cf. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

		Cândido e Francisco Crispiniano Valderato	Plancher(1835) Tipografia J. Villeunneuve (1836)	
<i>Revista Médica Fluminense</i> (1835-1841)	Mensal	Inúmeros (membros da Academia Imperial de Medicina)	Tipografia Fluminense de Brito & Companhia	36 edições
<i>Revista Médica Brasileira</i> (1841-1843)	Mensal	Inúmeros (membros da Academia Imperial de Medicina)	Tipografia Fluminense de Brito & Companhia	24 edições

No caso brasileiro, os primeiros jornais médicos tinham como principal função tornar públicas as opiniões e ações das instituições médicas como a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e a Academia Imperial de Medicina (FERREIRA, 2004, p.94). Vejamos um pouco mais sobre como se estruturou esse periodismo no Brasil do início do século XIX. Para tal empresa, analisaremos alguns pontos importantes para nos orientar nessa primeira abordagem. O primeiro deles se refere ao financiamento dessas publicações. Nesse sentido, Bertha Rodilla, a partir da análise da produção científica na Espanha, aponta para a necessidade de os historiadores da ciência prestarem “atenção aos coprotagonistas” das atividades científicas, “como os impressores e os mecenas” (RODILLA, 2003, p.12). Como isso se dava no periodismo médico brasileiro?

Pouco sabemos sobre o financiamento de *O Propagador das Ciências Médicas*. Quem manifestasse interesse em adquiri-la deveria ir à Tipografia de Pierre Plancher, localizada no número 95 da rua do Ouvidor. Ao que parece, o pioneiro periódico não contou com uma eficiente estratégia financeira. Seu *fracasso* ensinou “que dois itens eram essenciais para garantir o sucesso desse tipo de empreendimento: recursos financeiros e trabalhos disponíveis para a publicação” (*Idem*, p.99). O *Semanário de Saúde Pública* encontrou o seguinte um caminho para o seu sustento financeiro: cada um dos sócios da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro “deveria apresentar uma lista de dez subscritores, que pagariam antecipadamente por uma assinatura de seis meses” (*Idem*, p.99).

No primeiro número da *Revista Médica Fluminense*, o editor do periódico, o médico Joaquim Candido Soares de Meirelles (1797-1868) informava que “as

assinaturas para a *Revista Médica Fluminense* se fazem na Tipografia do Sr. Paula Brito, impressor da Sociedade de Medicina, na loja de livros do Sr. Souza, rua dos Latoeiros n. [?], e Laemmert, rua da Quitanda n.139”⁷⁷. Atrair assinantes era uma estratégia comum que as publicações recorriam para custearem as despesas⁷⁸. Na mesma *Revista Médica Fluminense*, em maio de 1835, é possível encontrar o artigo do dr. S. Maia que defende a conveniência do mecenato particular a partir da notícia na qual “uma senhora de Paris” teria legado “em seu testamento à Academia Real de Medicina um prêmio anual de 5.000 francos” para as melhores publicações apresentadas àquela academia. Num suspiro cobiçoso, o autor exclamava: “Que bela conduta a ser imitada pelos nossos Concidadãos!” (**Revista Médica Fluminense**, N.01, abril de 1835, p.39).

Além dos assinantes e dos mecenas, os médicos buscavam subvenções no governo, estratégia necessária que se devia também ao reduzido número de médicos instalados na corte do Rio de Janeiro⁷⁹. “O governo de S. M. I. está disposto a imprimir na Tipografia Nacional o periódico mensal que eu projetei, e vós sancionastes”, anunciava o Dr. Meirelles em discurso na sessão da Sociedade Brasileira de Medicina, em 16 de novembro de 1833 (**Revista Médica Fluminense**, N.03, junho de 1835, p19). Ao vislumbrarem a possibilidade do fomento estatal, os médicos iniciaram os trâmites exigidos para alcançar tal benesse que evitaria a “morte da instituição” (*Idem*). Em 25 de fevereiro de 1834, porém, o Meirelles lamentava que a proposta que “versava sobre a impressão do periódico da sociedade na Tipografia Nacional, não foi aceita pelo governo de S. M. I por julgar excessiva a despesa de novecentos mil réis anuais” (**Revista Médica Fluminense**, N.04, julho de 1835, p.06-07). Esse revés exigiu mudanças na proposta inicial. A estratégia funcionou e, com efeito, um duplo êxito foi

⁷⁷ Destaca-se a centralidade de tipografias como a de Paula Brito e a de Laemmert no processo de consolidação da imprensa médica no Rio de Janeiro. Nesse sentido, essas tipografias cumpriam uma função a um só tempo centrífuga e centrípeta. Como oficinas gráficas, suas prensas promoviam a dispersão e circulação de revistas e jornais especializados em medicina; como lojas, atraía leitores interessados nesse tipo de publicação e estabeleciam uma espécie de cartografia dos impressos na Corte. Conforme vimos no primeiro capítulo dessa tese, algumas tipografias, como a Petalógica, adquiriram a função de clube literário informal do movimento romântico (HALLEWELL, *op. cit.*, p.81).

⁷⁸ Carlos Rizzine (1946, p.371) informa que conquistar assinantes não era tarefa das mais fáceis. *O Macaco Brasileiro*, que circulou na Corte entre junho e agosto de 1822, morreu a míngua de assinantes.

⁷⁹ Não temos o número exato de médicos trabalhado na Corte em meados da década de 1830. Para efeito de comparação, dispomos dos dados a seguir. Segundo *Amanak Laemmert*, do ano de 1844, a quantidade de médicos era de 88. 1850, 235 médicos ofereciam seus serviços na corte (*apud* EDLER, 1992, p.109).

anunciado na sessão de abril do mesmo ano. Além do fomento, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro era convertida em Academia Imperial de Medicina⁸⁰.

“O Sr. Dr. Meirelles propôs que se mandasse uma deputação à S. Ex. o Ministro do Império, e Presidente Honorário da Sociedade, para lhe agradecer em nome desta o interesse que tomara à respeito dela; na proposta, que em seu relatório à Assembleia Legislativa, sobre a nação ajudá-la em suas despesas para a publicação do seu jornal; e sobre convertê-la em Academia. Esta proposta foi unanimemente aprovada, e ficou encarregada a mesa de ir desempenhar esta missão” (**Revista Médica Fluminense**, N.05, agosto de 1835, p.22-23).

É provável que o fomento estatal tenha sido o principal fator a contribuir para a longevidade do periódico. Em 1841, já com o nome modificado para *Revista Médica Brasileira*, encontramos números que sugerem relevância da publicação. Segundo as Leis do Orçamento aprovadas naquele ano, os gastos com a Academia Imperial de Medicina eram assim discriminados:

“Para o aluguel da casa	400\$000
Para o porteiro	360\$000
Para um escriturário	240\$000
Para expediente, luzes, etc.	100\$000
Para auxílio do jornal	500\$000
Total	1:600\$000”

(**Revista Médica Brasileira**, N.03, Ano 2, julho de 1842, p.11)

Nota-se que o valor destinado para *o auxílio do jornal* é o maior entre todos os gastos. A publicação sobrevivia e era comemorada. Em julho de 1841, Luiz Vicente De Simoni (1793-1881) registrava suas impressões:

“Esta época importante foi assinalada pelo título que ele tomou de *Revista Médica Brasileira*, principiando por nova série de volumes; título que dá um caráter de universalidade nacional, e que condiz mais que o de *Revista Médica Fluminense*, com o auxílio dos fundos nacionais com que passou a ser em parte alimentado” (**Revista Médica Brasileira**, N.03, julho de 1841).

Ao alimento pecuniário deveria se somar o alimento literário. Os periódicos médicos sofriam com a dificuldade de conseguir colaboradores para escrever em suas páginas. Para manter um periódico seria necessário que houvessem escritos a publicar. Chegamos ao segundo ponto que nos ajuda a compreender o periodismo médico da primeira metade do século XIX. A saber, quem eram os homens que escreviam, ou deveriam escrever nos periódicos especializados.

⁸⁰ A mudança foi “efetivada pelo decreto regencial de 08/05/1835, assinado pelo Ministro dos Negócios do Império Joaquim Vieira da Silva e Souza. Dentre os principais pontos estabelecidos pelo decreto, destacavam-se o recebimento de uma subvenção do Tesouro Público, e conseqüentemente a mudança do seu nome para Academia Imperial de Medicina, e a criação da seção de farmácia”. Cf. verbete “Sociedade Brasileira de Medicina”, in: *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*, disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/socmedrj.htm>.

A renovação da sociedade deveria se dar pela disseminação do conhecimento científico. Uma “causa da humanidade”, na qual a imprensa cumpriria importante papel, conforme afirmam os editores⁸¹ no primeiro número do *Diário da Saúde*:

“A prensa, que mede e regula os movimentos do pensamento e da inteligência na ordem política, também mede e regula as descobertas do gênio e os resultados da observação na ordem científica. É por meio deste eco geral do entendimento humano, que retumbam no globo esses princípios renovadores das sociedades políticas, é igualmente por ele que se espalham pelo mundo esses princípios das ciências, que, posto em prática, servem a causa da humanidade” (**Diário de Saúde**, 18 de abril de 1835, p.01).

A noção de *entendimento humano* colocava à vista uma realidade na qual, cada vez mais, o grande vulto individual cedia lugar para uma comunidade médica de escritores, editores e leitores, como destacaria a *Revista Médica Brasileira* em seu primeiro número: “Quem não sabe, que é só por meio das publicações periódicas, que combateremos o terrível individualismo médico, que tanto mal nos tem feito!” (**Revista Médica Brasileira**, N.01, maio 1841, p.01). A retórica adotada evocava uma verdade autoevidente, um saber tácito. Uma ideia clara em sua obviedade, “quem já não conhece estas verdades sancionadas pela existência de outros povos?” (*Idem*).

Para o historiador, porém, sempre existe algo a ser decifrado, mesmo no óbvio. Em seu já citado estudo sobre a invenção dos direitos humanos, Lynn Hunt chama atenção para o *paradoxo da autoevidência* no qual “uma afirmação que requer discussão não é evidente por si mesma” (HUNT, 2009, p.18). No caso aqui observado, veremos que os editores das publicações médicas brasileiras tinham que lidar com um paradoxo semelhante. Era considerado evidente que a nova *ordem científica* tinha na imprensa um importante agente e que para colocá-la em ação seria necessário que os médicos produzissem conhecimento por escrito. Os editores dos periódicos, porém, logo perceberam que tal evidência não garantia conteúdo suficiente para publicação.

Ora, as tais “verdades sancionadas” pelo periodismo médico internacional iniciavam sua caminhada no Brasil. Ainda que houvéssemos superado o estágio de quase total dependência da produção estrangeira⁸², o caminho a percorrer era longo. O

⁸¹ Trata-se de José Francisco Sigaud (1796-1856), Francisco de Paula Cândido (1805-1864) e Francisco Crispiniano Valderato (1805-1862).

⁸² Em nota no final da primeira parte do artigo “Magnetismo Animal”, traduzido do original em francês, e publicado em 1827 no *O Propagador das Sciencias Medicas*, o editor, dr. Sigaud, anunciava que “a discussão terminou-se neste ponto, e nós a submeteremos aos nossos leitores, logo que tiver chegado ao nosso conhecimento por via dos periódicos da França”. Não raro o periodismo brasileiro era tão somente

primeiro passo indicava para a necessidade de colaboradores para manter a regularidade de uma publicação:

“chamamos em nosso auxílio os médicos, cirurgiões, farmacêuticos e naturalistas que cultivam as ciências, e que no Brasil leem, pensam e escrevem; [...] Eis a quem nós oferecemos as colunas d’um diário hebdomadário, a quem consagramos estas efemérides, sem reserva, nem espírito de censura, sem prejuízo de opinião, nem contraste de doutrina. A cada um fica livre vir aí depositar as suas oferendas, segundo os meios a seu alcance: aos redatores cabe unicamente a escolha. Ao público fica reservado o juízo pela apreciação de seu justo valor” (**Diário de Saúde**, n.1, 18 de abril de 1835, p.02).

A publicação oferecia liberdade para as ideias expressas nos artigos. Aos redatores, despidos de *espírito de censura*, caberia apenas selecioná-los e apresentá-los ao juízo do *público* leitor. Passados seis meses, o semanário reiterava o convite e anunciava o local onde os colaboradores poderiam *depositar as suas oferendas*:

“homens que se dedicam aos estudos das ciências e da literatura, com o fim de publicar as descobertas que se fazem a prol de um ou mais ramos da medicina. As pessoas que desejarem publicar qualquer artigo, memórias, etc., podem mandá-lo pôr na caixa do Diário que se acha depositada no escritório da tipografia dos Srs. Seignot-Plancher e C., ou dirigi-lo aos redatores” (**Diário de Saúde**, V.I, N.27, 17 de out. 1835, p.08).

Ao que parece, a dificuldade em conseguir colaboradores seria uma característica desses periódicos. Em 1842, o convite feito aos colaboradores continha praticamente o mesmo tom de sete anos antes:

“resta-nos pedir-vos, leitor, a cooperação de vossos talentos, o auxílio de vossas luzes para que a elas deva este jornal a consideração de que tanto carece, e a importância à que aspira. Oh! e com que prazer não veremos nós em cada página um nome vosso, em cada folha um vosso escrito! É porém a vós, ó mocidade, cheia de talento e ávida de glória, é a vós a quem nos dirigimos especialmente! Vinde coadjuvar-nos com nossos esforços! Que com entusiasmo acolheremos vossos escritos para entregá-los à publicidade; vinde dar, pois podeis tanto, à presente época um caráter de sublimidade e de grandeza, que possa torná-la distinta na história de nossa idade!” (**Revista Médica Brasileira**, n.1, ano 2, maio de 1842, p.3).

Tal dificuldade parecia ser um entrave que acompanharia a imprensa médica brasileira durante anos. Essa ao menos seria a impressão compartilhada por aqueles diretamente envolvidos nas publicações. Em 1842, no artigo “Vista d’olhos sobre o

uma caixa de ressonância do que se publicava na Europa. Cf. *O Propagador das Sciencias Medicas*, Ano I, Tomo I, 1827, p.380.

estado da medicina no país”, o redator Francisco de Paula Menezes (1811-1857)⁸³ descreve uma imprensa médica ainda não totalmente desenvolvida.

“Nossa literatura médica está perfeitamente em sua infância [...]. Diversos jornais, vimos nós, pouco afagados, desapareceram rápidos, e novas tentativas alevantadas todos os dias baldarem esforços, ou desalentadas irem quebrar-se contra um montão de entaves, que o mal fado nosso sustém em pé para empecer-nos de caminhar!” (**Revista Médica Brasileira**, n.01, vol.02, maio 1842, p.05)

Esse “problema” atraía a atenção e recebia “apoio dos homens de letras do país, especialmente à classe a quem é dedicado” (*Idem*, p.05). Francisco de Paula Menezes também destacava “o desejo de superar nossa insuficiência” mesmo sem contarmos ainda com “uma reputação literária” (*Idem*, p.02). O caminho para a aquisição de uma *reputação literária* deveria seguir os seguintes predicados: “nada faz certamente melhor toque da ilustração de um povo que seus escritos; nada revela seu progresso nas ciências como a grandeza de sua literatura”. Entretanto, afirmava o editor, nesse ponto “pouco havemos nós progredido”, “nosso adiantamento é quase nada sensível” (*Idem*, p.01).

Convém aqui relativizar a insatisfação de Paula Menezes para não incorrer no equívoco de selar como atrasada ou estagnada a literatura médica produzida no Brasil. É necessário destacar, sobretudo, que “aqueles periódicos seguiam um padrão mundial, portanto, é um erro considerá-los instituições periféricas, pelos menos do ponto de vista de suas características formais” (FERREIRA, *op. cit.*, p.101). A queixa de Paula Menezes justamente nas páginas daquela que, até então, era a mais longeva publicação médica, não chega a ser contraditória. Podemos antes considerá-la como um exemplo de *frustração relativa*, conforme proposto por Alexis de Tocqueville⁸⁴, quando o indivíduo compara a realidade objetivamente experimentada com aquilo que aspiravam conseguir.

⁸³ Na edição de abril de 1842, o então redator, Emiliano Joaquim da Silva Maia, anuncia o seguinte: “Achando-nos por nossas atuais preocupações na impossibilidade absoluta de continuar por mais tempo na redação deste jornal, fomos dispensados por nossos colegas da Academia, dessa árdua, bem que honrosa tarefa, sendo em nosso lugar nomeado o hábil e ativo Sr. Dr. Francisco de Paula Menezes, uma das pessoas que já nos tem coadjuvado nesta redação com alguns de seus escritos, e portanto podemos asseverar que a Revista Médica nada perde com a nossa ausência, antes muito ganhará com a aquisição do novo redator” (*Revista Médica Brasileira*, p.688, n.12, vol.01, abril de 1842). Para uma breve biografia do médico, cf. verbete “Francisco de Paula Menezes” disponível em http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=1759&descricao=Francisco+de+Paula+Menezes.

⁸⁴ Alexis de Tocqueville explica, a propósito da Revolução Francesa, que a violência foi mais intensa sobretudo onde a população havia experimentado uma melhoria em sua condição: “dir-se-ia, escreve ele em *L'Ancien Régime et la Révolution*, que uma vez que a posição dos franceses melhorava, eles a consideraram ainda mais insuportável”. Nas décadas de 1960 e 1970 que pesquisadores funcionalistas ou neofuncionalistas anglo-saxões “asseguraram a expansão dessa tese, sob a forma da teoria dita da frustração relativa, nos anos 60 e 70” (WIEVIORKA, 2007, p.1151).

Por seu turno, ao analisar as atividades científicas biomédicas no Peru, Marcos Cueto sugere a existência de uma excelência científica na periferia e ressalta que nem toda a ciência latino-americana é marginal e que seu conhecimento científico tem regras próprias que não são sintomas de atraso ou modernidade, antes são parte de sua própria cultura e das interações com a ciência mundial (CUETO, 1989, p.29).

De volta ao ano de 1835, percebemos que, via de regra, homens de letra em geral poderiam publicar em periódicos destinados aos saberes médicos. Não era necessária formação em medicina, cirurgia ou farmácia para enviar um artigo. O hipotético leitor era considerado autor em potencial. Referindo-se aos “sábios” e aos “homens voltados à indústria”, o Joaquim Candido Soares Meirelles conclamava: “Convém, portanto, senhores, que forneçais alimento para a sustentação desse periódico” (**Revista Médica Fluminense**, N.03, junho, 1835, p.21). Na retórica adotada nesses periódicos, todos os homens *sábios* estavam aptos a publicar.

Mas se qualquer homem culto ou interessado pelas letras podia escrever nos periódicos médicos, o exercício da escrita se impunha fundamentalmente para a competência médica que se estruturava nas primeiras décadas do século XIX. A dedicação às letras tornava-se um importante predicado e uma exigência de ofício. No cotidiano prático da medicina, escrever adquiria importância clínica. Em suma, escrita e prática deveriam se confundir, conforme se depreende do artigo “Regra de conduta do médico no exercício de sua profissão”, publicado na *Revista Médica Fluminense* em 1839. Dividido em duas partes – nos números de abril e maio –, o texto era um dos capítulos do *Manual de Medicina Prática*, “escrito em alemão pelo Dr. Hufeland, e vertido em francês, por Didier”. A tradução para o português⁸⁵ resultava do “zelo e atividade” de José Manoel do Rosário, membro da Academia e colaborador assíduo da publicação.

Publicado originalmente em 1836, o *Manual de Medicina Prática* reunia notas coletadas durante cinquenta anos de profissão e, segundo o Hufeland⁸⁶, era um legado

⁸⁵ Mais adiante veremos a importância das traduções nesse período.

⁸⁶ Christoph Wilhelm Hufeland (1762-1836), foi um dos grandes nomes responsáveis pela reforma da medicina alemã na vinda do século XVIII para o XIX. Hufeland foi “membro da Academia de Ciências de Berlim (1800), [...] profícuo coordenador do ensino médico na Universidade de Berlim na condição de Reitor (1810), fundador e diretor do Hospital Charité em Berlim (1810) e editor permanente do *Jornal de Medicina Prática (Journal der Practischen Heilkunde)* durante quatro décadas (1795-1836)” (SOLON, 2014, p.01).

“aos jovens doutores”. Escrito com “concisão, clareza, método e prática” o livro tornava-se “muito e muito recomendável”. O capítulo reproduzido na *Revista Médica Fluminense* oferecia ao leitor médico “a linha de conduta que deve ter o prático no exercício espinhoso de sua nobre profissão”. O texto foi transcrito “por inteiro”, o que por si só consistia em “um grande serviço à Medicina Brasileira” (*Idem*, 23).

Um dos assuntos destacados por Hufeland era o da escrita. Nesse aspecto, avaliava o autor que: “um ponto também sumariamente importante é que o médico moderno só por negligência esquecerá, *é a redação de um jornal dos doentes*” (**Revista Médica Fluminense**, N.1, Ano 5, abril 1839). O médico não deveria “encarar afecção alguma superficialmente, mas sim entranhar o fundo das coisas e empenhar o máximo da ciência em seu proveito” (*Idem*, p.25), sempre registrando tudo por escrito. Com efeito, o autor oferecia um método para uma escrita de qualidade:

“Quando o tumulto do dia for substituído pelo sossego da noite, que convida à reflexão, o médico deve ainda consagrar à seus doentes algumas horas de trabalho, escrever os pontos mais salientes da moléstia, as mudanças ocorridas, suas observações, e sua opinião sobre a origem e o tratamento das enfermidades, os medicamentos por ele empregados, e de novo pesar maduramente tudo quanto tem feito e observado. Não consinta, pois esvair-se uma só noite sem o ter deixado quite deste último dever para com seus doentes, e ter, para assim dizer, posto a última demão em sua obra” (*Idem*, p.27).

Digno de nota é a correlação que o autor estabelece entre a prática médica e as belas artes. Revisar e registrar as efemérides clínicas ao fim de uma jornada de trabalho equivaleria aos retoques derradeiros que um pintor realiza em uma tela. Em outro momento, ao reafirmar a importância das palavras para a redação da anamnese, do diagnóstico e do receituário, Hufeland defende “não ser conciso em demasia, tão pouco palreiro, e de forma alguma romancista”. Tal advertência sugere que entre o lacônico e o palavrório, havia uma escrita outra a orbitar a prática médica, a *romancista*. Essa o médico deveria evitar a todo o custo. O médico moderno não deveria ser “afetado, trivial, fátuo, nem pedante” (*Idem*, p.26). Ao contrário, deveria apresentar um comportamento “moderado e meditador”, e um “caráter grave e circunspecto” (*Idem*, p.27).

Ainda sobre a escrita, Hufeland afirmava:

“Confesso ingenuamente, que encaro esse hábito diário, não direi como meio principal, mas como a condição necessária para se ser grande e perfeito, não só na prática, senão na ciência, e comprovo quando digo citando por exemplos os nossos mais célebres médicos, Boerhave, Fr. Hoffmann, Stoll, Lentin, etc., que todos tinham tomado por hábito esse trabalho, dando-lhes gabos por sua

utilidade. Tira ainda a preciosa vantagem de se formar uma coleção completa de história das enfermidades, tratadas por desvelos próprios, e destarte se amua um tesouro proveniente da experiência que se vai colhendo, o qual nos serve, para o diante de compêndio, e nos esclarece pela comparação que podemos fazer das mudanças sucessivas de nossas opiniões e de nossos sistemas” (*Idem*, p.28)

O argumento de Huterland propõe a escrita como denominador comum para todos os médicos. O “hábito de escrever” seria o caminho para ser “grande e perfeito” tal como os “célebres médicos”. Além do mais, a “ciência” seria favorecida com uma vasta produção escrita a contribuir para uma “história das enfermidades”. Mais adiante, concluiria que o médico moderno deve, “por seus escritos, disseminar algumas luzes sobre a maneira de conservar a saúde e tratar as moléstias; combater os preconceitos e criar instituições que afiancem o melhoramento do estado sanitário em geral” (*Idem*, p.60).

Difundia-se assim um padrão a ser adotado pelos médicos. A *Revista Médica Fluminense* tomava-o como régua para avaliar o médico ideal. Um artigo não assinado informa que o dr. Luiz Czerniewicz – trata-se de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz (1812-1881) – acabara de “dar à impressão o *Formulário Brasileiro, ou Guia pratica no exercício da medicina e da cirurgia*”. Publicação relevante, pois, os títulos do gênero que haviam sido publicados até então eram “mais ou menos incompletos”. Para o autor do artigo, que leu “alguns pedaços” do manuscrito: “a medicina brasileira, ganhando muito com esta publicação, ansiosamente espera que ela apareça à luz” (**Revista Médica Fluminense**, N.5, Ano 6, agosto, 1840, p.42). A leitura das partes não impedia a “melhor opinião do todo”. Czerniewicz gozava de boa reputação e os “muitos conhecimentos práticos que possuía” eram tomados com entusiasmo: “não dão toda a esperança que cabalmente preencherá a tarefa a que se propôs”. Parecia haver uma explicação para tal admiração. O médico polonês radicado adequava-se ao perfil do médico moderno. Ele

“se tem relacionado com muitos dos nossos mais hábeis práticos para obter os melhores documentos, tem consultado muitas obras novas, muitos escritos periódicos, publicados nestes últimos tempos na França, Inglaterra e Alemanha, a fim de pôr seu trabalho ao nível da ciência” (**Revista Médica Fluminense**, N.5, Ano 6, agosto, 1840, p.42).

Entretanto, esse novo perfil que mesclava prática, pesquisa, escrita e publicação, não era regra entre os médicos do Brasil. Ainda que houvesse uma incipiente produção nacional, como sugere o *Diário da Saúde* em 1835 – “a mocidade que se forma nas

escolas do Rio e Janeiro e Bahia, conheceria além das obras estrangeiras que lhe são familiares, as dos médicos brasileiros que tem honrado a pátria por seus trabalhos científicos” (**Diário de Saúde**, Vol. I, N.10, junho de 1835, p.78) –, o caminho ainda estava por ser feito. Caminho árduo, que, não raro, apresentava resistências à consolidação do hábito de escrever entre os médicos.

Na sessão geral da Academia Imperial de Medicina, realizada em 20 de agosto de 1840, o dr. Francisco de Paula Cândido, então presidente da instituição⁸⁷, “propõe que a mesa fique encarregada de redigir um artigo para cada número do jornal”. A ideia visava incrementar a publicação de responsabilidade da própria instituição. Submetida à votação, “esta proposta não é aprovada” (**Revista Médica Fluminense**, N.09, Ano 6, dezembro de 1840, p.378). Passados três anos, a situação não sofreria modificação significativa, como podemos notar na queixa do redator⁸⁸:

“todos os nossos leitores sabem que desde o começo de nossa redação nos temos achado só, sem auxílio algum mais do que o do nosso bom colega e amigo o Sr. José Manoel do Rosário, que voluntariamente tomara sobre si o trabalho de nos ajudar com suas ótimas traduções, ficando por isso incumbida a ele a parte deste jornal que diz respeito à *revista estrangeira*, e que portanto muito contingente deveria ser esta publicação, sujeita como ficou a todos os obstáculos, que frequentemente se levantam diante de um só [...];[Estou] firmemente convencido de que muito poderia utilizar este jornal da aquisição de uma outra pena, que ajudando-nos, o tornasse não só variável como mais interessante à ciência, tivemos o prazer de encontrar na dedicação à ciência e amabilidade do Sr. Dr. Candido Borges Monteiro, essa pena de que carecíamos; e esperamos que esse nosso colega, tão hábil e estudioso como é, torne este jornal com seus instrutivos e belos artigos, não só de cirurgia (seu ramo especial) como de toda a ciência verdadeiramente importante, e de variado interesse. Apressamo-nos a dar ao público esta satisfatória notícia, pois certos estamos de que não baldaremos desta vez nossos esforços, e não serão iludidas nossas esperanças” (**Revista Médica Brasileira**, n.01, v.03 maio de 1843, p.47, grifos no original).

O longo trecho traz algumas informações significativas. A primeira nos dá conta da centralidade que ocupa a figura do redator que sugere ser um dos poucos responsáveis pelo conteúdo: “nos temos achados só”. Um lamento atenuado pela companhia de José Manoel do Rosário que, versado em línguas, era responsável pelas

⁸⁷ O médico foi “presidente desta associação por três ocasiões, sendo a primeira no 1º e 2º trimestre do ano de 1834, a segunda no período de 1840 a 1842 e a terceira de 1852 a 1859”. Cf. verbete “Francisco de Paula Cândido” no *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*, disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/canfranpa.htm>.

⁸⁸ O artigo tem a assinatura “Do Redator” e não especifica nome. Sabermos que, segundo o *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*, no período de 1841 a 1843, a publicação teve os seguintes redatores: Emílio Joaquim da Silva Maia, José Pereira Rego, José Miguel Pereira Cardoso, Cláudio Luiz da Costa, José Pedro de Oliveira e José Manoel do Rosário.

traduções, a maior parte a partir do francês. Por fim, um terceiro nome aparece Candido Borges Monteiro (1812-1872), que cede sua pena para colaborar com a redação de artigos originais⁸⁹.

Ainda sobre a função de redator, notamos que ela representava a responsabilidade da autoria de quase todo o conteúdo do periódico. Embora a editoria de um periódico médico denotasse prestígio – “os primeiros médicos da Europa, e América do Norte, são na época atual redatores de jornais de medicina”⁹⁰, escrevera Sigaud em 1827, ele próprio, editor da primeira publicação da área, *O Propagador das Ciências Médicas*, em 1827 –, não surpreende o fato de não ser um cargo dos mais ambicionados, como sugere esse curioso episódio ocorrido na *Revista Médica Fluminense*, em 1836.

“O Sr. Dr. Meirelles, como redator do jornal da Academia declarou estar a findar-se o seu tempo, e que por impedimentos que tinha não podia continuar na redação do mesmo além do dito tempo e pediu que se nomeasse novo redator. Procedendo-se a nova nomeação saiu eleito redator o Sr. Dr. Jobim, com 18 votos [...]. O Sr. Dr. Jobim pediu dispensa do cargo de redator alegando vários impedimentos. A Academia persistiu na sua nomeação” (**Revista Médica Fluminense**, Vol. II, N.1, abril 1836, p.48).

O episódio do ‘jogo de empurra’, que ilustra a dificuldade em conseguir editores para o periódico médico, não pode ser confundida com desinteresse dos médicos por toda e qualquer escrita. Em discurso na sessão pública da Academia Imperial de Medicina do dia 30 de junho de 1835, Joaquim Candido Soares de Meirelles se queixava que,

“Nem por amor à ciência, nem por patriotismo, nem por imitação, nem mesmo por impostura, a maior parte dos facultativos do Brasil se prestam à animar a única publicação dedicada à ciência e à humanidade; posto que não será difícil provar que essa maior parte sustenta, pelo menos, uma publicação política!” (**Revista Médica Fluminense**, N.1, Vol.II, abril de 1836).

⁸⁹ Segundo o *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*, Borges Monteiro, “iniciou as primeiras letras na escola do prof. Campos, localizada no Beco do Cotovelo, próximo à Ladeira do Castelo, na cidade do Rio de Janeiro. Matriculou-se posteriormente no curso médico da Academia Médico Cirúrgica do Rio de Janeiro no ano de 1827, tendo se formado em 1832. Doutorou-se na mesma instituição, então denominada Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1834”, disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/montcanbor.htm>. As relações do médico incluíam literatos como Gonçalves de Magalhães. Em sua primeira viagem à Paris, ocorrida em 1833, o futuro fundador da revista *Niterói*, escrevia uma “Carta ao Meu Amigo Dr. Cândido Borges Monteiro”. O poeta “relata, ora em prosa, ora em verso, mas sempre em tom jocoso, uma viagem marítima do Rio de Janeiro a Paris” (SÜSSEKIND, 1996, p.102).

⁹⁰ A frase consta no artigo *Resposta ao Sr. J. M. Bomtempo – por J. F. Sigaud. O Propagador das Ciências Médicas*, Ano I, Tomo I, 1827, p.226. O mesmo número traz na sessão “Correspondência”, a carta do jornalista e cirurgião Francisco José Alypio, que envia “mil parabéns” ao redator (*idem*, p.222).

Para o presidente da Academia Imperial de Medicina, “amor à ciência”, “patriotismo”, “imitação”, “impostura”, estariam entre as musas aceitáveis para inspirar a pena dos médicos. Entretanto, uma musa indesejável insistia em seduzir a juventude médica brasileira: a política! Isso infringia aos já citados preceitos do dr. Huterland, que defendia o seguinte:

“Não deve o médico pertencer a um partido exclusivo, mas sim a todos indistintamente. Seu princípio é a *popularidade*; a liberdade no pensar e na conduta política são as suas mais belas prerrogativas. Preserve-se ele de abraçar este ou aquele partido, e de entrar em relações a que eles obrigam. Considere sumamente feliz, conquanto lhes outorga sua profissão, que lhe prescreve o dever de não prestar a menor atenção dos partidos, nem à conduta exterior dos homens, para não considerar senão ao homem” (**Revista Médica Fluminense**, N.2, Ano 5, abril 1839, p59-60).

Assim como Meirelles, outros defendiam a noção de que ao médico havia escritas convenientes e inconvenientes. Vamos ver como elas eram concebidas e apresentadas nos periódicos especializados.

3.2. O que escrever (e como escrever) nos periódicos médicos

“As agremiações ou academias, inspiradas nas existentes em Lisboa, por estas moldaram os seus estatutos. Sob o patrocínio dos Vice-Reis, sediadas na Bahia e no Rio de Janeiro, congregaram os homens da cultura, os sacerdotes, os magistrados, os bacharéis em leis, os funcionários graduados da Coroa, os oficiais superiores das tropas, alguns senhores de engenho letrados e um ou outro físico e cirurgião. Estes raros profissionais da Medicina inscreveram-se como sócios apagados e estéreis naqueles verdadeiros torneios de poesia dedicada aos soberanos, aos príncipes e aos ministros. Não sabiam versejar e nada produziam. Porque a floração literária dos acadêmicos foi essencialmente poética, manifestando-se quase que somente em poemas, odes e elegias. Mas uma sociedade houve, no Rio de Janeiro, denominada ‘Científica’, cuja atividade se inclinou para as ciências naturais. Formada, em sua maioria, por físicos cirurgiões e boticários, pode ela ser apontada como a primeira do gênero” (SANTOS FILHO, 1991, p.357).

Publicado em 1947, o livro *Pequena história da medicina brasileira*, de Lycurgo dos Santos Filho percorre mais de quatro séculos de história dos saberes e práticas médicas e reúne desde as práticas indígenas registradas pelos primeiros colonizadores até a *medicina experimental* e laboratorial que avançava no Brasil no início do século XX. No capítulo em que aborda as origens da medicina em sua dimensão institucionalizada pelas agremiações e academias, ocorrida durante o século XVIII, o autor aponta para uma espécie de cisão semântica. Dessa forma, antes das academias, a produção de conhecimento médico fazia parte dos “torneios de poesia dedicada aos

soberanos”. Eram eventos que representavam nada mais que frívolas manifestações de erudição e pompa literária e verbal. A renovação se daria somente com os acadêmicos que “não sabiam versejar”, mas que cumpririam papel determinante no desenvolvimento conceitual e no fortalecimento da prática científica no Brasil.

Um exemplo dessa mudança seria a Academia Brasílica dos Renascidos. Fundada na Bahia em maio de 1759, ela tinha “dentre os sócios efetivos [...] apenas dois médicos”. Em sua efêmera existência – a última sessão realizou-se a 10 de novembro de 1759 –, “não foi pequena a atividade literária” onde predominavam os “rasgados elogios ao monarca luso, [...] em versos heroicos, [...] versos líricos” etc. (*Idem*, p.365-366). Entre os membros, havia somente “dois esculápios, [que,] pelo que se sabe, não emprestaram colaboração alguma à sociedade”. Um deles, José Felix Morais, chegou a ser vergonhosamente expulso: “um acadêmico inútil”, disse o diretor em solenidade de expulsão (*Idem*, p.362). Não saber versejar tinha seus riscos.

Outro exemplo é a Academia Científica do Rio de Janeiro – fundada em 1771 e extinta em 1779. Considerada a “primeira de cunho científico, no país, e a primeira a dedicar-se a estudos e pesquisas de ciências naturais”, definia em seus estatutos que “as discussões deveriam revestir-se de correção, ‘sem crises ou insinuações odiosas contra os que não assentirem às suas opiniões’; nos trabalhos escritos, exigia-se clareza de estilo” (*Idem*, p.364)

Publicada em versão traduzida na *Revista Médica Fluminense*, o *Essai général d’éducation physique, morale et intellectuelle*⁹¹, de autoria do célebre político francês Marc-Antoine Jullien (1775-1848), oferece uma abrangente definição do ofício médico:

“todos os conhecimentos, as ciências naturais, as ciências físicas e matemáticas, as artes mecânicas, as belas letras, o estudo das línguas e da história, a eloquência, a lógica, a arte de escrever; todas as virtudes, e todas as qualidades morais, a probidade, o desinteresse, a discricção, a firmeza, a doçura, a paciência, a humanidade, a bondade, a coragem, o heroísmo, formam, por assim dizer, um feixe que vem se ligar à honrosa profissão” (**Revista Médica Fluminense**, Vol.II, N.01, abril, 1836, p.248)

Ao que nos interessa, entre as “virtudes” de um médico, aparece a “arte de escrever”. Esta, somada às “qualidades morais” que vão da “doçura” ao “heroísmo”

⁹¹ Publicado em 1835, o livro se divide em cinco sessões. A parte traduzida na *Revista Médica Fluminense* compõe a segunda dessas sessões, destinada à proposição de uma educação moral. O conhecimento médico seria, então, de grande importância, uma vez que, para Jullien, a arte de conservar a saúde era parte constitutiva do seu projeto educacional. Cf. Jullien (1935).

ajudaria a formar a honra profissional do médico. O destaque à arte de escrever também aparece em uma *notícia biográfica* elogiosa, publicada em 1841 na *Revista Médica Brasileira*, sobre o cirurgião e biógrafo francês Vidal de Cassis (1803-1856) e sua *hábil pena*:

“a biografia dos homens de mérito é sempre interessante, particularmente quando apresentada por uma hábil pena, e julgamos que nossos leitores acharão que o Sr. Vidal de Cassis tem preenchido o seu propósito do modo o mais completo, e portanto passamos a apresentar o seu escrito sobre a vida de Velpeau” (**Revista Médica Brasileira**, N.01, Maio, 1841, p.55)

Esse seria o perfil desejado para o médico brasileiro, conforme afirma de forma mais explícita o Dr. C. Monteiro, em discurso feito na Faculdade de Medicina, no dia da abertura do seu curso de medicina operatória e aparelhos:

“Este belo trabalho com que o Sr. Dr. Borges abriu seu curso, cheio de belezas verdadeiramente poéticas, escrito em estilo sublime, é digno de toda a atenção [...] Bem sentimos, que o estilo com que discorreu o nosso colega, brilhante, desempeçado, é mais de poeta que de médico; porém não vemos nisso uma falta, e pelo contrário muito o aplaudimos; pois provou ele assim, que não se opõe ao seco e fatigante estudo da medicina, a cultura das belas letras, e que um estilo fogoso e solto bem quadra a assuntos tais” (**Revista Médica Brasileira**, Ano II, N.01, maio, 1841, p.46)

Curioso destacar a aparente inescapável imposição da beleza como critério de aferição de qualidade da escrita médica. Mesmo anomalias e malformações monstruosas poderiam ser apresentadas de um estilo *belo* como demonstra a memória do dr. Joly de Bruxelles, traduzida e comentada por José Maurício Nunes Garcia. Segundo Garcia, a memória “versa sobre a exposição de um dos mais belos fatos teratológicos que [...] se conhece entre as anomalias do aparelho genito-urinário” (**Revista Médica Brasileira**, N.11, Ano II, janeiro, 1843, p.28).

Havia, porém, questionamentos acerca dos eventuais excessos de ornamentos na escrita. Recursos estes que, para alguns críticos, deixariam a leitura enfadonha e cansativa, conforme explica Joseph Capuron, em artigo sobre a obra de Élie Gintrac (1791-1877), traduzido n’*O Propagador das Sciencias Medicas*:

“Merece principalmente muitos louvores, ao menos segundo a nossa opinião, por ter redigido esse imenso objeto em menos de 200 páginas. Quanto difere nisto a maior parte dos modernos fabricantes de brochuras, cuja pena estéril e fastidiosa, se apraz tanto em iludir e em fazer espumar as matérias, às vezes tão pouco interessantes! O leitor severo depois de ter assoprado a espuma, quase de nada encontra, não são mais do que frases e períodos, que até nem sempre são corretos. A tais escritores, só aconselhamos que leiam a memória do Doutor Gintrac, aonde aprenderão a corrigir-se, a resumir o estilo e a dizer muito em

poucas palavras”. (**O Propagador das Ciências Médicas**, Ano I, Tomo quarto, N.X, 1828, p.67-68).

Os excessos retóricos dos modernos *fabricantes de brochuras* pareciam não contar com a simpatia da audiência. Todo um palavrório resumido em *espuma* que não resistiria ao sopro de um *leitor severo*. A elegância estaria no comedimento, conforme registrado na solenidade de inauguração do busto de João Álvares Carneiro, na Academia Imperial de Medicina.

“Seguiu-se então a leitura do elogio histórico de João Álvares Carneiro, pelo Sr. Dr. Luiz Francisco Ferreira. Esta peça, cuja leitura durou uma hora e quarto é uma exposição minuciosa da vida do falecido [...]. Esta gratidão não nos impede de censurarmos no seu escrito certas ideias minimamente poéticas e demasiadamente apuradas, que só teriam sido toleráveis se apresentadas de passagem” (**Revista Médica Fluminense**, n.1, v.4, abril de 1838, p.263).

Páginas adiante, o artigo ratifica o que considerava ser o lugar da poesia e deixa claro que as reprimendas a ela seriam tão somente por uso excessivo. Esse juízo ficaria claro, no final da solenidade, quando De Simoni tomou a palavra e “recitou um soneto em língua nacional e três epigramas diferentes, um em latim, outro em italiano e outro em francês” (*Idem*, p.267). O discurso do médico italiano não obteve crítica do periódico. Ao que tudo indica, De Simoni dominava o estilo necessário a essas ocasiões. Homem de grande erudição, sua obra literária era “composta de peças de teatro, óperas, poemas líricos e livros de história do Brasil, foi muito mais extensa do que os trabalhos médicos” (BLAKE, 1970, p.473, *apud* FERREIRA, 1996, p.73). Além disso, sua residência “foi um dos mais concorridos ‘salões’ de encontro literário do Rio de Janeiro” (CENNI, 1975, p.45, *apud* FERREIRA, *op. cit.*, p.73).

Ao estilo poético, somava-se a relevância das traduções na composição do conjunto dos artigos publicados nos periódicos médicos. Como sabemos o francês era a língua comum da elite letrada da época, incluindo-se, conseqüentemente, os médicos. Não raro, não dominar o idioma era visto com ressalvas e, eventualmente, servia como matéria de severas críticas, como na polêmica que se deu entre o editor da *Revista Médica Fluminense* e Frederico Doellinger. Nas palavras do editor, o médico alemão era um “impostor” que pretendia atuar na corte “não sabendo falar o português, e nem a língua comum (a francesa)” (**Revista Médica Fluminense**, N.12, março, 1836, p.36).

Entretanto, havia também certa condescendência com os que não dominavam a “língua comum”. A tradução do *Codex: o emprego dos medicamentos novos e noções*

sobre a arte de formular (1834), de Henri Milne-Edwards e Pierre-Henri-Louis-Dominique Vavasseur, podia ser subscrita em várias tipografias e boticas da corte e de Niterói. Segundo anunciava a *Revista Médica Fluminense*, a publicação

“parece-nos hoje de absoluta necessidade, para aqueles que nenhum conhecimento tiverem da língua francesa; de muita vantagem para os que só possuírem algumas noções, e até mesmo, para quem souber a fundo, não deixará de ser útil, poupando-lhes o trabalho e tempo precioso de recorrer a dicionários etc., afim de saber ou certificar-se dos nomes correspondentes de muitas plantas etc, que não é possível terem sempre presente ao espírito, ainda as pessoas mais esclarecidas na matéria” (**Revista Médica Fluminense**, N.10, janeiro de 1836, p.436).

Se por um lado, era difundida a ideia de que o domínio do francês era algo esperado de um médico, por outro, uma visão de utilidade das traduções crescia em relevância. Ao dispor das traduções, a prática médica tendia a ganhar em dinamismo e eficiência. Isso talvez explique o fato de que nas sessões da Academia Imperial de Medicina fosse permitido ao médico estrangeiro que fizesse sua comunicação oral em idioma estrangeiro, com a condição de que posteriormente fosse realizada a tradução por escrito. Temos o exemplo do médico francês Jean Baptiste Alban Imbert⁹² que na sessão de 29 de março de 1836 “leu uma memória escrita em francês, cujo título é – *Quelques reflexions sur la sensibilité* – o Sr. José Bento foi encarregado de a traduzir para ser publicada no Jornal” (**Revista Médica Fluminense**, n.1, v.2, abril de 1836, p.82). O mesmo médico, dessa vez na sessão de 1º de abril de 1836, “pediu licença para ler uma observação clínica, que ele escrevera em francês, e que ainda não estava traduzida. Consultada a sessão pelo Sr. Presidente [o dr. Jobim presidia a sessão], decidiu-se que podia ler” (*Idem*, p.121).

Exemplos como o do dr. Imbert nos ajudam a perceber o quanto as traduções cumpriram um papel importante na consolidação dos periódicos brasileiros, assim como

⁹² Radicado na Corte desde o ano de 1831, “Imbert foi o primeiro médico estrangeiro a revalidar seu diploma na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1834. Natural de Montpellier, oriundo de uma família de médicos, formou-se nesta mesma cidade e foi cirurgião da marinha francesa. Foi um dos mais antigos membros da Academia Imperial de Medicina, para a qual candidatou-se com memória escrita em francês: *Aperçu sur la lithotritie*. Em 15 de outubro de 1835, foi eleito Membro Titular. Exerceu medicina no Rio de Janeiro até 1843. Suas principais obras foram o Manual do Fazendeiro (1ª edição de 1834), que teve duas edições, e o Guia Médico das Mães de Família, de 1843, além de Ensaio Higiênico Sobre o Clima do Rio de Janeiro, de 1837” (GUIMARÃES, 2003, o texto disponível na internet não é paginado. Na versão em PDF a citação é encontrada na página 43). Para uma breve biografia, cf. verbete “Jean-Baptiste Alban Imbert (João Baptista Albano Imbert)”, disponível em http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=1756&descricao=Jo%C3%A3o+Baptista+Albano+Imbert.

observamos no já citado desabafo do redator da *Revista Médica Brasileira* em 1843. Dentre os poucos pares que lhe prestavam auxílio estava “nosso bom colega e amigo o Sr. José Manoel do Rosário, que voluntariamente tomara sobre si o trabalho de nos ajudar com suas ótimas traduções” (**Revista Médica Brasileira**, n.1, Ano III, maio de 1843, p.47).

Até agora vimos que o conteúdo publicado pelos periódicos especializados sugeria aos médicos e estudantes perseguirem ideais de postura como: “a probidade, o desinteresse, a discrição, a firmeza, a doçura, a paciência, a humanidade, a bondade, a coragem, o heroísmo” (**Revista Médica Fluminense**, n.1, v.2, abril de 1836, p.248). Esse médico-herói deveria traduzir suas virtudes na escrita e, ao empunhar sua pena, ser como Velpeau que, “desejou ter as suas opiniões inseridas nos jornais de medicina, e conseguiu seu intento, nunca atacou pessoa alguma” (**Revista Médica Brasileira**, n.1, maio de 1841, p.55). Magnânimo, este seria o perfil merecedor de empunhar a espada e envergar o fardão *vert-russe*, ornado com bordadura violeta, conforme exigência cerimonial da vetusta Academia Médica de Paris (**Diário de Saúde**, n.32, vol.01, 21 de novembro de 1835, p.3).

Para um estudante brasileiro, sonhar com algo minimamente parecido a esse sucesso triunfal exigiria determinados rigores. Disciplinado e cumpridor das regras, ele deveria respeitar o regulamento da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro onde, por exemplo, não era permitido entrar “com bengala ou arma de qualquer natureza, nem conservar o chapéu na cabeça dentro dos hospitais de clínica” (**Diário de Saúde**, v.1, n.5, 16 de maio de 1835, p.4). Normas e posturas que tinham inspiração nas escolas francesas, como recorda um ex-aluno de Guillaume Dupuytren (1777-1835): “um estudante não podia ficar coberto em sua presença, sem correr o risco de uma repreensão pública, de uma afronta: ‘Tirai o chapéu, senhor! ...olhai! Estou eu coberto!’” (“Retrato pitoresco de Dupuytren, pelo doutor Isidoro Bourdon”, **Diário de Saúde**, v.1, n.17, 08 de agosto de 1835).

Considerado um dos mais renomados médicos de sua época, Dupuytren foi cirurgião chefe do Hôtel-Dieu, professor da Faculdade de Medicina de Paris e cirurgião da família real de Luis XVIII (GOLDWIN, 1969). Dono de uma admirável destreza e senso de improvisação, suas aulas eram disputadas. Pequenos deslizes, porém, eram

tratados com extremo rigor: um atraso significava “expulsão irrevogável” (CAIX, 1984, p.159-160). Figura contraditória, seus detratores (dentre os quais alguns alunos) o chamavam de “o primeiro entre os cirurgiões e o último entre os homens”, “o bandido do Sena”, “a besta do Hôtel-Dieu”; defensores, por seu turno, consideravam-no “o Napoleão da cirurgia” (KÖRTING *et. al.*, 2007, p.2). Balzac optou por um meio termo. O “rabugento” Dr. Desplein, personagem presente em várias histórias da *Comédia Humana*, tem como modelo o célebre cirurgião (HAAN, 2013, p.230). Publicado em 1836, o conto *A missa do ateu* (1836) traz o seguinte trecho no qual descreve o personagem:

“em Desplein, como a glória e a ciência fossem inatacáveis, seus inimigos atacavam seu temperamento singular, seu caráter, embora possuísse apenas essa qualidade que os ingleses denominam *exentricity*. [...] Ora brusco, ora bondoso, aparentemente ríspido e avarento, [...] nenhum homem inspirou maior número de julgamentos contraditórios” (BALZAC, 2012, p.304).

Na construção do perfil médico ideal e da prática virtuosa, a escrita médica utilizou de outras linguagens e metáforas, como, por exemplo, a teatral. Em discurso sobre a morte de João Álvares Carneiro, realizado em 19 de dezembro de 1838 na Academia Imperial de Medicina, o dr. Luiz Francisco Ferreira destacava a atuação do “ilustre consócio” no Hospital da Misericórdia: “foi este hospital o grande teatro em que ele desenvolveu seu gênio, atilou sua curiosidade, cultivou suas ideias” (**Revista Médica Fluminense**, N.1, Vol.IV, abril de 1838, p.380). O elogio destaca a “natural sensibilidade” do médico apelidado “Cirurgião da pobreza”, por sua “honrosa missão” naquele hospital “puramente consagrado à classe pobre, [...] mísero teatro onde se apresentam as mais lúgubres cenas”. Por fim, Luiz Francisco Ferreira destaca ter sido na corte que a trajetória abnegada encontrou sua “maior apoteose” e, dirigindo-se à audiência, concluía: “Rio de Janeiro, pátria adorada! Tu foste o teatro de suas virtudes e prodígios da arte, apregoa estas verdades” (*Idem*, p.388). O uso recorrente do teatro como metáfora nas letras do dr. Ferreira nos permite entrever o quanto a influência de um vocabulário dramaturgicista estava presente na retórica médica. Vamos a outros exemplos.

No mesmo número da *Revista Médica Fluminense* em que temos o discurso do dr. Ferreira, encontramos a “Questão gramatical sobre a diferença que há entre as palavras Boticário e Farmacêutico”. Trata-se de uma correspondência anônima originalmente publicada no *Bulletin de Pharmacia de Paris*, em 1812. O texto traduzido

é uma resposta dada a “um jovem farmacêutico de Saintes” interessado em melhor compreender a diferença “entre as palavras *boticário* e *farmacêutico*”. A explicação destaca que, embora na “acepção geral”, os termos sejam tratados como sinônimos haveria, etimologicamente, uma significativa distinção: o termo *boticário* significa genericamente “caixa ou loja”, já a palavra *farmacêutico* teria “uma etimologia especial médica” (**Revista Médica Fluminense**, n.1, v.4, abril de 1838, p.110). Além da explicação etimológica, a resposta contém o seguinte trecho:

“no tempo de Molière, havia boticários lojistas de que zombou com alguma razão; havia também farmacêuticos à custa dos quais não se riu. Não devem ser censurados os farmacêuticos modernos de procurarem sacudir o ridículo lançado [sic] sobre seus antigos colegas” (*Idem*, p.111).

Percebemos que, além da distinção etimológica que torna o termo *farmacêutico* “preferível”, o texto sugere o escárnio como forma não censurável de estabelecer uma conveniente distinção dos *boticários*. Fica estabelecida também uma hierarquia entre farmacêutico e boticário. Àquele, “homem iluminado”, dedicado à “uma profissão liberal, útil e nobre, que supõe conhecimentos superiores aos da rotina mercantil”, seria franqueado o direito “sacudir o ridículo” dos antigos e simplórios donos de botica. Por fim, a própria alusão à Molière, notabilizado por expor ao ridículo os vícios e desvios da corte de Luis XIV, sugere que não havia estranhamento ao mobilizar um léxico teatral para elaborar argumentações médicas.

Nesse sentido, podemos destacar a função do ridículo e da referência à comicidade em alguns dos artigos encontrados nas revistas médicas. Ao analisar os procedimentos de criação literária do riso teatral, Gonzalez-Vázquez indica que o “ridículo” é, antes de tudo, uma técnica dramaturgica concebida para alcançar mais rapidamente o espectador. Com efeito, mobilizar o ridículo é mobilizar “todo tipo de chistes, exagerações, bromas e extravagâncias passíveis de inclusão na categoria do ‘risível’” (GONZALEZ-VÁZQUEZ: 2002, p.85). Com a mesma origem semântica – *ridere* – de *risível*, o termo *ridículo* é mobilizado nos periódicos para refutar o que era percebido como não pertinente ao saber médico.

Claro está que tal estratégia não era terra pacificada entre os médicos, tão pouco havia uma padronização na forma de escrever. Havia antes, uma multiplicidade de referências a disposição do médico. Em artigo já citado, o dr. Hufeland defendia que;

“um gênio mordaz e satírico é uma qualidade perniciosa para o médico. A inclinação para a sátira é incompatível com as atribuições e a ninguém causa maior prejuízo do que a si próprio; porque os doentes forçados a se lhe mostrarem em reserva, a revelar-lhe segredos e fraquezas que outra qualquer pessoa deve ignorar, estimarão sempre confiar-se de um homem circunspecto, e não de um gênio mofador. Por um simples gracejo adquire-se inimigos irreconciliáveis; e os homens perdoam mais facilmente uma verdadeira ofensa do que uma zombaria” (**Revista Médica Fluminense**, N.2, Ano 5, abril 1839, p59-60)

Um exemplo que se afasta das advertências de Hufeland aparece no primeiro número d’*O Propagador das Ciências Medicas*, publicado em 1827, em trecho escrito por Sigaud:

“Depois que só palavras já não satisfazem em medicina, e que o espírito de crítica submete tudo à uma discussão severa, uma linguagem, como a sua, tem perdido todo o valor, e este gênero de lógica só figura bem na boca de personagens ridículas de M. Purgon, ou de Thomas Diaoirus (*Comédias de Molière*)”. (*O Propagador das Ciências Medicas*, 1º Ano, Tomo I, N.I, 1827, p.276)

A dura crítica era dirigida ao dr. José Maria Bomtempo que, assim como Sigaud, acompanhou a enfermidade do brigadeiro Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho. Coutinho era homem importante, presidente da câmara dos deputados e figura próxima do imperador. Sua morte motivou a troca de cartas abertas entre os médicos nas quais um responsabilizava o outro pelo agravamento da doença fatal. A polêmica avançava em termos duros e indicava a desgraça ao derrotado, como nas palavras de Sigaud: “nada de objeções ridículas, entremos na área, apressemo-nos a combater e a fazer conhecer qual de nós deve ser taxado na opinião pública como ignorante e como caluniador” (*Idem*, p.287).

Mais de uma década depois, em 1841, o ridículo é mais uma vez mobilizado. Dessa vez, entretanto, serve para encorajar o combate aos impostores médicos. Em artigo traduzido da *Revue Medicale Française et Étrangère* por José Manoel do Rosário, encontramos o dr. Renouard defendendo a tese de que o charlatanismo em medicina deveria ser combatido “com as armas da razão e do ridículo” (**Revista Médica Fluminense**, n.10, v.4, janeiro de 1841, p.440). No mesmo ano, na *Revista Médica Brasileira*, o dr. J. Feital afirmava o seguinte:

“A moda e o espírito de novidade tem em todos os tempos estendido seu domínio à medicina. [...] Sirva de exemplo os purgantes tão facetamente ridicularizados por Molière, a hematomania tão bem personificada por Le Sage no seu Dr. Sangrado, [...] e outros que tanto estrondo fizeram na ciência, cuja

aura passou, e que entretanto curavam tudo!” (**Revista Médica Brasileira**, N.08, dezembro, 1841, p.462).

Na citação o dr. Feital se refere à obra de dois autores de teatro, Molière e Alain-René Le Sage, para indicar o quanto as modas contrariavam o rigor científico e a serenidade que se espera da prática médica. Cabe notar que as traduções das peças de Molière predominavam nos teatros da corte na primeira metade do século XIX, conforme nos indica, em 1866, um nostálgico Machado de Assis: “há uns bons trinta anos o *Misanthropo* e o *Tartufo* faziam as delícias da sociedade fluminense; hoje seria difícil resuscitar as duas imortais comédias” (MACHADO DE ASSIS: 1955, p.187). Machado tinha razão e, ainda que no mesmo período viesse à luz a exitosa obra de Martins Pena – ele mesmo apelidado por alguns críticos de ‘Molière do Brasil’ –, Molière desfrutava o *status* de referência primeira. Como afirma Costa, “a dramaturgia traduzida no século XIX ocupava uma posição central em relação à dramaturgia nacional” (COSTA: 2010, p.105). Não é difícil imaginar que os médicos tivessem contato com essa produção e que tirassem dela subsídio para seus artigos.

3.3. A medicina nos pasquins

No que se refere ao comportamento literário esperado dos médicos e estudantes, um dos principais itens identificados nas revistas era o de manter-se afastado da política. Em discurso que comemorava a criação da *Revista Médica Fluminense* e convocava os facultativos para nela publicarem, Joaquim Meirelles defendia “banir todas as discussões políticas” daquelas páginas (**Revista Médica Fluminense**, n.1, v.2, abril de 1836, p.258). Ele considerava que, para escrever em um periódico médico, era necessário apresentar as “qualidades socialmente úteis da ciência, em contraponto às forças desagregadoras da política” (FERREIRA, 1996, p.111). Passados três anos, a mesma publicação anunciava as vantagens da opção pelo distanciamento do *frenesi da política*: “aproveitando o tédio que o público começa a demonstrar pela leitura de folhas políticas vamos chamando a sua atenção pra objetos de interesse real e permanente para a humanidade” (**Revista Médica Fluminense**, n.1, Ano V, abril de 1839, p.08).

Entretanto, a dedicação aos interesses permanentes da humanidade parecia não ser suficiente para afastar os estudantes da política. Dessa forma, foram propostas sanções disciplinares na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para “o estudante que

ofender ou maltratar os seus companheiros, o que for autor de manuscritos ou impressos insultantes, ou contribuir para a sua redação”. Caberia ao diretor o castigo “com as penas que estão na sua alçada” (**Diário de Saúde**, v.1, n.5, 16 de maio de 1835, p.5). Tal regulamento se alinhava à legislação vigente:

“Que sendo garantido pelo artigo 179 § 4º da Constituição do Império a todos os cidadãos o grande direito de emitir pela imprensa os seus pensamentos, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos, e pela forma da lei determinar e não conhecendo a lei de 20 de setembro de 1830, outro tribunal para julgar desses abusos, se não o júri, parece abaixo assinados, que a faculdade tem, quando, no artigo 3º do seu regulamento, faz responsáveis perante si todos os estudantes que publicarem, ou colaborarem na redação de impresso insultantes” (*Idem*, p.6)

Esse esforço não se apoiava em mera hipótese ou suposições vagas. Como vimos no primeiro capítulo, a política das primeiras décadas do século XIX foi acompanhada por um grande desenvolvimento nos número e variedade dos impressos. Os cursos de direito e medicina criados a partir do ano de 1820 não ficaram imunes a esta influência. Para o corpo dirigente dessas instituições, seus membros deveriam se manter afastados da conturbada arena política. Concentrando-se nos estudos médicos, poderiam colaborar com os periódicos como leitores, autores de artigos e até mesmo redatores. Havia, porém, impressos que se destinavam a expressar as paixões políticas do momento: eram os pasquins (SODRÉ, *op. cit.*, p.124).

Diferente da gravidade das revistas médicas, os pasquins proporcionavam leveza e informalidade para as penas ávidas em agir na arena política. Pasquins satíricos como *O Hospital Fluminense* (1833), *O Médico dos Malucos* (1831) e *O Enfermeiro dos Doidos* (1831)⁹³ – os dois últimos serão analisados no quarto capítulo dessa tese – fazem troça ao trazer em suas páginas textos que se estruturam tal como fossem entrevistas entre médicos e pacientes. Os três títulos recorrem ao anonimato, o que nos impede de afirmar se o autor seria ou não um médico ou estudante na Faculdade de Medicina. Entretanto, a temática abordada, repleta de analogias e metáforas médicas, confere aos textos um uso do vocabulário que substitui, pela via da sátira, aquele vinculado à ciência médica em seu esforço em consolidar-se no Brasil na primeira metade do século XIX. Esse retrato deformado da medicina certamente contrariava recomendações como as de Joaquim Meirelles. Vejamos de perto um desses pasquins.

⁹³ Essa documentação está no Arquivo Nacional, na *Série Saúde* IS³23.

Publicado em 1º de abril de 1833, *O Hospital Fluminense* levava às ruas da corte tudo o que a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e os editores dos periódicos médicos não queriam. O periódico se apresentava da seguinte maneira:

“A epidemia política que vai grassando em nossa Pátria convidou-nos a formar este novo estabelecimento, que o recomendamos a atenção dos compradores de papeis, e lhes asseguramos que não perderão o dinheiro, nem o tempo em leram [sic] o que lhes oferecemos; porque os exemplos dos males que os outros experimentam, servem muitas vezes para nos acautelarmos fugindo ao contágio.

Seremos imparciais; e cuidadosos temos escolhido bons Médicos e ótimos remédios. Neste Hospital não haverá meias caridades, e o enfermo mais indigente, ainda que seja surdo, nunca terá motivo para queixar-se da surdez de seus hospitaleiros.

Para todas as classes da Sociedade temos enfermarias reservadas, assim como para as diferentes; e os Snrs. Redatores dos Periódicos desta Corte ficarão logo ao entrar pela porta, para ser-lhes fácil continuarem a dirigir os negócios de sua Majestade Opinião Pública; tarefa em que se acham empenhados. As causas das enfermidades, o receituário e as dietas de todos os enfermos, serão publicadas para conhecimento dos críticos. Os doidos e maníacos não experimentarão aqui a desumanidade de falsos filantrópicos; mas sim um tratamento próprio para melhorar sua sorte; e as gaitices e lembranças célebres que proferirem, serão noticiadas igualmente, para que os homens de juízo se condoam do seu próximo, e tenham a cautela nas suas cabeças. Vale” (**O Hospital Fluminense**, 1º de abril de 1833).

Os redatores não se identificam, podendo ser médicos, estudantes de medicina ou cidadão de qualquer outro perfil e origem. Trata-se de uma publicação anônima e que ficou apenas no primeiro número, efêmera como tantas outras editadas no mesmo período⁹⁴. Chama-nos atenção, contudo, a sátira médica para falar de política. O trecho citado anuncia um “novo estabelecimento” que pretende reagir à “epidemia política que vai grassando em nossa pátria”. Para tanto, os supostos redatores que seriam também diretores do estabelecimento apresentam-se como “imparciais”, e contam com “bons médicos e ótimos remédios”. O foco é voltado “todas as classes da sociedade”, inclusive os “doidos e maníacos”⁹⁵.

Tratamento diferenciado também seria reservado aos “Redatores de Periódicos” que, ao serem asilados estrategicamente “logo ao entrar pela porta”, teriam garantidas suas atividades na direção dos “negócios de sua Majestade Opinião Pública”.

⁹⁴ Uma das principais características desses periódicos é que eles “eram efêmeros: duravam enquanto resistiam as forças políticas de apoio, as polêmicas em questão, o financiamento; enquanto não eram fechados pela violência da censura ou mesmo enquanto os jornalistas responsáveis não mudavam suas opiniões” (SILVA, 2007, p.14).

⁹⁵ Retornaremos a esse ponto no quarto capítulo.

Lembremos que neste momento viviam-se os tempos da regência, dessa forma, um texto que apresenta a *persona* “Majestade” transmigrada para a “Opinião Pública” sugere um viés crítico à Regência. Como visto no primeiro capítulo, os anos regenciais foram um período conturbado no qual os pasquins tiveram uma presença marcante.

O Hospital Fluminense é dividido em cinco sessões, cada uma trazendo o que seria o atendimento a cinco *enfermos*. Cada cena conta com um enfermo, o médico e o enfermeiro. O “*Enfermo N°1*” é um *Poeta* que, após recitar versos que criticavam os “falsos patriotas”, dirige-se ao enfermeiro: “Estou doente, pertenço milagrosamente ao partido da Moderação, nunca fiz versos a ministros de Estado velho, nem de Estado novo, e estou meio diferente com a Opinião Pública da capital, por ser mentirosa e interesseira!”. Dando prosseguimento, pergunta: “E os médicos são imparciais, ou argumentam com os doentes em negócios políticos?”. Ele também denuncia a existência de “médicos, cirurgiões, boticários, padres, desembargadores, escrivães, que declaram guerra a quem não é de sua opinião”. Quando o médico chega, o enfermeiro orienta o poeta: “queixe-se em prosa para anunciar mais à verdade”. Seguindo a determinação, o enfermo descreve seu estado:

“Meu doutor, fui atacado de paixões amorosas, quizílias políticas, e apertos de circunstâncias! Eu me explico: a minha Tirce mandou-me dizer que todos os poetas tinham o coração xoxo; dei o cavaco, e respondi que podia amar aos que tem caroço: estou com dó da logração [sic] em que caíram os mestres *régios* da conservadora; e não acho dinheiro na algibeira há muito tempo porque assentaram os patriotas, que os poetas em tempo de revolução são criados do povo!” (*Idem*, p.2).

O diagnóstico do médico é firme e pleno de proselitismo: “Deixe-se de moderações; o governo é um cagarolas; ponha-se na oposição e amanhã requisitarei uma conferência com o Doutor Cacheu”.

O *Enfermo N°2* apresenta-se como “brasileiro, fiel à Pátria, honrado, pobre, e de mais a mais, casado e com filhos”. Ao que o enfermeiro responde: “meu amigo, tem doenças muito graves!”, pode ir “para a enfermaria dos éticos”. Em seguida, o caso é relatado ao médico:

“Snr. Doutor, tenho estado com o estômago enojado[...]. Esta moléstia é antiga: casei-me para ver se melhorava; porém o meu sogro era Restaurador, sem eu o saber; declarou-me guerra, e não dele senão a filha: o padrinho do casamento é *Caramuru*; e o dono da Venda vizinha e das casas onde moro é *Conservador*, e não quer fiar senão aos do seu partido! Estas aflições unidas à paixão que tenho

de ver um grande número de patrícios meus beijando os ferros em que os querem algemar, arruinaram de todo a minha saúde!” (*Idem*, p.03)

O médico considera que “as miasmas pútridas que exalam dos charcos da intriga têm feito estragos consideráveis”. Confessa, porém, seu despreparo para o caso: “o médico de semana adoeceu, tratarei de sua enfermidade, apesar da minha mediocridade! Ele é virtuoso; toma muito interesse pelos doentes do seu partido”. Ainda assim, prescreve uma *dieta* de “prudência salpreso, constância da miúda, e firmeza bem preparada, porque devagar se vai ao longe” (*Idem*, p.3).

O *Enfermo N°3* é um fidalgo que, indagado pelo enfermeiro – “queira dizer a que nação pertence, e se é redator –, responde: “nasci na Europa [...] e nunca escrevi, e nem ei de escrever para o povo miúdo”. O parecer do médico considera: “V. Exc. precisa mudar de país; quem tem a natureza fidalgada não se dá bem com guisados Americanos!”. E por fim prescreve uma “pequena oração: - *A verdadeira nobreza consiste em servir de esteio à virtude e à moral, e não de encosto ao orgulho dos déspotas...*” (*Idem*, p.3, grifo no original).

O *Enfermo N°4* sofre de taquicardias devido às “misérias do mundo”. Como remédio, o médico receita-lhe “caldos magros”, defumação “com essência de chicana” e “alguns conselhos para que não se fie em caçadores de veados, porque hão de deixá-lo por meio das capoeiras”. O *Enfermo N°5* é o último era apresentado como tendo uma moléstia “célebre”, e protestava com veemência: “protesto, acuso, crimino e recrimino, pela minha parte e de toda a minha ascendência e descendência, havida ou por haver, contra tudo que se fez, faz e há de fazer, que prejudique ou prejudicar possa ao Protestante”. O enfermeiro responde com uma ácida metáfora: “Vede como são as coisas deste mundo! Há pouco tempo ouvias sem dor os gemidos das mansas ovelhas a quem devorastes os filhos; agora sentes o infortúnio dos teus!”. Ao que o enfermo reage mantendo tom inflamado: “Snr. Doutor, o seu enfermeiro é retroativo, queira receitar em termos, se não protesto contra V. S., contra o hospital, enfermeiros, e doentes” (*Idem*, p.4). No final da última página, o texto é interrompido por um “continuar-se-á”. Não há indícios, porém, de um novo número do periódico.

Ainda que em alguns pontos o texto seja opaco à nossa leitura, *O Hospital Fluminense* é repleto de referências nas quais é possível identificar críticas e insinuações políticas relativas ao contexto da época. O que nos chama atenção é a

adoção de um vocabulário médico para apresentar um olhar satírico sobre a sociedade. Se por um lado havia por parte de setores da elite médica – principalmente daqueles responsáveis pela editoria das revistas especializadas – um esforço de controlar e manter o vocabulário médico distante das disputas políticas, por outro, publicações como *O Hospital Fluminense* evidenciavam o quanto de compartilhado havia nesse vocabulário. Além disso, cabe lembrar que no período em que este pasquim vem à tona:

“Praticamente todos os jornais eram anônimos, embora em geral seus autores fossem conhecidos implicitamente. Em caso de dúvida, especulava-se sobre a identidade dos redatores de títulos novos [...]; publicar um jornal significava ter identidade e participar das disputas políticas, atuando no ‘Teatro do jornalismo’” (LIMA, 1998, p.162-163).

Não podemos especular sobre o nome dos responsáveis pela redação de *O Hospital Fluminense*. Podemos, entretanto, investigar as estratégias narrativas e as representações metafóricas ali utilizadas e como elas representam uma das facetas da gênese do saber médico produzido no Brasil na qual a imprensa exerceu papel determinante. Analisar a deformação satírica contida em *O Hospital Fluminense* não implica somente compreender os sentidos e a abrangência semântica de cada referência ou cada ironia. Isso seria uma tarefa para o leitor coevo que, por certo, compreendeu mais organicamente os pasquins e as alusões ali contidas. Nosso trabalho busca analisar como a imprensa contribuiu para a constituição das convenções do ofício e dos saberes médicos. Nesse sentido, percebe-se que

“A imprensa foi também um certo ponto de partida para outras áreas da produção discursiva – ainda que estas tenham se constituído com mais clareza alguns anos mais tarde – como a historiografia, a literatura, o saber médico. Por não ser monopólio de um grupo social específico, a imprensa é polifônica: abrange vozes sociais distintas” (LIMA, 1998, p.166).

Vejamos no próximo capítulo como o tema da loucura é apropriado por essa multiplicidade de impressos e discursos.

CAPÍTULO IV

A loucura na imprensa médica e nos pasquins

O presente capítulo analisa as referências à loucura nos impressos por três vieses. O primeiro trata dos artigos de autoria do médico francês Antoine Laurent Jessé Bayle, traduzidos e publicados no jornal *O Propagador das Sciencias Medicas* no ano de 1827. Um dos artigos de Bayle, “Sobre as alucinações dos sentidos”, é particularmente relevante por ser o primeiro publicado em um periódico médico. Analisaremos também o estilo da escrita de Bayle por considerá-la representativa de como um médico deveria escrever nos periódicos médicos. Por fim, consideramos que a tradução desses artigos indica o quanto o alienismo brasileiro acompanhava o debate acerca das moléstias mentais.

A segunda sessão do capítulo traz o artigo “Importância e necessidade da criação de um manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados”, de autoria de Vicente De Simoni, publicado na *Revista Médica Fluminense* em 1839. Repleto de referências a outros escritos médicos e analogias literárias, o artigo é representativo tanto da escrita médica quanto da representação da loucura nas revistas e artigos especializados. A última parte do artigo traz as referências à loucura nos pasquins. Buscamos compreender como o vocabulário sobre a loucura é apropriado no debate político. Essas referências trazem consigo uma noção mais ampla e rica de significados que indicam como a sociedade concebia o louco e a experiência da loucura na primeira metade início do século XIX.

4.1. Bayle e o *Propagador das Sciencias Medicas*

O primeiro número de *O Propagador das Sciencias Medicas* trazia nas suas páginas iniciais a memória “Sobre as alucinações dos sentidos”, do médico francês Antoine Laurent Jessé Bayle (1796-1856). Era o ano de 1827, e o jornal editado por Xavier Sigaud era um marco inaugural no aparecimento dos trabalhos dedicados aos estudos dos problemas relacionados com a loucura, no Brasil. Ainda que não fosse um periódico especializado em moléstias mentais, tal pioneirismo seria um “indicador de que o processo de transformação da loucura em doença mental já estava em pleno

processo e já estava se tornando uma preocupação dos médicos que circulavam no país” (OLIVEIRA, 2016, P.14).

Sobre Bayle, sabemos que “começou cedo os estudos de medicina. Aos dezoito anos já trabalhava no Charenton e, aos vinte e três anos, apresentou sua tese na Faculté de Médecine de Paris”, intitulada *Recherches sur les maladies mentales* (1822). Além da tese, destacam-se trabalhos como “Nouvelle Doctrine des Maladies Mentales”, de 1825 e o *Tratado das doenças do cérebro*, de 1826 (BERCHERIE, 1989, p.83-86). Foi um dos criadores, em 1824, da *Revue médicale française et étrangère, et Journal de clinique de l'Hôtel-Dieu et de la Charité de Paris*⁹⁶, publicação que reunia artigos e memórias de autoria dos médicos dos grandes hospitais franceses. Bayle foi redator da *Revue* entre os anos de 1830 e 1837. Nesse mesmo período dedicou-se também à ambiciosa *Bibliothèque de thérapeutique*, projeto concebido em vários volumes e publicado entre 1828 e 1837 (PEARCE, 2012, p.275).

Convém destacar, porém, que “as ideias de Bayle foram tão unanimemente rejeitadas” por seus pares e que ele chegou a abandonar a medicina mental (BERCHERIE, *op. cit.*, p.83). Algumas críticas eram particularmente duras e partiam de autoridades na área. “Hipotético e inverossímil”, avaliou Etienne Jean Georget (1795-1828)⁹⁷. Louis-Florentin Calmeil (1798-1895)⁹⁸ ia na mesma linha ao afirmar que “o autor se refuta a cada instante”. Foram “necessários vinte anos” para que a obra de Bayle “começasse a ser reconhecida, e trinta anos para que surtisse efeito, provocando uma reviravolta completa na ciência das doenças mentais”(Idem, p.83). As linhas a seguir terão como foco o seu texto, sua forma de escrever e apresentar seu argumento.

⁹⁶ Entre os responsáveis pela publicação estavam professores da Faculdade de Medicina de Paris, médicos e cirurgiões dos hospitais civis e militares, membros da Academia Real de Medicina, etc. Cf. catálogos da Bibliothèque Nationale de France e da AbeBooksFR, disponíveis respectivamente em <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb32860554k> e em <https://www.abebooks.fr/rechercher-livre/titre/revue-medicale-francaise-et-etrangere-et-journal-clinique-de-l%27hotel-dieu-et-de-la-charite-de-paris-par-une-reunion-de-professeurs-des-facultes-de-medecine-de-medecins-et-de-chirurgiens-des-hopitaux-civils-et-militaires-de-membres-de-l%27academie/>.

⁹⁷ “One of the most distinguished alienists in the beginning of the 19th century”, segundo J. Bogousslavsky e T. Moulin (2011, p.05).

⁹⁸ Na época Calmeil era assistente de Esquirol, então médico-chefe do prestigiado hospital de Charenton (Pereira, 2009, p.747).

O Propagador das Sciencias Medicas não traz maiores referências sobre onde originalmente foi publicado o artigo “Sobre as alucinações dos sentidos”⁹⁹. Totalizando trinta páginas, o texto discorre sobre as causas, o tratamento e a cura das alienações mentais que têm sua base nas “aberrações das sensações” ou “alucinações dos sentidos”. Segundo Bayle, tais fenômenos “eram muito comuns nos alienados; porém algumas vezes se observam também em pessoas que gozam de toda sua razão”. Seria necessário, então, discernir as características das alucinações tanto nos loucos, quanto nos sãos: “nós os examinaremos sucessivamente tanto em uns, como em outros” (**O Propagador das Sciencias Medicas**, ano 01, tomo 01, 1827, p.11).

Em linhas gerais, as alucinações observadas e analisadas seriam “constantemente acompanhadas de uma exaltação das afecções morais e das faculdades intelectuais” (*Idem*, p.11). Dessa forma,

“utilizando com base a classificação de Pinel, Bayle afirmava que as principais classificações (em especial a mania com e sem delírio e a melancolia) eram propícias à produção de alucinações, excetuando-se apenas os casos de demência e de idiotismo, visto que nestas doenças não havia a alucinação dos sentidos devido à perda parcial no caso da demência e total para o idiotismo das faculdades mentais e da razão” (OLIVEIRA, 2016, p.88)

A parte inicial do artigo apresenta os cinco tipos de alucinações, conforme os respectivos sentidos: tato, visão, olfato, audição e paladar. Havia também outros dois tipos de alucinação: as *alucinações de muitos sentidos*, que acometiam dois ou mais sentidos e as *alucinações das sensações interiores*, que alteravam a percepção dos enfermos sobre seus próprios órgãos internos a partir de sensações ilusórias de que alguns daqueles lhes faltavam ou haviam sofrido transformações.

Bayle descreve cada um dos tipos de alucinação, começando pelas *alucinações da vista*, que seriam “muito frequentes, e fazem ver alucinações, indivíduos a que afetam, objetos que não existem, ou que estão colocados fora do alcance dos seus olhos, ou, enfim, que existem de uma maneira diversa da que eles os veem” (**O Propagador das Sciencias Medicas**, ano 01, tomo 01, 1827, p.12). Em seguida apresenta as *alucinações do ouvir*, nas quais “os doentes ouvem vozes muito distintas que lhes

⁹⁹ Artigo originalmente publicado na *Revue Medicale de Paris*, com o título “Memoise sur les hallucination de sens”, Tomo 1, 1825. Agradeço a observação da professora Ana Maria G. Raimundo Oda, por ocasião da banca de defesa da tese.

falam, os interrogam, os questionam, os contrariam ou lhes dizem coisas agradáveis” (*Idem*, p.18). As *alucinações do tocar* eram “raras” e nelas, os doentes

“encontram nos corpos que tocam qualidades diferentes das que estes apresentam na realidade. Uns acham redondos corpos que são quadrados; outros acham duros e ásperos os que são brandos e lisos. Alguns há que estão inteiramente persuadidos de que são espancados durante a noite e pela manhã mostram os sinais das bastonadas que tinham recebido” (*Idem*, p.23).

As *alucinações do olfato* e as *alucinações do gosto* eram muito semelhantes entre si e se manifestam da seguinte forma:

“Há pessoas que sentem cheiros ascarosos ou agradáveis, quando quem está a seu lado não experimenta alguma destas sensações. Alguns doentes acham nos alimentos que se lhes apresentam um gosto de enxofre, de pés, e de fel; e outros um sabor extremamente agradável, que lhes dá ideias totalmente falsas sobre sua qualidade e natureza” (*Idem*, p.24).

Entre os acometidos pelas *alucinações das sensações interiores*, estão aqueles “que julgam que já não possuem língua, estômago, coração; outros que sentem lagartos, aranhas, formigas e cobras que passeiam e lhes causam dores muito vivas no peito, cabeça, ventre, etc” (*Idem*, p.24). Por fim, havia as *alucinações de muitos sentidos*, nas quais “muitos sentidos, e mesmo todos, sendo impressionados por uma sorte de fascinação incompreensível se declaram em favor da existência dos seres que não existem na realidade. Os doentes ouvem, tocam, e veem objetos puramente quiméricos” (*Idem*, p.25).

Após as definições de cada tipo de alucinação, Bayle apresenta seus quadros classificatórios oferecendo um total de 22 *exemplos* clínicos. Em outro artigo de sua autoria, também publicado n’*O Propagador das Sciencias Médicas* e sobre o qual falaremos mais adiantes, o médico destacaria a importância dada às observações clínicas: “os resultados que vamos expor são corolários de perto de duzentas observações, que havemos recolhido na Casa Real de Charenton, um dos maiores e dos mais uteis estabelecimentos destinados ao tratamento dos alienados” (“Nova doutrina das doenças mentais”, in: **O Propagador das Sciencias Medicas**, ano 01, tomo 01, 1827, p.138). Ainda que Bayle destacasse a importância das observações – Charenton permitia que fossem coletadas às centenas – e anunciasse examinar as alucinações “tanto em uns, como em outros” (*uns* entendidos como os ‘sãos’ e *outros* entendidos como alienados), o artigo foca tão somente o exame dos “outros”, ou seja, dos alienados.

A maioria das observações é apresentada como devidamente submetida à tutela médica, ou seja, realizadas a partir do acompanhamento dos enfermos asilados em instituições especializadas. Alguns exemplos deixam clara essa dimensão institucionalizada do tratamento, como o caso de “um capitão de mar e guerra” que estava internado “em uma casa de alienados”; “um advogado distinto de Clemon-Ferrant”, que “foi conduzido a Paris a uma casa destinada para o tratamento dos alienados”; “uma jovem de temperamento muito nervoso” que foi levada por seus pais “para um estabelecimento destinado ao tratamento dos alienados” (*Idem*, p.32). Dos vinte e dois exemplos descritos, dois casos se referem aos registros clínicos de Jean Etienne Dominique Esquirol (1772-1840) – o artigo não especifica a fonte consultada, consta apenas a referência ao médico. Citar o trabalho de Esquirol parece pertinente devido ao seu pioneirismo na utilização sistemática das observações para traçar o quadro clínico de seus pacientes (BATTIN, 2015, p.59).

Destacaremos a seguir, cinco dentre os vinte e dois exemplos clínicos propostos por Bayle que, de certa forma, expressam a pluralidade de seu repertório analítico e narrativo. Os dois primeiros tratam de uma curiosa relação dos enfermos com a literatura. Em seguida, outros dois casos tomam como referência a biografia do poeta Torquato Tasso e os escritos de Martinho Lutero. Por fim, o último e mais detalhado caso que alcança o êxito da cura e é exemplar de um universo terapêutico no qual se destaca a interação entre médico e paciente pautada por noções/valores morais como *repressão, doçura e filantropia*.

Vejamos, então, o primeiro caso. Trata-se de um jovem que “se havia conduzido mal para com sua mãe, e por isso experimentava remorsos sem cessar”. Em meio à situação “querendo-se distrair pela leitura, lançou mão de um romance; porém a única frase que pôde perceber em cada página foi a seguinte: “*Tu és um ingrato, tu és um filho ingrato*”. Diante da *acusação* do livro, ele tentou “combater por muito tempo esta ilusão, mas enfim a cabeça não podendo mais resistir, ficou inteiramente privado da razão” (**O Propagador das Ciências Medicas**, ano 01, tomo 01, 1827, p.13).

Situação semelhante acometeu “uma jovem dotada de muito espírito” que, idealizou “um grande número de projetos [literários], em virtude dos quais esperava distinguir-se e adquirir um grande nome entre os homens”. Sua personalidade

“extraordinariamente orgulhosa” fez com que “desde sua mais terna idade” não tivesse “deixado de alimentar seu espírito com a leitura de romances”. Chegou a publicar alguns de seus escritos nos quais “fazia-se notar uma imaginação ardente e gigantesca”.

Um de seus romances, cuja heroína era ela própria, a consumiu mais intensamente:

“desde muitos anos não cessava de fazer dele o objeto principal de suas meditações e de suas vigílias. Enfim acabou por passar dias inteiros em um estado de êxtase, imóvel e assentada sem fazer o mais ligeiro movimento. Seu semblante era um quadro extremamente mutável, no qual se pintavam todos os graus de alegria desde a simples satisfação até o arrebatamento. Estranha para tudo, os objetos que a cercavam eram como não existentes. Não respondia à nenhuma questão, que se lhe fazia, ainda que seus olhos estivessem bem abertos e exprimissem os mais vivos sentimentos. Ela parecia que não via coisa alguma a roda de si; sons fortíssimos não faziam impressão alguma em seus ouvidos, e contudo, de tempos em tempos fazia semblante de escutar com a maior atenção. Algumas vezes passeava em um vasto jardim e tomava uma atitude fixa e grave” (*Idem*, p.28).

Ao retornar do transe afirmava “de sua própria boca” que “as alucinações de todos os sentidos tinham realizado nela todos os fantasmas que sua imaginação havia criado no seu romance”. Com efeito, havia ela sido transportada para “um palácio de uma elegância maravilhosa”. Nele, ela era saudada: “*Saudações à nossa Rainha! Viva nossa Rainha!*” Diante de si, colunas de oficiais em marcha, o “seu povo e seus exércitos”, que desfilavam ao som de “um concerto maravilhoso, que nascia de mil instrumentos juntos em uma alameda, os quais sendo dotados de uma sorte de vida, não precisavam de mãos estranhas para fazer ouvir os seus harmoniosos sons”. Bayle descreve como *feliz* o extraordinário “painel que esta jovem traçava de suas visões estáticas”. Quando normalizada a situação, porém, “ela ficava triste e sombria, se bem que quanto o mais, usasse perfeitamente bem de sua razão” (*Idem*, p.29-30).

Os dois casos a seguir destoam significativamente dos demais. Não se tratam de registros e efemérides clínicas de enfermos submetidos à observação e à terapêutica de médicos especializados no moderno tratamento de alienados que anunciava sua consolidação no início do século XIX. Eram relatos literários e históricos sobre Torquato Tasso e Martinho Lutero. Tão distinta característica de registro, porém, não impede Bayle de classificar o poeta e o religioso como casos de *alucinações de muitos sentidos*.

O primeiro é o do poeta italiano, para o qual se destina apenas uma frase: “Tasso via todos os dias um anjo pela janela, e vinha conversar familiarmente com ele por

algumas horas” (*Idem*, p.26). A referência vaga e sem maiores detalhes sugere que Bayle supõe leitores suficientemente eruditos para identificar naquela curta frase um episódio da biografia do poeta nascido na cidade de Sorrento, tornado célebre por seu poema épico *Jerusalém Libertada* (1581). Bayle provavelmente tinha conhecimento das traduções francesas de *Jerusalém Libertada*. Durante o século XVIII, temos notícia de uma tradução de 1735, feita por Jean-Baptist de Mirabaud; em 1774, por Charles François Lebrun e em 1796, por Pierre Laour-Lormian. A tradução de Lebrun foi a que obteve maior êxito, continuando a ser editada durante o século seguinte. Só para termos uma ideia, de 1803 a 1827 (ano em que o artigo de Bayle foi publicado) a versão de Lebrun teve mais de trinta edições. A algumas dessas edições eram acrescentadas uma *Notice sur la vie et le caractère du Tasse*, escrita por Jean Baptiste Suard (1732-1817) (DOTOLI *et. al.*). Nesse texto, o autor fala sobre a trajetória literária e pessoal de Tasso, inclusive sua experiência no asilo de loucos. Tais informações contidas em Suard parecem servir de base para Bayle. Vamos a um resumo dessa notícia biográfica¹⁰⁰.

Segundo nos conta Suard, Torquato Tasso era filho de uma antiga e ilustre família de Nápoles. Seu pai, Bernardo de Tasso, gozava de admiração e estima na corte, bem como dos proventos oferecidos pelo príncipe napolitano. Algumas reviravoltas políticas fizeram com que Bernardo perdesse o mecenato, tornando-se um poeta “errante e proscrito”. No mesmo período ficou viúvo e teve que criar sozinho seus dois filhos, Cornélia e Torquato. Tais reveses da fortuna fizeram com que Bernardo conjurasse a poesia e desejasse futuro diferente para os filhos. À mais velha caberia um bom casamento com um dos grandes da corte, já o caçula seria jurista. Dessa forma, Torquato foi matriculado aos 12 anos de idade na prestigiada universidade de Pádua.

De “caráter naturalmente sério e melancólico” (SUARD, 1832, p.22), Torquato aos poucos revelou-se também um rebelde. À revelia dos temores e admoestações de seu pai, entregou-se à poesia. Quebrando a rotina de aulas, o estudante publicou poemas ligeiros, versos de galanteria e alguns sonetos, sempre bem recebidos pelo público. Aos dezessete anos, rompeu em definitivo com o pai, largou os estudos e se entregou à poesia épica – estilo que estava em moda. Partiu para a corte de Carlos IX, na França,

¹⁰⁰ Trabalhamos aqui com uma edição espanhola de 1832, traduzida por Don Antonio Izquierdo Wasteren. O arquivo em fac-símile está disponível em <http://cdigital.dgb.uanl.mx/la/1080025175/1080025175.PDF>.

deixando para trás as molestas aulas e os modorrentos códices jurídicos. Seus prodigiosos versos foram bem recebidos naquela Paris que, ainda que não fosse sombra da magnificência que alcançaria nos séculos seguintes, já se alinhava aos centros instruídos que abrigavam as artes, as ciências e as belas letras. Ali Torquato dedicou-se unicamente à produção literária, construiu boa reputação e gozou de proteção e prestígio até o ano de 1571, quando decidiu buscar novos ares na corte de Ferrara.

Acolhido pela proteção do duque de Alfonso II, Tasso alcançou sua plenitude criativa e deu luz à sua obra prima, o poema épico *Jerusalém Libertada*. Os versos concluídos em 1575 foram enviados para revisão, “esperava que a publicação de seu poema lhe daria meios que lhe pusessem em estado de viver com independência” (*Idem*, p.23). Entretanto, “inquietações de sua imaginação” fizeram-no pensar que sua obra estava sendo impressa “sem seu consentimento”. Tal estado de espírito fazia sentido, uma vez que naquela época não havia controle de direitos autorais e quem tivesse uma cópia de determinado texto, poderia publicá-lo sem maiores constrangimentos legais. Picado pela aflição, pediu ao duque de Alfonso que “escrevesse à todas as cortes da Itália solicitando a proibição da publicação da obra” e suplicasse ao “papa que excomungasse quem roubasse o manuscrito”. Tal “estado de agitação e de transtorno aumentou sua inquietude natural e disposição melancólica” (*Idem*, p.23).

Tasso sentia-se ameaçado por todos os lados. Chegou a brigar na rua, “coisa de bofetes, vinganças e espadas em punho”. O episódio não teve maiores consequências, mas era índice inequívoco de que algo havia se modificado no espírito do poeta. Em seus aposentos também não tinha tranquilidade, temia ser envenenado. Certa feita, armado com um punhal e pejado de alucinações, desferiu inúmeros golpes contra o criado de uma casa nobre, quase levando o agredido a óbito. Tal fato repercutiu mal na corte, e o prestígio dessa vez não foi suficiente para evitar sua prisão no convento de São Francisco, em 1577. Dali, fugiu pouco depois e retornou à Nápoles, onde se reencontrou com sua irmã Cornélia. Esse período em sua terra natal acalmou “durante algum tempo seu humor melancólico”.

Após trocas epistolares que culminaram nas pazes feitas, foi recebido novamente em Ferrara. Dessa vez a sintonia e a boa convivência que outrora marcara a experiência na corte não se repetiu. A fria recepção o fez em pouco tempo partir para a cidade de

Mântua, onde tinha algumas relações. Passado algum tempo, tentou nova reaproximação com a corte de Ferrara. Dessa vez foi proscrito, “o duque e suas irmãs se negam a ver-lhe”. Contrariado, Torquato distribuiu aos quatro ventos caprichadas injúrias “contra o duque, contra toda a sua corte”. Alfonso II chegou ao limite de sua paciência com o comportamento pouco adequado do poeta, e aplicou-lhe devida punição, ordenando sua condução para o “Hospital de Santa Ana, onde se trancava os loucos” (*Idem*, p.31).

Nos anos de encarceramento no Hospital de Santa Ana, a marcha da enfermidade foi marcada pela exacerbação dos sentimentos religiosos.

“Uno de los efectos mas deplorables de su desgraciada situación fue el persuadirse seriamente que era objeto de la persecucion de um duende, que todo lo trastornaba em su casa, que le robava su dinero y que arrebatava de su misma mesa, y á su misma vista, lo que le servian. Otras veces creían que la Virgen María se le aparecia; y el Abate Serassi refiere que en una enfermedad peligrosa que tuvo estando en el cárcel, se encomendó con tanto fervor á la Santísima Virgen, que esta se le apareció y le curó; y el Tasso consagró este milagro por medio de un soneto. Posteriormente aquel duende se convirtió en un demónio mas tratable, con quien el Tasso pretendia hablar familiarmente, y quien le enseñaba cosas maravillosas” (*Idem*, p.33).

Nesse período, as suspeitas alimentadas por Torquato e que, de certa forma, foram responsáveis pela série de delírios e infortúnios, confirmaram-se. Em 1581, uma edição anônima de *Jerusalém Libertada* apareceu em Veneza. O sucesso editorial dessa publicação fez com que rapidamente surgissem outras em várias cidades. A revelação do nome do autor não tardou e, com efeito, muitos leitores marcharam, em romaria, até a casa de loucos de Ferrara para conhecer o responsável pelos célebres versos. Liberto apenas em 1586, após 7 anos e meio recluso, Torquato “passou o resto dos seus dias mudando de domicílio, como de pensamento” e “levando para toda parte sua melancolia e sua inquietude” (*Idem*, p.35).

O que permitiu Bayle abrir mão de toda essa informação sobre o poeta italiano, que supostamente consistiria numa anamnese mais completa, e optar tão somente por uma frase epitômica: “Tasso via todos os dias um anjo que entrava pela janela, e vinha conversar familiarmente com ele por algumas horas”? Homem de letras, Bayle constrói seu texto com o que lhe havia de disponível no contexto cultural ao qual estava inserido. Escrevia para pares e inferia a estes o domínio do mesmo repertório literário. A intimidade com a história e as belas letras tornava Tasso tão passível de observações

médicas quanto os pacientes asilados nas enfermarias de Charenton. Dessa forma, não há estranhamento ou contradição na presença do poeta renascentista na série de exemplos clínicos apresentada no artigo “Sobre as alucinações dos sentidos”.

O segundo caso de personagem histórica que nos oferece Bayle é Martinho Lutero: “neste estado [de alucinações de muitos sentidos] é que Arnold, médico inglês e protestante nos apresenta Lutero”¹⁰¹. Em seguida, descreve seu quadro clínico: “este reformador mesmo conta, em suas obras, suas conversas e seus combates com o diabo”. Tais encontros eram frequentes, “quase que se não passava um só dia, em que não recebesse uma visita de sua parte”. Era nessas ocasiões que discutiam “sobre a teologia com um calor extremo; gesticulavam!”.

Satanás era um hábil debatedor. Além disso, “conhecia perfeitamente os escritos dos Apóstolos e dos Santos Padres”. Lutero, porém, reunia bons argumentos e pureza de alma, como ele mesmo afirmava:

“eu lhe provava sempre que ele não tinha razão, e que Deus o tinha punido justamente de todos os seus crimes. Então, um combate terrível se empenhava entre nós, vínhamos às mãos e lutávamos um contra o outro com mais vivo furor. E mesmo nos acontecia de arrastar-nos por algumas horas pelo chão. Nossos combates só terminavam quando o demônio desaparecia” (*Idem*, p.27)

Repleta de discussões, disputas e sopapos, a atmosfera de litígio predominava, mas não era absoluta. Vez ou outra havia trégua e até mesmo camaradagem entre os rivais: “Lutero e Satanás nem sempre estavam tão encarniçados um contra o outro; por isso que o mesmo reformador assegura que este último vinha frequentemente dormir e jantar com ele” (*Idem*, p.27).

O artigo de Bayle nos permite considerar que provavelmente ele tenha tido em mãos uma versão do *Diálogo entre Martinho Lutero e Satanás*, texto que teve relativo êxito editorial durante os séculos XVIII e XIX. Já na virada do século XVII para o XVIII encontramos três edições do texto de Lutero publicadas pelo padre de Cordemoy: 1681, 1684 e 1701. Em 1751, foi reimpressa por Nicolas Lenglet-Dufresnoy, como

¹⁰¹ Referência à Thomas Alrnold (1742-1816), médico inglês, membro da Sociedade Real de Medicina de Edimburg (*Dictionnaire Historique de La Médecine Ancienne et Moderne*, 1839). É autor de *Observations on the Nature, Kinds, Causes and Prevention of Insaniy, Lunacy or Madness*, 1a. ed 1782-1786, 2 volumes; ed.1806. O livro tem uma epígrafe de Virgílio, Eneida. Ali encontramos Lutero e ainda longamente a história de Torquato Tasso, no primeiro volume. Agradeço aqui a indicação da professora Ana Maria Galdini Raimundo Oda, por ocasião da minha banca de defesa.

parte da compilação de textos em seu *Recueil de Dissertations, anciennes et nouvelles, sur les Apparitions, les Visions et les Songes*. Este último título era, a um só tempo, um tratado de demonologia e uma antologia de histórias infernais de aparições, visões e sonhos, saídas das tradições populares (CAMARANI, 2017, p.182).

Cabe uma vez mais destacar que, no início do artigo, Bayle considera as *alucinações dos sentidos* fenômenos “muito comuns nos alienados; porém, algumas vezes se *observam* também em pessoas, que gozam de toda a sua razão. E nós os *examinaremos* sucessivamente tanto em uns, como em outros” (**O Propagador das Ciências Medicas**, ano 01, tomo 01, 1827, p.11). Como vimos, as observações e exames tiveram como suporte os diversos casos clínicos apresentados. Entretanto, nos casos de Tássio e Lutero, fica a pergunta: como é possível determinar o diagnóstico de indivíduos que viveram séculos antes, num momento em que o quadro classificatório de Bayle sequer seria imaginado? Para Bayle não parecia importar a origem dos exemplos, se acontecimentos historicamente comprovados ou aventuras propriamente sobrenaturais. Guardadas as especificidades e distinções, as desventuras de Tasso e as entrevistas de Lutero com Satanás tinham algo em comum: eram ao mesmo tempo parte integrante do repertório cultural dos homens de ciências e letras e indicadores de *alucinação de todos os sentidos*.

Bayle defendia também que o saber médico não deveria somente listar casos clínicos e conformar classificações, ou seja, “a ciência que faz conhecer estas enfermidades não seria mais que um puro objeto de curiosidade, se acaso se limitasse só a traçar-nos o quadro”. A ciência teria um “fim mais nobre”, logo, “para mostrar o que ela pode fazer para a cura dos melancólicos alucinados, devo citar com detalhes a história de uma demonomania muito notável” (*Idem*, p.30). Ao se referir à cura, o artigo apresenta o último e mais detalhado dos vinte e dois exemplos apresentados – ocupa nove das trinta páginas do artigo. O caso trata de “uma jovem de um temperamento muito nervoso, bem educada” que “tinha recebido de seus pais uma funesta disposição para a alienação mental”. A moça, que “até a idade de vinte e nove anos tinha conservado a razão”, teve sua situação afetada drasticamente:

“Nesta idade intentaram casá-la com um moço, com quem ela tinha antipatia. Resistiu fracamente à vontade de seus pais; porém o temor de ser obrigada a desposar um jovem à quem não amava atormentava muito, e como sempre

tinha sido muito piedosa, rezava mais do ordinário e pedia à Deus que não permitisse que este casamento se efetuasse” (*Idem*, p.30)

O futuro e a vontade dos pais da moça parecia reservar-lhe outros planos, e o casamento se tornara iminente. Uma noite, porém, foi subitamente desperta pela seguinte ilusão:

“Eu percebi, diz ela, na minha câmara uma claridade que me fez perceber a Nosso Senhor J. C. em pessoa, a família do jovem e a minha como no dia em que se me pediu para casar. Nosso senhor estava colocado no meio da mesa e tinha uma coroa de ouro sobre a cabeça. Sua figura era majestosa, sua barba vermelha e um pouco longa. Os seus vestidos eram os de um Bispo nos dias de grandes cerimoniais, ele me disse essas palavras: Minha filha, vosso casamento não se efetuou por minha vontade, vós tendes faltado de celebrar a Páscoa, eu quero que vós venhais à mim. Eu me levantei logo e a claridade desapareceu no mesmo momento em que eu acabei a minha oração” (*Idem*, p.31)

Para Bayle não restava dúvida, tratava-se de um caso de “alucinações da vista e do ouvido”. A recorrência das visões era notável e despertava o interesse do médico. As ilusões incluíam não apenas as recomendações de Jesus Cristo, mas também as visitas do Criador e do demônio:

“Deus, dizia ela em uma relação [sic] que fez à seu médico, teve a bondade de me visitar de novo, tornou debaixo da forma do sol, a esclarecer o meu quarto, e se elevou três vezes no meu leito até o teto. Eu não fiz então esforço algum para apartar de mim as más ideias que me ocupavam, e para sair do precipício em que havia caído, e por isso Deus desapareceu. Desde então fui vítima do demônio, e enterrei-me cada vez mais no abismo” (*Idem*, p.31)

Lançada a esses delírios, sucumbiu a moça a “choros e soluços frequentes, um enfraquecimento considerável, e dores nervosas muito variadas, que se faziam sentir na cabeça, no ventre, e que eram atribuídas por ela à presença do diabo no interior do seu corpo” (*Idem*, p.32). Diante do quadro, “seus pais a levaram para um estabelecimento destinado ao tratamento dos alienados”. Ali, a moça “via-se com frequência rodeada de toda a coorte dos demônios, [...] alguns eram representados nas formas de animais horrendos, ou embaixo das figuras, com que a fábula nos representa as Eumênides” (*Idem*, p.32). Nesta última citação, Bayle recorre à outra representação literária para enriquecer de imagens a narrativa clínica. Dessa vez é a tragédia grega *Eumênides*, de Ésquilo (525 a/c – 456 a/c), especialmente na cena em que a profetisa Pítia percebe-se horrorizada com a perseguição de terríveis criaturas¹⁰².

¹⁰² Uma das criaturas é assim descrita: “seu aspecto é tenebroso e repelente;/ enquanto falam não se suporta seu hálito/ e de seus olhos sai um corrimento pútrido;/ seus trajes são inteiramente inadequados/ a

Além das *alucinações da vista e do corpo*, “as sensações interiores eram igualmente alteradas nesta doente [...] sua cabeça e seu peito estavam vazios, e ressoavam como um tambor” (*Idem*, p.33). Ela “passava dias inteiros em seu leito, derramando torrentes de lágrimas, e algumas vezes dando com a cabeça contra as paredes” (*Idem*, p.34). O delírio permanecia e estava “inteiramente convencida, que se achava embaixo da imediata possessão dos demônios, que se tinham apoderado de seu corpo”. Seu quadro clínico tinha avançado para as “ilusões de todos os sentidos”. Esteve neste estado por aproximadamente dois anos, “sem que os meios empregados para a sua cura lhe tivessem causado a menor melhora” (*Idem*, p.34).

Nesse ponto do artigo há um deslize narrativo que denuncia a presença do tradutor. Ocorre uma ruptura entre autor e narrador, sendo clara a modificação do texto a partir desse trecho: “foi neste tempo que um dos médicos do estabelecimento, em que ela era tratada (Mr. Bayle), teve a ideia de experimentar até que ponto o discurso poderia influir sobre o seu estado”. Bayle passa a ser tratado em terceira pessoa: “este facultativo visitava a doente duas vezes por dia, falava-lhe com doçura, condoia-se das suas dores e não a contradizia em suas ideias exclusivas” (*Idem*, p.34-35). Sua prática encontrava dificuldades, mas o minucioso relato – ainda se referindo a Bayle em terceira pessoa – apontava avanços:

“Este homem [Bayle] tinha já quase perdido todas as esperanças, quando percebeu que a doente tinha concebido para ele algum afeto, e o escutava com mais sossego. Esta circunstância reanimou seu zelo, que já estava prestes a extinguir-se. No fim dos quatro meses destas conversações repetidas duas vezes por dia, o médico percebeu que a doente lhe havia concedido toda sua confiança” (*Idem*, p.35) .

O médico empenhou-se em provar à moça que o que ela sentia “era o ludíbrio de ilusões, que a faziam crer na existência de seres que não existiam na realidade” (*Idem*, p.35). A terapêutica se deu basicamente a partir da conversa entre médico e paciente, seguindo assim um dos fundamentos do tratamento moral. Philippe Pinel foi “responsável pela primeira sistematização de classificações nosográficas, com base no método de observação clínica, em voga desde o século XVIII” (GONÇALVES, 2011, p.20). Em seu *Traité Médico-Philosophique sul l’Aliénation Mentale* (1801), Pinel tornou “possível introduzir mudanças significativas no comportamento dos doentes por

quem está diante dos augustos deuses/ ou mesmo em casa de criaturas humanas” (Ésquilo, Eumênides, s./d., p.05). Disponível em <https://www.lendo.org/wp-content/uploads/2007/06/eumenides.pdf>

meio de atitudes humanas” de interação efetiva entre médico e enfermo. Dessa forma, “termos como ‘repressão’, ‘intimidação’, ‘doçura’ e ‘filantropia’ passam a ser encontrados amiúde no vocabulário técnico cotidiano” (PEREIRA, 2004, p.114).

Todo o processo terapêutico descrito por Bayle provavelmente ocorreu no hospital de Charenton. Os interrogatórios com a paciente visavam ora angariar cumplicidade afetiva, ora arrancar-lhe certezas clínicas. A análise realizada visava medir a marcha da moléstia com a régua por ele proposta na classificação das *alucinações do sentido*. A metódica observação e a capacidade de julgamento eram os importantes pilares de sua prática clínica. Só assim seria possível afirmar serem ludibrios e ilusões as aparições de seres divinos e demoníacos. O mesmo rigor clínico permitia comparar as ilusões com as criaturas descritas na tragédia de Ésquilo. Ao relacionar essas referências o artigo marchava de acordo com estilística da escrita médica.

Em seus diálogos com a paciente, Bayle propunha raciocínios “muito simples” como este:

“O testemunho dos sentidos de um indivíduo, lhe dizia ele [Bayle, novamente referido em terceira pessoa], não pode ser considerado como uma verdade incontestável, senão quando é confirmado pelo sentido das outras pessoas: sem isto, estaríamos sempre expostos a considerar como realidade as ilusões mais quiméricas” (**O Propagador das Ciências Médicas**, ano 01, tomo 01, 1827., p.36).

O médico propôs que, aos poucos, a moça se ocupasse de “outros objetos estranhos ao seu delírio”, o que surtiu efeito positivo: “trabalhava com zelo e com prazer, reconhecia que estava muito melhor” (*Idem*, p.38). Dessa forma, “o melhoramento fez progressos rápidos; as alucinações, sem desaparecer inteiramente, tornaram-se fracas e mais raras” (*Idem*, p.38). Por fim, “passados dois meses”, da conquista da confiança da paciente pelo médico que lhe garantiu uma prática mais eficaz, a jovem

“foi entregue à sua família inteiramente curada, e há já quatro anos, nos quais não tem cessado de ser um modelo de razão e de virtude ao mesmo tempo. De tempos em tempos escreve à seu antigo médico [Bayle], ao qual tem sempre conservado um afeto, e um reconhecimento sem limites” (*Idem*, p.38-39)

A alusão ao “reconhecimento sem limites” devido ao êxito terapêutico soa um pouco pretensiosa e retrata um Bayle aparentemente orgulhoso de suas prendas médicas

e de sua astúcia para assuntos complicados a envolver Jesus Cristo, Deus, Satanás, tenebrosas criaturas de Ésquilo e inúmeros delírios que apossavam homens e mulheres nas enfermarias de Charenton. Não que lhe faltassem méritos, afinal formara-se em uma das mais prestigiosas e influentes escolas médicas do mundo, nela obtendo destaque e reconhecimento. Mas cabe fazer-lhe justiça, não há orgulho desmedido ou gabolice em Bayle. O médico deixa claro que o triunfo descrito na conclusão de seu artigo devia-se à razão médica e dela resultava a autoridade para solucionar os casos clínicos mais embaraçados: é “a ciência que faz conhecer essas enfermidades” (*Idem*, p.30). Seu artigo deslindava os velos da alienação mental mobilizando os saberes disponíveis sobre a moléstia e o exercício da cura.

As referências à literatura, à história e à poesia, ao mesmo tempo em que livram o texto de uma cor pálida repleta de citações de autoridades e discussões acadêmicas maçantes, parecem estar de acordo com uma demanda do público leitor ilustrado. Nesse sentido, além das alusões a outros médicos contemporâneos – como Esquirol e Pinel – e dos registros clínicos possivelmente coletados em Charenton, Bayle acrescenta outros casos embrulhados em história e literatura que ajudavam na construção de seu argumento e de sua narrativa. Mesmo identificados deslizes na tradução, estes não retiram do pioneiro artigo de Bayle o lugar de destaque entre as publicações na temática das moléstias mentais no Brasil.

Os elogios confirmam a boa recepção. Na seção “Correspondência” da edição de fevereiro de 1827 de *O Propagador das Ciências Medicas*, encontramos a seguinte carta de Francisco José Aypio, datada de 22 de janeiro de 1827:

“Snr. Redator, Acabo de ler o seu número 1º e mil parabéns lhe envio pelo acolhimento favorável que ele tem merecido das pessoas científicas desta Capital. A primeira memória sobre as alucinações dos sentidos por Bayle, dizem estas pessoas, é digna de atenta leitura; nela se observa um exato observador [sic], ali se colhem em resumo as aberrações de todos os sentidos a que a humanidade está sujeita” (**O Propagador das Ciências Medicas**, ano 01, n.01, tomo 01, 1827, p.226).

A boa recepção talvez tenha contribuído para que outros dois artigos de Bayle fossem publicados no número cinco de *O Propagador das Ciências Medicas*: “Nova doutrina das moléstias mentais” e “Cartas sobre o magnetismo animal”. Vamos a cada um deles.

“Nova doutrina das moléstias mentais – opinião dos autores sobre a natureza destas moléstias” foi originalmente publicado na *Revista Médica de Paris*. A primeira parte do artigo elenca os “autores mais antigos” que “se ocuparam” em estudar as “diferentes espécies de delírio” (**O Propagador das Sciencias Medicas**, ano 01, n.05, tomo 01, 1827, p.126), a saber, Hipócrates (460-370), Demócrito de Abdero (470-370), Galeno (129-217), Aécio de Amida (502-575), Alexandre de Tralles (525-605). A contribuição dos antigos “vogou com algumas modificações nas principais escolas da Europa, em particular nas de Montpellier e de Paris” (p.127), bem como foi admitida por médicos contemporâneos, como Gerard van Swieten (1700-1772), Herman Boeehave (1668-1738), Charles Bonet (1720-1793), Giovanni Morgagni (1682-1771), Johann Meckel (1781-1833), Pinel, Esquirol, M. Broussais entre outros. Dessa forma,

“[Bayle] demonstra através dos trabalhos dos médicos anteriores a ele como este saber em torno das moléstias mentais foi sendo construído ao longo dos anos até chegar às teorias a respeito da compreensão alienista em fins do século XVIII e começo do século XIX” (OLIVEIRA, 2016, p.91).

Ao elencar nomes de médicos, concepções teóricas e escolas de pensamento, Bayle deixa claro as suas simpatias e preferências. Nesse ponto, a mensagem emitida ao leitor é direta:

“Eu nunca terminaria este artigo, se quisesse fazer conhecer todas as opiniões que se tem emitido sobre as afecções mentais. Tais opiniões são tão vagas, tão hipotéticas e errôneas, e mesmo muitas vezes ridículas, que seria inútil e fastidioso ocupar-me em refutá-las” (**O Propagador das Sciencias Medicas**, ano 01, n.05, tomo 01, 1827, p. 129-130)

Não avançaremos aqui nas minúcias de quais opiniões mais ou menos influenciaram o pensamento de Bayle. Antes queremos atentar para como a noção de *ridículo*, – já discutida no terceiro capítulo – é mobilizada em seu texto e de que maneira ela emerge como uma das possibilidades de deslegitimar determinados saberes e referendar outros. Para o médico, certas “opiniões” seriam tão “errôneas”, “hipotéticas” e “ridículas” que não seria necessário refutá-las, bastaria ignorá-las. Como estaria evidente, um investimento em refutações acarretaria no perigo de enfadar o *leitor científico* bem informado.

O texto prossegue descrevendo as causas “das diferentes espécies de demências”. Nesse ponto, considera que “na maior parte dos casos a alienação é produzida por uma lesão física” (*Idem*, p.136). A afirmação é seguida de descrições dos “danos” em vários órgãos e tecidos. Na sequência, o artigo apresenta o subtítulo

Caracteres anatômicos da meningite crônica no qual Bayle anuncia que vai “descrever em detalhes” as características da “sede das lesões orgânicas” (*Idem*, p.140). Aqui há uma curiosa descrição anatômica da membrana aracnoide em um quadro de *meningite crônica*:

“Esta membrana que em tão delgada e delicada no estado natural, que mereceu ser comparada à teia de aranha, pode adquirir a espessura da pleura, do pericárdio, da dura-mater, e até mesmo da parede do estômago; e quase sempre nesses casos, oferece a aparência do pergaminho amolecido na água” (*Idem*, p.142).

Bayle apresenta uma dupla analogia ao abordar o aspecto físico da *membrana aracnoide*. A primeira comparação remete ao seu nome já indexado na nomenclatura médica. Em seu “estado natural”, a membrana “mereceu ser comparada à teia de aranha”. Já seu estado adoecido devido à meningite apresentaria alterações em sua espessura e ofereceria “aparência do pergaminho amolecido na água”. Vemos aqui mais uma vez o esforço de Bayle em prover o leitor do maior número possível de imagens para a compreensão de uma descrição anatômica. O artigo não trazia em suas páginas desenhos, gravuras ou ilustrações, logo, caberia ao leitor visualizar tão somente pela narrativa os órgãos dissecados.

Ao comparar a aparência física de determinado órgão com um *pergaminho*, Bayle mobiliza o repertório de experiências e hábitos do leitor que pretendia alcançar. Cabe destacar que não é a única comparação feita com materiais e objetos prosaicos: “muitas vezes estas aderências existem solidamente em um pequeno número de pontos, cuja extensão é do tamanho de uma cabeça de alfinete, de uma lentilha, de um grão de feijão, de uma moeda de cinco francos, etc” (*Idem*, p.146); “neste último caso as paredes destas cavidades que são naturalmente tão lisas, se oferecem desiguais e como pele de lixa” (*Idem*, p.148).

Bayle usa como recurso imagético o pergaminho, material que fazia parte do repertório erudito cultural da época. Nesse sentido, um detalhe que nos interessa é que boa parte do conhecimento disponível em forma de impressos tinha no pergaminho sua base. Se tomarmos como exemplo o acervo da Real Biblioteca que cruzou o Atlântico entre 1807 e 1811 e que veio a dar origem à Biblioteca Nacional, notamos que títulos como “a primeira edição dos *Lusíadas*, de Camões, antigas cópias manuscritas da bíblia e mapas” tinham como suporte o pergaminho. Ainda no início do século XIX, após o

papel se tornar viável e preferido pela imprensa, o pergaminho continuava a desfrutar de prestígio.

Ora a comparação entre o pergaminho molhado e o tecido celular lesionado parece não ser mera opção de estilo narrativo. Em *O nascimento da clínica*, Foucault investiga as noções de visível e invisível nas doenças e no conhecimento sobre as moléstias e os corpos doentes. Através do olhar *arqueológico*, busca demonstrar como a medicina praticada até meados de XVIII, marcada pelos “velhos mitos da patologia nervosa” (FOUCAULT, 1980, prefácio, p.VIII), deu lugar a um olhar médico renovado que construiu uma nova linguagem para analisar o que se via. Com a medicina moderna, “o saber médico desliza de uma análise abstrata das doenças, para uma análise mais concreta, inserindo-se como conhecimento que se produz sobre o corpo doente, e não sobre a alma e o corpo da doença” (BORGES, 2009, p.421).

Foucault defende a ideia de que uma nova disposição do olhar médico passou a reivindicar para si a competência de analisar o “dizível” das moléstias, conforme seus conteúdos visíveis. Nessa perspectiva deu-se uma mudança no nível da linguagem, alterando “a relação de situação e de postura entre o que fala e aquilo de que se fala” (FOUCAULT, 1980, prefácio, p.IX). A clínica que emerge com a medicina moderna, passa a proporcionar uma nova experiência do médico com o perceptível e o enunciável, com a doença e o organismo, com a linguagem e a patologia. Com efeito, ocorre uma reestruturação e reorganização da doença em si. Esses deslocamentos do saber resultariam na reorganização epistemológica sobre da doença que se dá a partir da observação:

“Seu prefácio ao *Nascimento da clínica* contém uma comparação entre o texto de Pomme [1760] que descreve a cura por banhos do ‘sistema nervoso’ de uma ‘histérica’ e o de Bayle [1825] que descreve as lesões anatômicas encefálicas da ‘paralisia geral’. Como ele [Foucault] diz, a distância, para nós, entre os dois trechos é imensa – aquela que medeia entre a ‘fantasia’ e a ‘ciência’. No entanto, é irrecusável perceber que em ambos os casos se tratava de ‘observação’. O que se teria de perceber é que ‘a relação entre o visível e o invisível, necessária para todo o saber concreto, mudou de estrutura e faz surgir o olhar e dentro da linguagem o que estava além ou aquém de seu domínio’” (DUARTE, 1986, p.89).

Enquanto Foucault identifica as discontinuidades entre os textos de Pierre Pomme (1735-1812) e Bayle identificando-os, respectivamente, com a *fantasia* e a *ciência*, direcionamos nossa análise para onde os autores se aproximam. Na citação do

próprio Foucault, Pomme, em seu *Traité des affections vaporeuses des deux sexes* (1769), refere-se a “porções membranosas semelhantes a pedaços de pergaminho molhado” (FOUCAULT, 1980, prefácio, p.VII). Trata-se, como vimos, da mesma comparação utilizada por Bayle no século seguinte. Escusado considerar que Foucault é correto em identificar as distinções que marcam as análises que Pomme e Bayle fazem sobre o mesmo fenômeno. Entretanto, marcar essas distinções a partir da lógica “fantasia” versus “ciência” não nos permite compreender o vocabulário compartilhado entre os dois médicos.

A análise de Foucault deixa claro o quanto Bayle inovava ao sugerir o quão demonstrável eram os “substratos anátomo-patológicos de manifestações psicopatológicas” (PEREIRA, 2009, p.744). Com seus estudos, Bayle abria “as portas para as pretensões da medicina quanto à legitimidade de sua abordagem biológica do campo dos transtornos mentais” (*Idem*, p.744). Para os leitores de outrora, entretanto, não havia vestígio de “fantasia” ou contradição nas observações de Bayle quando ele, tal como Pomme, estabelece comparações entre as alterações biológicas dos tecidos e órgãos com pergaminhos molhados, cabeças de alfinetes ou grãos de lentilha. Tais comparações alinhavam-se à uma tradição descritiva que, ainda em Bayle, constituía a linguagem do fazer científico.

Outro artigo de Bayle n’*O Propagador das Sciencias Medicas* foi “Cartas sobre magnetismo animal, de J. Amadeo Dupau – comentário crítico de Bayle”. Publicado originalmente na *Revista Medica de Paris*, o artigo traduzido – uma espécie de resenha – inicia com uma advertência preliminar na qual o médico dirige-se ao leitor para deixá-lo a par de que sua relação pessoal com Jean Amadeo Dupau¹⁰³ não interferiria na análise ali apresentada:

“Para fazer conhecer esta obra de uma maneira mais imparcial e afim de evitar suspeita de condescendência que poderia fazer nascer nossa amizade com o autor, vamos extractar algumas passagens, que poderão pôr cada leitor em estado de julgar por si mesmo as Cartas que M. Dupau acaba de publicar sobre o magnetismo animal” (**O Propagador das Sciencias Medicas**, ano 01, n.05, tomo 01, 1827, p.206).

¹⁰³ Nascido em 1789 (não encontramos a data de sua morte), Jean Amadeo Dupau ou Jean Amédée Duprau estudou em Montpellier e lecionou na Faculdade de Medicina de Toulouse. Seus interesses eram variados e incluíam temas como eretismo, vacina, ensino público e toxicologia (cf. DUPAU, 1826).

O trabalho de Dupau veio à luz em Paris, no ano de 1826. Impresso pela Casa Gabon e vendido ao preço de cinco francos, *Cartas sobre magnetismo animal*¹⁰⁴ compilava um conjunto de registros “de muito espírito e sagacidade”, que seria lido “com muito interesse pelos médicos” (*Idem*, p.210-211). Ainda sobre o estilo, Bayle avaliava: “a maneira picante com que são redigidas estas cartas dá um novo encanto à sua leitura, é quase uma novidade em obras deste gênero o ver-se a instrução a par da razão e da boa fé” (*Idem*, p.233). Percebe-se aqui um juízo analítico que toma como relevante para a escrita médica critérios como *encanto*, racionalidade e *boa fé*. Com base nesses critérios, Bayle destaca “longos e numerosos extratos, para poder-se apreciar o estilo” de Dupau (*Idem*, p.207). Um desses extratos sintetizaria o tom espirituoso por vezes presente nas *Cartas*. Diz Dupau: “perguntarei a M. Rostan se a biliar é uma qualidade particular do fígado; sem dúvida rir-se-á desse erro fisiológico, que confunde a ação de um órgão com o seu resultado, e nisso terá razão” (*Idem*, p.224)

Cabe destacar ainda que *O Propagador das Sciencias Medicas* não deve somente a Bayle seu pioneirismo na temática da loucura. São recorrentes em suas páginas as alusões às moléstias mentais, classificações nosológicas e tratamentos, mesmo em artigos que não têm o tema como objeto de análise. Encontramos, por exemplo, na sessão ‘Observações’ do primeiro número da revista um comentário do livro *Sobre as vantagens e o emprego dos purgantes em muitas moléstias* (1825), de James Hamilton¹⁰⁵:

“Este livro é dividido em doze capítulos nos quais o autor expõe, com reflexões impressionadas algumas vezes de ideias algum tanto caducas, o seu método de tratar, por meio dos purgantes dados com perseverança, muitas moléstias, tais como o tifo, a escarlatina, a angina gangrenosa, o marasmo das crianças e dos adolescentes, o hidrocéfalo interno, a epilepsia, a clorose, a hematemesa, a histeria, a choréa e o tétano” (**O Propagador das Sciencias Medicas**, ano 01, n.01, tomo 01, 1827, p.55).

As referências à epilepsia e à histeria aparecem no livro de Hamilton como passíveis de tratamento com purgantes. Outras referências são encontradas no número três do *O Propagador das Sciencias Medicas*, também na sessão “Observações”. Desta

¹⁰⁴ Originalmente sob o título *Lettres physiologiques et morales sur le magnetisme animal*, o texto de Dupau continha a “exposição crítica das experiências mais recentes, e uma nova teoria sobre suas causas, seus fenômenos e suas aplicações à medicina” (cf. folha de rosto DUPAU, 1826).

¹⁰⁵ Doutor em medicina em Edimburgo. O comentário é feito a partir da tradução francesa da sétima edição, de 1825, pelo médico parisiense A. Lafisse.

vez são duas observações clínicas que têm a epilepsia como foco de análise. A primeira delas é registrada pelo cirurgião Euchman Growfoot:

“O objeto desta observação é um mancebo ferido gravemente na cabeça, por uma vareta de espingarda que penetrou o crânio, levando diante de si uma porção de osso. Os primeiros acidentes foram análogos aos sintomas de epilepsia. Tendo-se extraído os corpos estranhos, conservou-se a vida aos doentes, porém ele ficou epilético” (**O Propagador das Ciências Medicas**, ano 01, n.03, tomo 01, 1827, p.353)

A segunda observação é feita pelo Doutor William, em Liverpool:

“presumindo que esta epilepsia era produzida por vermes intestinais, mandou administrar ao doente numa só dose a poção seguinte: óleo de terementina seis oitavas, essência de limão cinco gotas, água de hortelã uma oitava, esta poção suspendeu momentaneamente a volta dos paroxismos. O doente deitou falsas membranas, os acessos tornaram a aparecer de novo, e seu estado agravou-se ainda mais por uma afonia completa. Esta última afecção cedeu felizmente aos anti espasmódicos e à aplicação de um vesicatório na nuca. M. William combateu ao depois a moléstia principal por meio de banhos frios sobre o occiput [*sic*], pelo óleo essencial de terementina em clisteres, pelo sulfato de zinco e nitrato de prata em pílulas: enfim estes meios triunfaram da epilepsia” (*Idem*, p.356)

A atenção às teorias sobre as moléstias mentais aparece n’*O Propagador das Ciências Medicas*. A sessão “Variedades médicas” do número dois traz um artigo de M. Deslandes, intitulado “*Reflexões sobre alguns fenômenos próprios a fazer distinguir o suicídio da morte nos casos de enforcados*”, onde as teorias de Esquirol são recorrentemente citadas (**O Propagador das Ciências Medicas**, ano 01, n.02, tomo 01, 1827, p.91). No número sete encontramos o artigo “*De la paralysie ches lês alienes, ou Da paralisia nos alienados*”, que traz comentário de Calmeil (1798-1895) sobre a prática médica (**O Propagador das Ciências Medicas**, ano 01, n.07, tomo 01, 1827, p.305). O número oito traz o artigo “*Sobre os Hospitais*” que afirma: “os indivíduos atacados de afecções especiais, como a sarna, o herpes, a sífilis, as alienações mentais, são dirigidos para os Hospitais que lhe são destinados” (**O Propagador das Ciências Medicas**, ano 01, n.02, tomo 01, 1827, p.133-134). Por fim, cita o Hospital de Charité:

“No tratamento das moléstias nervosas, tais como a epilepsia, a histeria, a hipocondria é que ele experimentou os extratos das plantas virosas, como o meimendro, a beladona, a alface virosa, etc. e algumas substâncias pouco conhecidas, como a água destilada de louro cerejo, e o ácido hidrocianico” (*Idem*, p.199)

Para finalizar essa seção, destacamos um artigo não assinado publicado no número sete d’*O Propagador das Ciências Medicas*, intitulado “Medicina d’alma”. Segundo o autor, “as qualidades felizes do espírito, os desvarios da imaginação, o

encanto da exigência e os tormentos da vida estão essencialmente ligados às disposições que nós recebemos da natureza, e à influência de nossos hábitos físicos e morais”. No que se refere às qualidades negativas, ou doenças, “todos os males produzidos pelas sensações são inumeráveis: e é por isso que um médico da alma seria preferível muitas vezes a um médico do corpo”. Dessa forma, restaria ao indivíduo estar atento aos hábitos, dentre os quais a paixão e o amor seriam os mais perigosos. O trecho abaixo é particularmente ilustrativo de como podia ser concebida a escrita médica sobre a loucura. Uma escrita *engenhosa* significava uma estreita relação com a literatura, conforme explica o autor:

“Em Leocádia, os sacerdotes de Apolo mandavam precipitar no mar os amantes desgraçados, que os iam consultar, tendo o cuidado de lhes insinuar, que se acaso eles não perecessem nas ondas, ficariam curados de seu amor. Este rasgo da mitologia, sem dúvida, não é mais que uma alusão engenhosa, que representa os tormentos do amor, como um mar agitado, que bate com suas ondas o amante, que a ele se expõe, e que é sem praia, para aquele, que o tempo não chega a curar” (**O Propagador das Ciências Medicas**, ano 01, n.07, tomo 01, 1827, p.7-8).

4.2. A criação do Hospício de Alienados

O sexto número da *Revista Médica Fluminense* surgiu em setembro de 1839 trazendo o artigo “Importância e necessidade da criação de um manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados”, de Luiz Vicente De-Simoni. O artigo de vinte e duas páginas considerava de grande importância a construção de um local para o tratamento da *loucura* e defendia “a conveniência ou idoneidade do estabelecimento em que os loucos são recebidos”. A observância dos padrões adequados na construção dos manicômios seria a “condição *sine qua non*” para proporcionar a cura aos enfermos. Nesse sentido, o “isolamento, a tranquilidade, o silêncio”; a separação “dos loucos em classes, segundo o gênero e espécie de alienação mental”, eram consideradas dimensões constitutivas da terapêutica. Sem os “meios próprios para de efetuar tudo isso”, defende De-Simoni, seria “quase impossível obter-se boas curas” (**Revista Médica Fluminense**, ano 05, n.06, setembro de 1839, p.241) ¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Utilizamos aqui duas versões desse texto, a original, publicada na *Revista Médica Fluminense*, e uma republicação, com notas de Ana Maria G. R. Oda e Paulo Dalgalarondo, publicada na *Revista Latinoamericana de Psicologia Fundamental*, vol.8, n.01, março de 2004, p.142-159.

A maioria dos estabelecimentos, entretanto, estava longe do ideal. Eram, em geral, marcados por inúmeras carências que impediam “a aplicação de tratamento físico e moral”. Carências essas que se tornavam mais latentes devido às mudanças no campo teórico que tinham transformado a terapêutica, principalmente a partir “dos trabalhos publicados nestes últimos tempos” – De-Simoni destacava nomes como Esquirol, Pinel e outros vultos do saber alienista do início do século XIX. Em seguida, o médico citava países - como Estados Unidos, França, Itália, e Inglaterra - onde os estabelecimentos, “especialmente destinados para os doidos” eram dirigidos “pelos princípios da ciência”. Esses desenvolvimentos experimentados pelas nações civilizadas estariam “mui longe da perfeição desejada, mas é inegável que dela estão muito menos distantes do que estavam no fim do século passado, e que o melhoramento e o progresso manifestam-se por toda a parte” (*Idem*, p.243).

Em escala mais modesta, o Brasil também experimentava o crescimento e o fortalecimento de um “movimento ilustrado” no que se refere ao saber médico-mental. Já no ano de 1830, lembra De-Simoni, um relatório da Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina destacava o tratamento dado aos loucos no Rio de Janeiro e reivindicava a “necessidade de se melhorar nesta capital a condição dos alienados” (*Idem*, p.244). Esse relatório denunciava as condições da Santa Casa de Misericórdia da Corte e clamava pela construção urgente de “um local mais conveniente em que [os alienados] pudessem restabelecer de sua enfermidade por um tratamento físico moral adequado” (*Idem*, p.243). José Clemente Pereira, o provedor da Santa Casa, era poupado das críticas por reunir em sua prática os “clamores da ciência” e os “sentimentos de humanidade” (*Idem*, p.243-244). Além disso, ele também teria realizado importantes – ainda que insuficientes – mudanças no asilo, como a construção de uma sessão específica onde os alienados ficavam separados dos outros doentes.

Na sequência do texto, De-Simoni explica os perigos de uma acomodação não adequada para os loucos. Ele reitera que as instalações da Santa Casa não davam conta das necessidades terapêuticas e a ausência de alas exclusivas para o tratamento das moléstias mentais era um problema grave, pois colocava “os alienados em vizinhança com um bulício continuado e em aberta comunicação com muitas pessoas, expondo-os aos ludíbrios e insultos dos que fazem deles objeto de divertimento” (*Idem*, p.246). O médico continua:

“Os alienados ali se acham a este respeito quase na mesma circunstância dos da *Torre de Hautcourt*, na cidade de Caen, em 1783, antes que fossem passados para a prisão de Beautieu, e depois para o convento do Bonsauveus; e para nos servir de uma comparação mais ao alcance de todos os nossos leitores, diremos que essa circunstância mui se assemelha à de alguns dos presos da nossa cadeia pública, que por este e por outros títulos pode mui bem estar ao lado de qualquer estabelecimento do século passado” (*Idem*, p.246).

Simoni não oferece a fonte, mas provavelmente baseia-se no artigo “*Cenno sopra i principali Manicomii d’Italia e di Francia*”, de Pier Francesco Buffa (1813-1844), publicado no volume 89 do *Annali Universali di Medicina*. Organizado por Anibale Omodei (1779-1840), esse volume do *Annali* abarcava os meses de janeiro, fevereiro e março do ano de 1839. O artigo de Buffa foi publicado em março, na sessão intitulada *Memoria Original*. Embora o título indique se tratar de um levantamento analítico de hospícios na Itália e na França, o texto se atém tão somente aos exemplos franceses¹⁰⁷. Sobre a referida Torre de Hautcourt, localizada na comuna de Caen, escreve Buffa que “esta torre tinha dois andares: os furiosos eram encarcerados na prisão do primeiro andar; os outros eram expostos à abomináveis escárnios e provocações dos que passavam pela rua”¹⁰⁸.

Vale destacar os referenciais que De-Simoni oferece aos seus leitores. O primeiro é um hospício francês e o segundo, “mais ao alcance de todos os leitores” é a cadeia pública da corte do Rio de Janeiro. Sobre este último, “no que se refere às enfermarias de alienados da Santa Casa da capital imperial, parece que não havia vantagens com relação à Cadeia Pública” (ODA; DALGALARRONDO, 2004, p.129). A comparação entre as estruturas de um hospício e uma prisão não é, porém, de todo estranha. A expertise médica poderia colaborar na elaboração de ambas. Em 8 dezembro de 1831 a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro¹⁰⁹ apresentou um plano para a construção de uma Casa de Correção e Trabalho na corte. Entre os quatro redatores do projeto estava o médico, membro titular e presidente da Academia Imperial de Medicina, José Martins da Cruz Jobim. Na sessão

¹⁰⁷ O artigo apresenta as seguintes cidades: Avignon, Rouen, Bourdeaux, Montpellier, Marselha, Aix-em-Provence, Lion, Saumur, Angers, Saint-Venant, Armentières, Toulouse, Albi, Nantes, Aurillac, Rennes, Lafond, Le Mans, Estrasburgo, Poitiers, Mereville e Caen (BUFFA, 1839).

¹⁰⁸ Eis o original: “Questa torre aveva due piani: i furiosi erano incatenati nelle prigioni del pian terreno, gli altri erano esposti agli abbominevoli scherni e provocamenti de paseggianti” (p.494)

¹⁰⁹ Fundada em 10 de maio de 1831 por Borges da Fonseca, a sociedade contava com 150 membros e caracterizava-se como “grupo de pressão na defesa da preservação das estruturas políticas, sociais e econômicas do império” (ARAÚJO, 2009, p.24).

de 15 de dezembro do mesmo ano, realizada na sede da sociedade, Jobim defendia seu projeto e propunha

“que a construção da Casa de Correção fosse incluída nos estatutos da instituição, para que não restassem dúvidas aos críticos de que a Defensora não se ocupava apenas em pressionar o governo, mas também garantir a melhoria das prisões do império” (ARAÚJO, 2009, p.27).

De volta ao texto de De-Simoni, é possível notar o quanto ele estava atento e empenhado em acompanhar as publicações internacionais. O artigo de Buffa é de março de 1839, enquanto o seu é de setembro do mesmo ano. Por ser italiano, podemos presumir o interesse específico do médico na bibliografia produzida em sua terra natal.

O artigo continua com o rol dos problemas no tratamento conferido aos loucos na corte do Rio de Janeiro, destacando os castigos físicos, que “a todo médico ilustrado e leitor filantropo causará certamente o maior espanto” (**Revista Médica Fluminense**, ano 05, n.06, setembro de 1839, p.247). Aqui ele se refere a dois documentos. O primeiro deles é o já citado relatório da Comissão de 1830 que, conforme citação de De-Simoni, afirma:

“custa a crer-se que no Rio de Janeiro se encontre o cúmulo da barbaridade em uma casa destinada ao alívio de *desgraças a que todo o homem está sujeito*, e que não tenha havido até o presente um coração benfazejo, que se lembre daqueles miseráveis, que lhes procure *um local conveniente* onde eles possam restabelecer-se *por um tratamento físico e moral* bem dirigido, e não aonde eles não se tornem ainda mais loucos; pois qual será o alienado que recuperando a razão nos seus intervalos lúcidos, não quisera antes viver sempre privado dela, do que considerar-se ligado a um tronco, deitado no chão e cercado de outros, que a cada passo o podem acometer e maltratar horrivelmente?” (*Idem*, p.288, grifos no original)

O segundo documento é a tese “inaugural” de Antonio Luiz da Silva Peixoto, *Considerações gerais sobre a alienação mental*, defendida no ano de 1837. Essa tese “censurou também muito o uso do tronco na Santa Casa” e concluiu “que o estabelecimento não oferecia proporções algumas para pôr em prática outros [meios terapêuticos] mais dóceis e racionais” (*Idem*, p.248). Entretanto, criticava De-Simoni, “apesar da tese do Sr. Silva Peixoto, o uso do tronco tem continuado na Santa Casa e na enfermaria dos alienados” (*Idem*, p.2448-249)

Os castigos físicos seriam, então, “instrumentos de sevícia” que têm “atravessado cem gerações administrativas”. De-Simoni queixa-se da manutenção dessas práticas afirmando que “ali conserva-se firme *cea stet Marpesia cautes*” (*Idem*,

p.249). A expressão termo em latim é uma citação modificada de um verso do poema *Eneida*, de Virgílio. O trecho original, “illa solo fixos oculos aversa tenetab/ nec magis incepto voltum sermone movetur/ quam si dura silex aut stet Marpesia cautes”¹¹⁰, refere-se à atitude impassível da sombra de Dido, diante dos apelos de Enéas¹¹¹.

Temos aqui, uma vez mais, uma referência não médica que encontra relação com um repertório intelectual mais amplo do leitor *ilustrado* referido por De-Simoni. Virgílio era um autor relativamente conhecido e popular no Brasil desde o período colonial. No século XVIII, um grupo de insurgentes da região das Minas Gerais que desejava se libertar do domínio português escolheu como lema para a conjuração que planejava um verso extraído das *Bucólicas*: “Libertas quae sera tamen”. As traduções em português da obra do poeta latino vieram no século XIX, com Manuel Odorico Mendes (1779-1864), um autor de “segunda ordem”, mas com amplos “conhecimentos de língua e poesia” (VASCONCELLOS, 2014, p.119). A *Eneida* traduzida por Odorico Mendes veio a público em 1854. Cabe, por fim, destacar que o Canto VI de *Eneida*, do qual De-Simoni retira a citação, é desde aquela época um dos mais populares entre os 12 que compõem a grandiloquente epopeia virgiliana. Segundo o crítico Giuseppe Morpurgo, o canto 6 é “o livro dos mortos, o solene livro místico, poema dentro do poema, Divina Comédia de Virgílio, da qual Dante tirará a maior inspiração” (*apud* MAFRA, 1984, p.15).

De Simoni prossegue em sua crítica aos castigos físicos, e recorre novamente a autores clássicos, dessa vez Homero, para ilustrar seu argumento.

“o tronco e só o tronco é o meio que ali se sabe empregar; que tirar a ideia disso de certas cabeças é de todo impossível; por muito zelo, humanidade e bons desejos se tenha, depois de se ter muito cansado inutilmente, ele não está para condenar-se a um trabalho semelhante ao do Sísifo da Odisseia: cala-se, fecha os olhos e vai andando com o tempo e com as coisas, persuadido de que *ista filix nullo masuescit*” (**Revista Médica Fluminense**, ano 05, n.06, setembro de 1839, p.250).

Demover da cabeça dos responsáveis pela vigilância dos loucos na Santa Casa de Misericórdia a ideia de que os castigos físicos eram pertinentes e necessários seria

¹¹⁰ Numa tradução brasileira: “Ela virava a cabeça e tinha os olhos fixados no chão e não se comovia menos com estas palavras que fosse de dura pedra ou um penhasco do Marpésia” (cf. citação).

¹¹¹ Cf. nota 8 em De Simoni (2004), p.149.

tão difícil quanto o trabalho de Sísifo¹¹². Há ainda ao final do trecho outra citação em latim, *ista filix nullo masuescit*. Ela, contudo, não pertence a Homero, trata-se de uma citação também modificada de Persius Flaccus, retirado de suas *Sátiras*. O verso original é: *non tamen ista Felix ullo mansuescit aratro*. A tradução francesa dá como: *tu as là une fougère sauvage qui défie tout effort de la charrue* – tu tens aí uma samambaia selvagem que desafia todo esforço do arado (PERSE, 1771, p.38). O trecho da sátira faz um jogo de duplo sentido entre capinar ou arrancar uma vegetação e depilar determinadas partes do corpo. Ao que parece, a intenção de De-Simoni é menos o interesse no chiste malicioso do que o reforço na ideia de algo muito difícil de se mover¹¹³.

Além dos castigos, as acomodações da Santa Casa de Misericórdia também eram dignas de nota. Algumas abrigavam “mais de quarenta alienados, e fácil é, pelo que temos dito, formar-se uma ideia do que ali há, e deve haver em tão pequeno espaço, com loucos dos todos os gêneros de mania” ((**Revista Médica Fluminense**, ano 05, n.06, setembro de 1839, p.251). Nas sessões dos alienados a coisa era pior. Eram locais de “bulha contínua e insuportável”, que “fazem lembrar aquele do inferno de Dante no canto III”. A referência é seguida da citação textual e da tradução:

“Diverse lingue, orribili favelle,
Parole di dolore, accenti d’ira
Voci alte, e fioche, e suon di man con elle
Facean un tumulo, il qual s’aggira
Sempre in quell’aria.

Diversas línguas, horrorosas falas,
Palavras de aflição, gritos de raiva,
Vozes altas, e fracas, som de murros
Faziam um tumulto, o qual circula
Sempre naquele ar”. (*Idem*, p.251)

O desconforto, superlotação e insalubridade encontravam situação mais grave entre as mulheres. De-Simoni recorre ao relatório do provedor da Santa Casa de Misericórdia que afirma viverem as alienadas “encarceradas em estreitos cubículos, privadas de toda e qualquer vista, que até a do céu lhes é vedada, e do ar necessário para

¹¹² Eis a criação homérica: “E, sim, vi Sísifo com seu duro sofrimento,/ carregando pedra portentosa com as duas mãos./ Ele, apoiando-se nas mãos e nos pés,/ empurrava a pedra morro acima; mas quando ia / lançá-la por sobre o cume, Crátaiis a revolvía;/ então de volta ao solo, rolava a rocha aviltante./ Mas ele de novo a empurrava, retesando-se, suor/ escorria dos membros, e poeira lançava-se da cabeça” (HOMERO, 2014, p.270).

¹¹³ Cf. nota 13 em De Simoni (2004), p.150.

a vida, recebendo apenas uma luz emprestada” (*Idem*, p.252). Os quartos são todos muito pequenos, cada um deles “é uma verdadeira espelunca que mete horror”. Segundo o relatório, certa vez o Imperador visitou o estabelecimento e ficou mal impressionado: “nós lemos sobre o seu rosto a aflição misturada com o espanto”. Como nos versos de Dante:

“Em todas essas quatro acomodações a desordem é sempre mui grade de mais barulhenta que na repartição dos homens, em razão da maior loquacidade do sexo; e a sala comum a este respeito, e pelo pouco ar e escassa luz que recebe, é sempre um verdadeiro inferno” (*Idem*, p.254).

A dificuldade e carência nas instalações implicavam negativamente no tratamento dos alienados. Nas palavras de De-Simoni, “a angústia do espaço, a construção do edifício, a qualidade da vizinhança, o interminável e contínuo barulho, a multiplicidade dos cuidados e afazeres opõe-se a isso”. Em tais condições, o tratamento moral tornava-se impraticável:

“O resultado é que um grande número de alienações mentais, aliás curáveis, ali ficam sem cura; outras se exasperam terrivelmente passando de monomanias à insânia geral, da apreensão à ilusão, do delírio brando à fúria, da loucura à demência e dessa ao automatismo. Os médicos de mãos atadas por estas circunstâncias, limitam-se a um tratamento muito imperfeito e quase todo físico, o qual cifra-se em combater o período agudo, ou inflamatório da moléstia, [...] e entregam depois os doentes ao tempo” (*Idem*, p. 254-255)

Sobre o pessoal que trabalhava no estabelecimento, De-Simoni destaca a carência de médicos e enfermeiros. Os alienados não têm “um médico próprio, que se ocupe especialmente com suas moléstias”. Ao contrário, existiam dois médicos “encarregados alternativamente, cada um por seis meses do ano, da visita das repartições em que se acham os alienados”. Já os enfermeiros, “estes são tirados ordinariamente das classes menos instruídas”. Eles não reuniam as condições para “preencher e cumprir os deveres do seu cargo” que consiste, a saber, em “entender o médico e o doente e acompanhar aquele nas suas visitas, indagações e tentativas, [...] e ajudá-lo na difícil tarefa de penetrar nos esconderijos do coração humano” (*Idem*, p.255). Aparelhar tal serviço seria difícil, pois um enfermeiro competente não encontraria ali “nem acomodação, nem salário, nem categoria digna de si, e confundido com os mais, sem esperança de melhor porvir, acabaria por envergonhar-se e enojar-se da sua situação, e por largar o cargo” (*Idem*, p.256). Enquanto a situação seguia longe do ideal, o tratamento oferecido era quase nulo, não raro inadequado e por vezes

violento. A situação de um indivíduo furioso ou que sofresse crises violentas era assim descrito:

“Para contê-lo nesses excessos, nos quais se fere e dilacera em várias partes, e para sujeitá-lo à aplicação de socorros a que ele se recusa, é logo submetido à uma segunda prisão: a camisola de força, e até o tronco, que inda não tem sido possível desterrar da Santa Casa, vem amarrar-lhe os braços e prender-lhe as pernas como um escravo” (*Idem*, p.259).

Nesse ponto, De-Simoni encaminha seu artigo para a conclusão e adota uma estratégia narrativa que convoca a empatia do leitor. A condição dos loucos na Santa Casa era inaceitável. Em vez de cuidados clínicos, viviam como presos, como escravos. O médico conclama os leitores: “vós que tanto clamais quotidianamente contra a opressão, a tirania e a barbaridade, [...] vede esses infelizes que tiveram o infortúnio de perderem o juízo” (*Idem*, p.260-261). Afinal de contas, o destino poderia fazer do probo leitor uma vítima daquelas condições:

“O perigo de ficar louco, e de sofrer por isso maior desgraça, violência mais profunda, pior e mais temível prisão, está mais perto de qualquer indivíduo do que ir à cadeia, à casa de correção, às galés, às fortalezas e a qualquer masmorra. [...] Ninguém está mais exposto a ficar louco que o homem colocado no mais alto degrau da elevação social e literária. Um grande monarca visitando um hospital do seu reino, depois de ter visto, e admirado nele as enfermarias, os quartos, e mais acomodações para toda qualidade de moléstia, perguntando-se-lhe se achava faltar nesse estabelecimento alguma coisa, responde mui sabiamente: ‘*um quarto para o monarca, quando suceda ficar doido*’”. (*Idem*, p.260. Grifo no original)

O desfecho da narrativa proposta por De-Simoni sugere, em um primeiro momento, a construção de certa empatia através de uma quase ameaça: a loucura está assustadoramente “perto de qualquer indivíduo”. Como vimos, um leitor que folheasse o artigo da *Revista Médica Fluminense* podia confiar em seus títulos, em seus méritos, na sua fortuna, no seu alinhamento político, em suas relações pessoais, na sua incorruptibilidade, na cor da sua pele e na excelência de seus advogados para se sentir relativamente seguro diante de eventuais ameaças à sua liberdade. Mas teria ele a certeza e a tranquilidade de que jamais seria privado da razão? Eis uma garantia que sofre forte abalo a partir do proposto no texto de De-Simoni. Além disso, havia um agravante. O indivíduo oriundo dos mais elevados degraus da escala “social e literária” teria maior “perigo de ficar louco”. Esse leitor fazia parte dessa classe e/ou com ela se identificava. O recado era para ele, para “todo médico ilustrado e leitor filantropo”. A anedota do rei prudente que ordena a construção de uma cela para si em um hospital de

alienados segue o mesmo diapasão e soa como um recado, mesmo uma reprimenda que anuncia: seja sábio como o Rei!

4.3 A loucura nos pasquins

Como vimos nos capítulos anteriores, os pasquins cumpriram um importante papel no Brasil da primeira metade do século XIX. Em meio aos impressos que tremulavam ao vento das discussões políticas, o recado dos pasquins era o mais direto e contundente. Não raro, recorriam à ironia, à sátira e ao insulto para fortalecer os princípios aos quais estavam alinhados, ao mesmo tempo em que fustigavam seus oponentes. Efêmeros, majoritariamente anônimos, forjados ao debate público, os pasquins tiveram uma circulação que “atingiu seu apogeu em 1830 com cerca de cinquenta títulos” (KUCINSKI, 2001, p.10). Em seu repertório satírico, a medicina e a loucura estiveram presentes nas folhas impressas dos pasquins, conforme veremos a seguir.

Publicado em dois de abril de 1831, *O Enfermeiro dos Doidos* é um pequeno pasquim alinhado a D. Pedro I que, segundo consta, teve um único número¹¹⁴. Suas quatro páginas não trazem imagens e o conteúdo textual é dividido em três partes: a primeira e maior delas é uma introdução sem título onde um narrador-personagem – o *enfermeiro* – fala em primeira pessoa; a segunda é uma sessão chamada ‘Notícia Histórica’, e a terceira e última parte é um ‘Anúncio’ redigido em versos.

Na primeira página, antes do começo do texto propriamente dito, encontram-se três epígrafes que anunciam o propósito da publicação. A primeira, “Dos acontecimentos da Enfermaria, pende a sua aparição”, implicitamente anuncia ao leitor que haveria outros números – propósito que não se realiza – e que o conteúdo seria pautado por fatos ocorridos na *enfermaria*. Os *acontecimentos da enfermaria* seria uma metáfora irônica para as ações do grupo político republicano identificado como *farroupilha*, como veremos na sequência. Sobre estes, explica Cardoso:

“Desde 1829 certos grupos, portadores de ‘ideias liberais muito avançadas’, reunidos em sociedades secretas, como a *Sociedade dos Amigos Unidos* do Rio de Janeiro, preparavam uma revolução contra o regime monárquico. Já então eram conhecidos como *farroupilhas* [...]” (CARDOSO, p.09).

¹¹⁴ “Uma única edição assinala a vida de *O Enfermeiro dos Doidos*, datada de ‘sábado de aleluia, 2 de abril de 1831’” (BAHIA, 2009, p.35).

A segunda epígrafe, “Não cabe no hospital os que conheço;/ Que remédio se não curá-los fora?”, sugere a ideia de que estaria a loucura (política) farroupilha já generalizada a ponto de não caber nos hospitais, a cura deveria dar-se nas ruas. Na última epígrafe, “Aleluias! Aleluias! Aparece o Judas vamos aos outros dez mil vezes piores: porque assim mesmo há sua diferença entre vender e furto”, traz a referência ao fato de a publicação datar de um sábado de aleluia, seguida de uma comparação entre o traidor que entregou Jesus e “outros dez mil vezes piores” (farroupilhas?) que traem (a nação?) não por vendê-la (por trinta moedas de prata), mas por furtá-la.

O que é apenas insinuado de forma enviesada nas epígrafes, logo é esclarecido no início da sessão introdutória do pasquim. A fala do narrador-*enfermeiro* é direta: “Doudíssimos farroupilhas, eis convosco o vosso enfermeiro: condoído de vos ver vagar por essas ruas, quais cães danados, perturbando a paz de pacíficos cidadãos” (**O Enfermeiro dos Doidos**, 02 de abril de 1831, p.1). A analogia entre cães danados e doidos traz consigo a ideia da necessidade de contê-los por representarem uma ameaça. Quem transitava pelas ruas da corte, à época, sabia como eram tratados os cães danados. A sessão da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro de 4 de abril de 1835 informava sobre um

“ofício do Chefe de Polícia, pedindo a indicação do meio mais fácil para envenenar cães; para substituir a este meio ao costume de matar à cacete pelas ruas públicas. O Sr. Dr. Jobim, não podendo assistir à sessão, envia o seu parecer à este respeito, o qual é que se indique a noz vômica introduzida na dose de 15 a 20 grãos em pedaços de bofe e boi” (**Revista Médica Fluminense**, n.10, janeiro de 1836, p.2)

O narrador-*enfermeiro* alude à uma “paz perturbada” pelos farroupilhas. Mas que *paz* era essa? Como dito acima, *O Enfermeiro dos Doidos* ganhou as ruas da corte no dia 02 de abril de 1831, ou seja, cinco dias antes da abdicação de D. Pedro I. Era um momento em que – como vimos no primeiro capítulo – a conjuntura política passava por um período de grande instabilidade e polarização. Logo, o narrador-*enfermeiro* obedecia ao mesmo tom e estilo que encontrava no insulto um mecanismo de disputa política. Aqueles alinhados à oposição farroupilha seriam “doudíssimos”, “cães danados”. Seria necessário controlá-los e identificá-los:

“Como vos introduzis em todos os lugares, usando a liberdade que tem os loucos, e continuamente dizeis despropósitos e gracinhas a todo mundo, e pode muito bem na confusão padecer o inocente, é necessário que tenhais um só uniforme, ou um sinal característico de vossa demência, a fim que sejais bem conhecido” (**O Enfermeiro dos Doidos**, 02 de abril de 1831, p.1).

A identificação do *uniforme* seria a letra ‘T’ grafada em “chapelinhos” de palha. Isso permitiria que a população soubesse tratarem-se de loucos, ao mesmo tempo em que garantiria a estes a “livre e franca entrada em todos os hospitais”. Temos aqui uma referência ao tipo de roupa que caracterizava os *farroupilhas*. Cipriano Barata (1762-1838), farroupilha de primeira hora, andava “em trajes matutos” e “insistia em mostrar-se brasileiro” (CARDOSO, *op. cit.*, p.09). As vestes *farroupilhas* consistiam em uma “indumentária deliberadamente rústica” na qual o “chapéu de palha nativo manter-se-á como um distintivo” (*Idem*, p.09). Episódios como o registrado na citação de Cardoso (1997) oferecem uma dimensão da presença do *chapelinho* na época de hostilidades abertamente declaradas que marcavam o efervescente ambiente político vivido nas ruas da corte:

“inconformados em perder a posição na crista dos acontecimentos, lançaram-se a uma ação direta descontrolada, ao sabor da anarquia militar. Soldados e moços com o chapéu de palha farroupilha, reforçados por uma malta de desordeiros, irrompem em pequenos grupos nos mais diferentes pontos da cidade, cometendo agressões e naturalmente o saque em nome do antilusitanismo” (*Idem*, p.12).

No pasquim, segundo o narrador-*enfermeiro*, em caso de cura após o tratamento médico, o chapéu ganharia uma “barretinha” com a seguinte inscrição: “já estou melhor da minha demência” (**O Enfermeiro dos Doidos**, 02 de abril de p.02). Entre os já submetidos ao tratamento constavam “10 padres, 16 boticários 50 estudantes, 5 militares, 3 negociantes, 9 redatores e 9 doutores” (*Idem*, p.03). A lógica que justifica a quantidade e a proporção entre as profissões escapa à nossa análise, mas a desqualificação do grupo citado é clara e contundente: “apesar de ser isto tudo gente muito ordinária, todavia tenho tratado conforme posso” (*Idem*, p.03).

Os mais difíceis de tratar eram os redatores: “teimosos dizem uns para os outros que na Lua há *Repúblicas*, [...]: ê gente insuportável!”. O episódio na sequência descrito pelo narrador-*enfermeiro* ilustra a dificuldade:

“E um tira-se uma vez dos meus cuidados, e veio dizer-me: *Vm. faça de conta que isto aqui é uma República, eu sou o Presidente dela...* Mas eu que nessa ocasião não estava para o aturar, cheguei-lhe a roupa ao corpo, e desde então não me falou mais no tal Governo: a lembrança sempre é de doido!” (*Idem*, 03).

Aqui o narrador-*enfermeiro* alude ao ridículo da nudez para expor a canhestra situação do redator *paciente* que reivindicava para si a condição de presidente em uma república de faz de conta. O presidente, porém, estava nu – “cheguei-lhe a roupa no

corpo”, informava o narrador-*enfermeiro*. Pior, estava *doido*! O recado é direto e contundente: se és um republicano, serás lançado ao escárnio e ao ridículo. O narrador-*enfermeiro* não se restringe, porém, às alusões vagas e genéricas aos redatores *loucos* pelos ideais republicanos. Ele cita nominalmente periódicos que estariam mais ou menos alinhados a esses ideais:

“Não me sendo possível, pelos meus muitos trabalhos, descrever o estado dos meus doentes, rogo aos Srs. Redatores da *Aurora*, *Astréa*, *Voz*, *Nova Luz*, *Tribuno*, *Repúblico* e companhia, me façam o favor publicar os boletins dos meus enfermos; e quem se interessar nas melhoras deles, por esses periódicos, poderá muito bem julgar do estado de suas faculdades mentais. Os outros periódicos que tomaram à sua conta os nomeados, me farão particular favor em publicar os nomes dos que devem ser medicados, a fim de que a minha polícia possa pegá-los” (**O Enfermeiro dos Doidos**, 02 de abril de 1831, p.02).

A ironia sugere que o conteúdo publicado nos periódicos republicanos substituiria os laudos médicos por trazerem em suas páginas a evidência da loucura republicana: defendê-la, por si só, já seria loucura. Em linhas gerais, é possível considerar a *Aurora Fluminense*, a *Ástrea*, a *Nova Luz Brasileira* e *O Repúblico* como “jornais de oposição” (MOREL, 2003, p.17). Os títulos mencionados, porém, ocupavam latitudes distintas na cartografia política do período, o que exige breve esclarecimento. *O Repúblico*, por exemplo, tinha um perfil mais combativo: “entre os dias 11 e 14 de março de 1831 eclodiram no Rio de Janeiro violentos conflitos de rua envolvendo portugueses e brasileiros, episódio conhecido como Noite das Garrafadas, do qual foi estopim, entre outros, Antonio Borges da Fonseca, redator de *O Repúblico*” (*Idem*, p.18.).

Tom semelhante ao d’*O Repúblico* era encontrado nas páginas da *Nova Luz Brasileira*, onde seu redator, Ezequiel Correia dos Santos (1801-1864), “acitava com ‘revoluções terríveis e inevitáveis, desde que a paciência de um Povo Pacífico se acaba antes que se acabe a má fé dos Governos’” (*Idem*, p.54). Ezequiel formou-se boticário na Academia Médico-Cirúrgica em 1819 obtendo sucesso em sua carreira¹¹⁵. Ele redigiu da *Nova Luz* entre 1829 e 1831 e defendia uma “monarquia americana *suigeneris*”, a saber, democrática, constitucional, federalista, não hereditária e eletiva (BASILE, 2001, p.35).

¹¹⁵ Existem referências a “vários endereços de farmácias localizadas no centro da cidade do Rio de Janeiro que pertenceram a Ezequiel C. dos Santos. A primeira, parece ter sido localizada na R. das Mangueiras (atual R. Visconde de Maranguape), depois na R. do Conde da Cunha, 24, (atual R. Visconde do Rio Branco), R. do Piolho (atual R. da Carioca), 113 e R. do Areal (atual R. Moncorvo Filho)” (SANTOS,2007, 1043).

O perfil da *Aurora Fluminense*, por sua vez, sofreu modificações, “até o 7 de abril, [...] abstinha de pregar uma revolução. Mas com a destituição do imperador, em suas páginas começou a se entrever a revolução” (MOREL, *op. cit.*, p.21). O *Astréa* tinha como redatores Antônio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto e circulou na corte de 1826 a 1831. Seus detratores consideravam-no um periódico “insolente” e “demagógico”¹¹⁶ (SODRÉ, 1966, p.123-124). Juízos à parte, é inegável o tom antilusitano da folha, conforme podemos ver na edição de 18 de março de 1831, em artigo sobre a *Noite das Garrafadas*: “bárbaros sanguinários portugueses [...] derramaram o sangue brasileiro” (*Apud* FRUTUOSO, 2016, p.60). O *Tribuno do Povo* manifestava assim seu antilusitanismo ao escrever sobre o mesmo episódio:

“As festas, as músicas, os foguetes, as fogueiras, os arcos, os versos, os elogios, os vivas, e todas as mais ridicularias semelhantes de nada valem, principalmente quando seus autores são homens de pouca representação nos países, onde vem mendigar o sustento, que a mão pátria lhes negara, quem deve há de pagar” (*Tribuno do Povo*, 17 de março de 1831, *apud* PANDOLFI, 2007, p.100)

Publicado entre 18 de setembro de 1830 e 6 de março de 1832, o *Tribuno do Povo* era antilusitano, mas não se colocava contra o imperador. O redator Francisco das Chagas Oliveira França defendia a monarquia constitucional: “afirmava não querer *Imperador sem Constituição*, mas, caso o Imperador se tornasse absoluto, afirma que seria seu *mais encarniçado inimigo*” (PANDOLFI, *op. cit.*, p.105, grifo no original). Ele também manifestou sua posição em versos:

“MOTE
Manter a Constituição
É dever dos Brasileiros
GLOSA
Trema, trema a vil traição,
Seu plano será frustrado;
Que o Brasil já tem jurado
“Manter a Constituição.,
Si homens vis, sem criação
Si porcos, vis estrangeiros
Se julgam bravos guerreiros,
Eia, ao campo e lá verão
Que ser livre, escravo não,
É dever dos Brasileiros (por um Cabra Fluminense)” .
(*Tribuno do Povo*, 24 de março de 1831, *apud* PANDOLFI, *op. cit.*, p.105)

Algumas almas, porém, são menos suscetíveis aos clamores e denúncias da poesia. Francisco Antônio Soares, um famoso agitador pró Dom Pedro I, era uma dessas

¹¹⁶ A avaliação é da *Gazeta do Brazil*, jornal alinhado a D. Pedro I.

almas. Certa feita, durante cerimônia realizada no Largo do Paço, que contaria com a presença do imperador, ele avistou o redator do *Tribuna do Povo* que estava por ali a observar o que se passava. Sem perder tempo, Soares partiu em sua direção aos gritos de “Viva o Imperador! Viva o Imperador!”, ao que foi prontamente respondido: “Constitucional, Constitucional, sem isso não o queremos”. Soares, que não estava lá muito inclinado ao debate e às longas entrevistas, optou por deixar de lado a força das palavras e quis resolver as diferenças pela força do chicote que carregava consigo. A audiência interveio e evitou que as ameaças fossem levadas a cabo (PANDOLFI, 2007, 103-104).

Podemos perceber que o conjunto de jornais selecionados pelo narrador-*enfermeiro* fazia sentido. Tais periódicos carregavam o perigoso republicanismo em suas páginas. O próprio editor do *Tribuna do Povo*, Francisco Chagas de Oliveira França, chegou a propor uma ação unificada entre jornais diante das ameaças de recolonização e da implantação do despotismo, propostas pelos *monstros* portugueses: “O Patriota Redator da Aurora, a corajosa e livre Nova Luz, o firme Repúblico, a Patriarca Astréia já iguais votos fizeram aos seus concidadãos” (*Tribuna do Povo*, 24 de março de 1831, *apud* PANDOLFI, *op. cit.*, p.105). Como podemos ver, na era dos insultos impressos, um redator poderia ser tratado tanto como patriota, corajoso, firme e patriarca, quanto como um cão danado ou louco, conforme a posição política dos que o afirmavam.

De volta ao pasquim, o narrador-*enfermeiro* apresentava seus expedientes clínicos para tratar os *loucos*, o que, em resumo, significaria “expurgar desta Cidade os tais maníacos”. Para realizar tal empresa, era proposto o seguinte:

“Tenho na enfermaria os divertimentos necessários para os meus loucos: arranjei um *museu* de coisas raras e sortidas para satisfazer a balda, ou mania de cada um. Tenho a *federação* muito bem figurada sobre uma coluna de barro, tenho na destra o coelo da anarquia; para os ébrios tenho uma porção de aguardente; para os presumidos de grandes literatos tenho uma sofrível biblioteca, [...]; para os ladrões tenho um cofre suprido de ouro metal; porém com grades de ferro; [...]; enfim nada falta, e se quiserem vão para a Ilha dos Ratos, ver essa nova maravilha. Os barcos para transporte da *demência* já estão prontos, e estou na diligência de arranjar os arrais, o que me tem sido difícil, porque ninguém quer se arriscar a ver-se com doidos no meio do mar, salvo se houver algum tronco de pescoço” (**O Enfermeiro dos Doidos**, *op. cit.* p.03, grifo no original).

Nada faltava no asilo, todas as *baldas* e *manias* receberiam a devida atenção. Nota-se que, segundo a lógica do narrador-*enfermeiro*, os *loucos* formariam um

conjunto de indesejáveis, composto por federalistas, anarquistas, ébrios, presumidos literatos e ladrões. Para cada caso de *demência*, um tratamento correlato. Além da *terapêutica*, haveria uma alternativa, a Ilha dos Ratos.

A produção historiográfica brasileira sobre as prisões oferece duas possibilidades para compreender a referência à Ilha dos Ratos. A primeira indica o presídio de Fernando de Noronha, localizado na província de Pernambuco. Criado no período colonial,¹¹⁷ funcionou com regularidade intermitente até o início do século XX. Em 1833 teve início o regime civil do presídio, subordinando-o ao Código Criminal. Até então, “pelo fato de não haver legislação que a fundamentasse”, o presídio era “um depósito de réus de todos os crimes” (COSTA, 2009, p.136). Uma das ilhas do arquipélago, chamada Ilha dos Ratos ou Ilha Rata, servia como solitária para presos tidos como incorrigíveis ou aqueles que infringissem alguma das rígidas regras disciplinares do presídio¹¹⁸.

Outra possibilidade de compreender a referência estaria na própria corte do Rio de Janeiro. Desde 1808 a nau *Príncipe Real*, que transportou a rainha Dona Maria I e Dom João, servia como prisão. Os presos eram “nela depositados por condenação ou imposição ao trabalho forçado, por recrutamento forçado ou para receber castigo corporal” (FONSECA, 2009, p.110). A embarcação ficou fundeada na Baía de Guanabara ao norte da Ilha das Cobras até 1831, ano de sua desativação. Nota-se que a localização do navio-prisão é a mesma da Ilha dos Ratos, “um parcel rochoso elevado que ficava a pouca distância ao norte da Ilha das Cobras” (PRIORI, 2003, p.31). Não seria descabido considerar que, dada a coincidência de localização, o narrador-enfermeiro tenha proposto uma identificação entre Ilha dos Ratos e o navio prisão *Príncipe Real*.

Não dispomos de documentos que permitam afirmar de qual *Ilha dos Ratos* trata a referência do pasquim, se a da baía de Guanabara ou a do arquipélago pernambucano. A certeza que temos é que, ao se referir ao *tronco no pescoço* como meio de tornar

¹¹⁷ “Não se sabe ao certo quando a ilha de Fernando de Noronha começou a servir com prisão. Parece remontar ao século XVIII, ou mesmo XVII, pois, já em 1612, [o padre francês e missionário capuchinho] Claude D’Abbeville encontrou desterrado pelos moradores de Pernambuco um português e 18 índios. Entre 1645 e 1647, os holandeses para lá desterraram três mulheres” (COSTA, 2009, p.135).

¹¹⁸ “À pequena distância da ilha [de Fernando de Noronha] existem duas outras muito menores, que pouco excedem ao nível do mar, denominadas de São Miguel, e dos Ratos, ou *Rata*, as quais serve de cárcere aos sentenciados mais rebeldes” (HONORATO, 1863, p.47).

seguro o transporte dos *doidos no meio do mar*, o narrador-*enfermeiro* tenha, mais ou menos implicitamente, relacionado prisão, loucura e escravidão. Trata-se de uma relação plausível e pertinente, uma vez que “a prisão, no passado, recebeu contornos típicos de sociedades escravistas, ao contrário da prisão moderna situada em um mundo que valoriza a liberdade; assim a prisão e a escravidão se aproximavam no passado” (FONSECA, 2009, p.130).

A *nova maravilha* seria, então, uma ironia para se referir à antiga forma de aprisionar homens e mulheres que, por algum motivo, tornavam-se indesejáveis. Essa perspectiva traduz-se na proximidade entre o louco, o escravo e o cativo. Assim, os adversários políticos seriam identificados aos loucos passíveis de serem – semelhante ao que ocorria com os escravos – privados da liberdade e submetidos à violência física¹¹⁹. Para que não restassem dúvidas quanto a esse ponto, o narrador-*enfermeiro* reforçava a ideia:

“Mas como de loucos não há que fiar, esta mesma ocasião depreco a polícia, autoridades policiais e mais cidadãos, que, a prol da boa ordem, queiram capturar todos aqueles que dentro de oito dias não se recolherem às enfermarias, das quais sairão quando obtiverem algumas melhorias, o que será atestado por um bilhete de convalescência assinado pelo facultativo assistente” (**O Enfermeiro dos Doidos**, *op. cit.* p.03).

Na paisagem da corte descrita pelo narrador-*enfermeiro*, a oposição *farroupilha* circulava livremente pelas ruas, tal como os loucos. A percepção registrada nas páginas do pasquim estava inserida em um contexto em que o estado das coisas sofria modificações, no que se refere à atenção dada à loucura. Durante o período colonial, “os mentecaptos pobres, tranquilos vagueavam pelas cidades” sem provocarem olhares de censura ou representarem perigo, somente os agitados “eram recolhidos às cadeias” (MOREIRA, 1905, p.54, *apud* ODA; GALDALARRONDO, 2004, p.128). Com o avançar do século XIX, a condescendência com o livre circular dos loucos era, aos poucos, substituída pela ideia de exclusão. Em junho de 1830, um relatório da Comissão de Salubridade Geral da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro chamava a atenção

¹¹⁹ Os maus tratos aos escravos como predicado garantido aos senhores perduraria até o momento da abolição. Em 1886 encontramos o caso em que D. Francisca, uma rica proprietária, foi acusada de torturar duas de suas escravas, Eduarda e Joana. O caso tomou notoriedade ao ser publicada na *Gazeta de Notícias*, folha abolicionista editada por José do Patrocínio e João Clapp. O juiz responsável pelo caso encontrava-se diante de um dilema: dar ganho de causa à D. Francisca ou “romper com a tradição escravocrata de poder absoluto sobre a propriedade escrava e lançar o poder judiciário na vanguarda do humanitarismo” (AUGUSTO, 2013, p.38). O juiz considerou o argumento da defesa, corroborado pelos peritos, de que a ré sofria de *insanidade de espírito*. A sentença definiu a interdição de D. Francisca.

para a “necessidade de um asilo de alienados na vizinhança da cidade, onde eles gozem de todas as comodidades, que exige o seu estado, e tratamento” (*apud* **Semanário de Saúde Pública**, 09 de abril de 1831, p.03). Em 1835 foi a vez de Sigaud levar a público suas “Reflexões sobre o trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro”. O médico considerava que, “se existe classe que mereça uma vigilância esclarecida, benévola e ativa, e a dos doidos” (**Diário de Saúde**, abril de 1835, p.7). A construção de um asilo respondia ao seguinte questionamento: “Por que medidas a Câmara Municipal pode prevenir a presença de doidos nas ruas?” (*Idem*, p.07). O argumento do narrador-*enfermeiro* parecia estar afinado com a ideia da loucura como alvo de vigilância

“Tem chegado ao meu conhecimento que alguns padres precisam também de curativo radical; já tenho seus nomes, e a minha polícia já está encarregada de os conduzir a enfermaria competente. Alguns militares (quem diria!!) tem também sido vítimas da mesma epidemia, e de necessidade os Srs. Comandantes dos Corpos, em que eles houverem, nos devem remeter com segurança, para eu os tratar como merecem, e curados que sejam, tornarão aos seus Corpos; e para exemplo dos mais trarão na barretinha esta inscrição – *já estou melhor da minha demência*” (**O Enfermeiro dos Doidos**, *op. cit.* p.03).

A cura representava o restabelecimento da ordem que seria garantida com a ajuda da *polícia* que conduziria os loucos para a *enfermaria competente*. O narrador-*enfermeiro* manifesta sua reprovação com o posicionamento de setores militares que se alinharam aos *farroupilhas* ao mesmo tempo em que clama aos comandantes para que fiquem vigilantes às *vítimas* da *epidemia* republicana. Ao conclamar os comandantes, o narrador-*enfermeiro* dá a entender que haveria insubordinação no caso adesão ao republicanismo. Aos insurgentes, o tratamento *como merecem* até que sejam curados de sua *demência*. O pasquim termina com versos que retomam a referência à Ilha dos Ratos, local para onde devem ser enviados os doidos para que a *paz* possa ser desfrutada:

“Há para a Ilha dos Ratos
Sempre pronta embarcação:
Todo doido, ou solteirão
Pra lá pode embarcar:
Só assim a sociedade
Poderá paz desfrutar” (*Idem*, p.04)

Outro pasquim que lança mão de referências à medicina e à loucura é o *Médico dos Malucos*. Lançado em 9 de julho de 1831, ele surge após abdicação de Dom Pedro I, ocorrida em abril do mesmo ano. Três são as informações paratextuais da primeira

página. Logo abaixo do título *O médico dos Malucos*, há o subtítulo: “Ou remédios aplicados às manias do Século XIX”. Na linha seguinte, uma epígrafe: “os doentes que pretenderam socorrer ao autor desta medicina poderão achá-lo em sua casa sem número na rua do Sabão, entre a Quitanda e Candelária; e o receituário se anunciará pelos jornais, e venderá na rua detrás do Carmo”. A linha seguinte registra o local e ano da publicação, “Rio de Janeiro, na Tipografia do Diário, 1831”.

Em 1830 a Tipografia do Diário havia passado para o controle de Nicolau Lobo Vianna, “em cujas mãos tornou-se importante tipografia e impressora de livros da cidade” (HALLEWELL, *op. cit.*, p.119). Entretanto, em 1831 ela publicava tão somente pequenos periódicos (VIANNA, 1945, p.23). O único título de relevância então ali impresso foi o popular *Diário do Rio de Janeiro*, longevo periódico que deu nome à tipografia. Vianna era empenhado diretamente na campanha restauradora, em 1832 foi preso e condenado “pela publicação do periódico restaurador *O Caramuru*” (GODOI: 2012, p.01). Essas informações nos ajudam a identificar o alinhamento do pasquim, por certo contrário ao grupo que havia sido favorável ao destronamento do Imperador.

Curioso destacar que um pasquim anônimo tenha identificado o local de sua impressão. Nesse ponto, parece não haver contradição na manutenção do anonimato de um impresso produzido em tipografia reconhecida. Tal situação protegia a identidade do autor, mas não determinava ao pasquim a condição de clandestino. Em *O Médico dos Malucos*, ocorre uma dupla ocultação do autor. Ele é ao mesmo tempo anônimo e ficcional:

“O autor sendo aprovado na arte de curar, conforme o sistema da Natureza, contudo tem visitado as melhores universidades conhecidas, aonde te visto que os meios curativos pouco diferem de um a outro país, e posto que a medicina se ache muito adiantada, ela tem salvado grande parte dos viventes, e maior número poderia salvar se não tivesse que lutar com os boticários pouco escrupulosos de venderem as suas drogas mais antigas, conservando as mais novas, contudo o autor receoso de negociar nas vidas dos seus semelhantes, visitou a China onde o acaso lhe descobriu a forma de curar as manias do Século presente sem dependência da farmácia por isso se dedicou a esta nova arte que poderá prolongar a vida, e nunca matar, com tanto que os malucos não se afastem dos meios que se lha aplicarem a benefício da sua existência, como se verá do decurso desta pequena obra” (**O Médico dos Malucos**, 09 de julho de 1831, p.01).

A partir daí, o texto passa a ser estruturado em forma de diálogo que desenvolvem-se em diferentes cenas onde sete enfermos consultam o médico. A documentação

disponível é desfalcada de quatro páginas (3,4,5 e 7). O que resta do pasquim é o diálogo completo da consulta do *1º Enfermo*, o início da consulta do *2º Enfermo*, o final da consulta do *6º Enfermo* e a consulta completa do *7º Enfermo*. O médico e os enfermos não têm seus nomes anunciados, cada entrevista tem três personagens: o *enfermeiro*, o *médico* e o *enfermo*. Nas páginas a seguir analisaremos as duas cenas que restaram completas para nós, a saber, a do *1º Enfermo* e a do *7º Enfermo*.

Na primeira cena, o enfermo apresenta sua queixa:

“eu venho procurar a V.S. para me valer porque ando sempre malucando, e vem a ser, que estando quieto e sossegado entre os braços da minha família, se declararam na minha terra dois partidos em favor dos dois pretendentes à Coroa na minha Nação, eu segui o que julguei mais acertado, porém, fui traído por meus companheiros, a ponto de que emigrei para salvar a vida. Tenho passado muitos incômodos e grandes privações, perdi quanto possuía na Pátria, e a minha família anda errante e cheia de fome, e coberta de trapos, sem que possa valer, nem para mim, portanto veja V. S. que remédio me aplica” (*Idem*, p.02).

O médico considera que a “moléstia está mui adiantada” e pergunta se o enfermo “era militar”. Ao que é respondido: “não senhor, mas era, e sou Constitucional, e desejo defender e sustentar o Governo Representativo”. O médico, então, conclui seu diagnóstico:

“Se Vm. era paisano e não empregado público, para que se meteu em negócios políticos, fosse mais prudente, porque vou lhe contar um casozinho: no tempo que os irracionais falavam, ia um homem com seu burro carregado, e encontrando dois salteadores, disse ao burro que andasse mais depressa porque os ladrões o seguiam, respondeu o burro, [ilegível] podes apressar-te, porque eu tanto me serve ser teu, como me serve ser dos ladrões, porque nenhum de vocês me hão de tirar da albarda; mas contudo sempre lhe vou receitar:
Recipe. Emenda, libra e meia; óleo de velhacos, duas onças: xarope de cautela, e neutralidade, quatro oitavas, misture e tome duas vezes por dia, que se achará melhor” (*Idem*, p.02).

O médico dá a entender que, na disputa pelo poder, aqueles que estivessem distantes das decisões ou não fossem diretamente impactados pelas mudanças nos *negócios públicos* estaria no caminho errado. A participação política seria ao *paisano*, talvez aqui entendido como indivíduo dos extratos mais baixos da sociedade. Aquele que vítima corriqueira, independente do contexto político. A metáfora do burro resignado com sua condição de animal de carga que, pouco importa a quem pertença, sempre lhe caberá a sela e o peso a carregar, parece pertinente. Diferente de *O Enfermeiro dos Doidos*, que ao disputar a narrativa com os *farroupilhas*, posicionava-se a favor da Coroa, *O Médico dos Malucos* sugere um tom mais cético e desencantado

com a situação política pós-abdicação. O remédio prescrito traduz um tom de advertência: *xarope de cautela e neutralidade*.

A cena do 7º *Enfermo* inicia da seguinte forma:

“Enf. – Sr. Doutor, eu sou Oleiro, entrei na Revolução em Abril passado, porém são muitos malucos, e poucos os premiados.

Med. – Que pretendia Vm.?

Enf. – Ser General das armas.

Med. – Ora Sr. Mestre vá fazer tigelas e não aspire o que pertence aos grandes defensores da Liberdade, e contentem-se da sua reunião aos homens de bem, e a Deus” (*Idem*, p.07).

A piada aqui tem como alvo o radicalismo militar que a campanha abolicionista adquiriu no nervoso período das agitações políticas que culminaria com o fim dos nove anos de reinado de D. Pedro I. Após o imperador lavrar de próprio punho o Decreto de Abdicação no dia 7 de abril, o ambiente político foi aos poucos diminuindo em ruído e excitação. Alguns dos que se alinharam à campanha antimonárquica tardaram a notar que, pouco a pouco, os discursos inflamados davam lugar aos sussurros das negociações, os inconciliáveis dissensos davam lugar aos acordos e ajustes em prol do bem maior, os rancos das exigências e iminência de conflitos cediam aos elogios à ordem e à paz enfim retomadas. Os árduos e complicados caminhos das mudanças políticas nos meses que sucederam a Abdicação anunciavam como destinos a moderação, a reforma e a transação (CARDOSO, *op. cit.*, p.25).

Mas, e os militares que, insatisfeitos com o monarca, se alinharam à causa dos liberais e colaboraram significativamente para tornar o 7 de abril possível? O novo regime tinha diante de si o desafio de jogar água fria na fervura dos ânimos da tropa. De uma ponta à outra da hierarquia era possível identificar o *perigo militar*. O general Lima e Silva se mantinha “inarredável como regente, passando da Regência Provisória para a Permanente” (*Idem*, p.14), ao mesmo tempo, o segmento popular da corporação – a *soldadesca* – escapava ao comando. Para os homens que tocavam o novo arranjo político, porém, o tempo dos radicalismos havia sido superado, chegara a hora da moderação, de um ajuste pacífico, de um pacto. Para o bem da ordem, a força militar deveria se desmobilizar e recolher-se aos quartéis.

“A justificativa para sua desmobilização foi de que os exércitos permanentes na Europa se ligavam à sustentação de regimes absolutistas e que, na América, exércitos fortes possibilitariam a formação de pequenos Bonapartes, como na Argentina com Rosas e no México com Santa Anna. Argumentavam que um

exército numeroso retiraria muita mão de obra da produção e que a tropa se inclinava a ser um fator de anarquia na medida em que tendia a unir-se à população”. (PANDOLFI, 2012, p.291)

Tal argumento não foi bem recebido pelos militares e não é difícil imaginar o “ressentimento de setores do exército com essas medidas” (*Idem*, p.293). Insatisfação que converteu-se em triste memória e ecoou durante muito tempo na imprensa. Em 1832, o *Sentinela da Liberdade*, periódico que tinha Cipriano Barata como redator, lembrava que logo depois da Abdicação, os militares foram perseguidos pelos seus aliados liberais. Ainda em 1849, um periódico de título sugestivo, *Soldado Brasileiro*, criticava os liberais por terem enganado e perseguido o exército durante o período em que permaneceram no poder (CARVALHO, 1996, p.173).

De volta ao pasquim, o diálogo entre o médico e o *7º Enfermo* mantém a lógica da primeira cena. Em certa medida, haveria um arranjo político excludente, no qual não se deve aspirar *o que pertence aos grandes defensores da Liberdade*. Dessa forma, o que resta é retomar o seu lugar na sociedade, distante do poder decisório. No caso específico dos militares, eles tinham sido úteis na campanha que culminou com a abdicação. Agora não seriam mais. Proscritos do cenário político, pairavam sem lugar no novo governo. Sem lugar, tal como loucos. Dessa forma, o médico pergunta: “queira dizer-me a sua mania e conforme a causa lhe aplicarei o remédio”. O *7º Enfermo* então explica.

“Saberá o Sr. Doutor, que eu tenho duas lojas de secos e molhados, no que tenho feito alguma fortuna, e a custa do meu dinheiro e do serviço da minha indústria obtive a mercê do Hábito de Cristo, com que me queria condecorar no dia em que fosse recebera viúva do meu amo antigo, e agora passa por certo que se vão abolir essas condecorações, ficando eu sem hábito e sem o dinheiro que me custou, portanto isso não vai bem, e a noiva talvez se desgoste” (**O Médico dos Malucos**, *op. cit.*, p.08)

O médico o tranquiliza, “meu rico amigo console-se que terá muitos companheiros que sofram a sua moléstia”. Diante a solicitação de prescrição de “algum remédio para não malucar”, o médico é definitivo: “não lhe posso aplicar outro, que esquecer-se do passado e cuidar das suas tabernas para recuperar o perdido” (*Idem*, p.08). A conclusão soa como advertência e propõe a retomada das coisas em sua devia ordem. Os males causados pelas disputas políticas serviam como aviso no que se refere ao lugar de cada um na sociedade. O *7º Enfermo* era um pequeno comerciante que, após engajar-se nas disputas políticas e nas causas públicas, retornava ao universo privado, ali era o seu

lugar. Não haveria lugar para ele no novo governo. Para não *malucar*, deveria esquecer o passado e assumir o seu devido lugar na sociedade.

CONCLUSÃO

A pesquisa aqui apresentada propôs-se a analisar as representações da loucura nos impressos que circularam na corte do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Em um contexto no qual o alienismo ainda não havia se consolidado como saber especializado, as preocupações com as moléstias mentais estavam presentes em impressos como as teses médicas, os relatórios e as revistas médicas. Nossa investigação privilegiou as revistas médicas, por representarem um pioneiro movimento de institucionalização da medicina no Brasil. Ainda que não houvessem revistas especificamente destinadas aos saberes sobre a loucura, o que se daria somente no início do século XX¹²⁰, as páginas dessas revistas abordavam o tema com regularidade. A loucura, cada vez mais, tornava-se uma preocupação para a sociedade. Uma pergunta, porém, norteou a nossa pesquisa. O que significava a loucura no início do século XIX?

Antes de iniciarmos a caminhada em busca da resposta, decidimos dar um passo atrás e ajustar a escala do objeto a ser investigado, a saber, as representações da loucura nos impressos. Dessa forma, antes de tentarmos chegar até algo próximo a uma definição unívoca sobre o que se percebia como loucura, optamos por considerar o contexto mais amplo. Contexto complexo para o qual confluíam a emergência do romantismo brasileiro, a independência política, a independência literária, a consolidação da imprensa como agente político, a revolução técnica da imprensa, o surgimento do romance-folhetim, etc. Notamos, então, uma pluralidade de significados que, por sua vez expressava uma pluralidade de estilos de escrita e estatutos narrativos. Era necessário estabelecer um roteiro a seguir para compreender os significados da loucura nos impressos.

Optamos como ponto de partida, compreender a relação entre imprensa e romantismo. A partir da criação da revista *Niterói*, em 1836, a literatura brasileira pôde dar seu grito de independência. Esse projeto de construção de uma identidade para o Brasil através das letras encontrou no romance-folhetim um ator involuntário. O ideário romântico que impulsionou o lançamento da *Niterói* coincidiu com um período de

¹²⁰ Os exemplos pioneiros no mundo civilizado são da primeira metade do século XIX. A *Magazin fuer die psychische Heilkunde* (Jornal de Medicina Psíquica), surge em 1805, na Alemanha; os *Annales médico-psychologique-Paris*, em 1843, na França e o *American Journal of Insanity*, em 1844, nos Estados Unidos. No Brasil, o pioneirismo coube a *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Medicina Legal*, criado em 1905 (DALGALARONDO, 1999).

efervescência política que convulsionava a corte do Rio de Janeiro, no qual a imprensa convertia-se em tribuna privilegiada. Os redatores da *Niterói*, por seu turno, recomendavam distância das disputas políticas. O periódico defendia a necessidade de atender para os assuntos e temas mais elevados, que contribuíssem para alçar o país ao nível das grandes nações. Entre a urgência das refregas partidárias e a ilustração do projeto de independência literária, uma novidade surgia: os romances-folhetins.

O romance-folhetim leva-nos ao primeiro ponto de análise da representação da loucura nos impressos. A partir da análise do romance *O Filho do Pescador* (1843), de Teixeira e Sousa, nota-se que a loucura ali representada era relacionada à moral que se pretendia valorizar. O estatuto narrativo próprio do romance-folhetim é marcado pela carga moral que ela traz em sua trama. Não por acaso, as referências à loucura oferecidas por Teixeira e Sousa têm essa finalidade. Logo, são desarrumadas as convenções hierárquicas do patriarcado. O filho *louco amor* se rebela contra o pai; a mulher adúltera cai em desgraça, levada por um amor *louco e criminoso*; um jovem *louco de amor* planeja um assassinato. A loucura como lição moral presente no romance-folhetim evidencia a existência de um destinatário. Um leitor a quem se busca entreter, divertir e instruir.

Entre os impressos que cresciam em número na corte do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX, estavam os periódicos médicos. Nossa análise permitiu acompanhar as facetas que envolviam o saber médico que encontrava nos impressos um caminho para a sua institucionalização. Neles, o estatuto narrativo da medicina expressava a sua riqueza e complexidade. A arte de escrever convertia-se em dimensão constitutiva da formação profissional do médico. A disseminação do saber científico exigia estilo correto ao mesmo tempo em que permitia uma variedade de recursos estilísticos como metáforas e alusões poéticas e literárias, uso de vocabulário dramático, bem como a comicidade pelo ridículo. Dessa forma, ao falar sobre a loucura, os periódicos médicos mobilizam um repertório narrativo em estreita aproximação semântica com as belas letras.

“Na linguagem culta da Corte Imperial, a expressão ‘literatura’ significava a soma dos saberes cultivados pelos então chamados ‘homens de letras’. A palavra funcionava na ocasião como um sinônimo de ‘conhecimento e instrução’, englobando a oratória política, a medicina, o direito, a filosofia, as letras, a ciência, a eloquência, a gramática, a filologia, a história e as humanidades” (SÁ, 2006, p.13).

Tal estilo de escrita perduraria durante o século XIX e somente a partir do final do século XIX passaria a sofrer mudanças que, aos poucos, daria lugar a “um padrão mais especializado de formação e produção intelectuais” (*Idem*, p.14). No caso do saber médico e, especificamente do saber alienista, as revistas da primeira metade do século XIX registram em suas páginas o nascimento de um estilo próprio, condizente com o contexto cultural do período.

FONTES PRIMÁRIAS :

ACADEMIA IMPERIAL DE MEDICINA. “Honras à memória de João Álvares Carneiro e inauguração do seu busto pela Academia Imperial de Medicina”. In: *Revista Médica Fluminense*, n.1, v.4, abril de 1838.

_____. “Discurso sobre a morte do Sr. João Álvares Carneiro, continuado do número anterior”. In: *Revista Médica Fluminense*, n.1, vol.4, abril de 1838.

_____. “58ª Sessão geral em 20 de agosto de 1840”. In: *Revista Médica Fluminense*, n.9, ano6, dezembro de 1840.

_____. “Discurso do Sr. Dr. C. B. Monteiro, recitado na Faculdade de Medicina no dia da abertura do seu curso de medicina operatória e aparelhos”. In: *Revista Médica Brasileira*, n.01, maio de 1841.

_____. “Lei que a Assembleia Legislativa para as despesas da Academia nas Leis do Orçamento”. In: *Revista Médica Brasileira*, Nº3 - Ano 2, julho de 1842.

_____. “Notícia”. In: *Revista Médica Brasileira*, n.1, ano III, maio de 1843.

_____. “Notícia”. In: *Revista Médica Brasileira*, n.1, vol.3, maio de 1843.

ARISTOPHANES. “Carta de Aristophanes ao seu amigo Z”. In: *O Brasil*, n.2, 20 de junho de 1840.

AZEVEDO, Moreira de. “Biographia de Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa”. In: *A Grinalda – revista semanal litteraria e recreativa*. 09 de Dezembro de 1861. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/737151/per737151_1861_00002.pdf.

BAYLE, M. “Nova doutrina das moléstias mentais – opinião dos autores sobre a natureza destas moléstias”. In: *O Propagador das Sciencias Médicas*, ano1, tomo 1, n.5, 1827.

BAYLE, M. “Sobre as alucinações dos sentidos, por M. Bayle”. In: *O Propagador das Sciencias Médicas*, ano1, tomo 1, n.1, 1827.

CALMEIL, L. F. “De la paralysie ches lês alienes, ou da paralisia dos alienados”. In: *O Propagador das Sciencias Médicas*, ano1, tomo 1, n.7, 1827.

DEZEIMERIS, J. E.. *Dictionnaire Historique de La Médecine Ancienne et Moderne*, Tomo 1. Paris, Béchét Jeune et Labé, 1839. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k108282h>.

DE SIMONI, Luiz Vicente. “Importância e necessidade da criação de um manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados”. In: *Revista Médica Fluminense*, Ano V, n.6, p.241-62.

- _____. “Importância e necessidade da criação de um manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados”. Republicação com notas de Ana Maria G. R. Oda e de Paulo Dalgalarro. In: *Revista Latinoamericana de Psicologia Fundamental*, vol.08, n.01, março de 2004, p.142-159.
- _____. “Relatório do secretário geral da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, o Sr. Dr. Luiz Vicente De Simoni”. In: *Revista Médica Brasileira*, n.3, julho de 1841.
- DUPAU, Jean Amédée. *Lettres physiologiques et morales sur le magnetisme animal*. Paris: Gabon et Cie., 1826. Disponível em <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.hws739;view=1up;seq=7>.
- FEIJÓ, Diogo Antonio. “Relatório do ex-ministro da justiça”. 1831. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1822/000011.html>.
- FEITAL, J. M. N. “O modernismo em Medicina, pelo Dr. J. M. de N. Feital”. In: *Revista Médica Brasileira*, n.8, dezembro de 1841.
- FERREIRA, Félix. Traços Biográficos de A. G. Teixeira e Sousa. *As Tardes de um Pintor ou As Intrigas de um Jesuíta, por A. G. Teixeira e Sousa*, 2.^a Edição. Rio de Janeiro: Cruz e Coutinho, 1868.
- GINTRAC, E. “Memória sobre o diagnóstico das afecções agudas e crônicas dos órgãos torácicos, premiada pela Sociedade de Medicina de Louvain, por Elie Gintrac, doutor em medicina da Faculdade de Paris, professor de Anatomia e de Fisiologia na Escola Real secundária de Bourdeaux, et coetera”. In: *O Propagador das Sciencias Medicas*, Ano I, Tomo Quarto, N. X, 1828.
- GONÇALVES DE MAGALHÃES, Domingos José. *Suspiros Poéticos e Saudade*. [1836] Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. S.d. Disponível em http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/suspiros_poeticos.pdf. Acesso em julho de 2018.
- HUFFELAND, C. W.. “Regra de conduta do médico no exercício de sua conduta”. In: *Revista Médica Fluminense*, N.1, ano 5, abril de 1839.
- JOBIM, J. M. C.; SILVA, J. J.; SANTOS, C. J.. “Relatório da Comissão de salubridade geral da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro”. In: *Semanário de Saúde Pública*, n.15, 09 de abril de 1831.
- JOLY, J. “Memória do Sr. Joly, sobre a estrophina da bexiga,, seguida de algumas considerações sobre os vícios de conformação em geral e d’aquela em particular. Traduzida pelo dr. J. M. N. Garcia”. In: *Revista Médica Brasileira*, n.11, ano II, janeiro de 1843

JULLIEN, Marc-Antoine. *Essai Général D'Éducation Phisique, Morale et Intellectuelle*. Paris: Imprimerie de de Lottin de Saint Germain, 1935.

MARQUES, J.J.. “Exposição ao público de João Frederico Doellinger”. In: *Revista Médica Fluminense*, n.12, março, 1836.

MENEZES, Francisco de Paula. “Ao Leitor”. In: *Revista Médica Brasileira*, n.1, ano 2, maio de 1842.

Nitheroy: revista brasiliense, ciencias, letras e artes. Coleção completa. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700045&pesq=>.

O Hospital Fluminense, 1833. Arquivo Nacional, na *Série Saúde* IS³²³.

O Médico dos Malucos, 1831. Arquivo Nacional, na *Série Saúde* IS³²³.

O Enfermeiro dos Doidos, 1831. Arquivo Nacional, na *Série Saúde* IS³²³.

O REDATOR. “OBRA A PUBLICAR-SE – Codex: o emprego dos medicamentos novos”. In: *Revista Médica Fluminense*, n.01, janeiro de 1836.

_____. “De uma obra de M. Julien de Paris intitulada: - Essai general d’education physique, morale, et intellectuelle, aprovada e adotada pelo Conselho Real de Instrução pública, como talvez a melhor de quantas existem sobre a matéria, extraímos o seguinte artigo, relativo à santidade e importância da profissão médica; quem assim fala não é um entusiasta da sua profissão, mas um sábio, justo apreciador de todas”. In: *Revista Médica Fluminense*, vol.3, n.1, abril de 1836.

_____. “Questão gramatical sobre a diferença que há entre as palavras Boticário e Farmacêutico; extraída de uma correspondência, inserta no Boletim de Farmácia de Paris”. In: *Revista Médica Fluminense*, n.1, vol.4, abril de 1838.

_____. “Biografia do dr. Luiz Czerniewicz”. In: *Revista Médica Fluminense*, n.5, ano 6, agosto de 1840.

O REDATOR. “Introdução”. In: *Revista Médica Brasileira*, Nº01 – Maio – 1841.

_____. “Biografia de Velpeau, pelo Dr. Bureaud Riofrey (Continental and British Medical Review, os Monthly Therapeutial Journal”. In: *Revista Médica Brasileira*, n.01, maio de 1841.

_____. “Vista d’olhos sobre o estado da medicina no país”. In: *Revista Médica Brasileira*, n.1, vol.2, maio de 1842.

O REDATOR. “Introdução”. In: *Diário de Saúde*, 18 de abril de 1835.

_____. “Obras dos médicos brasileiros”. In: *Diário de Saúde*, Vol.I, n.10, junho de 1835.

_____. “Aviso”. In: *Diário de Saúde*, V.I, n.27, 17 de outubro de 1835.

_____. “Variedades e Notícias Médicas - Academia de Paris”. In: *Diário de Saúde*, n.32, vol.1, novembro de 1835.

_____. “Variedades e Notícias Médicas – Questão da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro”. In: *Diário de Saúde*, v.1, n.5, 16 de maio de 1835.

_____. “Variedades e Notícias Médicas - Retrato pitoresco de Dupuytren, pelo doutor Isidoro Bourdon”. In: *Diário de Saúde*, v1, n.17, 8 de agosto de 1835.

OS REDATORES. “O Brasil”. In: *O Brasil*. N.1, 16 de jun de 1840.

_____. “Variedade – Theatros”. In: *O Brasil*, n.191, 2 de novembro de 1841.

PEIXOTO, Antonio Luiz da Silva. “Considerações Gerais sobre a alienação mental (1837)”. *Revista Latinoamericana de Psicologia Fundamental*. Vol. 16, dez. 2013, p.642-682.
PERSE, *Satires*. Traduction par Abbeé le Monnier. Paris, 1771. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k72206h.image>.

RENOUARD, V. “O charlatanismo, por V. Renouard D. M. Atigo traduzido – la Revue Médicale Française et Étrangère – Abril 1839, por J. M. do Rosário”. In: *Revista Médica Fluminense*, n10, v.4, janeiro de 1841.

SIGAUD, J. . X. Observações”. In: *O Propagador das Sciencias Médicas*, ano1, tomo 1, n.1, 1827.

_____. “Observações”. In: *O Propagador das Sciencias Médicas*, ano1, tomo 1, n.3, 1827.

_____. “Reflexões sobre o trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro”. In: *Diário de Saúde*, 18 de abril de 1835.

_____. “Resposta ao senhor J. M. Bomtempo”. In: *O Propagador das Sciencias Médicas*, ano1, tomo 1, n1, 1827.

_____. “Variedades médicas”. In: *O Propagador das Sciencias Médicas*, ano1, tomo 1, n.2, 1827.

_____. “Medicina d’alma”. In: *O Propagador das Sciencias Médicas*, ano1, tomo 1, n.7, 1827.

_____. “Sobre os Hospitais”. In: *O Propagador das Sciencias Médicas*, ano1, tomo 1, n.8, 1827.

SOCIEDADE DE MEDICINA. “Discurso – Do Sr. Meirelles, lido na sessão de 16 de novembro de 1833, como presidente”. In: *Revista Médica Fluminense*, N.03, junho de 1835.

_____. “Discurso – Do Sr. Soares de Meirelles, como presidente, na sessão de 25 de fevereiro de 1834”. In: *Revista Médica Fluminense*, N.04, julho de 1835.

_____. “Conferências verbais – 6ª sessão de 6 de abril de 1834”. In: *Revista Médica Fluminense*, N.05, agosto de 1835.

_____. “Sessão em 22 de fevereiro de 1836”. In: *Revista Médica Fluminense*, vol.3, n.1, abril de 1836.

_____. “Sessão em 29 de março de 1836”. In: *Revista Médica Fluminense*, vol.3, n.1, abril de 1836.

_____. “Sessão de 04 de abril de 1835”. In: *Revista Médica Fluminense*, vol.3, n.10, janeiro de 1836.

_____. “Sessão em 30 de junho de 1835”. In: *Revista Médica Fluminense*, vol.2, n.1, abril de 1836.

TEIXEIRA E SOUSA, Antonio Gonçalves. *O Filho do Pescador. Romance brasileiro original*. Rio de Janeiro: Tipografia de F. de Paula Brito. s/d. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1328759/or1328759.pdf.

_____. “Ode à Coroação e Sagração do Imperador”. In: *O Brasil*, n.152, 22 de julho de 1841.

Z. “Erros populares relativos à saúde”. In: *Revista Médica Fluminense*, N.1, ano 5, abril de 1839.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOTT, Andrew. *The System of professions: An essay on the division of expert labor*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- ABREU, Márcia. “Os censores lêem romances”. *XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Salvador – Bahia, 2002. Disponível em <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/censores.pdf>
- _____. “Circulação de livros no Brasil nos séculos XVIII e XIX” (versão preliminar). Apresentado na 5ª Reunião anual do GT-Produção Editorial, Livro e Leitura da Intercom, 1998.
- _____. “Censura e crítica: reações de um professor de retórica e poética à leitura de um romance”. In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Rio de Janeiro, 2006, pp.113-128.
- _____. “O controle à publicação de livros nos séculos XVIII e XIX: uma outra visão da censura”. In: *Revista de História e Estudos Culturais*. V.4, Ano IV, n.4, out./nov./dez., 2007.
- ALÇADA, Isabel; FERNANDES, Paulo Jorge. MAGALHÃES, Ana Maria. *As invasões francesas e a Corte no Brasil*. Lisboa: Caminho, 2011.
- ANDRADE, Débora El-Jaick. Semeando os alicerces da nação: História, nacionalidade e cultura nas páginas da revista *Niterói*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V.29, N.58, p.417-442, 2009.
- ARAÚJO, Valdeci Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia da vida letrada no Império do Brasil. In: *Varia História*, Belo Horizonte, v.31, n.56, p.365-400, 2015.
- AUGUSTO, Cristiane Brandão. Medicina Brasileira e crime no século XIX: o caso de D. Francisca, a “torturadora de Botafogo”. In: *Revista de Criminologia e Ciências Penitenciárias*, v.3, n.4, 2013.
- BAHIA, Benedito Juarez. *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira – Vol. I*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

- BALZAC, Honoré de. *Ilusões perdidas*. Trad. Leila de Aguiar Costa. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.
- _____. *História dos Treze: Ferragus, A duquesa de Langeais, A menina dos olhos de ouro*. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- _____. *A comédia humana: estudos de costumes: cenas da vida privada*. Tradução de Gomes da Silveira e Vidal de Oliveira; 3. ed. – São Paulo: Globo, 2012.
- BARBERO, Jesús Martin. *Dos meios à mediação: comunicação, cultura e hegemonia*. 2ª Ed. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- BARROS, José D'Assunção. *O Amor Corte – quatro ensaios historiográficos sobre os trovadores medievais*. Vassouras: Lesc, 2002.
- BASILE, Marcello Otávio. (2001), *Ezequiel Corrêa dos Santos: um Jacobino na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- BATTIN, Margaret Pabst. *The Ethics of Suicide*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- BEDIAGA, Begonha. “Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 1808 a 1860”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1131-1157, out./dez., 2007.
- BERCHERIE, Paul. *Os Fundamentos da Clínica*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1989.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. III, set./dez. 2004. P. 475-491.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BLOCH, Howard. *Misoginia Medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- BLOUNDELLE-BURTON, John. *In the Day of Adversity: a Romance*. New York: D. Appleton and Company, 1896.

- BOGOUSLAVSKY, Julien.; MOULIN, Thierry. “Birth of modern psychiatry and the death of alienism: the legacy of Jean-Martin Charcot”. In: BOGOUSLAVSKY, J. (Ed). *Following Charcot: A Forgotten History of Neurology and Psychiatry*. Front Neurol Neurosci, n.29, 2011, pp.1-8.
- BORGES, Guilherme Roman. “Resenha do livro *La naissance de la clinique* Paris: PUF, 1963”. In: *Raízes Jurídicas*, Curitiba, v. 5, n. 2 jul/dez 2009, pp.419-426.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1981.
- BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo/Brasília: Polis/INL, 1979.
- BUFFA, Pier Francesco. “Cenno sopra i principali Manicomii d’Italia e di Francia”. In: OMODEI, Annibale (org.). *Annali Universali di Medicina*. Vol. LXXXIX, Gennaio, Febbrajo e Marzo, 1839.
- CAIX, M. “Dupuytern, 1777-1835”. In: *Anatomia Clinica*, n.6, 1984, p.159-161.
- CANO, Jefferson. “Justiniano José da Rocha, cronista do desengano”. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas. Capítulos de história social da crônica no Brasil*. Ed. UNICAMP: Campinas, 2005.
- CÂNDIDO, Antônio. *A formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6ª Ed. Belo Horizonte: Editora Atalaia, 2000.
- CAIRO, Luiz Roberto Velloso. “Santiago Nunes Ribeiro e o *Minerba Brasiliense*”. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.31, n°4, pp.41-51, dezembro 1996.
- CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha (1811-1862)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O Brasil monárquico, tomo II: dispersão e unidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.
- CAROLINO, Luís Miguel. “Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, a Academia Real Militar do Rio de Janeiro e a definição de um gênero científico no Brasil em inícios do século XIX”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.32, n.64, p.251-278 – 2012.

- CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura – o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- CARVALHO, Ronald. *Pequena história da literatura brasileira*. Belo Horizonte: INL, 1984.
- CARVALHO, Kátia de. Imprensa e informação no Brasil, século XIX. *Ciência da Informação*, v. 25, n.3, 1996.
- CERQUEIRA, Rodrigo. Por que *O filho do Pescador* não vingou: uma tentativa de explicação histórico-literária. *Revista Língua e Literatura*, Frederico Westphalen. v.13, n.20, 2011. P.125-149.
- CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (orgs). *A História Contada. Capítulos de História Social da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.
- COSTA, Maria Célia Lustosa. “A cidade e o pensamento médico: uma leitura do espaço urbano”. In: *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, ano 01, número 02, 2002.
- COSTA, Marcos Paulo Pedrosa. “Fernando e o mundo – o presídio de Fernando de Noronha no século XIX”. In: MAIA, Clarissa Nunes [et.al.] (org.). *História das prisões no Brasil – volume I*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- COUTINHO, Afrânio (Dir.). *A Literatura no Brasil*. v. 3, Parte II/ “Era Romântica”, 4ª Edição. São Paulo, Editora Global, 1997.
- CUETO, Marcos. *Excelencia científica en la periferia: actividades científicas e investigación biomédica en el Perú 1890-1850*. Lima: Grade, 1989.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. “Os dizeres das regras: um estudo sobre manuais de civilidade e etiqueta”. In: *Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação*, 3.,2004, Curitiba: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004.
- DALGALARONDO, Paulo. “As primeiras revistas psiquiátricas no Brasil e no mundo”. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. V.21, n.04, São Paulo, dez. 1999.
- DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução: o submundo das Letras no Antigo Regime*. Trad.: Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras: 1987.

- _____. *O beijo de Lamourette*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DIAS, Elaine. “Correspondência entre Joachim Le Breton e a Corte Portuguesa na Europa. O nascimento da Missão Artística de 1816”. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, V.14, n.2, jul.-dez. 2016.
- DIZ, Marta Ana. *Patronio y Lucanor: la lectura inteligente “en el tiempo que es turbio”*. Maryland: Scripta Humanistica, 1984.
- _____. “Relato, fabulación, semiosis: la producción de significado em el *Conde Lucanor*”. In: *MLN*, vol.96, n.2, *Hispanic Issue*, mar.1981, pp.403-413.
- DOTOLI, Giovanni *et. al.*. *Les traductions de l’italien em français au XIX^e sciecle*, vol. III. Schena Editora, Presses de L’Université de Paris-Sorbonne: Fasano-Paris, 2004.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa das classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1986.
- DUARTE, Carina Marques. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n.º 45, dezembro de 2012. p. 53-66.
- EDLER, Flávio. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na corte do Rio de Janeiro, 1854-1884*. Dissertação de Mestrado. FFCL-USP História, São Paulo, 1992.
- _____. “Saber médico e poder profissional: do contexto luso-brasileiro ao Brasil imperial”. In: PONTES, Carlos Fidelis; FALLEIROS, Ialé (org.). *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2010.
- ENGEL, Magali. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- ÉSQUILO. *Eumênides*. S./d., disponível em <https://www.lendo.org/wp-content/uploads/2007/06/eumenides.pdf>

- FACCHINETTI, Cristiana. “Pinel e os primórdios da medicina mental”. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v.11, n.3. jun.2011, pp.502-505.
- FERNÁNDEZ, Pura. “Scientia Sexualis y saber psiquiátrico en la novela naturalista decimonónica”. In: *Asclepio*, v.XLIX, n.1, 1997.
- FERREIRA, Luzilá Gonçalves (org.). *Escritores pernambucanos do século XIX*. Recife: Cepe Editora, 2010.
- FERREIRA, L. F. “Ethos, poética e política nos escritos de Luiz Gama”. In: *Revista Crioula*. N.12. Novembro de 2012.
- FERREIRA, L. O. . *O nascimento de uma instituição científica: o periódico médico brasileiro na primeira metade do século XIX*. Tese do Departamento de História da FFLCH-USP, São Paulo, 1996.
- _____. “O viajante estático: José Francisco Xavier Sigaud e a circulação das ideias higienistas no Brasil oitocentista (1830-1844)”. IN: BASTOS, C.; BARRETO, R. (Orgs.). *A circulação do conhecimento: medicina, redes e impérios*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- _____. “José Francisco Xavier Sigaud: um personagem esquecido, uma obra reveladora”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. V.5, n.1, Rio de Janeiro, mar./jun. 1998.
- FILGUEIRAS, Carlos A. L.. “Havia alguma ciência no Brasil setecentista?”. In: *Química Nova*, n.21, vol.03, 1998, pp.351-353.
- FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. “Notas republicanas: a *Memória* política de Antonio Borges da Fonseca”. In: BESSONE, Tânia Maria; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. (Coord.). *Dimensões políticas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.
- FONSECA, Paloma Siqueira. “A presiganga real (1808-1831): trabalho forçado e punição corporal na marinha”. In: MAIA, Clarissa Nunes [et.al.] (org.). *História das prisões no Brasil – volume I*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

- FREITAS, M. H.. “Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros”. *Ciência da Informação*, Brasília, V.35, N.3, p.54-66, set./dez. 2006.
- FRUTUOSO, Moisés. “Circulação de impressos e antilusitanismo me Rio das Contas, Bahia (1822-1831)”. In: BESSONE, Tania [et. al.]. *Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2016.
- FUTATA, Marli Delmônico de Araújo. *Imprensa e educação: Pierre Plancher e a ação político-educativa do Jornal do Commercio no final do Primeiro Reinado (1827-1832)*. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2008.
- GUIMARÃES, Jacilene. *Sobre o tempo: elogio à instituição negada*. Tese Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica do Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2016.
- GÍSLASON, Donald Garth. *Castil -Blaze, de L'Ópera en France and the feuilletons of the Journal des Débats*. The University of British Columbia, 1992.
- GODOI, Rodrigo Camargo de. “Crimes de imprensa no tempo do Padre Feijó”. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP - Campinas, setembro, 2012*.
- GODOI, Marco Antônio Abrantes de Barros. A Tarpeia em Tito Lívio e Propércio – um estudo comparativo. *Principia: Revista do Departamento de Letras Clássicas e Orientais do Instituto de Letras*. 1 (26): 31-34, 2013.
- GOLDWIN, R. M.. “Guillaume Dupuytren: his character and contributions”. In: *Bulletin of the New York Academy of Medicine*, Aug. 45 (8), 1969, p.750-760.

- GONÇALVES, Monique de Siqueira. *Mente sã, corpo são: disputas, debates de discursos medicos na busca pela cura das “neuroses” e da loucura na corte imperial (1850-1880)*. Tese, Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, 2011.
- HAAN, Joost. “Migraine and Metaphor”. In: BOGOUSSLAVSKY, J.; DIEGUEZ, S.. *Literary Medicine: Brain Disease and Doctors in Novels, Theater, and Film*. Basel: Karger, 2013.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. “Prefácio Literário”. In: MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. *Suspiros poéticos e saudades*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; INL – Instituto Nacional do Livro, 1986.
- HOMERO. *Odisseia*. São Paulo: Cosac Nayf, 2014.
- HONORATO, Manoel da Costa. *Dicionário Topographico, Estatistico e Historico da Província de Pernambuco*. Recife: Tipografia Universal, 1863.
- HUERTAS GARCIA-ALEJO, Rafael. “La ‘novela experimental’ y la ciencia positivista”. In: *Revista de la Sociedad Española de Historia de las Ciencias y de las Técnicas*. Vol.7, nº13, 1984, págs. 29-52.
- HUNT, Lynn. *A Invenção dos direitos humanos; uma história*. Trad. Rosaura Eichenberg – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- KANTOR, Iris. “Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822)”. In: *Araucária Revista Iberoamericana de Filosofia Política y Humanidades*. Ano 12, n.24, p.110-123, segundo semestre de 2010.
- KOHLHEPP, Gerd. “Descobertas científicas da expedição de Alexander von Humboldt na América Espanhola (1799-1804) sob o ponto de vista geográfico”. In: *Revista de Biologia e Ciências da Terra*. V.6, n.2, pp.260-278.
- KÖRTING, O.; GUERISSI, A.; LIVERNEAUX, P.. “Dupuytren, um modèle de résilience”. In: *Cours européen de pathologie chirurgicale du membre supérieur et de la Main*, 18 janvier 2007.
- KUCISNKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 200.

- KURY, Lorelai. “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol.11 (suplemento 1): 109-129, 2004.
- _____. “A ciência útil em *O Patriota* (Rio de Janeiro, 1813-1814)”. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.115-124, jul./dez., 2011.
- LACERDA, Virgínia Cortes de. O pré-romantismo brasileiro. Estudo inédito *Apud* COUTINHO, Afrânio (Dir.). *A Literatura no Brasil*. v. 3, Parte II/ “Era Romântica”, 4ª Edição. São Paulo, Editora Global, 1997.
- LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1996.
- LIMA, Ivana Stolze de. “Com a palavra, a cidade mestiça. Imprensa, política e identidade no Rio de Janeiro”. In. Mattos, Ilmar Rohloff de (org.). *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access, 1998, p. 161-184.
- LIMA, Lílian Martins. “A imprensa e o letrado: a cultura escrita no Rio de Janeiro da primeira metade do século”. In: *Caderno de Pesquisa do CDHIS*, n.39, ano 21, pp.103-114, 2008.
- LISBOA, João Francisco. *A festa de Nossa Senhora dos Remédios*. São Luís: Legenda, 1992.
- LUNA, Jayro. *A Épica do Império: Gonçalves de Magalhães e Manuel de Araújo Porto-Alegre*. São Paulo: L.A.-Leeds, 2002.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. “O Macaco Brasileiro: *um jornal popular na independência*”. *Revista USP*, São Paulo, N.58, Jun.-Ago, 2003. PP. 92-103.
- _____. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- MACEDO, Joaquim Manoel de. *O Moço loiro*. Fundação Biblioteca Nacional.
- _____. *Memórias da Rua do Ouvidor*. [1878] Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. S.d., disponível em

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000158.pdf>. Acesso em julho de 2016.

MACHADO, Roberto. *Danação da norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MADSEN, Annette. "Count Lucanor by Don Juan Manuel as Inspiration for Hans Christian Andersen and Other European Writers". In: MYLIUS, Johan de; JØRGENSEN, Aage; PERDESEN, Viggo Hjørnager (orgs.). *Hans Christian Andersen. A Poet in Time. Papers from the Second International Hans Christian Andersen Conference 29 July to 2 August 1996*. Odense: Odense University Press, 1999.

MAFRA, Jhonny José. "O canto VI da Eneida. A descida aos infernos ou a prefiguração da história de Roma". In: *Cadernos de lingüística e teoria da literatura*. N.12, 1984.

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. "As servinas em Portugal: a rede comercial intercontinental de livros impressos na Bahia colonial". In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v.17, n.32, jan./jul., 2016, pp.223-256.

MAIA, Rita Bueno. "Translated and non-translated spanish picaresque novels in defense of nominated languages". In: *Anglo Saxónica*. V.III, n.03, 2012.

MANUEL, Don Juan. *El Conde de Lucanor*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2004.

MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de Império*. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MARTINS, Raphael Neves. "Nação, Progresso e Civilização na Revista Minerva Brasiliense (1843 – 1845)", In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. "O padre Lopes Gama e o Diário de Pernambuco 1840-1845". In: SILVA, Leonardo Dantas (Org.). *O Carapuceiro*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1996.

- MEIRELLES, J. G.. *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de ideias no Império luso-brasileiro (1808-1821)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas: 2006.
- MOISES, Massaud. *História da Literatura Brasileira*. Vol.2. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1984).
- MONNIER, M. Francis. *D'Aguesseau. Sa conduite et ses idées politiques et son influence sur le mouvement des esprits pendant la première moitié du XVIII siècle*. Paris: Didier et Cie. Libraries-Editeurs, 1860. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k7107t.image>.
- MORAES FILHO, Evaristo de. “O constitucionalismo liberal no Brasil de 1823”. In: *Revista de Ciência Política*. Vol. 06, N.3, Jul-Set, 1972. PP.65-93.
- MORAIS, Christianni Cardoso. “Os caminhos do livro” – Resenha. *Revista Brasileira de História da Educação*, n.12, jul./dez., 2006.
- MOREL, Marco. *O período das Regências, (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
- MORETTI, Franco. “O século sério”. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n.65, mar. 2003, p.03-33.
- NADAF, Yasmin Jamil. “O romance-folhetim francês no Brasil: um recurso histórico”. *Letras*, Santa Maria, VOL. 19, N. II, jul./dez. 2009. P. 119-138.
- NASCIMENTO, Marcela Silva do. *Sob o signo do folhetim: O filho do Pescador, um clássico do seu gênero*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.
- NEVES, Lúcia Bastos. “Trajetórias de livreiros no Rio de Janeiro: uma revisão historiográfica”. In: *Anais X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ História e Biografias* - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – 2002.
- ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. “O início da assistência aos alienados no Brasil ou a importância e necessidade de estudar a história da

- psiquiatria”. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, Vol.8, n.01, 2004, pp.128-141.
- ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. “Pinel no Brasil”. In: PINEL, Philippe. *Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental ou mania*. Trad. Joice Armani Galli. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007, pp.23-43.
- ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. “O banzo e outros males: o páthos dos negros escravos na Memória de Oliveira Mendes”. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v.10, n.02, jun. 2007, pp.346-361.
- “A primeira tese brasileira sobre a alienação mental: leituras, plágios e ciência”. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, n.16, v.4, dez.2013, pp.630-641.
- OLIVEIRA, J. C. de. “A cultura científica e a *Gazeta do Dia de Janeiro*”. *Revista da SBHC*, N.17, p.29-58, 1997.
- OLIVEIRA, Valeria da Silva. *Teixeira e Sousa e o romance-folhetim: uma leitura de O filho do Pescador (1843)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2002.
- OLIVEIRA, Gabriel Abílio de Lima. *Cronistas e Atlantes: Justiniano José da Rocha, Firmino Rodrigues Silva e o Regresso Conservador (1836-1839)*. Dissertação de Mestrado em História: Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2013.
- OLIVEIRA, Pedro Henrique Danese. *Institucionalização do Alienismo nos periódicos médicos (Rio de Janeiro, 1832-1852)*. Dissertação de Mestrado. COC-Fiocruz, 2016.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural. São Paulo : Hucitec, 1996.
- PANDOLFI, Fernanda Cláudia. *A abdicação de D. Pedro I: espaço público da política e opinião pública no final do Primeiro Reinado*. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2007.
- _____. “A viagem de D. Pedro I a Minas Gerais em 1831: embates políticos na formação da monarquia constitucional”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2016.

- PEARCE, John M. S.. “*Brain disease leading to mental illness: a concept initiated by the discovery of general paralysis of the insane*”. In: *European Neurology*, n.67, 2012, pp.272-278.
- PREREIRA, Mário Eduardo Costa. “Pinel – a mania, o tratamento moral e os inícios da psiquiatria contemporânea”. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, ano 03, n.03, set. 2004, pp.113-116.
- _____, “Bayle e a descrição da aracnoidite crônica na paralisia geral: sobre as origens da psiquiatria biológica na França”. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol. 12, n.04, dez. 2009, pp. 743-751.
- PEREIRA, Marcele; KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. *Guia de fontes primárias. O Museu Nacional: seu público no século XIX e no início do século XX*. Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, Rio de Janeiro – Brasília, 2010.
- PINHEIRO, Cônego Fernandes, *Curso de Literatura nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra; Brasília: INL, 1978.
- PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 8ª edição, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.
- PRIORE, Mary Del. “Entre ‘doidos’ e ‘bestializados’: o baile da Ilha Fiscal”. *Revista USP*, São Paul, n.58, p.30-47, jun./ago., 2003.
- QUEIROZ, Tatiane Rocha de. “Justiniano José da Rocha e o periódico *O Brasil*”. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal-RN, 22-26 de jul., 2013.
- QUINBY, Lee. “Thomas Jefferson. The virtue of aesthetics and the aesthetics of virtue”. In: *The American Historical Review*. Vol. 87, No. 2 (Apr., 1982), pp. 337-356
- RAMICELLI, Maria Eulália. *Narrativas itinerantes: aspectos franco-britânicos da ficção brasileira*. Tese do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2004.
- REINALDO, Gabriela. “O começo do terrível – o legado de von Martius entre a ciência e a ficção na representação da natureza brasileira”. In: *Visualidades*, Goiânia, v.12, n.12, jul./dez. 2014, pp.113-141.

- REZENDE, Nívio André de. “Cronologia histórica de José Bonifácio”. In: *Revista de História da USP*, v.27, n.55, 1963.
- RIBEIRO, Gladys Sabino. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusianos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/FAPERJ, 2002.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “A imprensa da independência e do primeiro reinado: engajamento e mercado”. In: *V Congresso Nacional de História da Mídia*. São Paulo, 2007.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1882) – com um breve estudo geral sobre a informação*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.
- RODILLA, Bertha M. Gutiérrez. “La história del lenguaje científico como parte de la história de la ciencia”. In: *Aclepio*, vol.55, n.2, 2003.
- ROZEAUX, Sébastien. *La genèse d’un “grand monument national”: littérature et milieu littéraire au Brésil à l’époque impériale (1822-c.1880)*. Tese de doutorado em história contemporânea, Université Lille Nord de France, 2012.
- SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- SANTOS, Nadja Paraense dos. “Passando da doutrina à prática: Ezequiel Corrêa dos Santos e a farmácia nacional”. In: *Química Nova*, v.30, n.4, 2007, pp.1038-1045.
- SCHWARKZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SEIDLER, Carl. *Dez Anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1980.
- SILVA, Denise Moraes Gouveia da. *Jornalismo e Política nas Sentinelas da Liberdade de Cipriano Barata*. Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – UFRJ, 2007.
- SILVA, Simone, FACCHINETTI, Cristiana; KURY, Loreraí. “Os êxtases da Irmã Germana: diferentes interpretações em torno das doenças nervosas no Brasil”. *Revista*

Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v.11, n.3, set. 2008, págs. 329-345.

SILVA, Hebe Cristina da. *Prelúdio do romance brasileiro: Teixeira e Sousa e as primeiras narrativas ficcionais*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Estudo de Estudos da Linguagem, 2009.

_____. “A busca da moral – considerações acerca da crítica na imprensa brasileira oitocentista”. *Estudos Linguísticos*, n.XXXV, p.884-892, 2006.

_____. “A circulação de romances de Teixeira e Sousa: *best-sellers* do século XIX”. *I Seminário sobre livro e história editorial*. Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2004.

_____. Considerações acerca da recepção de O Filho do Pescador. S./d. Disponível em <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/consideracoes.pdf>. Acesso em 26-07-2017.

SILVA, Jeniffer Yara Jesus da; PINHEIRO, Márcia do Socorro. “Helena e A Ponte dos Noivos: páginas moralizantes na província do Grão-Pará”. In: *Revista Porto das Letras*, v. 04, n. 02. 2018.

SILVEIRA, Pedro Telles da. “Ficção, literatura e história através da ‘Crônica do descobrimento do Brasil’ (1840), de Francisco Adolfo de Varnhagen”. In: *História da Historiografia*, Ouro Preto, n.3, set. 2009, pp.34-52.

SIMIONATO, Juliana Siani. *A Marmota e seu perfil editorial: contribuição para edição e estudos dos textos machadianos publicados nesse periódico (1855-1861)*. Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2009.

SIMÕES JUNIOR, Álvaro Santos. “Da literatura ao jornalismo: periódicos brasileiros do século XIX”. In: *Patrimônio e Memória*, UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006, pp. 126-145.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. “Os canais de representação política nos primórdios do Império: apontamentos para um estudo da relação entre Estado e sociedade no Brasil (c. 1822-1834)”. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, V.13, N.1, p.35-51, 2007.

- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.
- SÓLON, Luiz Ricardo. “A Arte de Prolongar a Vida de Christoph Friedrich Wilhelm Hufeland (1762-1836)”. In: *Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Belo Horizonte, UFMG, 08-11 de outubro de 2014. Disponível em https://www.14snhct.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1805
- SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- SOUTO, Bárbara Figueiredo; SILVA, Roger Aníbal Lambert da. “Representações e combates discursivos: práticas da imprensa nas décadas finais do século XIX”. *Revista Eletrônica História em Reflexão*. v.6, n.11 – UFGD, Dourados, jan/jun 2012.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. *Introdução à Historiografia da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- SOUZA, Iara Antunes de. *Revisão da interdição e da curatela: uma proposta baseada na revisão da teoria das incapacidades à luz do biodireito e da saúde mental*. Tese Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2015.
- STAROBINSKI, Jean. “A literatura: O texto e seu intérprete”. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.
- SÜSSEKIND, Flora. “Palavras loucas, orelhas moucas. Os relatos de viagem dos românticos brasileiros”. In: *Revista USP*, São Paulo, n.30, jun./ago. 1997, pp.94-107.
- TEIXEIRA, Ivan. *O Altar & o Trono: Dinâmica do Poder em O Alienista*. Cotia-SP: Ateliê Editorial; Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2010.
- TEIXEIRA E SOUSA, Antônio Gonçalves. *O filho do Pescador*. Rio de Janeiro: Thyptografia da Escola de Serafim José Alves, s/d. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1328759/or1328759.pdf
- VASCONCELOS, Sandra Guardini T. “Caminhos do Romance Inglês no Brasil do Século XIX”. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). *Cultura Letrada no Brasil*

– *objetos e práticas*. Campinas/SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 2005.

VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

_____. “Justiniano José da Rocha”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 243, abril-junho de 1959.

VOYER, Kevin. *Les discours sur le roman français de 1734 à 1755 : analyse générique et rhétorique (Lenglet-Dufresnoy, Bougeant, Porée, Jacquin)*. Université de Montréal.

Département des littératures de langue française Faculté des arts et sciences. Mémoire présenté à la Faculté des études supérieures en vue de l’obtention du grade de Maître ès arts (M.A.) en littératures de langue française, 2011.

WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WELLEK, Rene. *História da crítica moderna. II O Romantismo*. São Paulo: Editora Herder, 1969.

WIEVIORKA, Michel. “Violência hoje”. In: *Ciência e Saúde Coletiva*, n.11 (supl.), 2007, págs.1147-1153.

WILSON, Douglas L.. “Thomas Jefferson's Library and the French Connection”. In: *Eighteenth-Century Studies*. Vol. 26, No. 4, Special Issue: Thomas Jefferson, 1743-1993: An Anniversary Collection (Summer, 1993), pp. 669-685

WILSON, Hugh. “Shakespeares’ *The Taming of the Shrew* and traces of spanish influence: Or, exemplary tales and picaresque fictions”. In: *Sederi*, n.9, 1998, pp.233-255.